História do Brasil

HISTÓRIA DO BRASIL

Volume III

OBRAS DO AUTOR

FORMAÇÃO BRASILEIRA. (Rio de Janeiro, 1935).

RIO DE JANEIRO SEEN IN A FEW HOURS e RIO DE JANEIRO EN POCAS HORAS. Guias turísticos, em inglês e espanhol. (Rio de Janeiro, 1938).

BRASIL SOCIAL. 1500/1640. (Lisboa, 1940).

GUIA TURÍSTICO DO RIO DE JANEIRO. (Rio de Janeiro, 1942).

VISCONDE DE SEPETIBA. Biografia. (Petrópolis, 1943).

MATIAS DE ALBUQUERQUE. Biografia. (Rio de Janeiro, 1944).

DA MAIORIDADE À CONCILIAÇÃO. 1840/1857. Tese de concurso. (Rio de Janeiro, 1945).

CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DA IMPRENSA BRASILEIRA. 1812/1869. (Rio de Janeiro, 1945). Prêmio José Veríssimo, de Ensaio e Erudição, da Academia Brasileira de Letras.

ESTUDOS DE HISTÓRIA COLONIAL. (São Paulo, 1948).

HISTÓRIA DAS FRONTEIRAS DO BRASIL. (Rio de Janeiro, 1948).

HISTÓRIA DA VIAÇÃO BRASILEIRA. (Rio de Janeiro, 1949).

ESTUDOS DE HISTÓRIA IMPERIAL. (São Paulo, 1950).

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA E ECONÔMICA DO BRASIL. Para os Cursos Técnicos e de Comércio. (São Paulo, 1951). Prêmio Silva Martha, da Associação Comercial de Lisboa.

Seis compêndios de HISTÓRIA DO BRASIL e um de HISTÓRIA DA AMÉRICA, para os ginásios e colégios do ensino secundário, em várias edições. (Rio de Janeiro e São Paulo, 1945/1953).

CAPISTRANO DE ABREU. Ensaio biobibliográfico. (Rio de Janeiro, 1955). Premiado no concurso oficial do Centenário de Nascimento do historiador.

DENTRO E FORA DO BRASIL. Viagens. (Rio de Janeiro, 1955).

HISTÓRIA DIPLOMÁTICA DO BRASIL. (Rio de Janeiro e São Paulo, 1958).

LETRAS IMPERIAIS. História literária. (Rio, 1961).

HISTÓRIA DA REPÚBLICA. (São Paulo, 1961).

Obras alheias, anotadas pelo autor

"A MALAGUETA", de Luís Augusto May — 1821/1824. Coleção Fac-similar de Jornais Antigos. Introdução. (Rio de Janeiro, 1945).

HISTÓRIA DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL, de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Pôrto Seguro. 3.ª edição, revista e anotada. (São Paulo, 1957).

LIVRO QUE DÁ RAZÃO DO ESTADO DO BRASIL — 1612, de Diogo de Campos Moreno. Edição crítica. Introdução e notas. (Recife, 1958).

DIÁRIO DE 1862, de D. Pedro II. Prefácio e notas. (Petrópolis, 1960).

APARÊNCIA DO RIO DE JANEIRO, de Gastão Cruls. 3.ª edição, anotada. (Rio de Janeiro, 1965).

A publicar

D. PEDRO I JORNALISTA.

SEIS PORTUGUÊSES DO BRASIL. Biografias.

VULTOS DO IMPÉRIO.

CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DA IMPRENSA BRASILEIRA. 2.º volume.

ACRÉSCIMOS À BIOGRAFIA DE JOSÉ BONIFÁCIO.

CAPÍTULOS DE HISTÓRIA LUSO-BRASILEIRA.

HISTORIOGRAFIA E HISTORIADORES DO BRASIL.

D. PEDRO I E D. PEDRO II. Acréscimos às suas biografias.

HELIO VIANNA

Professor catedrático de História do Brasil, da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

História do Brasil

VOLUME III

IMPÉRIO E REPÚBLICA

4.ª edição, revista e atualizada

EDIÇÕES MELHORAMENTOS

SUMÁRIO

VOLUME III — IMPÉRIO E REPÚBLICA

ÍNDICE DAS PRANCHAS

MAPAS INCLUÍDOS NO TEXTO

XLVIII

MINISTÉRIO DE JOSÉ BONIFÁCIO. GUERRA DA INDEPENDÊNCIA

1 — Ministério de José Bonifácio, depois da Independência

Proclamada a Independência do Brasil a 7 de setembro de 1822, em São Paulo, logo que o Príncipe D. Pedro regressou ao Rio de Janeiro começaram a aparecer as providências relativas à nova situação interna. O Ministério que o auxiliava desde 16 de janeiro e de que era principal figura José Bonifácio de Andrada e Silva, mostrou-se à altura das circunstâncias, no setor administrativo e nas medidas de caráter militar, que diante da inevitável guerra com Portugal foi forçado a tomar; mas tornou-se passível de críticas no setor político, conforme veremos.

A 18 de setembro foram estabelecidas as novas armas e bandeira do Brasil. Naquelas, conservou-se a esfera armilar do Reino Unido, acrescentando-se-lhe a cruz de Cristo, evocadora do descobrimento, e uma orla azul contendo dezenove estrêlas de prata, indicativas das Províncias do Império. Seria o escudo encimado pela coroa real, depois imperial, e teria ao lado ramos de cafeeiro e tabaco, como emblemas do comércio. A bandeira constaria de um losango amarelo, dentro de retângulo verde, tendo ao centro o escudo de armas já descrito (1). Também criaram-se o tope ou laço, com as côres nacionais, e o distintivo de metal, com a legenda "Independência ou Morte", para ser usado no braço esquerdo.

Inicialmente, concedeu-se anistia a tôdas as passadas questões políticas, excluídos, porém, os acusados que já estivessem presos e sob processo. Todavia, anulou-se a devassa aberta para apurar os acontecimentos paulistas de maio.

Entre José Bonifácio e os principais maçons surgiu séria divergência, por desejarem êstes que na ocasião da Aclamação do Imperador também fôsse prèviamente jurada a Constituição que deveria fazer a já convocada Assembléia. Prevaleceu a opinião do Ministro, embora tivesse aquela proposta aparecido na circular do Senado da Câmara às demais Câmaras do país sugerindo-lhes a Aclamação do Imperador a 12 de outubro.

---

(1) Embora o próprio decreto mencione a côr verde como indicativa da primavera e a amarela do ouro, a razão inicial da escolha foi ser a primeira a côr da Casa de Bragança, do Imperador, e a segunda da Casa de Lorena-Habsburgo, à que pertencia a Imperatriz D. Leopoldina.

Realizou-se, nessa data, no Campo de Santana, então denominado da Aclamação, a cerimônia inicial do Império, embora a distância e a demora das comunicações houvesse permitido que sòmente seis Províncias, das dezenove existentes, a tivessem pedido. Aceitou D. Pedro o título de Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, tendo então início o Primeiro Reinado da monarquia brasileira.

Poucos dias depois chegaram a ponto de crise as relações de José Bonifácio com outros promotores da Independência, pelo Ministro acusados de conspirar contra as recentes instituições. Começou suspendendo o jornal *Correio do Rio de Janeiro,* redigido pelo português João Soares Lisboa, que publicara não se opor D. Pedro I aos desejos dos brasileiros, caso êstes quisessem ser republicanos, e teve ordem de deixar, com urgência, o país. Conseguiu que o Imperador, como Grão-Mestre da maçonaria, recentemente empossado no cargo, mandasse paralisar os trabalhos das respectivas lojas; e mandou abrir nova devassa em São Paulo, onde deveriam ser presos os seus adversários.

Surgindo reclamações contra essas medidas, resolveu o Imperador permitir que ficasse no país aquêle jornalista e que continuassem as atividades maçônicas. José Bonifácio e Martim Francisco Ribeiro de Andrada exoneraram-se imediatamente do Ministério, mas não houve facilidade em substituí-los, embora chegassem a ser nomeados outros Ministros, para as suas como para as demais pastas. A crise durou alguns dias, o que permitiu aos amigos dos Andradas promover manifestações populares que os levassem novamente ao poder. Assim foi feito e, a 30 de outubro, era recomposto o Gabinete com a substituição, apenas, dos Ministros da Guerra e da Marinha, que passaram a ser, respectivamente, o Coronel João Vieira de Carvalho, depois Marquês de Lajes, e o Capitão-de-Mar-e-Guerra Luís da Cunha Moreira, mais tarde 1.º Visconde de Cabo Frio.

Vitorioso, José Bonifácio mandou que o nôvo Intendente-Geral da Polícia, Desembargador Francisco da França Miranda, procedesse a uma severa devassa, prendendo a todos os indicados como conspiradores. Um dêles, Joaquim Gonçalves Ledo, Procurador-Geral da Província do Rio de Janeiro, na mesma data requereu o seu processo, defendendo-se das acusações de republicano, feitas a êle, ao ex-Ministro da Guerra, Luís Pereira da Nóbrega de Sousa Coutinho, e ao Presidente do Senado da Câmara, José Clemente Pereira. Fechada a maçonaria, fizeram-se muitas prisões, entre as quais as de Nóbrega, José Clemente e do Padre Januário da Cunha Barbosa, em dezembro deportados para a França.

Ledo, refugiando-se em São Gonçalo, a muito custo conseguiu escapar para Buenos Aires, graças à proteção do Cônsul da Suécia. Também para o Rio da Prata partiu João Soares Lisboa. Estendendo-se a devassa a outras Províncias, igualmente em São Paulo e Pernambuco realizaram-se prisões de suspeitos.

Afastados, assim, diversos vultos ligados ao movimento da Independência, realizaram-se, a 1.º de dezembro de 1822 (aniversário da Aclamação de D. João IV, o primeiro Rei da dinastia de Bragança), as ceri-

mônias da Coroação e Sagração de D. Pedro como primeiro Imperador do Brasil. Assinalando o acontecimento criou-se, então, a Ordem Imperial do Cruzeiro, destinada a premiar serviços militares, civis ou méritos científicos. Organizou-se a Guarda de Honra, composta de três esquadrões das Províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Criaram-se cargos de Côrte, recebendo José Bonifácio o de Mordomo-Mor. Além da distribuição de condecorações, criou-se apenas um titular por essa ocasião, o Barão da Tôrre de Garcia d'Ávila, Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque. Aos brasileiros que haviam recebido títulos do govêrno de D. João VI foram, posteriormente, concedidas as honras de "Grandes do Império". À cidade do Rio de Janeiro foi dado, por motivo do primeiro aniversário do "Fico", o título de "Leal e Heróica". São Paulo e Ouro Prêto foram declaradas "Imperiais Cidades"; Itu e Sabará — "Fidelíssimas"; Barbacena — "Muito Nobre e Leal". Elevaram-se à categoria de cidades as capitais de Províncias que ainda fôssem vilas.

Em abril realizou-se a reunião preparatória da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa, antes eleita, pelo Imperador instalada a 3 de maio de 1823. José Bonifácio elegeu-se seu Vice-Presidente nesse mês, Presidente no de junho. Em julho foi, porém, derrotada a lista que apresentou para a composição da mesa. Desde o mês anterior fôra envolvido no espancamento sofrido pelo jornalista Luís Augusto May, redator da *Malagueta,* começando a ser combatido por seus inimigos, anteriormente perseguidos e agora, em parte, membros da Constituinte. Ocorrendo um acidente com o Imperador, que sofreu uma queda do cavalo, muitos de seus visitantes aproveitavam-se da ocasião para queixar-se dos Andradas. Na própria Assembléia, teve Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva sério incidente com outro deputado, exatamente o que havia protestado contra a agressão sofrida por Luís Augusto May.

Afinal, tendo sido absolvidos os inculpados na devassa do Rio de Janeiro, prevendo que o mesmo aconteceria aos de São Paulo, anistiou-os prèviamente o Imperador, em julho. Em conseqüência, exoneraram-se José Bonifácio e Martim Francisco das pastas que ocupavam, do Império e Estrangeiros o primeiro, da Fazenda o segundo. Substituíram-nos, respectivamente, a 17 daquele mês, José Joaquim Carneiro de Campos, depois Marquês de Caravelas, e Manuel Jacinto Nogueira da Gama, futuro Marquês de Baependi. Como havia feito com a maçonaria, a pedido de José Bonifácio, em outubro de 1822, também fechou o Imperador nessa ocasião de sua demissão, o Apostolado ou Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz, a sociedade secreta dos Andradas. Assim terminou o Ministério que desde janeiro de 1822 tanto havia contribuído para a Independência do Brasil e a fundação do Império.

2 — *Guerra da Independência*

a) *Preliminares da luta*

Proclamada a Independência do Brasil, em São Paulo, logo que regressou o Príncipe D. Pedro ao Rio de Janeiro começaram a aparecer medidas oficiais referentes à nova situação externa.

Assim, foi assinado um decreto estabelecendo como se deveria processar a adesão dos numerosos portuguêses então residentes no país, devendo deixá-lo os que com ela não concordassem.

Prevendo a próxima abertura da luta com Portugal, pelo menos nas Províncias que continuavam obedecendo ao govêrno de Lisboa, determinou-se a compra de navios no estrangeiro, contratando-se militares de terra e mar que quisessem servir sob a bandeira do nôvo Império. Diversos corpos de tropa foram então organizados e ativamente se preparou uma esquadra que pudesse agir ao longo do litoral brasileiro, levando às Províncias os socorros que se faziam necessários.

Evidenciada, ainda em fins de 1822, a repulsa de Portugal à separação do Brasil, outras medidas a respeito tomou o Ministério de que era principal figura José Bonifácio de Andrada e Silva. Mandou seqüestrar as propriedades dos portuguêses que não tivessem aderido à Independência, proibiu que se continuasse comerciando com Portugal e permitiu que se fizesse guerra de corso contra êsse país.

Justificavam-se tôdas essas providências, pela situação ainda dominante em várias Províncias. Mantinham-se fiéis à antiga metrópole os governos da Bahia, Piauí, Maranhão, Grão-Pará e Cisplatina, que terminantemente se recusaram a acatar as ordens do Imperador D. Pedro I e de seus Ministros, apesar da Aclamação de 12 de outubro e da Coroação de 1.º de dezembro de 1822.

b) *Na Bahia*

Desde fevereiro de 1822 dominava a Bahia e a respectiva Junta do govêrno o Brigadeiro Inácio Luís Madeira de Melo, que violentamente havia assumido o Comando das Armas da Província, antes ocupado pelo Brigadeiro Manuel Pedro de Freitas Guimarães, nascido no Brasil.

Separadas, assim, as tropas portuguêsas e brasileiras da guarnição do Salvador, inùtilmente determinou D. Pedro, ainda Príncipe-Regente, que Madeira se retirasse do Brasil.

Na mesma ocasião, pronunciou-se contra a Junta provincial a Câmara da Vila da Cachoeira, que, com o apoio de outras povoações do Recôncavo, conseguiu organizar uma Junta Conciliatória e de Defesa, favorável ao govêrno do Rio de Janeiro, do qual solicitou auxílio. Antes de chegar à capital do país êsse pedido, já havia sido enviada, com destino à Bahia, uma fôrça naval comandada pelo Chefe-de-Divisão Rodrigo Antônio de Lamare, levando, além do Brigadeiro Pedro Labatut, francês a serviço do Brasil, mais três centenas de oficiais e praças, seis canhões e alguns milhares de armas. Desembarcados êsses socorros em Maceió,

juntaram-se-lhes reforços vindos de Pernambuco sob o comando do Major José de Barros Falcão de Lacerda.

Reunidos, todos, aos patriotas baianos, resolveram, já depois de proclamada a Independência, cercar por terra a cidade do Salvador, onde Madeira, tendo recebido mais 1.200 soldados de Portugal, e vários navios, dispunha de recursos militares muito superiores aos nossos. Impossibilitados, por isso, de atacá-lo diretamente, apertaram o cêrco, dificultando o aprovisionamento da capital baiana. Tentando rompê-lo, mandou Madeira 2.000 homens ao local denominado Cabrito, em novembro. Para melhor combatê-los, retrocederam os imperiais até Pirajá, onde alcançaram a primeira vitória da guerra, de grande efeito moral.

No mês seguinte, como em janeiro de 1823, sem resultado tentou a frota portuguêsa reocupar a Ilha de Itaparica, enèrgicamente defendida pelo Major Antônio de Sousa Lima e pelo famoso marinheiro João Francisco de Oliveira Botas, mais conhecido pelo apelido de João das Botas, então Tenente da Marinha imperial.

Novos reforços receberam então os dois contendores: o Batalhão do Imperador, comandado pelo Coronel José Joaquim de Lima e Silva, depois Visconde de Magé, que dentro em pouco assumiu a chefia de todos os brasileiros; e mais 2.500 soldados portuguêses para Madeira.

Um apoio decisivo pôde ser enviado aos imperiais em maio, representado pela esquadra recentemente organizada sob o comando do Primeiro Almirante do Brasil, o escocês Lorde Cochrane, Conde de Dundonald, posteriormente Marquês do Maranhão. Composta de nove navios, embora fôssem portuguêses de nascimento muitos de seus oficiais e quase todos os marinheiros, também dispunha de vários comandantes estrangeiros, entre os quais os inglêses John Pascoe Grenfell e John Taylor, o norte-americano David Jewett e o francês Teodoro de Beaurepaire.

Tornando efetivo o bloqueio do pôrto do Salvador, por uma série de audaciosos golpes a esquadra abateu o ânimo do inimigo, ao mesmo tempo que as tropas de terra apertavam o cêrco da cidade, tornando angustiosa a sua situação interna. A 2 de julho de 1823 abandonou Madeira a Bahia, embarcando com tôdas as suas tropas rumo a Portugal. Boas prêsas pôde então realizar a armada imperial, inclusive as que foram feitas pela fragata *Niterói*, que, sob o comando de Taylor, perseguiu o comboio de fugitivos até quase às águas do Tejo.

c) *No Piauí*

Proclamada a 19 de outubro de 1822, pelos patriotas da Vila de São João da Parnaíba, no Piauí, a adesão à Independência do Brasil, não tardou que de Oeiras, a capital da Província, partisse a combatê-los o Major João José da Cunha Fidié. Em sua ausência, porém, aí também ocorreu outro pronunciamento, no mesmo sentido.

Conseguindo o referido Comandante das Armas dominar a situação naquela vila, auxiliado por um brigue de guerra vindo do Maranhão, resolveram os partidários da separação recorrer à Junta governativa do

Ceará, recentemente constituída. Determinou, esta, que passassem ao Piauí, com reforços, o Comandante das Armas da Província, Coronel José Pereira Filgueiras, e o membro do govêrno Tristão Gonçalves Pereira de Alencar.

Apesar de seu valor, foram vencidos os independentes das duas Províncias em março de 1823, no lugar denominado Jenipapo, perto de Campo Maior, graças à melhor organização das fôrças de Fidié. Não pôde êste impedir, entretanto, que outras povoações piauienses também se manifestassem pela adesão ao Império. Indo êsse oficial guarnecer a vila maranhense de Caxias, ficou o Piauí em poder dos partidários da Independência, entre os quais se salientaram o opulento Simplício Dias da Silva, em Parnaíba, e Manuel de Sousa Martins, depois Barão e Visconde da Parnaíba, em Oeiras.

d) *No Maranhão*

No Maranhão, onde a Junta governativa permaneceu fiel a Portugal, até mesmo auxiliando a repressão ao pronunciamento da Parnaíba, travou-se a luta pela Independência no interior, em Caxias.

Mandada para Lisboa, como suspeita, parte da guarnição dessa vila, depois da vitória de Jenipapo foi convidado para cuidar de sua defesa o Comandante das Armas do Piauí, Major João José da Cunha Fidié.

Acedendo ao pedido, viu-se o valente oficial cercado pelas reconstituídas fôrças dos independentes do Ceará, Piauí e Maranhão. Apesar de tenaz e prolongada resistência, capitulou a praça sertaneja a 30 de julho. A 27, demitira-se Fidié do respectivo comando.

Desde o dia 26 chegara a São Luís, vinda da Bahia, parte da esquadra de Lorde Cochrane. Comunicando à referida Junta que o resto da armada vinha submetê-la, sem luta aclamou-se o Imperador no dia 28, elegendo-se nôvo govêrno, favorável à Independência.

e) *No Grão-Pará*

Para sujeitar à obediência o Grão-Pará, onde os partidários da separação haviam sido perseguidos, e, em parte, remetidos presos para Lisboa, de São Luís mandou Lorde Cochrane a Belém o brigue *Maranhão,* sob o comando de Grenfell. Repetiu êste, com êxito, o mesmo estratagema de intimidação usado por seu chefe na Província vizinha: se a Junta se não submetesse ao Imperador, a cidade seria atacada pela esquadra que se encontrava à entrada do Rio Pará. Reunida em sessão, nem pôde discutir a proposição, por ter o povo invadido o respectivo recinto, aclamando D. Pedro I e a Independência.

Eleita nova Junta, não custaram a aparecer sérias dissensões. Fazendo-se numerosas prisões, 253 suspeitos foram enviados para bordo do brigue *Diligente,* onde, por inépcia do comandante, morreram asfixiados 249.

f) *Na Província Cisplatina*

Desde junho de 1822 haviam-se declarado fiéis ao govêrno de Lisboa as tropas portuguêsas, comandadas por D. Álvaro da Costa de Sousa de Macedo, que guarneciam Montevidéu. Outra parte dessas tropas, chefiada pelo Tenente-General Carlos Frederico Lecor, então Barão da Laguna, manifestou sua adesão à Regência do Príncipe D. Pedro. Sendo, porém, menos numerosa, retirou-se daquela capital para o interior da Província Cisplatina.

Depois da Independência do Brasil, em janeiro de 1823 declarou Lecor sob bloqueio, por terra, as fôrças de Montevidéu. Sòmente em outubro pôde chegar à Cisplatina uma Divisão Naval brasileira, que fêz o mesmo, pelo Rio da Prata, atacando os navios portuguêses, aí estacionados.

Em novembro, percebendo que não receberia os esperados reforços de Portugal, e que não poderia sustentar por muito tempo a sua posição, visto como Lecor aliciava muitos partidários para a causa brasileira — resolveu D. Álvaro assinar uma Convenção com os imperiais, estabelecendo condições para a retirada de suas fôrças, rumo a Lisboa.

Já no início de 1824 entrou em Montevidéu o Barão da Laguna, sendo prontamente aclamado D. Pedro I na capital da Província Cisplatina, onde foi igualmente jurada a Constituição do Império.

XLIX

A CONSTITUINTE DE 1823 E A CONSTITUIÇÃO DE 1824

1 — A Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil

Desde 3 de junho de 1822, antes, portanto, da própria Independência do Brasil, havia sido convocada uma Assembléia Geral Constituinte e Legislativa para o país. De acôrdo com o cálculo da população em 1819, apurado pelo Desembargador Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira, deveria ser maior o número de deputados brasileiros, relativamente aos que tinham sido eleitos para as Côrtes de Lisboa. Devido, porém, à Guerra da Independência, não chegaram a ser escolhidos os representantes do Piauí, Maranhão, Grão-Pará e Província Cisplatina. Também Sergipe não elegeu deputado. Quanto aos representantes da Bahia, sòmente depois da restauração da Província puderam participar dos trabalhos da Assembléia, nos últimos meses de sua reunião.

Com a demora resultante das distâncias e dificuldades das comunicações, sòmente de fevereiro a abril de 1823 chegaram ao Rio de Janeiro deputados em número suficiente para a instalação da Constituinte. A 17 dêsse último mês realizou-se a sessão preparatória. Vigorando, então, a errônea opinião de que o descobrimento do Brasil havia ocorrido a 3 de maio, esta foi a data escolhida para a solene abertura dos trabalhos.

a) *Principais deputados*

Dos 90 deputados eleitos por 14 Províncias, vários não chegaram a participar dos trabalhos da Assembléia, nem sempre sendo substituídos pelos respectivos suplentes. 26 eram bacharéis em leis, 22 magistrados, 19 sacerdotes, 7 militares, além de alguns médicos, proprietários e funcionários públicos. Formavam o melhor conjunto de representantes que poderia apresentar o país, embora muitos fôssem totalmente inexperientes em questões legislativas. Excetuavam-se dessa falta de prática apenas os que haviam tomado parte nas Côrtes de Lisboa, em 1821/1822.

Distinguiram-se, nas atividades de nossa primeira Constituinte, muitos deputados, alguns dos quais destinados a posições de relêvo na história política do Império.

Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, foi, mais uma vez, líder dotado de amplas qualidades de orientação dos debates, tanto

em apoio ao Ministério de que era principal figura seu irmão José Bonifácio, como na oposição, depois da exoneração dêste. Também da bancada de São Paulo participavam outros Deputados às Côrtes de Lisboa, como Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada, além de elementos novos, como o próprio José Bonifácio, o culto Desembargador Veloso de Oliveira e Francisco de Paula Sousa e Melo, chefe do govêrno já no Segundo Reinado.

Da representação fluminense faziam parte o Bispo Capelão-Mor, D. José Caetano da Silva Coutinho, duas vêzes Presidente da Assembléia; os futuros Marqueses de Baependi, Caravelas, Inhambupe e Santo Amaro, todos Senadores, Conselheiros de Estado e Ministros, posteriormente. Também representaram a Província e cidade do Rio de Janeiro o paulista Martim Francisco Ribeiro de Andrada e o catarinense Manuel José de Sousa França. Foi aliás freqüente, durante todo o Império, que pessoas não nascidas em certas Províncias conseguissem representá-las tanto no Senado como na Câmara dos Deputados.

A maior bancada era a de Minas Gerais, de vinte deputados. Incluíram-se entre êles dois antigos conjurados de 1789: José de Resende Costa Filho e o Padre Manuel Rodrigues da Costa; os futuros Marqueses de Sabará, Sapucaí, Queluz e Valença; o ex-Intendente dos Diamantes, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá; José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, depois Visconde de Caeté, e outros vultos do movimento da Independência — José Joaquim da Rocha e Padre Belchior Pinheiro de Oliveira; o constante oposicionista Padre José Custódio Dias.

Também na representação pernambucana vários foram os constituintes que se distinguiram: Francisco Muniz Tavares, revolucionário e historiador de 1817; Pedro de Araújo Lima, depois Regente do Império e Marquês de Olinda; os futuros Visconde de Goiana e Barão de Pirapama; o Padre Venâncio Henriques de Resende, que embora acusado de republicano teve reconhecido o seu diploma.

Dos Deputados do Ceará, merecem referência: José Martiniano de Alencar e Pedro José da Costa Barros; de Alagoas, o futuro Visconde de Maranguape e o revolucionário Padre José Antônio Caldas; da Paraíba, o oposicionista Joaquim Manuel Carneiro da Cunha; do Rio Grande do Sul, José Feliciano Fernandes Pinheiro, depois Visconde de São Leopoldo.

Os representantes da Bahia foram os últimos a comparecer à Assembléia. Entre êles, os futuros Marqueses de Abrantes, Barbacena e Monte Alegre, Viscondes do Bom Retiro, da Cachoeira, de Cairu e Jequitinhonha; e Francisco Carneiro de Campos, depois Senador e Ministro, como, aliás, a maioria dos citados.

b) *Ação legislativa da Assembléia*

Destinando-se a elaborar também as leis ordinárias, de que necessitava o país, além da Constituição, muitos foram os projetos desde os primeiros dias apresentados à Assembléia. Um dêles, apresentado por Muniz Tavares, provocou grandes discussões: autorizava o govêrno a expulsar

do Brasil todos os indivíduos, brasileiros ou estrangeiros, que não tivessem demonstrado a sua adesão à causa da Independência. Outra proposição, relativa à concessão de uma anistia geral, combatida pelo govêrno, foi rejeitada.

Duas memórias dignas de consideração apresentou José Bonifácio à Assembléia: uma sôbre a civilização dos indígenas ainda existentes no Brasil, outra sôbre a conveniência da mudança da capital para o interior do país.

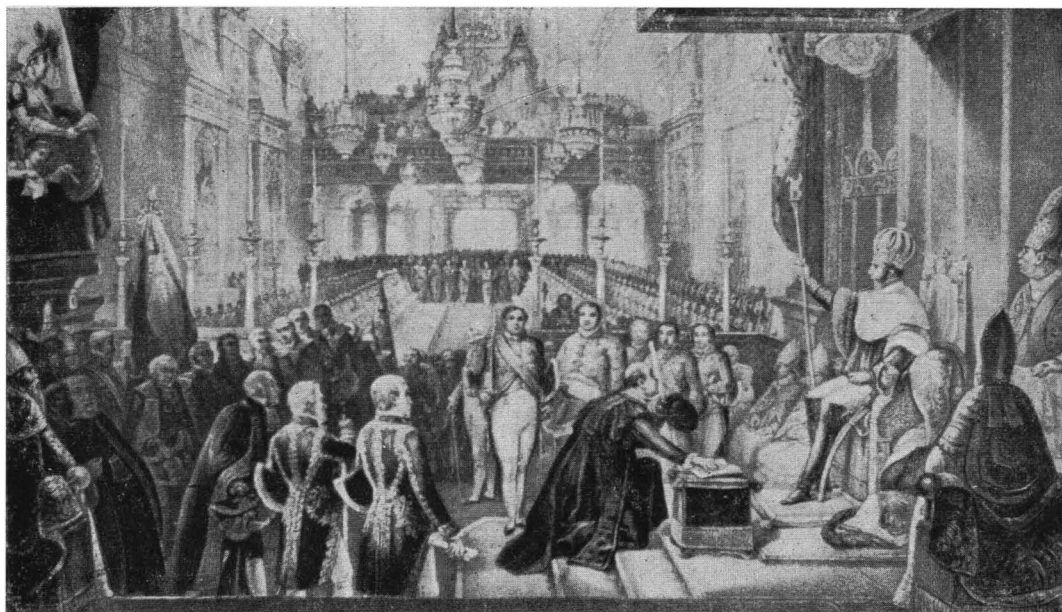
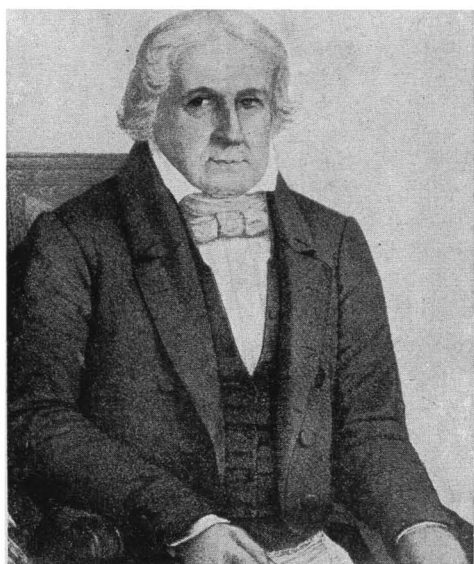
Uma questão muito importante, suscetível de provocar rompimento com o Imperador, foi a relativa a considerar a Assembléia desnecessária a sanção imperial às leis dela emanadas. Discutida a matéria, sustentou o Ministério, por intermédio de Martim Francisco, ser imprescindível a sanção do Imperador àqueles atos. Apesar disto resolveu-se, por pequena maioria, que os referidos decretos seriam promulgados sem dependência de sanção. O Imperador, a princípio disposto a resistir ao que lhe apontavam como uma diminuição de suas prerrogativas, depois preferiu ceder, a fim de evitar maiores divergências, e mandou executar as leis recebidas da Assembléia.

Eram estas apenas seis e, de um modo geral, úteis ao país. A primeira apenas estabelecia o modo de promulgação das leis. A segunda, extinguia o Conselho de Procuradores-Gerais das Províncias. Proibia a terceira que os deputados, no exercício do mandato, aceitassem emprêgos públicos. Revogava a quarta o alvará de 1818 que proibira o funcionamento das sociedades secretas. Determinava a quinta quais as antigas e novas leis portuguêsas que continuavam em vigor no Brasil. Reorganizava a sexta os governos das Províncias, que passariam a ser dirigidas por Presidentes nomeados pelo Imperador.

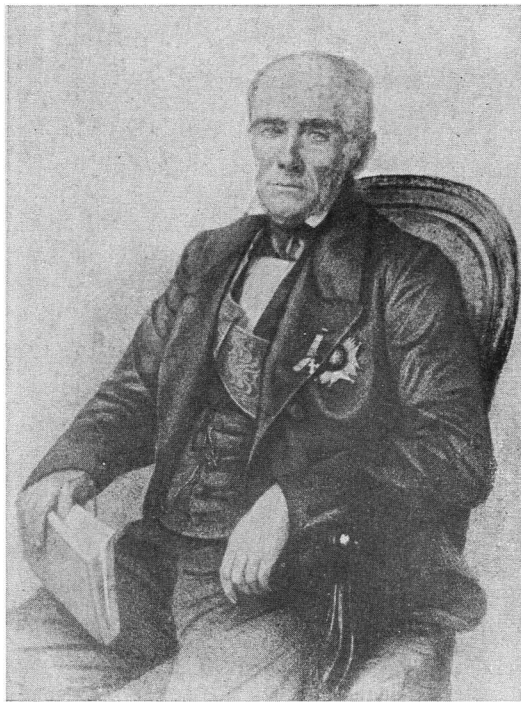
Outros projetos de leis apresentados à Assembléia ainda não haviam sido votados definitivamente, por ocasião de sua dissolução.

c) *Projeto constitucional de Antônio Carlos*

Já na Fala do Trono, pronunciada pelo Imperador na solenidade da abertura dos trabalhos da Assembléia surgiu a primeira questão relativa à sua finalidade principal, a elaboração da carta constitucional. A conselho do Ministro José Bonifácio e por sua redação, mencionou o documento algumas bases para que a futura Constituição pudesse merecer a imperial aprovação e ser pelo Imperador defendida "se fôsse digna do Brasil e dêle". Estranhou-se esta restrição, por conter a dúvida de que o Congresso pudesse redigir um texto indigno do país e do Chefe do Estado. Antônio Carlos e o próprio José Bonifácio deram as explicações necessárias, acomodando-se a divergência, embora com alguns votos contrários.

A fim de preparar um anteprojeto constitucional, designou-se uma comissão composta daqueles dois deputados e mais quatro: Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, Antônio Luís Pereira da Cunha, Pedro de Araújo Lima e Francisco Muniz Tavares. Antônio Carlos,

Cerimônia da Coroação e Sagração de D. Pedro I como Imperador do Brasil, a 1.º de dezembro de 1822, na Capela Imperial, fixando o momento em que o Presidente do Senado da Câmara do Rio de Janeiro prestava o juramento de fidelidade ao soberano. Desenho de J. B. Debret.

Em cima: José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838). Litografia de S. A. Sisson.

À direita: D. Pedro I, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil de 1822 a 1831.

Francisco Vilela Barbosa, 1.º Visconde e Marquês de Paranaguá (1769-1846). *À direita:* Brigadeiro Francisco de Lima e Silva (1785-1853), membro das duas Regências Trinas. Litografias de S. A. Sisson.

José da Costa Carvalho, Barão, Visconde e Marquês de Monte Alegre (1796-1860), membro da Regência Trina Permanente, chefe do govêrno de 1849 a 1852. *À direita:* Pedro de Araújo Lima, Visconde e Marquês de Olinda (1793-1870), Regente único em 1837-1840, Ministro no Primeiro Reinado, quatro vêzes chefe do govêrno no Segundo. Litografias de S. A. Sisson.

Presidente da Comissão, recebeu, dentro de algum tempo, trabalhos preparados por seus colegas, mas, de acôrdo com o seu depoimento posterior, teve a franqueza de criticá-los, não os julgando originais, por serem adaptados da recente Constituição portuguêsa ou da espanhola. Ficou encarregado de preparar outro texto, o que fêz em curto prazo, dentro de quinze dias, apenas. Apresentando-o em setembro, sòmente então começou a Assembléia a sua tarefa pròpriamente constituinte.

O projeto de Antônio Carlos, longo, de 272 artigos, era um código liberal, elaborado de acôrdo com as idéias da época. Nêle era aproveitada a curta e recente experiência constitucionalista portuguêsa, além das doutrinas então propagadas pelo escritor suíço-francês Benjamin Constant, expressas em seu *Cours de Politique Constitutionnelle*. Destas divergia, entretanto, ao fortalecer as atribuições do Poder Executivo do Ministério, com prejuízo das que deveriam competir ao Imperador.

Ressentia-se o projeto da pressa com que fôra elaborado, conforme opinião do próprio autor. Expressões inadequadas nêle eram freqüentes, como no capítulo referente ao Poder Legislativo, por exemplo. Poderiam ser corrigidas, porém, nas discussões do plenário ou na redação final.

Embora modelado nas idéias e nos tratadistas da época, muitas disposições continha, procedentes da tradição portuguêsa. Assim, a organização militar dividida em três categorias: exército, milícias e ordenanças. Outras características eram puramente brasileiras, como a de calcular a capacidade eleitoral e a elegibilidade dos cidadãos, não pela respectiva renda em dinheiro, mas pelo preço de uma mercadoria de consumo corrente em todo o país, a farinha de mandioca. Assim, para que alguém pudesse ser eleitor de paróquia ou de Província, Deputado ou Senador, seria necessário que possuísse renda líquida, anual, correspondente ao valor de 150, 250, 500 ou 1.000 alqueires de farinha de mandioca (1).

Discutindo-se o respectivo preâmbulo, propugnaram alguns deputados, inclusive sacerdotes, pela adoção da mais completa liberdade religiosa.

A discussão do projeto, de setembro a novembro de 1823, até à dissolução da Assembléia, alcançou apenas o artigo 24. Era de se prever, portanto, que muito lenta seria a elaboração constitucional, atendendo à extensão do trabalho de Antônio Carlos e à falta de prática legislativa da maioria dos deputados.

2 — *Dissolução da Constituinte*

Antes da saída dos irmãos José Bonifácio e Martim Francisco do primeiro Ministério imperial, já alguns incidentes externos haviam repercutido na Assembléia. O espancamento sofrido pelo jornalista Luís

(1) "Tão estranha e pitoresca exigência despertou a veia humorística do povo, donde logo partiu o apelido, destinado a ferir de ridículo a *Constituição da mandioca*". — Tobias Monteiro — *História do Império — O Primeiro Reinado*, tomo I (Rio de Janeiro, 1939), p. 20/21.

Augusto May, redator da *Malagueta,* onde criticava aquêle Gabinete, foi um dêles [2]. No próprio recinto da Constituinte, Antônio Carlos quase agrediu o deputado Carneiro da Cunha, exatamente o que havia protestado contra aquêle fato.

A absolvição de alguns presos do Rio de Janeiro, perseguidos na devassa ordenada no ano anterior, ocasionou a libertação dos de São Paulo, por ordem do Imperador, e a saída dos Andradas do Ministério, em julho de 1823, conforme vimos na unidade anterior.

A partir dessa época tornou-se mais sensível, na Assembléia, a oposição de alguns deputados, inclusive Antônio Carlos e Martim Francisco, ao govêrno e ao próprio Imperador. Os novos Ministros, José Joaquim Carneiro de Campos, depois Marquês de Caravelas, e Manuel Jacinto Nogueira da Gama, mais tarde Marquês de Baependi, como o Imperador, esforçavam-se por evitar o aparecimento de motivos de divergência. Assim, ao receber o projeto de Antônio Carlos, manifestou D. Pedro, por intermédio do Ministro do Império, o seu especial agrado e "que maior seria a sua satisfação, quando êle, elaborado e discutido, se convertesse em Constituição".

Além da oposição na própria Assembléia, também na imprensa tornou-se ela bastante ativa, através de dois jornais influenciados pelos irmãos Andradas e aparecidos em agôsto: *O Tamoio,* redigido por seus amigos Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond e Francisco da França Miranda, e *Sentinela da Liberdade à Beira do Mar da Praia Grande,* cujo redator era o antigo carbonário italiano José Estêvão Grondona, Vice-Cônsul da Sardenha no Rio de Janeiro. No primeiro, diretamente colaboraram Antônio Carlos e Martim Francisco, fazendo-o menos José Bonifácio [3].

Caracterizava-se essa oposição por seu caráter antiportuguês, o que atingia o próprio Imperador, que não era brasileiro nato. Contribuiu para agravá-la a permissão concedida para que fôssem admtidos no Exército imperial muitos militares nascidos em Portugal, mas que já haviam manifestado sua adesão à Independência do Brasil, inclusive alguns aprisionados na Bahia. Essa questão foi acremente discutida por certos deputados, que não pouparam censuras ao govêrno.

A êsse tempo, tendo-se restabelecido em Portugal o poder absoluto, com a dissolução das Côrtes, tentou D. João VI um entendimento direto com D. Pedro I, no sentido de cessar a luta vigente com o Brasil, e de reconhecer, êste, certa ligação com a antiga metrópole, embora gozando de um regime de plena autonomia.

Com êsses objetivos mandou emissários à Bahia e ao Rio de Janeiro. Mas, quando o primeiro dêles, o Marechal Luís Paulino Pinto de França,

---

(2) Ainda não foi possível apurar, até agora, a quem cabe a culpa dessa agressão, se a José Bonifácio, se ao próprio Imperador, como se propalou, embora nenhum interêsse tivesse êste no caso. (Cf. Helio Vianna — "Luís Augusto May e *A Malagueta*", na *Contribuição à História da Imprensa Brasileira — 1812-1869* (Rio de Janeiro, 1945), p. 510/516; e "*A Malagueta*" — *1822,* Coleção fac-similar de Jornais Antigos (Rio de Janeiro, 1945), Introdução, p. VIII/IX).

(3) Apesar da negativa de Drummond, quanto à colaboração direta do Patriarca no *Tamoio,* conseguimos prová-la em "José Bonifácio Jornalista", trabalho publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* vol. 261, de outubro-dezembro de 1963.

antigo deputado brasileiro às Côrtes, chegou à cidade do Salvador, já a encontrou em nosso poder, dirigindo-se, portanto, ao Rio de Janeiro. Na capital do Império, sòmente à vista de seu precário estado de saúde foi-lhe permitido desembarcar, ficando, entretanto, sob vigilância militar.

Pouco depois chegaram os outros emissários de D. João VI, o Conde de Rio Maior e o ex-Ministro Francisco José Vieira. Diante de sua condição de parlamentários, agiu o govêrno com grande prudência, tendo em vista não suscetibilizar a Assembléia. Exigindo-se-lhes o reconhecimento da Independência do Brasil, que não estavam autorizados a fazer, declarou-se sem motivo a Missão, cujos encarregados deveriam imediatamente regressar a Portugal. Continuava vigente o estado de guerra entre os dois países, motivo pelo qual foi apresada a corveta em que haviam chegado.

Solucionada, assim, a questão, outras surgiram, pouco depois, dando causa à dissolução da Assembléia.

Tendo chegado a notícia da restauração de São Luís, ao Almirante Lorde Cochrane concedeu o Imperador o título de Marquês do Maranhão. Contra êsse ato apresentou o Deputado Francisco Gê Acaiaba de Montezuma (depois Visconde de Jequitinhonha) uma indicação, no sentido de ser suspensa a outorga daquela mercê, até que por lei se estabelecessem a ordem e gradação das distinções nobiliárquicas. Discutida a proposição, nada se resolveu, a respeito.

A 4 de novembro publicou a *Sentinela* uma carta anônima, contendo insinuações contra os oficiais nascidos em Portugal que haviam sido encarregados de vigiar o emissário Luís Paulino, desembarcado por doente. Os atingidos, Major José Joaquim Januário Lapa e Capitão Zeferino Pimentel Moreira Freire, passando pela farmácia do Largo da Carioca, pertencente ao ilhéu Davi Pamplona Côrte Real, nela entraram, por ter o segundo indicado ao primeiro o referido boticário como autor do citado artigo. Agredindo-o Lapa, declarou o atacado não ser êle o articulista (4). Aconselhado por oposicionistas, apresentou queixa à Assembléia, que sensatamente opinou competir o caso à Justiça comum. Isto não impediu, porém, que em sessão de 10 de novembro violentamente discursassem sôbre a ocorrência, dando o ofendido como "brasileiro", os Deputados Antônio Carlos e Martim Francisco (5). Interrompido, êste, por manifestações das galerias e de assistentes que se encontravam na própria sala, não teve o Presidente João Severiano Maciel da Costa (depois Marquês de Queluz), outro recurso senão levantar a sessão.

No mesmo dia ocorreu uma reforma ministerial, de que a Assembléia teve logo conhecimento. Exoneraram-se os dois Ministros que não eram brasileiros natos: o Coronel João Vieira de Carvalho, depois Marquês de

---

(4) Supõe-se que êste fôsse o pernambucano Francisco Antônio Soares, que a 10 de setembro de 1823, publicara na *Sentinela* uma carta assinada "O Brasileiro Resoluto", contrária à inclusão de portuguêses em postos militares e cargos civis do Império. A 8 de novembro, em frente à sua casa, foi também agredido por três oficiais, inclusive os dois agressores de Pamplona. Soares, daí por diante, tornou-se mais conhecido pelo referido pseudônimo de *Brasileiro Resoluto*.

(5) Em *Suplemento* ao n.º 35 (último) do *Tamoio*, de 11 de novembro, divulgaram-se os dois incendiários discursos de Antônio Carlos e Martim Francisco.

Lajes, titular da pasta da Guerra, e Caetano Pinto de Miranda Montenegro, depois Marquês da Vila Real da Praia Grande, Ministro da Justiça desde a Regência de D. Pedro. Acompanharam-nos os dois brasileiros que haviam substituído os Andradas em julho, José Joaquim Carneiro de Campos e Manuel Jacinto Nogueira da Gama, futuros Marqueses de Caravelas e Baependi.

No dia seguinte, justificou-se o Presidente da Assembléia, pela atitude que fôra forçado a tomar na véspera. Soube-se, então, por uma participação do nôvo Ministro do Império, Francisco Vilela Barbosa, depois 1.º Marquês de Paranaguá, que os oficiais da guarnição do Rio de Janeiro haviam representado ao Imperador contra os insultos de que haviam sido vítimas, e que, para evitar desordens, fôra a tropa mandada para fora da cidade, convindo, portanto, que a respeito daquele fato tomasse providências a Assembléia. Nomeada uma comissão para examinar a matéria, lamentou ela o ocorrido, concluindo que o Congresso ficaria em sessão permanente, até que o govêrno enviasse informações mais circunstanciadas sôbre as queixas da guarnição. Em resposta, esclareceu o Ministro do Império que as referidas representações mencionavam os periódicos *Sentinela* e *Tamoio*, influenciados pelos três irmãos Andradas; quanto às providências solicitadas, deixava-as o Govêrno ao critério da Assembléia. De acôrdo com isto opinou a comissão que se fizessem algumas restrições à liberdade de imprensa, até que fôsse posta em execução a lei que a devia regular.

Convidado a prestar maiores esclarecimentos, compareceu o Ministro Vilela Barbosa, já na manhã de 12 de novembro. Submetido a verdadeiro interrogatório, saiu-se com inteligência e habilidade, embora alguns deputados também manifestassem o desejo de ser ouvido o nôvo Ministro da Guerra.

Consta, embora não o declare a ata da sessão, que durante a mesma "algumas vozes se ouviram, pedindo que se declarasse o Imperador fora da lei". Delas tendo conhecimento D. Pedro, decidiu-se a mandar lavrar o decreto de dissolução da Assembléia (6).

As tropas, que na véspera haviam se concentrado no Campo de São Cristóvão, encontravam-se, então, no da Aclamação. Uma parte dirigiu-se ao Largo do Paço, de onde o Brigadeiro José Manuel de Morais, comandante da Imperial Guarda de Honra, foi levar à Assembléia o decreto de sua dissolução. Nêle declarava o Imperador que tendo convocado a Constituinte e tendo esta perjurado ao solene juramento que prestara, de defender a integridade e Independência do Império, e a sua dinastia, resolvera dissolvê-la e convocar uma outra,

(6) Francisco Adolfo de Varnhagen (Visconde de Pôrto Seguro) — *História da Independência do Brasil*, 3.ª ed. (São Paulo, 1957), p. 218. — De acôrdo com a opinião do próprio José Bonifácio, manifestada antes e depois do acontecimento, documentada, hoje, por várias referências contemporâneas, tendo sido a Constituinte convocada por D. Pedro, quando ainda Príncipe-Regente, tinha êle inteiro direito de dissolvê-la quando o julgasse oportuno. O mesmo Patriarca da Independência mais de uma vez tê-lo-ia aconselhado nesse sentido, inclusive a fim de que pudesse outorgar uma Constituição, sem esperar pela conclusão dos trabalhos da Assembléia.

à que apresentaria um projeto de Constituição "duplicadamente mais liberal" que o elaborado (7).

De acôrdo com a resolução imperial, declarou o Presidente Maciel da Costa que a Assembléia ficava dissolvida. À saída foram presos alguns deputados, entre os quais Antônio Carlos e Martim Francisco; José Bonifácio, ausente, foi prêso em casa, e conduzido ao Forte da Laje, depois à Fortaleza de Santa Cruz. Também foram presos os deputados Montezuma, Padre Belchior Pinheiro de Oliveira e José Joaquim da Rocha. Dois filhos dêste, um irmão do jornalista Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond, o Deputado Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e outros, foram também presos, mas depois postos em liberdade. Por resolução do Conselho de Estado, então organizado, foram deportados para a França, recebendo, porém, pensões para suas subsistências, os três irmãos Andradas, Montezuma, Rocha e o Padre Belchior. Fugiu para Buenos Aires o ex-carbonário Grondona; para Pernambuco, Francisco Antônio Soares, o "Brasileiro Resoluto"; para a Europa, Vasconcelos de Drummond.

3 — Constituição de 1824

a) *Preparação e outorga*

A fim de elaborar o projeto de Constituição que seria apresentado à nova Assembléia, conforme a promessa feita por ocasião da dissolução, ainda em novembro de 1823, por sugestão que atribuímos a Vilela Barbosa (8), criou o Imperador um Conselho de Estado, composto dos seis Ministros recentemente nomeados e mais quatro personalidades políticas, todos brasileiros natos.

Os Ministros e Conselheiros, de acôrdo com a recomposição havida, inclusive algumas renúncias e dispensas, eram os seguintes: do Império, João Severiano Maciel da Costa, o ex-Presidente da Assembléia, depois Marquês de Queluz; da Justiça, Clemente Ferreira França, mais tarde Marquês de Nazaré; de Estrangeiros (pasta então separada), Luís José de Carvalho e Melo, futuro Visconde da Cachoeira; da Guerra, o Brigadeiro João Gomes da Silveira Mendonça, depois Visconde do Fanado e Marquês de Sabará; da Marinha, Francisco Vilela Barbosa, depois 1.º Marquês de Paranaguá; da Fazenda, Mariano José Pereira da Fonseca, mais tarde Marquês de Maricá. Não eram Ministros os seguintes Conselheiros de Estado: José Egídio Álvares de Almeida, antigo Secretário de D. João VI, Barão, depois Marquês de Santo Amaro; Antônio Luís Pereira da Cunha, futuro Marquês de Inhambupe; Manuel Jacinto Nogueira da Gama, mais tarde Marquês de Baependi; José Joaquim Carneiro de Campos, depois Marquês de Caravelas.

---

(7) No dia seguinte apareceu uma retificação, esclarecendo que a acusação de perjúrio só se aplicava aos deputados que se haviam excedido no exercício de suas atribuições.

(8) Conforme nossas notas 124 e 149 ao cap. IX — "A Constituinte e sua dissolução", da *História da Independência do Brasil*, cit., de Varnhagen (3.ª ed., p. 219 e 229).

Imediatamente instalado o Conselho de Estado, com tanto afinco trabalhou o nôvo órgão, sob a presidência e com ativa participação direta do Imperador, que já no dia 11 do mês seguinte, dezembro de 1823, completou a sua tarefa primordial, a elaboração do projeto constitucional.

A José Joaquim Carneiro de Campos tem-se atribuído relevante papel na preparação do nôvo texto. Sabe-se, hoje, que a propósito também deve ser lembrado o nome de seu irmão, Francisco Carneiro de Campos, que já na Assembléia Constituinte inùtilmente havia lembrado a conveniência da adoção, entre nós, daquilo que seria principal característica da Constituição de 1824, o Poder Moderador. Era essa inovação uma idéia de Clermont Tonnerre, desenvolvida pelo tratadista suíço-francês Benjamin Constant no capítulo dedicado ao Poder Real, no modêlo de Constituição apresentado em seu *Cours de Politique Constitutionelle.*

À parte essa diferença, muito se valeu, o texto do Conselho de Estado, do que havia redigido Antônio Carlos. Foi o que demonstrou, colocando frente a frente os respectivos capítulos e artigos, o Barão Homem de Melo, na obra intitulada *A Constituinte Perante a História* (9). Era, porém, o segundo melhor redigido e muito mais sucinto, pois, em vez de 272 artigos, só continha 179.

Ultimada a sua redação, foi o projeto expedido a tôdas as Câmaras municipais do Império, a fim de receber sugestões e possíveis emendas. A do Rio de Janeiro propôs, entretanto, que fôsse o mesmo imediatamente adotado como Constituição definitiva, sendo o seu exemplo seguido por quase tôdas as outras. Apenas a Câmara da vila paulista de Itu, por influência do ex-Deputado às Côrtes de Lisboa, Padre Diogo Antônio Feijó, apresentou várias críticas e emendas. Também examinou a matéria a Câmara da cidade do Salvador, que formulou duas reservas, quanto a pontos secundários da Constituição. Discutiram a legitimidade da consulta feita, as Câmaras do Recife e Olinda, que se não pronunciaram decisivamente, na ocasião.

Outras, não chegaram a manifestar-se a tempo. Algumas, no Nordeste, foram contrárias, porém tardiamente. Considerável maioria, entretanto, concordou com a imediata aceitação do projeto do Conselho de Estado como texto constitucional definitivo.

Atendendo a êsse voto dos legítimos representantes da vontade popular que eram as Câmaras municipais, desistiu o Imperador da decretada convocação de uma nova Assembléia Constituinte e resolveu outorgar aquêle projeto como Constituição do Império do Brasil, jurando-a a 25 de março de 1824, data em que começou a vigorar em todo o país.

b) *Características*

A primeira Constituição brasileira era uma Carta bastante adiantada para a época em que foi elaborada e entrou em vigor. Forjada à luz das doutrinas vigentes e das experiências já então registradas na Europa,

(9) F. I. Marcondes Homem de Melo — *Op. cit.* (Rio de Janeiro, 1863).

procurou atender, também, às tradições jurídicas luso-brasileiras e ao caso especial do Brasil monárquico e democrático. Sua mobilidade, que permitiu, posteriormente, a adoção de várias leis fundamentais sem que se tornasse necessário proceder à sua reforma, foi uma de suas mais felizes características.

Outra, igualmente da maior importância, foi a inclusão do Poder Moderador, privativo do Chefe de Estado, "a chave de tôda a organização política", destinado a velar pela "manutenção da Independência, equilíbrio e harmonia dos demais podêres" (10).

Era uma Constituição unitária, de Poder Executivo fortemente centralizado, tendo em vista manter bem firme a união entre os mais longínquos núcleos da população brasileira. Concedendo, por êsse motivo, amplas atribuições ao govêrno, sujeitava-o porém, à fiscalização permanente do Imperador, assistido pelo Conselho de Estado, e temporária, da Assembléia Geral.

Dividia-se, esta, em Senado vitalício e Câmara dos Deputados temporária, elegível por quatro anos, mas podendo ser dissolvida pelo Imperador. Mantinha-se, nos dois órgãos do Poder Legislativo, a desigualdade da representação provincial, tendo em vista a diferença da intensidade da população em cada unidade administrativa do Império. Assim, o número de deputados seria o dôbro, ou pouco mais, do número de senadores.

Quanto ao Poder Judicial, foi apenas em suas linhas gerais definido na Constituição de 25 de março de 1824, organizando-se, mais tarde, de modo mais perfeito, por leis ordinárias.

(10) Art. 98 da Constituição de 1824.

L

REVOLUÇÃO DE 1824

1 — Causas da revolução em Pernambuco

Governava Pernambuco, em 1823, uma Junta presidida por Manuel de Carvalho Pais de Andrade. Tendo sido nomeado Presidente da Província, de acôrdo com a lei votada pela Assembléia Constituinte e Legislativa, o Morgado do Cabo, Francisco Pais Barreto, futuro Marquês do Recife, não lhe quis passar o cargo o seu ocupante, sob pretexto de esperar a resposta à representação que contra a escolha do Imperador fôra enviada ao Rio de Janeiro. Proclamou, ainda, em março de 1824, sua fidelidade ao regime, desmentindo tendências republicanas que lhe atribuíam. Isto não impediu que no mesmo mês, pretextando imaginário ataque de navios franceses, inùtilmente pedisse ao govêrno dos Estados Unidos, de acôrdo com a recente doutrina do Presidente Monroe, a vinda de uma pequena esquadra norte-americana para estacionar no Recife e "defender a nossa liberdade".

A favor do Morgado do Cabo pronunciou-se uma parte da guarnição do Recife, chegando a prender Manuel de Carvalho, embora transitòriamente. Não conseguindo o seu intento, retiraram-se essas fôrças da capital para o sul da Província, onde Pais Barreto reuniu elementos contra o seu competidor. Uma pequena Divisão Naval, comandada pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra John Taylor, pôs então em bloqueio o pôrto do Recife, visto o estado de rebeldia em que se encontrava o govêrno pernambucano.

Procurando evitar o conflito, nomeou o Imperador um terceiro para a Presidência da Província. Escolheu para o cargo José Carlos Mayrink da Silva Ferrão, que entretanto não se mostrou à altura da situação e deixou de tomar posse, cedendo à pressão de Carvalho e seus partidários. Avultavam, entre êstes, o Coronel José de Barros Falcão de Lacerda, Comandante das Armas; o poeta José da Natividade Saldanha, Secretário do govêrno; o carmelita Frei Joaquim do Amor Divino Rabelo e Caneca, que no jornal *O Tífis Pernambucano* chegava a pregar a separação, caso não atendesse o Imperador aos desejos de sua facção; o português João Soares Lisboa, ex-redator do *Correio do Rio de Janeiro,* que no Recife publicou o periódico intitulado *Desengano aos Brasileiros;* e o Padre João Batista da Fonseca, sucessor de

Cipriano Barata no famoso pasquim *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco.*

Sòmente em junho, depois de conseguida a desistência de Mayrink, pronunciaram-se contra o juramento da Constituição outorgada as Câmaras municipais do Recife e Olinda. Aquela, porém, para isto teve de ser prèviamente recomposta com partidários de Carvalho.

2 — Confederação do Equador

Forçado pela situação internacional do Brasil, diante da possibilidade de um grande ataque português, teve o govêrno imperial de retirar do Recife a esquadrilha que aí ainda impedia o rompimento de uma revolta. No dia seguinte à partida de Taylor, 2 de julho de 1824, lançou Manuel de Carvalho uma Proclamação rompendo com o Rio de Janeiro e procurando entrar em ligação com as demais Províncias do Nordeste e Norte. Em outro manifesto, pregou abertamente a separação e a adoção da forma republicana, de modo a incorporar o Brasil ao "sistema americano" [1]. Nesse sentido, adotou provisòriamente a Constituição da Colômbia, de que enviou exemplares a outras Províncias. Procurava criar, assim, a denominada *Confederação do Equador.*

Contra a rebelião declarada, armou novas tropas o Morgado do Cabo. Foi combatê-las na divisa de Alagoas uma coluna de revolucionários, a Divisão Constitucional do Sul, que não obteve quaisquer resultados positivos e teve de retirar-se. Duas embarcações do Recife remetidas ao litoral alagoano, sob o comando do maltês João Metrowich e de Joaquim da Silva Loureiro, o primeiro tendo como imediato o ativo agitador luso-polonês João Guilherme Ratcliffe, foram apresadas por navios da esquadra imperial, sendo enviados para o Rio os citados revoltosos e incorporadas às fôrças legais as respectivas tripulações.

3 — Reação oficial

Uma forte expedição preparou-se na capital do Império, para atacar a coligação de Províncias que Manuel de Carvalho tinha em vista organizar, mediante a reunião, no Recife, de uma Assembléia Constituinte. Comandava a parte naval, inicialmente de cinco navios, Lorde Cochrane, e a militar, de 1.200 soldados, o Brigadeiro Francisco de Lima e Silva. Desembarcados, êstes, nas Alagoas, reuniram-se às fôrças armadas pelo Morgado do Cabo. Criado, assim, o Exército Cooperador da Boa Ordem, marchou contra o Recife, ao mesmo tempo que a esquadra renovava o bloqueio da capital pernambucana. Tentou Cochrane obter

---

(1) Tem-se apresentado como causadora da Revolução Pernambucana de 1824 a dissolução da Assembléia Constituinte, em novembro de 1823. Mas, além do atraso com que teria aparecido êsse protesto (quase oito meses), os fatos cabalmente demonstram que "a causa fundamental da revolta era a conservação de Carvalho no govêrno". — Tobias Monteiro — *História do Império — O Primeiro Reinado*, tomo I (Rio de Janeiro, 1939), p. 73. — A mesma opinião antes expendeu Francisco Adolfo de Varnhagen (Visconde de Pôrto Seguro) — *História da Independência do Brasil* 3.ª ed. (São Paulo, 1957), p. 312.

a rendição de Carvalho. Não a conseguindo, aproximou-se do pôrto um dos navios menores, bombardeando-o.

Já em setembro, vindo pelo Sul, audaciosamente aproximou-se Lima e Silva da cidade, ocupando os Bairros de São José e Santo Antônio, dos quais, de 12 até 17 dêsse mês, atacou os da Boa Vista e Recife, até vencer completamente os revoltosos e entrar em Olinda, seu último reduto em Pernambuco. Com aquelas tropas de terra cooperou nova fôrça naval, na ausência de Cochrane sob o comando do Chefe-de-Divisão David Jewett.

Os remanescentes da revolta pernambucana retiraram-se para o interior, embora sem a companhia dos principais chefes Manuel de Carvalho Pais de Andrade, Coronel José de Barros Falcão de Lacerda e Bacharel José da Natividade Saldanha, que fugiram para o estrangeiro. Perseguidos, atravessaram, com pequenas lutas, parte dos sertões de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, inclusive fazendo junção com os revolucionários paraibanos. Naquela última Província, em Caicó, declararam sua adesão ao Imperador. Já no Sul do Ceará, no Engenho do Juiz, renderam-se, afinal, em fins de novembro, às fôrças legalistas, voltando presos ao Recife os maiores comprometidos. Em um dos combates havidos, o de Couro d'Anta, ainda em Pernambuco, fôra morto o jornalista João Soares Lisboa.

Restabelecida a ordem, jurou-se a Constituição do Império no Recife, a 1.º de dezembro de 1824.

Tendo sido anteriormente suspensas as garantias constitucionais, fôra criada uma Comissão Militar para julgamento dos culpados de Pernambuco. Apesar dos esforços do Brigadeiro Lima e Silva para que fôssem atenuadas as condenações pronunciadas, foram estas numerosas, alcançando presos e ausentes. A primeira execução foi a de Frei Caneca, prèviamente degradado de suas ordens religiosas, fuzilado por se não encontrar quem o quisesse enforcar. Seguiram-se-lhe mais sete condenados à pena última: o Capitão Lázaro de Sousa Fontes e Antônio Macário de Morais; Agostinho Bezerra Cavalcanti e Sousa, Major do Batalhão dos *Henriques;* Capitão Antônio do Monte Oliveira, Tenente Nicolau Martins Pereira e o norte-americano James Heide Rodgers; e, afinal, Francisco Antônio Fragoso. Quatorze foragidos, inclusive os maiores responsáveis pela revolução, também foram condenados à morte, mas escaparam pela ausência. Alguns envolvidos foram entregues ao fôro ordinário e os demais não pronunciados pelo crime de rebelião, anistiados por decreto imperial de 7 de março de 1825.

No Rio de Janeiro coube à justiça comum condenar à execução os aventureiros estrangeiros e maçons remetidos de Alagoas, Metrowich e Ratcliffe, além do pernambucano Loureiro.

4 — *A revolução noutras Províncias*

a) *Na Paraíba*

Na Paraíba, muito antes do rompimento da Confederação do Equador, pronunciaram-se contra o govêrno imperial algumas Câmaras municipais, apresentando como pretexto a dissolução da Constituinte, mas tendo como real motivo dessa atitude a escolha do Presidente provincial Filipe Néri Ferreira, que não merecia suas simpatias.

Organizaram, em maio de 1824, um govêrno revolucionário no interior, chefiado por Félix Antônio Ferreira de Albuquerque, que logo obteve auxílio militar pernambucano de Manuel de Carvalho Pais de Andrade. Contra êle mandou o Presidente Néri Ferreira algumas fôrças comandadas pelo Coronel Estêvão José Carneiro da Cunha. Conseguiram estas vencer os rebeldes, em fins do mesmo mês, obrigando-os a fugir, deixando mortos, feridos e prisioneiros.

A suspensão do bloqueio marítimo de Taylor, no Recife, e o conseqüente rompimento da Confederação do Equador, tornaram novamente grave a situação na Paraíba. Desanimado, o Presidente Néri Ferreira, sob pretexto de eventual ataque português entrou em negociações com os revoltosos da Província, propondo-lhes uma conciliação, a êles grandemente favorável. Terminou, porém, passando o cargo a Alexandre Francisco de Seixas Machado e retirando-se para o Rio de Janeiro.

O nôvo chefe do govêrno paraibano conseguiu de um emissário de Manuel de Carvalho o reconhecimento da fidelidade da Província ao Imperador e a cessação do auxílio de Pernambuco aos revolucionários que se mantinham no sertão. Êstes não tardaram a ser novamente batidos e fôrças paraibanas ocuparam a vila pernambucana de Goiana.

Quando os remanescentes da revolução do Recife em fuga penetraram no território da Paraíba, uniram-se aos restantes revoltosos desta Província. Rendidos, todos, no sul do Ceará, conseguiu fugir, quando ia prêso para Pernambuco, Félix Antônio, o ex-Presidente revolucionário do interior paraibano.

b) *No Rio Grande do Norte*

No Rio Grande do Norte manteve dúbia atitude o velho Presidente Tomás de Araújo Pereira. Começou negando auxílio militar ao govêrno paraibano de Filipe Néri Ferreira. Emissários seus, portadores de absurdas sugestões, não foram recebidos pelo sucessor dêste, Seixas Machado, mas firmaram indébita Convenção com um representante de Manuel de Carvalho Pais de Andrade, o arbitrário chefe do govêrno de Pernambuco, contra "quaisquer agressões do govêrno português ou do Rio de Janeiro".

Chegou o Presidente do Rio Grande do Norte a enviar pequeno contingente militar aos revolucionários da Paraíba, mas não se realizou a respectiva junção, pela aproximação dos legalistas desta Província.

Afinal, à vista da reação oficial e de um pronunciamento na própria cidade do Natal, em setembro renunciou Tomás de Araújo ao pôsto, apesar de seu anterior procedimento protestando fidelidade ao Imperador. Substituiu-o o Presidente da Câmara municipal da capital do Rio Grande do Norte, Lourenço José de Morais Navarro.

c) *No Ceará*

No Ceará revestiram-se de maior gravidade os acontecimentos revolucionários de 1824.

De volta da expedição libertadora do Piauí e interior do Maranhão, no Crato souberam o membro do govêrno Tristão Gonçalves Pereira de Alencar e o Comandante das Armas Coronel José Pereira Filgueiras, da dissolução da Constituinte, não tendo dúvidas em censurar o ato do Imperador. A caminho de Fortaleza, tiveram notícia do pronunciamento da Câmara Municipal de Campo Maior de Quixeramobim, que declarou deposto D. Pedro I, pelo mesmo motivo. Aderiu ao movimento a de Icó, e mensageiros foram enviados a outras, com o mesmo objetivo. Apoiaram, algumas, a resolução pernambucana de não elegerem deputados à nova Assembléia. Na capital, representou a Junta provisória ao govêrno do Rio de Janeiro, contra a dissolução havida, sem com êle declaradamente romper.

No mês seguinte, abril de 1824, chegou a Fortaleza o Presidente nomeado para a Província, o ex-Deputado Pedro José da Costa Barros. Apesar da incerteza reinante, conseguiu empossar-se do cargo, mas nêle pouco permaneceu, porque, vindo um emissário do ilegal govêrno de Pernambuco, prontamente obteve um golpe de Filgueiras, que colocou na chefia do govêrno cearense Tristão Gonçalves Pereira de Alencar. Embora ainda se declarassem fiéis ao Imperador, Alencar e Filgueiras asseguraram apoio a Manuel de Carvalho Pais de Andrade, com o qual entraram em íntimo entendimento.

O resultado dessa situação foi a posterior adesão do Ceará à Confederação do Equador, a 26 de agôsto. Rompendo com o Império, seria a forma do nôvo govêrno determinada em futura Assembléia Constituinte. Apesar das providências militares então tomadas, não tardou a aparecer, no interior, a reação dos partidários do Imperador. Rumo ao Crato e interior da Paraíba, seguiu, em setembro, Filgueiras, levando tropas. Para Aracati e o Vale do Jaguaribe, em outubro, Tristão Gonçalves de Alencar Araripe (2), a fim de lutar contra os elementos que, espontâneamente, ou insuflados da vizinha Mossoró, manifestavam-se contra a rebelião.

O govêrno revolucionário da Província estava confiado, na ausência de Alencar Araripe, a José Félix de Azevedo e Sá, quando chegaram a Fortaleza, a 17 de outubro, a fragata *Piranga* e a nau *D. Pedro I,* em que vinha Lorde Cochrane. Apressou-se aquêle a içar a bandeira impe-

(2) Como outros partidários da revolução no Ceará, também Alencar acrescentou ao seu nome uma palavra indígena, Araripe, abandonando o sobrenome português Pereira.

rial e a aclamar, com a pouca gente que havia na capital, o nome do Imperador, solicitando, ao mesmo tempo, perdão para quantos, enganados, haviam aderido à revolução. Prometeu o Almirante que seriam êstes perdoados, fazendo-se justiça apenas aos que não se apresentassem ou fôssem considerados chefes do movimento.

Achava-se Alencar Araripe em Santa Rosa, entre o Jaguaribe e o seu afluente Riachão, quando se aproximaram fôrças que vinham combater as suas. Vencidas, estas, foi o Presidente revolucionário assassinado por seus antigos partidários, quando se retirava. Filgueiras, também vencido e vencedor em alguns encontros, ao saber do ocorrido depôs as armas e entregou-se em Icó. Mandado ao Rio de Janeiro, por terra, adoeceu e faleceu em São Romão, à margem do Rio São Francisco, ao norte de Minas Gerais. A 4 de dezembro jurou-se em Fortaleza a Constituição de 25 de março de 1824.

Retirando-se Lorde Cochrane do Ceará, para a Província enviou o Brigadeiro Lima e Silva, como Comandante das Armas, o Tenente-Coronel de Engenheiros Conrado Jacob de Niemeyer. Com êle veio o Presidente Costa Barros, repôsto no cargo, mas pouco depois substituído pelo mesmo Azevedo e Sá.

Niemeyer, depois de pacificar o interior, esforçou-se por atenuar os julgamentos da Comissão Militar encarregada de castigar os principais revoltosos do Ceará. Oito foram condenados à morte, já em 1825, sendo executados cinco: Padre Gonçalo Inácio de Loiola de Albuquerque Melo Mororó, responsável pelo pronunciamento de Quixeramobim, Coronel José de Andrade Pessoa, Tenente-Coronel Francisco Miguel Pereira Ibiapina, Major Luís Inácio de Azevedo e Feliciano Carapínima. Um foi degredado para Fernando de Noronha, outros entregues à Justiça comum, ou absolvidos. Atendendo ao pedido de Niemeyer, o Imperador mandou suspender a execução dos três condenados restantes.

LI

POLÍTICA EXTERIOR DO PRIMEIRO REINADO

A política exterior do Primeiro Reinado não foi mais, a princípio, que a continuação da que vinha enfrentando a Regência de D. Pedro, antes da Proclamação da Independência. Entre os auxiliares do Príncipe, de 22 de abril de 1821 a 16 de janeiro de 1822, figuraram três Ministros do Reino e *Estrangeiros,* à última data passando a ocupar o cargo José Bonifácio de Andrada e Silva. A êste coube orientar tanto as relações externas da parte do Reino Unido que então se desmembrava, como as do Império então fundado. Nesse sentido, nomeou os primeiros representantes diplomáticos exclusivamente brasileiros, e, depois da Independência, mais alguns que com os anteriores iniciaram negociações para o respectivo reconhecimento. Antes, porém, de obtê-lo o nosso país, tôda uma guerra pela emancipação foi travada com Portugal, em ativas campanhas terrestres e marítimas.

Conseguida, afinal, com a intervenção inglêsa, a solução do conflito com a mãe-pátria, outras dificuldades internacionais atingiram a única monarquia sul-americana. A rebelião da Cisplatina, apoiada pelas Províncias Unidas do Rio da Prata, que visavam a sua incorporação, resultou em guerra contra Buenos Aires, terminada, depois de nova mediação da Inglaterra, com a Independência do Uruguai. Um problema dinástico, originado na sucessão de D. João VI, envolvendo D. Pedro I, grandes preocupações trouxe à nascente diplomacia imperial, decisivamente contribuindo para a abdicação de 1831.

1 — Reconhecimento da Independência

Antes de Proclamação da Independência, a 6 de agôsto de 1822 assinou o Príncipe-Regente D. Pedro um *Manifesto aos Governos e Nações Amigas,* redigido por José Bonifácio, no qual declarou estar "pronto a receber os seus Ministros e agentes diplomáticos" e enviar-lhes os do Brasil. Dias depois foram nomeados nossos primeiros Encarregados de Negócios nos Estados Unidos, Inglaterra e França. Aos dois últimos, como a outros, posteriormente designados, competiu trabalhar pelo reconhecimento da separação do Brasil. O Marechal-de-Campo Felisberto Caldeira Brant Pontes, futuro Marquês de Barbacena — em Londres, Antônio Teles da Silva, depois Marquês de Resende — em Viena, e o Cônego Francisco Correia Vidigal — em Roma, muito se

esforçaram naquele sentido. Foram auxiliados, os dois primeiros, mais tarde, por Domingos Borges de Barros (depois Visconde de Pedra Branca) e Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa (futuro Visconde de Itabaiana), inclusive em outras Côrtes da Europa.

As dificuldades para a obtenção do reconhecimento da Independência foram muitas, sobretudo devido à intransigente atitude de Portugal, no início das negociações, às ligações existentes entre êsse país e a Inglaterra, e à política das potências européias que formavam a Santa Aliança, desfavorável à libertação das antigas colônias americanas. Sòmente quando foram dissolvidas as Côrtes portuguêsas, restabelecendo-se em sua plenitude a autoridade do Rei D. João VI, puderam ser retomados os entendimentos que visavam a pacificação das duas partes do ex-Reino Unido.

Pouco depois, em 1824, reconheceram os Estados Unidos da América a Independência do Brasil, sendo a República norte-americana o primeiro país a fazê-lo. Não encontrou dificuldades para obtê-lo do govêrno do Presidente James Monroe o Encarregado de Negócios José Silvestre Rebêlo.

Intervindo no assunto, mais uma vez, resolveu o Ministro inglês George Canning enviar um agente ao Rio de Janeiro, Sir Charles Stuart, a fim de promover a renovação do Tratado de Comércio de 1810, grandemente vantajoso à Inglaterra. Passando por Lisboa, aí recebeu credenciais e instruções de D. João VI para também em nome de Portugal, mediante certas condições, reconhecer a separação do Brasil.

Chegando à Côrte de D. Pedro I, entrou Stuart em negociações com o Imperador e seus representantes, os futuros Visconde da Cachoeira, Marqueses de Santo Amaro e Paranaguá. E, embora não fôssem aceitos os têrmos da carta-régia trazida de Lisboa, firmou-se a 29 de agôsto de 1825 o Tratado pelo qual reconhecia Portugal a Independência do Brasil.

De acôrdo com uma de suas disposições, anuiu o Império ao desejo manifestado por D. João VI de assumir o título honorário de Imperador do Brasil. Por uma Convenção adicional, aceitou o compromisso de pagar uma indenização de dois milhões de libras esterlinas pelas dívidas do Reino Unido de que fizera parte.

A Inglaterra, França, Áustria e a Santa Sé logo reconheceram, cada uma por sua vez, a Independência do Brasil, seguindo-se nisso outras potências européias, além dos vizinhos sul-americanos, com os quais já vinha o Império mantendo relações (1).

Herdeiros de tôda a ação portuguêsa na América, assumíamos, assim, a responsabilidade internacional por um dos maiores países da terra.

(1) Um episódio excepcional, em que não teve nenhuma responsabilidade o govêrno do Rio de Janeiro, ameaçou, em 1825, as relações mantidas com alguns de nossos vizinhos. O Governador espanhol de Chiquitos, na atual Bolívia, derrotado pelos partidários da Independência, resolveu entregar o seu território ao govêrno de Mato Grosso, tendo em vista a sua incorporação ao Império. Imprudentemente aceito o oferecimento, em maio daquele ano, um mês depois, melhor esclarecidas, voltaram atrás de sua resolução as autoridades da Província, anulando as providências tomadas antes e que foram integralmente desaprovadas pelo govêrno imperial.

De 1825 a 1828 enfrentou o Império do Brasil uma revolução na Província Cisplatina, de que resultou a guerra que sustentou contra as Províncias Unidas do Rio da Prata, terminada, de mútuo acôrdo, com a criação da República Oriental do Uruguai. Alguns dos respectivos locais de combates achamse aqui assinalados.

Mapa do Prof. Manoel Maurício de Albuquerque, reproduzido do *Atlas Histórico Escolar*, do Ministério da Educação e Cultura.

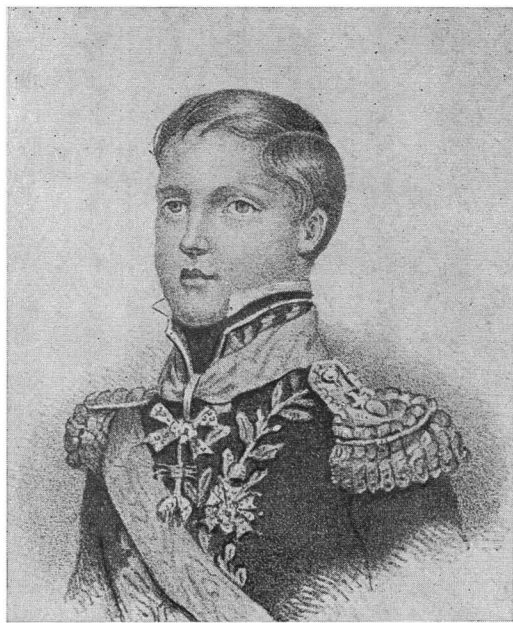
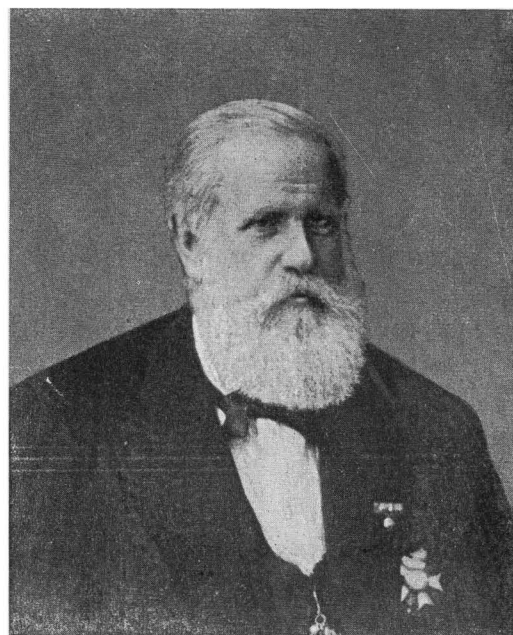
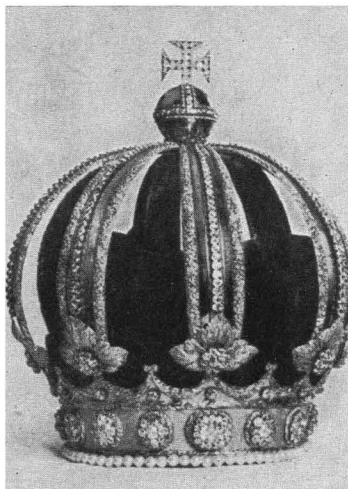
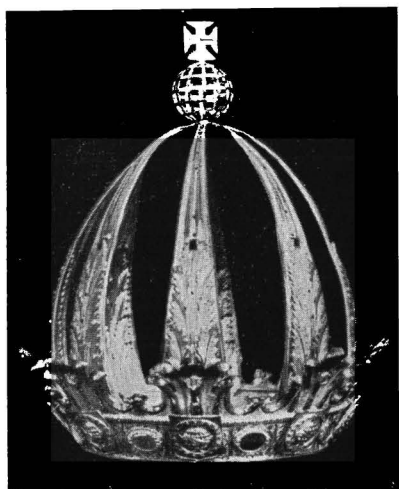
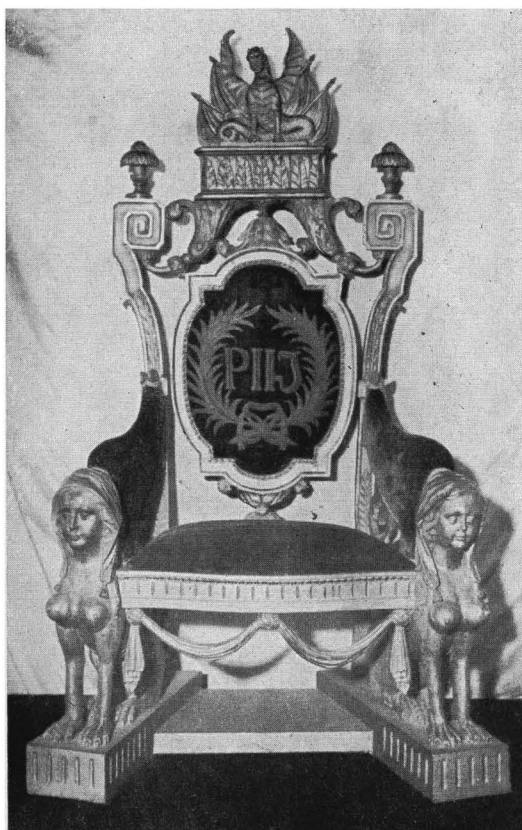
2 — *Separação da Cisplatina*

Entrando em Montevidéu, em 1824, conseguiu o Tenente-General Carlos Frederico Lecor, então Barão da Laguna, que o Cabildo da cidade jurasse a Constituição do Império, e que, meses depois, fôssem eleitos os representantes cisplatinos ao Senado e Câmara dos Deputados do Brasil. Manteve, também, as disposições especiais que regulavam o govêrno da Província desde a anexação ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves: vigência das leis anteriores, uso da língua espanhola, o antigo sistema de impostos, etc.

a) *Revolta da Cisplatina*

Apesar daquela situação excepcional, iniciando um movimento de rebelião contra o Brasil, a 19 de abril de 1825 desembarcaram em La Agraciada, perto de Colônia, os famosos "trinta e três", comandados por João Antônio Lavalleja. Em Durazno receberam como refôrço o Regimento do Coronel Frutuoso Rivera, que assim deixou o serviço do Império.

Graças aos auxílios recebidos das Províncias Unidas do Rio da Prata e a outras adesões, pouco depois organizou-se, em Florida, um govêrno provisório. Instalada, aí, uma Assembléia Constituinte, adotou o regime republicano para a Cisplatina, sendo determinada a sua incorporação às Províncias Unidas.

Reagindo contra essa situação, mobilizaram-se as milícias do Rio

D. Pedro II ao ser aclamado Imperador, em 1831, aos 5 anos de idade. *À direita:* D. Pedro II em 1843, aos 18 anos de idade, quando se casou com D. Teresa Cristina de Bourbon, Princesa das Duas Sicílias.

D. Pedro II em 1860, aos 35 anos de idade. *À direita:* D. Pedro II em 1889, aos 64 anos de idade.

Coroa Imperial de D. Pedro I, de que foram retiradas as pedras preciosas para utilização na seguinte, de D. Pedro II. *À direita:* Coroa Imperial de D. Pedro II. Ambas no Museu Imperial, de Petrópolis. A primeira feita pelo ourives Manuel Inácio de Loiola; a segunda de autoria do ourives francês Carlos Marin.

Dossel e trono de D. Pedro II. *À direita:* Trono de D. Pedro II. Museu Imperial, de Petrópolis.

Grande do Sul e enviaram-se reforços a Montevidéu. Parte da esquadra brasileira, sob o comando de Rodrigo Ferreira Lôbo, dirigiu-se a Buenos Aires, que ameaçou de bloqueio, caso continuasse a ser registrado o seu auxílio aos revoltosos da Cisplatina.

Nesta, entretanto, já ocorriam pequenos encontros entre as fôrças de Lavalleja e as imperiais, sem resultados decisivos. O principal foi o combate de Sarandi, a 12 de outubro, em que os orientais obtiveram vantagem sôbre as tropas, inferiores em número, comandadas pelo Coronel Bento Manuel Ribeiro.

b) *Guerra contra as Províncias Unidas do Rio da Prata*

A 25 de outubro de 1825 o Congresso das Províncias Unidas decretou a incorporação da Cisplatina. Comunicando-o ao Rio de Janeiro, com o pedido de retirada das nossas tropas do território cisplatino, julgou o govêrno imperial que isto equivalia a uma declaração de guerra, aceitando-a em dezembro e declarando imediatamente sob bloqueio o pôrto de Buenos Aires.

Para diminuir o seu efeito, além de armar uma pequena esquadra, cujos navios maiores foram um a um destruídos, permitiu o govêrno das Províncias Unidas que contrabandistas estrangeiros praticassem o corso contra o Brasil, o que dificultou, mas não impediu que se mantivesse, durante tôda a guerra, o bloqueio da capital portenha. Assim, durante o ano de 1826, registraram-se triunfos para a Marinha imperial em Corrales e Lara Quilmes, frustrando-se um ataque dos platinos à Colônia. Para incentivar a campanha, foi pessoalmente a Pôrto Alegre o Imperador D. Pedro I.

Em fevereiro do ano seguinte, penetrando um exército inimigo, sob o comando do General Carlos de Alvear e de Lavalleja, em território brasileiro, pelo Rio Negro, encontrou-se no Passo do Rosário, no Rio Santa Maria, com as fôrças, inferiores em número, munições e cavalhada, chefiadas pelo Marquês de Barbacena. Não chegaram a travar completa batalha. Depois de simples encontros preliminares, retiraram-se os brasileiros, devido à posição desfavorável em que estavam. Os platinos e uruguaios, sem os perseguirem, pouco depois abandonaram a região fronteiriça, não tendo tirado qualquer proveito efetivo da ligeira incursão.

Ainda em 1827 não foram felizes duas pequenas expedições navais brasileiras mandadas ao Sul, em perseguição aos corsários. Também conseguiram os platinos surpreender um comboio que navegava no Rio Uruguai, em Juncal, apresando alguns de nossos navios menores. Compensando essas perdas, nova vitória naval obteve o Almirante Rodrigo Pinto Guedes em Monte Santiago, distinguindo-se, noutros pontos do estuário, vários de seus subordinados.

c) *Convenção Preliminar de Paz, de 1828*

Sèriamente prejudicados pelo enérgico bloqueio, sem obter quaisquer bons resultados em terra, em abril de 1827 mandaram os platinos um

emissário ao Rio de Janeiro, Manuel José Garcia, com instruções para tentar o reconhecimento da separação da Cisplatina. Não o alcançando, firmou no mês seguinte uma Convenção pela qual o govêrno de Buenos Aires concordava com a permanência da antiga Banda Oriental unida ao Brasil.

Não sendo ratificado o ajuste, prosseguiu o estado de guerra, embora sem que se registrassem quaisquer operações militares de importância, a não ser a entrada, na região dos anteriores Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai, do caudilho Rivera.

Prolongando-se, entretanto, essa situação, durante o primeiro semestre de 1828 voltaram os platinos a tratar da paz, a princípio sob os auspícios da Inglaterra, por intermédio de seus representantes em Buenos Aires e Rio de Janeiro. Verificada, pelo Brasil, a inconveniência de ser mantida a anexação da Cisplatina, que só a título excepcional fôra aceita, e desistindo as Províncias Unidas do seu propósito de incorporá-la, resolveu o Império concordar com a criação de um nôvo país independente na América do Sul, a República Oriental do Uruguai.

Foi o que se estabeleceu na Convenção Preliminar de Paz, a 27 de agôsto de 1828 firmada no Rio de Janeiro pelos nossos representantes Marquês de Aracati, Conselheiro José Clemente Pereira e Tenente-General Joaquim de Oliveira Álvares, e pelos das Províncias Unidas do Rio da Prata, Generais Tomás Guido e Juan Ramón Balcarce. Um artigo adicional procurou garantir a liberdade de navegação do Rio da Prata e seus formadores, constante preocupação diplomática e militar dos brasileiros.

Ratificada, pouco depois, a Convenção, abandonou Rivera as Missões, localizando-se com sua gente entre os Rios Arapeí e Quaraí. No ano seguinte, deixaram as últimas tropas brasileiras as praças uruguaias que ainda ocupavam. Em 1830 aprovaram o Brasil e as Províncias Unidas a primeira Constituição Política da República Oriental do Uruguai (2).

3 — *A sucessão ao Trono português*

Sério motivo de desentendimento entre D. Pedro I e os brasileiros constituiu a atenção por êle naturalmente dedicada à questão dinástica surgida com a morte do Rei D. João VI, em 1826.

Herdeiro do Trono português, o Imperador do Brasil apenas por alguns dias aceitou a Coroa de seus antepassados, para em seguida condicionalmente renunciar em favor da filha D. Maria II, nascida no Rio de Janeiro ao tempo do Reino Unido. Sendo esta uma criança, determinou, antes, que constitucionalmente governasse uma Regência encabeçada pela Infanta D. Isabel Maria, sua irmã, até que pudesse assumi-la o Infante D. Miguel, que se casaria com a sobrinha e legítima soberana.

(2) Helio Vianna — *História das Fronteiras do Brasil*, vol. 132/133 da Biblioteca Militar, cap. XII — "Política Exterior do Primeiro Reinado" (Rio, 1948), p. 131/137; *História Diplomática do Brasil* (São Paulo, 1958), p. 91/96.

Assim disposto o assunto por D. Pedro IV, teve êle execução muito diferente, por ter sido aclamado Rei absoluto o Infante, em 1828, em detrimento dos direitos da Rainha carioca. Diplomatas brasileiros tiveram de envolver-se na questão, que também interessava a países europeus, como a Inglaterra, tradicional aliada de Portugal, e a Áustria, onde se encontrava D. Miguel antes de assumir a Regência portuguêsa, e cujo Imperador, Francisco I, era avô materno da pequena D. Maria II. Complicando ainda mais a situação, acorriam ao Rio de Janeiro os emigrados constitucionalistas portuguêses, perseguidos pelos absolutistas. Suas despesas, como as da ida à Europa da jovem Rainha, foram custeadas pelos fundos destinados ao pagamento das indenizações estabelecidas no Tratado de Reconhecimento da Independência. Em 1829, antes da realização de seu segundo casamento, com a Princesa D. Amélia de Leuchtenberg, projetou D. Pedro ir à Europa, a fim de tentar uma solução para aquelas questões. Manifestou, então, a resolução de renunciar ao Trono brasileiro, caso a Assembléia Geral lhe negasse licença para aquela viagem, de que aliás desistiu [3].

A preocupação que êsse problema dinástico trazia a D. Pedro I, como pai e Rei condicionalmente resignatário, era interpretada, no Brasil, como prova de seu menor cuidado pela situação nacional. Criticava-se, também, que diplomatas brasileiros tivessem de intervir em matéria que apenas interessava ao monarca. De qualquer forma, a questão portuguêsa constituiu um dos motivos de desgôsto e desconfiança contra o primeiro Imperador do Brasil, muito contribuindo para a sua resolução de abdicar à Coroa americana, em 1831 [4].

---

(3) Cf. Helio Vianna — "D. Pedro I de 1829 a 1831", na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 252, de julho-setembro de 1961 (Rio, 1962), p. 179/184.
(4) Helio Vianna — *História Diplomática do Brasil*, cit., p. 97.

LII

POLÍTICA INTERNA DO PRIMEIRO REINADO

A política interna do Primeiro Reinado, como vimos na unidade XLVIII, começou a agitar-se desde o mês de seu início, outubro de 1822, quando se caracterizou forte movimento de oposição a José Bonifácio, por êle entretanto vencido, na crise ministerial então ocorrida. Continuou, depois, a causar apreensões, quando os irmãos Andradas passaram a oposicionistas, na parte final dos trabalhos de nossa primeira Assembléia Geral Constituinte e Legislativa, de 1823, e, a seguir, com a revolução nordestina de 1824 — conforme estudamos em outras unidades desta *História*. Nos anos seguintes, de 1825 a 1828, um acontecimento que deveria ser de ordem interna, a rebelião da Província Cisplatina, assumiu, desde o rompimento, aspecto internacional, transformando-se em guerra do Império do Brasil contra as Províncias Unidas do Rio da Prata, fomentadoras daquela revolta — como vimos na unidade anterior.

1 — A Primeira Legislatura do Império

De acôrdo com a Constituição de 1824 realizaram-se as eleições para o Senado vitalício e a Câmara temporária, que formavam a nova Assembléia Geral brasileira, a ser instalada em 1826.

Não houve dificuldades para a eleição de deputados, mas quanto à escolha de senadores, que deveria ser feita pelo Imperador, em listas de três nomes eleitos para cada vaga, surgiu um problema. É que muitos nomes, exatamente os dos mais eminentes vultos do país, vários dos quais haviam representado o Brasil nas Côrtes de Lisboa e em nossa Constituinte, apareceram repetidos nas listas de algumas Províncias. Resolveu D. Pedro I escolhê-los por uma delas, eliminando de outras os seus nomes, a fim de facilitar a seleção dos demais.

Ficou, assim, o Senado, constituído dos homens mais representativos do tempo, além de amigos pessoais e fiéis servidores do imperante, enquanto na Câmara dos Deputados grande era o número de políticos estreantes e, portanto, ainda inexperientes. Eis porque julgou o historiador inglês John Armitage ter sido "fraca e vacilante" [1] a primeira sessão anual da legislatura inicial do Império. Apesar disso, não duvidaram alguns deputados criticar os Tratados assinados com Portugal, Inglaterra e França, celebrados antes da reunião da Assembléia. Censuraram, também, algumas escolhas feitas para o corpo diplomático.

(1) João Armitage — *História do Brasil desde o período da chegada da Família de Bragança em 1808 até à abdicação de D. Pedro I em 1831*, 3.ª ed. brasileira (Rio de Janeiro, 1943), p. 268.

Abrindo a sessão legislativa do ano seguinte, 1827, aconselhou o Imperador, na Fala do Trono, que as "divagações" dos representantes do povo fôssem mais úteis, que tratassem, por exemplo, da organização do Poder Judicial, apenas delineado na Constituição. E apesar de Armitage considerar "inquieta" a ação da Câmara, nesse ano, dêle datam as criações de nossos primeiros Cursos Jurídicos (sediados em Olinda e São Paulo) e dos juízes de paz eletivos, de grande atuação, à época. Discutiu-se, também, a relevante questão da manutenção do tráfico de africanos para o Brasil, que a Inglaterra procurava dificultar, embora fôssem crescentes as nossas necessidades de trabalhadores rurais.

Nota-se, então, o fortalecimento das tendências liberais de nossos políticos, conquanto ainda não estivessem organizados em partidos. Alguns iam revelando intenções oposicionistas, mas a presença, entre os Ministros, de vultos como Pedro de Araújo Lima e Miguel Calmon du Pin e Almeida, futuros Marqueses de Olinda e Abrantes, garantia ao govêrno a boa vontade de certo número de deputados.

Agravando-se, no ano seguinte, inclusive por causa da Guerra do Prata, a situação financeira do país, aumentaram os motivos ou pretextos de oposição. O Banco do Brasil injustamente foi dado como insolvável, cresceu a dívida pública, caiu o câmbio. Na Câmara, por Armitage apresentada como "exigente", sugeriu o ardoroso Deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos que houvesse igualdade de direitos de importação para as mercadorias estrangeiras, visando, com isto, extinguir os efeitos dos recentes Tratados de Comércio, que beneficiavam principalmente a Inglaterra e a França. Reformou-se, ainda, em sentido diminutivo da anterior autonomia, a legislação relativa aos municípios, distinguindo-se na respectiva discussão o Deputado Padre Diogo Antônio Feijó. Organizaram-se, também, os Conselhos Gerais das Províncias, órgãos auxiliares dos respectivos governos, e o Supremo Tribunal de Justiça, nossa mais alta côrte judiciária.

Um levante de Batalhões estrangeiros, lançando o terror nas ruas da capital do Império e exigindo enérgica repressão (em que tomou parte o próprio Imperador), ocasionou a queda de um Ministério, em junho de 1828. No mês seguinte causou descontentamento a inevitável solução dada por D. Pedro I a uma intimação do Almirante francês Roussin, que cobrou, em nome de seu país e à mão armada, o pagamento de indenização por prêsas feitas no bloqueio de Buenos Aires, na guerra enfim terminada.

Não menos acidentado transcorreu o ano de 1829.

Tendo havido um pequeno motim em Afogados, no Recife, julgando-o de maior vulto, à vista das anteriores rebeliões pernambucanas, determinou o govêrno medidas excepcionais, inclusive a criação de uma Comissão Militar, para julgamento dos possíveis revolucionários. Por êsse excesso de zêlo quiseram os mais exaltados da Câmara responsabilizar os Ministros da Justiça e Guerra, Desembargador Lúcio Soares Teixeira de Gouveia e Tenente-General Joaquim de Oliveira Álvares, com muita dificuldade tendo sido impedidos de processá-los.

Encerrando, nesse ano, os trabalhos da primeira legislatura do Império, à Assembléia dirigiu D. Pedro I a seguinte fala do Trono, bem expressiva em seu laconismo: "Augustos e Digníssimos Senhores Representantes da Nação Brasileira — Está fechada a sessão. — Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil".

2 — *Abdicação de D. Pedro I*

a) *Fortalecimento da oposição*

A êsse tempo ia se tornando mais nítida uma corrente oposicionista, para a qual muito contribuía a ação da imprensa, em que se distinguiam jornais como a *Astréia,* em 1826 fundada por Antônio José do Amaral e José Joaquim Vieira Souto; a *Aurora Fluminense,* do ano seguinte, em que se tornaria conhecido Evaristo Ferreira da Veiga; e *A Malagueta,* ressuscitada em 1828, determinando nova agressão ao seu redator, Luís Augusto May, por seus excessos de alusões ferinas, em 1829. Para responder à primeira, em 1828 publicou o Visconde de Cairu a *Honra do Brasil desafrontada de insultos da "Astréia" espadachina.* O próprio Imperador, que desde 1822, quando ainda era Príncipe-Regente, secreta e ativamente colaborava em jornais, nessa época não poupou críticas impressas aos deputados que julgava seus desafetos. Fazia-o, também, por intermédio de seu fiel Secretário e Oficial do Gabinete, Conselheiro Francisco Gomes da Silva, apelidado o *Chalaça.*

Tão importante se tornou o aumento da oposição por intermédio de jornais, que na Fala do Trono com que abriu a segunda legislatura do Império, em 1830, mostrou D. Pedro I a necessidade de serem reprimidos, pelos meios legais, os abusos que em todo o país se cometiam, sob pretexto de manutenção da liberdade de imprensa.

Não se tendo reformado, nesse sentido, a liberal legislação vigente, salientaram-se, por sua violência da linguagem, que atingia o próprio Imperador, dois jornais nesse mesmo ano aparecidos: *O Repúblico,* do famoso agitador Antônio Borges da Fonseca, que chegava a preconizar a própria mudança das instituições nacionais, e *O Tribuno do Povo,* de Francisco das Chagas de Oliveira França, partidário da federação das Províncias, nova idéia surgida contra o unitarismo centralizador da Constituição de 1824.

Nos últimos meses do Primeiro Reinado, já no início de 1831, apareciam e ràpidamente desapareciam, ressurgindo com outros títulos, no Rio de Janeiro como nas principais cidades do país, numerosos pequenos e violentíssimos pasquins, que bem mostram a efervescência política da época. Na Côrte procurou o govêrno dar-lhes combate com outros do mesmo gênero, inclusive humorísticos (2).

Contribuindo para o incremento do oposicionismo, espalhava-se, embora sem base, que para restabelecer o absolutismo trabalhavam o Mi-

(2) *A Malagueta, O Repúblico, O Tribuno do Povo* e outros pasquins dos últimos anos do Primeiro Reinado acham-se estudados em nossa *Contribuição à História da Imprensa Brasileira* (1812-1869), (Rio, 1945). A colaboração, na imprensa e em panfletos, do Imperador e de Francisco Gomes da Silva, constitui objeto de nosso livro *D. Pedro I Jornalista.*

nistro José Clemente Pereira, muito antipatizado, e uma sociedade secreta, aliás de existência ainda não comprovada, denominada *Colunas do Trono*. Para combatê-la criou-se outra do mesmo gênero, a *Jardineira* ou *Carpinteiros de São José*, com sede na Côrte e ramificada nas Províncias, de que faziam parte deputados, jornalistas e militares.

Analisando-se essa situação, verifica-se que, embora realmente ainda existissem no país partidários do antigo absolutismo, nada prova que êles estivessem cuidando de sua restauração. Com o natural interêsse do Imperador pela questão dinástica lusitana, diminuía a sua popularidade, antes tão grande, e, simultâneamente, crescia o nativismo antiportuguês, incentivado na recente Guerra da Independência. Contra os portuguêses natos, mesmo quando brasileiros adotivos, de acôrdo com a Constituição, dirigia-se a campanha e a intriga dos panfletários, como dos deputados mais extremados, logo conhecidos, uns e outros, pela denominação de *exaltados* ou *farroupilhas*.

Para conter êsse crescente movimento de tendenciosa opinião, em dezembro de 1829 substituiu D. Pedro I, mais uma vez, o Ministério, organizando outro o prestigioso Marquês de Barbacena, que, para anular as insinuações da oposição, conseguiu, em abril, que o Imperador afastasse de seu convívio dois de seus mais visados e fiéis auxiliares, o Conselheiro Francisco Gomes da Silva e João da Rocha Pinto, então enviados para a Europa.

Na nova legislatura era ainda maior o número de deputados oposicionistas. Ocorrendo, em França, a revolução de que resultou a queda do Rei Carlos X, obtiveram, êsses acontecimentos, grande repercussão no Brasil. Em dezembro foi demitido o Ministro Marquês de Barbacena, que não duvidou aludir à anterior existência de um "Gabinete Secreto", de que seria principal figura o valido Gomes da Silva, o *Chalaça* (3). Exacerbou-se, então, o falso nacionalismo baseado no fomento à intriga contra os brasileiros adotivos, o que atingia o próprio Imperador. Distúrbios ocorridos em São Paulo, inclusive o assassinato do jornalista italiano João Batista Badaró — eram indícios de que irremediàvelmente se aproximava o ponto de crise.

b) *Revolta de 6/7 de abril de 1831*

Apesar da agitação política em fins de 1830 dominante no Rio, em companhia da segunda Imperatriz do Brasil, D. Amélia de Leuchtenberg, partiu D. Pedro I em visita à Província de Minas Gerais, sòmente regressando à Côrte na primeira quinzena de março de 1831 (4).

---

(3) A propósito dêsses acontecimentos, documentadamente escrevemos o ensaio "A Crise Ministerial de 1830 — preliminar da Abdicação de D. Pedro I", a ser incluído no livro intitulado *D. Pedro I e D. Pedro II — Acréscimos às suas biografias*.

(4) Não é exata a asserção de que o motivo da viagem imperial a Minas tenha sido o interêsse do Imperador em reeleger deputado o Ministro José Antônio da Silva Maia, que o acompanhava. Como também não encontra fundamento a alegação de que tenha sido recebido em Barbacena com dobres de finados, em exéquias do assassinado Badaró, conforme cabalmente o demonstrou Lúcio José dos Santos em "Viagem do Imperador a Minas — A Proclamação de Ouro Prêto; seus efeitos. Efervescência dos ódios nacionalistas", no vol. I dos *Anais do Segundo Congresso de História Nacional*, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Rio, 1934), p. 585/587.

Ainda se encontrava em Ouro Prêto quando, sabedor da propaganda pela federação que então realizava parte da imprensa oposicionista, resolveu condená-la em uma *Proclamação* destinada a obter intensa repercussão.

Ao regressar ao Rio de Janeiro, prepararam-lhe manifestações de agrado os seus partidários, entre os quais muitos brasileiros adotivos, que naturalmente o consideravam seu natural defensor, além de emigrados portuguêses, que haviam deixado o seu país diante da ocupação do trono por D. Miguel I, acolhendo-se ao Brasil, onde esperavam receber a proteção do Imperador, pai de sua destronada Rainha, a carioca D. Maria II. Surgiram então numerosos incidentes de rua, entre brasileiros *exaltados* e aquêles portuguêses ou luso-brasileiros. Promovendo, êstes, iluminações e fogueiras noturnas, procuravam destruí-las e apagá-las os primeiros. Com garrafas vazias de suas lojas defendiam-se os comerciantes portuguêses, daí resultando a denominação de *noites das garrafadas,* dadas aos referidos conflitos.

Na Chácara da Floresta, no Morro do Castelo, residência do veemente Deputado Padre José Custódio Dias, reuniram-se vinte e três deputados e um senador, sendo êste Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, que embora nascido em Portugal distinguia-se, desde as Côrtes de Lisboa, pela defesa dos interêsses brasileiros. Redigiram, aí, vibrante *Manifesto,* expondo a situação do ponto de vista dos *exaltados,* contra os portuguêses.

D. Pedro I, desejando pôr têrmo às crescentes dissensões, resolveu nomear a 19 de março um nôvo Ministério, composto de políticos relativamente novos, todos brasileiros natos e ligados aos reclamantes, que pareciam indicados para satisfazer a exigência da opinião pública nacionalista. Querendo demonstrar ainda melhor a sua boa vontade em atender aos desejos dos brasileiros, espontâneamente compareceu, no dia 25 do mesmo mês, a uma cerimônia religiosa na Igreja de São Francisco de Paula, comemorativa do sétimo aniversário da Constituição. Procurando, então, como distintivo, uma fôlha verde e amarela, e longamente permanecendo entre o povo, sentiu D. Pedro I, pela última vez, entre nós, transitòriamente reacender-se o prestígio de que antes gozara. Ao sair, porém, foi saudado com tendenciosos gritos de — "Viva o Imperador, enquanto constitucional" — e — "Viva D. Pedro II". Ao primeiro prontamente respondeu: "Sempre fui e hei de dar provas de o ser, e tanto que, sem me convidarem para a sua função aqui estou". Ao segundo, retorquiu: "Ainda é uma criança".

Novos incidentes surgiram no dia 4 de abril, aniversário da Rainha de Portugal, a destronada menina D. Maria II. Prevendo manifestações populares, determinara o Imperador aos Ministros que as proibissem, a fim de evitar outros conflitos. Não o fizeram e o resultado foi a sua exoneração no dia seguinte, substituindo-os um nôvo Gabinete, composto de antigas figuras do Reinado, quase todos senadores e marqueses, injustamente apontados como subservientes à vontade imperial, embora

entre êles se encontrassem vultos notáveis como os Marqueses de Paranaguá e Baependi, que não merecem a referida acusação.

Êsse ato de D. Pedro, constitucionalmente legítimo, pois tinha êle a faculdade de livremente escolher os seus Ministros, serviu de sinal para a insurreição que vinha sendo preparada. Logo que no dia seguinte, 6, espalhou-se a notícia da demissão e substituição do Gabinete de março, começaram alguns agitadores a reunir gente no Campo da Aclamação (hoje Praça da República). Por intermédio de Juízes de Paz, mandaram uma representação ao Imperador, à tarde, solicitando a reintegração daquele Ministério, ao que não cedeu D. Pedro I, em defesa da sua prerrogativa constitucional.

A situação tornou-se mais grave com a reunião, ao povo aglomerado no Campo, de grande parte da tropa de guarnição do Rio de Janeiro, ali conduzida pelo Brigadeiro Francisco de Lima e Silva, Comandante das Armas, que pouco antes não quisera aceitar idêntica nomeação para São Paulo, com isso incompatibilizando-se com o Imperador. Outro emissário mandou êle à Quinta da Boa Vista, o Major Miguel de Frias e Vasconcelos, já à noite, a fim de entender-se com D. Pedro. Fazendo-o esperar, mandou que se chamasse o Senador Vergueiro, o qual, entretanto, não foi encontrado. Convém notar que apesar da gravidade da situação, dispunha o Imperador de elementos para resistir, caso não preferisse ceder ao que lhe era pedido. Nesse sentido ofereceu-lhe sugestões um oficial do Batalhão do Imperador, o Major Luís Alves de Lima, futuro Duque de Caxias, filho do referido Brigadeiro Lima e Silva ([5]). Recusou, entretanto, o seu alvitre, e, já na madrugada do dia 7 de abril de 1831, resolveu mandar de volta ao Campo o referido emissário, levando o ato de sua renúncia ao Trono, em favor do filho, o Príncipe Imperial D. Pedro de Alcântara. Agiu, portanto, por sua livre vontade, uma vez que o pronunciamento popular e militar não tinha êsse objetivo, destinando-se apenas a solicitar a volta do Gabinete de março.

Alcançou assim a revolta, por vontade do Imperador desejoso de regressar à Europa para disputar o Trono de sua filha ao irmão D. Miguel, resultado muito maior que o visado por seus promotores. Com a abdicação de D. Pedro I encerrou-se o Primeiro Reinado, período que apesar de ter durado menos de nove anos foi de intensas transformações no Brasil, tendo em vista o seu desenvolvimento político, econômico e social.

Dias depois seguiu para a Europa o Imperador, acompanhado da segunda Imperatriz e da jovem Rainha de Portugal. Como Duque de Bragança conseguiu, depois de dura campanha, vencer o irmão e tomar-lhe o Trono, entregando-o à filha em favor da qual a êle espontâneamente havia renunciado, oito anos antes. Em 1834, na mesma sala D. Quixote em que havia nascido, 36 anos antes, no Palácio Real de Queluz, nas vizinhanças de Lisboa, faleceu o Fundador do Império do Brasil.

---

(5) Cf. Padre Joaquim Pinto de Campos — *Vida do Grande Cidadão Brasileiro Luís Alves de Lima e Silva — Barão, Conde, Marquês, Duque de Caxias*. (Lisboa, 1878), p. 38/39.

LIII

REGÊNCIAS TRINAS

1 — Regência Trina Provisória (1831)

Abdicando D. Pedro I em favor do filho, o Príncipe Imperial D. Pedro de Alcântara, contava êste apenas cinco anos e quatro meses de idade, não podendo, portanto, assumir a chefia do Poder Moderador, embora fôsse imediatamente aclamado Imperador, como D. Pedro II. Também não existia, na Família Imperial, um príncipe com mais de 25 anos de idade, que, de acôrdo com a Constituição, pudesse assumir a Regência do país durante a menoridade do nôvo Imperador. No Brasil com êle haviam permanecido suas irmãs D. Januária, D. Paula e D. Francisca, tôdas também menores.

Nestas condições, competia à Assembléia Geral, composta do Senado do Império e da Câmara dos Deputados, eleger uma Regência, composta de três membros, presidida pelo mais velho, conforme também estabelecia aquela Carta de 1824. Mas como estivesse o parlamento em período de férias e não podia o país ficar sem dirigentes, no próprio dia 7 de abril de 1831 resolveram reunir-se os senadores e deputados então presentes no Rio de Janeiro, a fim de elegerem uma Regência Provisória que respondesse pelo govêrno até que a Assembléia elegesse a Regência Permanente.

Para compô-la foram escolhidos os Senadores Marquês de Caravelas (José Joaquim Carneiro de Campos) e Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e o Brigadeiro Francisco de Lima e Silva.

Tomando posse imediatamente, começou a Regência por reintegrar quase todo o Ministério demitido a 5 de abril. Decretou anistia para todos os que estivessem envolvidos em processos políticos, medida com a qual julgou que poderia estancar a agitação dos últimos meses.

Reunindo-se, a 3 de maio, a Assembléia, resolveu-se que, antes de eleger a Regência Trina Permanente, deveria votar uma lei que regulasse os respectivos podêres, uma vez que êstes não podiam ser iguais aos de um Imperador ou Príncipe-Regente. Assim foi feito, ficando estabelecido que os Regentes não disporiam de tôdas as atribuições do Poder Moderador. Não poderiam dissolver a Câmara, não concederiam títulos nobiliárquicos e condecorações, embora continuassem escolhendo os senadores indicados em listas tríplices para cada vaga, etc.

Durante o curto período de govêrno da Regência Provisória verificou-se importante mutação política: os oposicionistas do tempo do Primeiro Reinado, depois de vitoriosos com o imprevisto desfecho dado à crise ministerial por D. Pedro I, cindiram-se logo em dois grandes grupos: o dos *moderados*, que então atingiram o poder, e que, como indica o próprio nome, queriam apaziguar o país, e o dos *exaltados*, que não participando do govêrno desejavam manter suas reivindicações federalistas, ou, no mínimo, no sentido de obter maior autonomia para as Províncias. Por outro lado, isolaram-se os amigos mais devotados do ex-Imperador, entre os quais se contavam muitos conselheiros de Estado e senadores, os quais passaram a manter atitude se não hostil pelo menos de reserva quanto à Regência e os que a sustentavam, deputados, jornalistas, etc.

Em algumas Províncias verificaram-se agitações de caráter mais ou menos grave, conforme estudaremos na unidade LV.

2 — *Regência Trina Permanente (1831/1835)*

A 17 de junho de 1831, elegeu a Assembléia Geral a Regência Permanente, composta dos Deputados José da Costa Carvalho (futuro Marquês de Monte Alegre) e João Bráulio Muniz, e do mesmo Brigadeiro Francisco de Lima e Silva.

Organizou a Regência um nôvo Gabinete, para o qual entrou como Ministro da Justiça, estabelecendo condições que lhe davam grande autonomia de ação, o enérgico Deputado Padre Diogo Antônio Feijó, que logo tomou severas providências para assegurar a ordem pública, novamente perturbada no Rio de Janeiro, conforme veremos na unidade LV desta *História*.

Nos meses e anos seguintes, até outubro de 1835, passaram pelos Gabinetes dos moderados alguns dos mais eminentes políticos do Segundo Reinado, embora alguns ainda fôssem relativamente jovens, a êsse tempo. É o caso de Bernardo Pereira de Vasconcelos e Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque (depois Visconde de Albuquerque), Ministros da Fazenda; Joaquim José Rodrigues Tôrres (mais tarde Visconde de Itaboraí), Ministro da Marinha; Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho (depois Visconde de Sepetiba), Ministro do Império e dos Negócios Estrangeiros; Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, Ministro do Império e da Fazenda; Honório Hermeto Carneiro Leão (futuro Marquês de Paraná), Ministro da Justiça.

Apesar disto foi grandemente agitado, na capital como na maioria das Províncias, todo o período de pouco mais de quatro anos da Regência Trina Permanente. No Rio de Janeiro eram constantes as *rusgas* ou conflitos de ruas, que atingindo os quartéis chegaram aos motins e levantes que depois estudaremos. Nas Províncias, circunstâncias puramente locais e regionais aliaram-se às de caráter geral, criando difíceis problemas às autoridades encarregadas de manter a ordem pública.

Deve-se essa situação de geral insegurança ao ardor das correntes

políticas que então se combatiam em quase todo o Império, numa época em que o supremo poder teòricamente competia a uma criança, não o podendo representar convenientemente os substitutos previstos na Constituição. Além dos moderados e exaltados, a que já nos referimos, outros agrupamentos apareceram, sendo mais importante o dos restauradores ou *caramurus,* partidários do regresso de D. Pedro I, então Duque de Bragança, ao Brasil e ao poder. Combatiam, como os exaltados, os moderados ou *chimangos,* governistas. Provinha o seu apelido de um de seus jornais, *O Caramuru,* do panfletário Davi da Fonseca Pinto, proprietário da Tipografia Paraguaçu.

Quanto aos exaltados, também tiveram os apelidos de *farroupilhas* ou *jurujubas,* o primeiro em lembrança dos *gueux* (maltrapilhos) da Revolução Francesa, o segundo de um de seus levantes, em que esperavam reforços vindos da praia niteroiense daquele nome. Encontraram-se entre êles os já citados federalistas, muitos ardentes *jacobinos,* isto é, inimigos dos portuguêses, e mesmo alguns republicanos.

Três clubes políticos orientavam, no Rio de Janeiro e em diversas Províncias, as atividades dêsses agrupamentos partidários: a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, dos moderados; a Sociedade Federal, dos exaltados; e a Sociedade Militar, dos restauradores.

Entre os chimangos distinguiam-se o senador Vergueiro, o Deputado e jornalista Evaristo Ferreira da Veiga (redator da *Aurora Fluminense*), o Padre Feijó, Aureliano Coutinho, Rodrigues Tôrres, Cândido José de Araújo Viana (depois Marquês de Sapucaí), o panfletário Antônio Borges da Fonseca e muitos outros, inclusive os Ministros acima citados.

Entre os exaltados contavam-se Ezequiel Correia dos Santos e o Brigadeiro Pedro Labatut (que presidiram a Sociedade Federal), os Deputados Ernesto Ferreira França, Antônio de Castro Álvares e Luís Augusto May (que ressuscitou, pela segunda vez, sua *Malagueta*), os Majores do Exército Miguel de Frias e Rangel de Vasconcelos e outros.

Eram tidos como restauradores os irmãos Andradas (Antônio Carlos, Martim Francisco e José Bonifácio que, por nomeação de D. Pedro I, ratificada pela Assembléia, ocupou o cargo de Tutor do jovem Imperador D. Pedro II e de suas irmãs que haviam permanecido no Brasil); os Senadores Marqueses de Paranaguá e Santo Amaro e Visconde de Cairu, o Brigadeiro Francisco José de Sousa Soares de Andréia (depois Barão de Caçapava) e outros antigos auxiliares do primeiro Imperador. Entre os ativos pasquineiros que sustentavam os caramurus, através de numerosos e efêmeros pequenos jornais, distinguiam-se João Batista de Queirós e o já citado Davi da Fonseca Pinto, aliás brasileiro adotivo.

Grande foi o papel da imprensa nas agitações políticas das Regências.

A *Aurora Fluminense,* de Evaristo da Veiga, cujo prestígio era muito grande, a *Astréia,* dos deputados Antônio José do Amaral e José Joaquim Vieira Souto, e o freqüentemente caluniador *O Sete d'Abril,* orientado por Bernardo Pereira de Vasconcelos — foram os principais órgãos jornalísticos dos moderados.

Os exaltados e os restauradores defendiam-se e atacavam o govêrno e seus partidários por intermédio de verdadeiro enxame de pasquins, em geral transitórios e mal escritos, todos não tendo dúvida em descer à calúnia e ao insulto pessoal, às insinuações infamantes ou malévolas, etc. Para dar uma impressão sôbre os mesmos, basta uma vista sôbre os respectivos títulos: *A Trombeta dos Farroupilhas, A Malagueta, O Grito dos Oprimidos, O Indígena do Brasil, O Cabrito, O Cidadão Soldado, O Burro Magro, A Formiga, O Capadócio* — eram jornaizinhos farroupilhas. *O Martelo, O Brasil Aflito* (cujo redator foi assassinado por um filho do Regente Lima e Silva, em conseqüência de infâmias assacadas contra sua família), *O Teatrinho do Senhor Severo, O Macaco ou o Palhaço da Oposição, A Loja do Belchior, o Caolho, Triunvir Restaurador ou A Lima Surda, O Torto da Artilharia, O Meia Cara, O Soldado Aflito, o Tamoio Constitucional, O Crioulinho, O Tupinambá Peregrino, O Carijó* — representavam a imprensa caramuru do Rio de Janeiro. Vê-se, por aí, que freqüentemente recorriam ao preconceito de côr, à aliciação das fôrças armadas, às reminiscências indígenas (com objetivos nativistas), aos apelidos, etc. (1).

Convém notar que os moderados não deixavam de recorrer à mesma arma do baixo jornalismo, em suas respostas aos ataques de exaltados e caramurus.

Além das *rusgas* e dos motins e levantes no Rio de Janeiro ocorridos, durante a Regência Trina Permanente, que depois estudaremos, também outros incidentes políticos de relêvo ocorreram na Côrte, no mesmo período.

Assim, em conseqüência da provável participação do Tutor José Bonifácio na revolta promovida pelos restauradores a 17 de abril de 1832, como veremos na unidade LV, pediu o Ministro Padre Feijó que fôsse destituído daquele cargo o ilustre Andrada. A Câmara dos Deputados, por 45 votos contra 31, aprovou essa proposta governamental, que foi, entretanto, rejeitada no Senado, pela maioria de apenas 1 voto. À vista dêsse resultado, projetaram os moderados a execução de um golpe de Estado parlamentar, a 30 de julho do mesmo ano, quando a Regência e o Ministério se demitiriam e a Câmara se transformaria em Assembléia Nacional, talvez votando imediatamente a aceitação de uma nova Constituição mais autoritária, que dava maior importância ao Poder Executivo, anteriormente publicada em Pouso Alegre, no jornal *Pregoeiro Constitucional,* pelo Deputado Padre José Bento Leite Ferreira de Melo. À última hora, porém, pela intervenção do Deputado Honório Hermeto Carneiro Leão, falhou o plano, motivo pelo qual deixou Feijó a pasta da Justiça.

No ano seguinte, crescendo de audácia a ação política dos caramurus, promoveu o govêrno a realização de manifestações contra a Sociedade Militar e os pasquins restauradores, decretando, em dezembro de 1833,

(1) "A Pequena Imprensa da Regência Trina Permanente" é um dos capítulos de nossa *Contribuição à História da Imprensa Brasileira (1812-1869)*, (Rio, 1945).

a destituição de José Bonifácio da tutoria, sob pretexto de conspiração, e nomeando, para substituí-lo, o Marquês de Itanhaém. Era, então, Ministro mais influente Aureliano Coutinho.

3 — Ato Adicional à Constituição (1834)

Desde 1831 discutia-se, no país, a necessidade de uma reforma na Constituição de 1824. Propugnavam os federalistas pela concessão de certa autonomia às Províncias, substituindo-se seus Conselhos Gerais por Assembléias Legislativas. Combatiam os moderados a sobrevivência do Conselho de Estado, mais adequado a funcionar junto a um Imperador que a uma Regência. E atacavam a própria vitaliciedade do Senado, que consideravam um reduto de restauradores. Também surgiu a idéia de ser ocupada por uma só pessoa a Regência, composta de três, e sujeita, portanto, a dissensões e ausências de seus membros.

Para que essa reforma pudesse ser realizada, era preciso que com ela concordasse o Senado, que, juntamente com a Câmara dos Deputados, deveria votar uma lei preliminar, determinando quais os pontos da Constituição a serem modificados. Houve dificuldade na obtenção dessa colaboração, porque os senadores mostravam-se receosos de que fôssem transformados em temporários os seus cargos vitalícios, como se propunha. Chegaram, afinal, a um acôrdo, e assim, por uma lei de 1832, a legislatura que se iniciaria em 1834 ficou autorizada a reformar a Constituição de 25 de Março.

Iniciados, neste último ano, os trabalhos da Câmara dos Deputados, foram votadas as alterações propostas, que passaram a formar o Ato Adicional à Constituição do Império, aprovado a 12 de agôsto de 1834.

Eram as seguintes as principais inovações: criavam-se Assembléias Legislativas Provinciais, em substituição aos antigos Conselhos Gerais das Províncias; competia-lhes legislar sôbre a organização civil, judiciária e eclesiástica das mesmas circunscrições administrativas, sôbre instrução pública, desapropriações, polícia e economia dos municípios, despesas e impostos, funcionalismo, viação e obras públicas, etc. Ficou estabelecido que a Regência passaria a ser una, durando quatro anos o mandato do Regente, eleito pelo voto popular. Foi também extinto o Conselho de Estado.

LIV

REGÊNCIAS DO PADRE FEIJÓ E ARAÚJO LIMA

1 — Regência do Padre Feijó (1835/1837)

De acôrdo com o disposto no Ato Adicional à Constituição do Império, realizaram-se em 1835, em todo o país, as eleições para a escolha do Regente Único, que deveria suceder à Regência Trina. Dois foram os principais candidatos, embora houvesse grande dispersão de votos, distribuídos aos políticos de maior influência regional ou local. Foram aquêles o Senador pelo Rio de Janeiro Padre Diogo Antônio Feijó, e o Deputado por Pernambuco, Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque, depois Senador e Visconde de Albuquerque.

Determinava o Ato Adicional que os eleitores deveriam votar em dois nomes, sendo um obrigatòriamente de pessoa nascida fora da Província em que se realizava a eleição. A vitória de Feijó, principalmente sustentada pelo líder moderado Evaristo Ferreira da Veiga, Deputado por Minas Gerais, deve-se principalmente à votação que por sua influência obteve nesta Província, visto que em São Paulo e Rio de Janeiro tinha fortes adversários e em quase todo o Nordeste venceu o segundo candidato colocado, Holanda Cavalcanti, pertencente a uma família de grande prestígio na região. Não foi grande a diferença entre os dois, pois Feijó obteve 2.826 votos e seu maior concorrente 2.251. A 12 de outubro de 1835 o primeiro tomou posse do cargo.

Teria o Regente Único de enfrentar grande oposição, embora a princípio contasse com o apoio de Evaristo, que não pôde sustentá-lo por muito tempo e faleceu em 1837. Mesmo entre os moderados verificou-se uma cisão, a propósito da política autoritária e pessimista de Feijó, que, entretanto, por motivo da saúde sèriamente abalada, não era mais o enérgico Ministro da Justiça de 1831/1832. Contra êle ergueram-se políticos influentes como os ex-Ministros Bernardo Pereira de Vasconcelos e Honório Hermeto Carneiro Leão (depois Marquês de Paraná), o Deputado Antônio Peregrino Maciel Monteiro (mais tarde diplomata e segundo Barão de Itamaracá) e muitos outros.

Com aquela cisão política dos *chimangos,* em vão tentaram Feijó e os seus amigos criar um nôvo partido denominado Progressista. Contra êle logo se ergueu o grupo por isso chamado dos *regressistas,* que iria dar origem ao Partido Conservador, o que por mais tempo governou

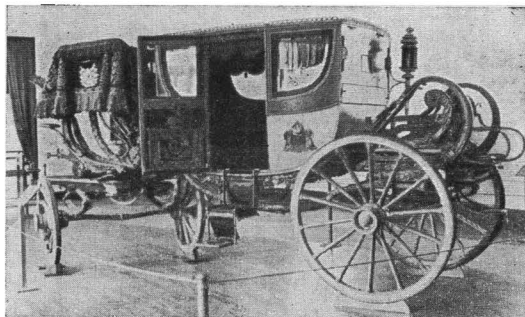
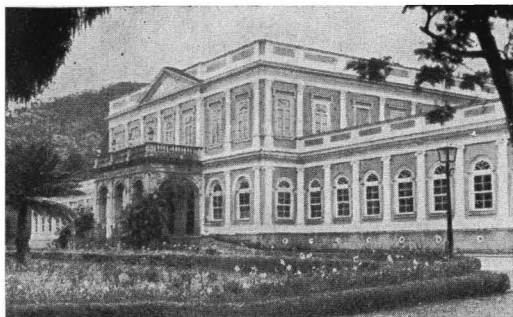
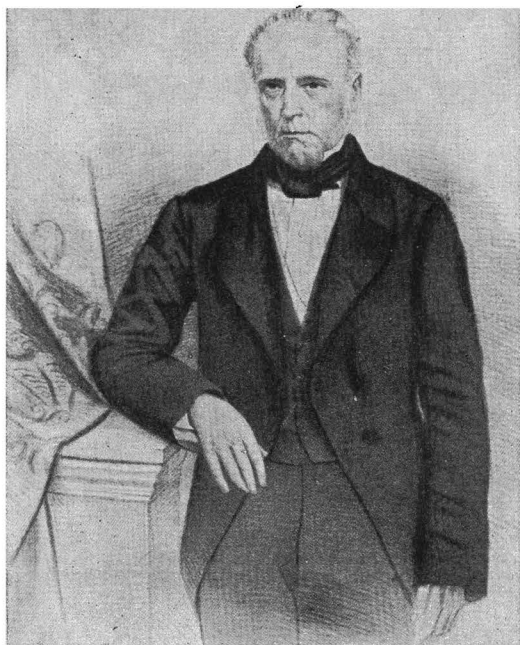
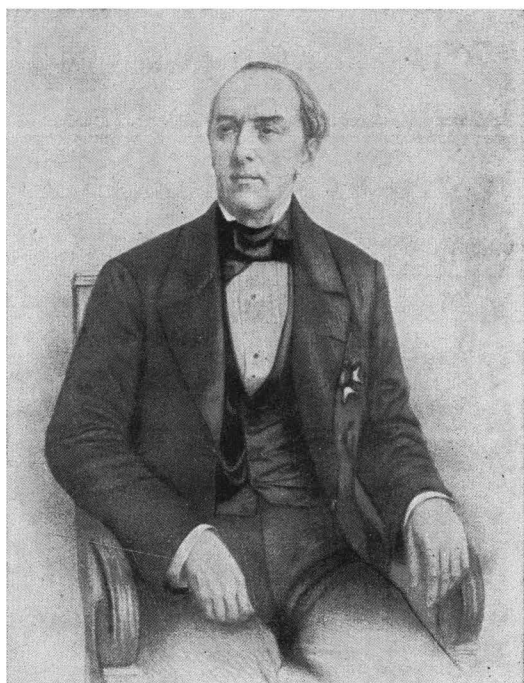
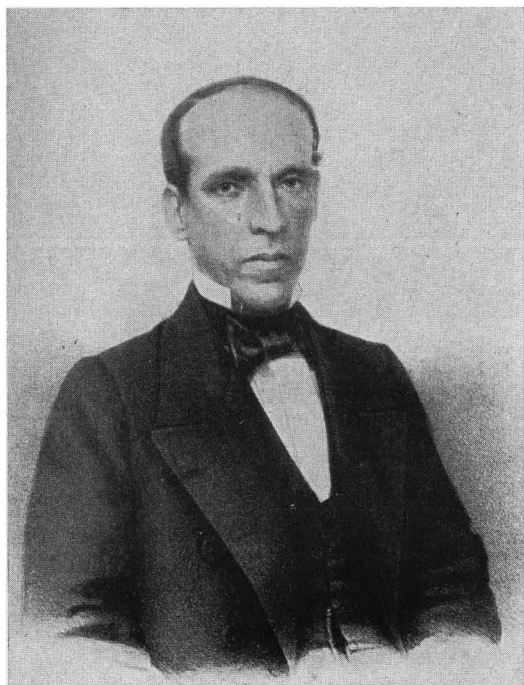
no Segundo Reinado, enquanto os partidários de Feijó dariam origem ao Partido Liberal, o segundo em importância, no mesmo período.

Motivos de ordem externa e interna também contribuíram para o crescente desânimo do Regente. Sendo sacerdote católico, estava em conflito com a Santa Sé, por sustentar a candidatura, ao Bispado do Rio de Janeiro, de seu amigo o Padre Antônio Maria de Moura, cuja indicação fôra recusada pelo Papa, visto que, como Feijó, havia defendido a possibilidade da abolição legal do celibato clerical, alguns anos antes.

Em várias Províncias lavrava a desordem vinda do período anterior, da Regência Trina, e o govêrno sentia-se impotente para restabelecer a legalidade pelo menos em duas de maior importância: o Grão-Pará, onde desde o início de 1835 dominavam os revoltosos *cabanos*, e São Pedro do Rio Grande do Sul, onde pouco antes da investidura de Feijó rompera a forte Revolução *Farroupilha*, dirigida principalmente contra a má política das Regências. A propósito dêsses movimentos chegava o Regente a encarar a possibilidade da secessão, aliás tentada com a República Rio-Grandense, proclamada em 1836, julgando que o seu govêrno não disporia de elementos militares suficientes para debelar ambas as revoltas, localizadas em pontos extremos do território nacional.

O resultado dessa situação pessoal e política foi a crise verificada em setembro de 1837, quando Feijó ainda dispunha de dois anos de mandato. Desapoiado no parlamento por seus mais importantes líderes, sem fôrças para vencer a chamada *Guerra dos Farrapos,* tentou passar o govêrno a Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho (depois Visconde de Sepetiba), para isso oferecendo-lhe o cargo de Ministro do Império, substituto legal do Regente. Recusando-se Aureliano a aceitá-lo, nomeou para o mesmo aquêle de seus adversários que se caracterizava por maior tolerância, o Senador por Pernambuco Pedro de Araújo Lima, futuro Marquês de Olinda, que desde as Côrtes de Lisboa vinha discretamente figurando na história brasileira. Empossado êste na pasta política, renunciou Feijó à Regência, assumindo-a, a título provisório, o nôvo Ministro.

2 — *Regência de Araújo Lima (1837/1840)*

Com a ascensão de Araújo Lima ao cargo de Regente interino, foi escolhido um nôvo Gabinete, que pelos nomes que o compunham e pelo que realizou em menos de dois anos de govêrno, mereceu o apelido de *Ministério das Capacidades.* Nas pastas do Império e da Justiça distinguiu-se Bernardo de Vasconcelos, justamente considerado um dos criadores do Partido Conservador, então chegado ao poder; na da Fazenda colocara-se outro experiente político do Primeiro Reinado, o depois Marquês de Abrantes; na da Marinha, Joaquim José Rodrigues Tôrres, futuro Visconde de Itaboraí; na da Guerra, Sebastião do Rêgo Barros; na dos Negócios Estrangeiros, Maciel Monteiro.

Palácio de Petrópolis, residência de verão de D. Pedro II. Hoje sede do Museu Imperial. *À direita:* Carruagem apelidada "Monte de Prata", de uso do Imperador D. Pedro II. No Museu Imperial, de Petrópolis.

Miguel Calmon du Pin e Almeida, Visconde e Marquês de Abrantes (1796-1865). Litografia de S. A. Sisson. *À direita:* Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, Visconde de Sepetiba (1800-1855). Retrato a óleo, no Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro.

Conselheiro Eusébio de Queirós Coutinho Matoso Câmara (1812-1868). Desenho de L. A. Boulanger. *À direita:* Paulino José Soares de Sousa, Visconde do Uruguai (1807-1866). Litografia de S. A. Sisson.

Conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos (1815-1877). Desenho de L. A. Boulanger. *À direita:* Joaquim José Rodrigues Tôrres, Visconde de Itaboraí (1802-1872). Litografia de S. A. Sisson.

Em abril de 1838 realizou-se a segunda eleição para Regente Único, sendo candidato o próprio interino, que teve como principal concorrente o mesmo Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque. Dividindo a votação nordestina, por serem ambos pernambucanos, maior foi a diferença, neste pleito, tendo Araújo Lima 4.308 votos e Holanda, cujos partidários eram apelidados de *holandeses,* 1.981.

A criação do Imperial Colégio de Pedro II e do Arquivo Público, hoje Nacional, foram algumas das mais úteis inovações da segunda Regência Una. Como sinal de que preocupações culturais voltavam a figurar no espírito coletivo, fundou-se no Rio de Janeiro, em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, destinado a ser, até o fim do século XIX, nossa mais importante sociedade científica e literária.

Quanto à ordem interna, conseguiu a Regência de Araújo Lima vencer a *cabanagem* do Grão-Pará; continuou a lutar contra a difícil Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina; teve de enfrentar e vencer outro sério levante, a cognominada *sabinada,* na Bahia, além de iniciar a luta contra mais uma séria revolta, a maranhense *balaiada,* que, como a dos *farrapos,* só terminou depois de iniciado o govêrno pessoal do segundo Imperador. Tôdas essas rebeliões serão estudadas na unidade seguinte.

Apesar de ter sido eleito para um mandato de quatro anos, que duraria, portanto, até 1842, Araújo Lima deixou o pôsto de Regente antes dêsse têrmo, em conseqüência da vitória da revolução parlamentar dos oposicionistas liberais que promoveram e obtiveram a antecipação da Maioridade de D. Pedro II, em 1840 — conforme veremos na unidade LVI desta *História.*

a) *Lei Interpretativa de 1840*

A aplicação, nas Províncias e nos Municípios, de determinações do Ato Adicional de 1834, demonstrou que haviam sido excessivas algumas das autorizações nêle contidas. Conseqüentemente, atendendo-se às novas tendências conservadoras inauguradas na Regência de Araújo Lima, apresentou-se, em 1837, um projeto de lei restringindo aquelas concessões consideradas prejudiciais à normalidade da administração pública. Teve lento andamento parlamentar, pela oposição dos liberais, a chamada *Lei Interpretativa,* afinal aprovada a 12 de maio de 1840. De acôrdo com o respectivo texto, restrições foram feitas quanto à autonomia dos municípios, nomeações para empregos públicos e da magistratura, revogação das leis provinciais e outros pontos secundários daquela reforma constitucional.

LV

LEVANTES LOCAIS E INSURREIÇÕES DO PERÍODO REGENCIAL

Muitos foram os levantes de caráter local ou regional, ocorridos no período das Regências, em conseqüência da agitação política que atingia quase todo o país. Chegaram à importância da Revolução *Farroupilha,* no Extremo-Sul, que, iniciada em 1835, sòmente terminou em 1845, quando já efetivamente reinava D. Pedro II. Também a chamada revolta da *balaiada,* no Maranhão, acabou depois de declarada a antecipação da Maioridade do segundo Imperador.

Para facilidade do estudo de todos êsses movimentos revolucionários, serão os mesmos divididos quanto à localização e época, abrangendo as Regências Trinas e Unas, inclusive atingindo o govêrno direto de D. Pedro II, naqueles dois casos.

1 — No Rio de Janeiro (1831/1832)

Diversos motins e levantes registraram-se no Rio de Janeiro nos dois primeiros anos da Regência Trina Permanente, provocados pelos oposicionistas *exaltados* e restauradores, combatidos pelos *moderados* no poder.

Para sufocá-los, criaram-se o Corpo de Guardas Municipais Permanentes e a Guarda Nacional, sucessora das antigas milícias, esta freqüentemente convocada ao soar das matracas, quando começava alguma *rusga* ou arruaça. Os próprios oficiais do Exército, a fim de dominar as habituais desordens, organizaram o Batalhão de Oficiais-Soldados, logo apelidado Batalhão Sagrado ou dos Bravos da Pátria, que nessas ocasiões de tumulto e apreensões não duvidava fazer o policiamento da cidade, guardando as repartições públicas, etc.

Reprimindo o excesso das paixões políticas, que muitas vêzes atingia os quartéis, levando a tropa à realização de pronunciamentos, agiu com grande energia o Ministro da Justiça, Padre Diogo Antônio Feijó, eficazmente auxiliado pelo Intendente-Geral da Polícia, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, depois Visconde de Sepetiba.

a) *Motins de 1831*

Começaram aquêles motins pelo levante do 26.º Batalhão de Infantaria, aquartelado no Morro de São Bento, a 12 de julho de 1831. Promovido pelos exaltados, foi dominado principalmente pelos Guardas Municipais Permanentes.

Na noite de 13 para 14 do mesmo mês, pôs-se em armas o Batalhão da Polícia. No dia 15 juntou-se mais gente no Campo da Honra (antigo da Aclamação, hoje Praça da República), a exigir a liberdade dos presos do dia 12.

Diante da crise, declarou-se a Câmara dos Deputados em sessão permanente. Ao Ministro da Justiça coube a maior parte na sufocação da desordem, proibindo os ajuntamentos e tomando numerosas providências. Impediu Feijó que fôsse concedida anistia aos rebeldes, prendeu e transferiu os oficiais responsáveis, removeu da Côrte alguns Batalhões mais comprometidos, conseguindo restabelecer a legalidade, sèriamente ameaçada.

A 28 de setembro de 1831 nôvo motim se registrou, tornando-se conhecido pela designação de "os tiros no Teatro", por ter começado numa casa de espetáculos, o Teatro Constitucional Fluminense, onde enèrgicamente dominou a situação o Juiz de Paz Saturnino de Sousa e Oliveira, irmão de Aureliano Coutinho.

A 7 de outubro do mesmo ano rebelou-se o Batalhão de Artilharia da Marinha, aquartelado na Ilha das Cobras. Atacado por fôrças comandadas pelo Marechal-de-Campo José Maria Pinto Peixoto, orientadas pelo próprio Regente Brigadeiro Francisco de Lima e Silva, depois de bombardeadas do Morro de São Bento as suas posições, tomou-se de assalto o respectivo quartel.

b) *Levantes de 1832*

Percebendo os exaltados que com simples pronunciamentos militares ou manifestações de rua não conseguiriam derrubar o govêrno dos moderados, prepararam um levante de maior extensão nos primeiros meses de 1832.

Rompeu a 3 de abril, quando, sob o comando do Major Miguel de Frias e Vasconcelos, revoltaram-se as guarnições das Fortalezas de Villegagnon e Santa Cruz. Desembarcando em Botafogo, com dois canhões, marcharam para a cidade e dirigiram-se ao Campo da Honra, local predileto das revoltas cariocas, onde esperavam obter a adesão de seus partidários.

Em vez disso, foram atacados por tropas fiéis ao govêrno, comandadas pelo Tenente-Coronel Francisco Teobaldo Sanches Brandão, que, entrando pelas Ruas dos Ciganos e Alecrim (hoje da Constituição e parte final de Buenos Aires), conseguiram vencê-las e dispersá-las, prendendo muitos dos comprometidos no levante. Entre os oficiais que então voluntàriamente se apresentaram para combater os rebeldes, incluía-se o Major Luís Alves de Lima, futuro Duque de Caxias, mem-

bro do Batalhão Sagrado e Instrutor da Guarda Nacional, filho do Regente Lima e Silva (1).

No dia 17 do mesmo mês de abril de 1832 coube aos restauradores ou *caramurus* tentar um golpe revolucionário na capital do Império. Enquanto algumas tropas procuravam desembarcar na Praia da Glória, sem consegui-lo, outras vieram de São Cristóvão em direção à cidade, sob o comando do Coronel Augusto Hugo de Hoiser, oficial estrangeiro contratado em tempos do Primeiro Reinado e que se dizia Barão de Bülow.

No local então denominado Barro Vermelho, próximo à atual Rua Haddock Lôbo, foram atacadas e vencidas por fôrças da Guarda Nacional (cujo Comandante Superior era o Marechal-de-Campo José Maria Pinto Peixoto), do Corpo de Guardas Municipais Permanentes (comandado pelo referido Tenente-Coronel Francisco Teobaldo), da cavalaria e da Marinha (estas conduzidas pelo Comandante John Taylor). Também dêsse combate brilhantemente participou o Major Luís Alves de Lima. Nesse levante houve conivência de José Bonifácio, Tutor do Imperador e das Princesas, conforme foi apurado.

Daí por diante não se registraram, no Rio de Janeiro, outros motins e desordens que chegassem a constituir perigo para a existência da Regência Trina.

2 — *Nas Províncias (1831/1835)*

Em quase tôdas as Províncias brasileiras registraram-se perturbações da ordem pública, de maior e menor gravidade e extensão, no período das Regências Trinas, de 1831 a 1835. Além das divergências entre os moderados, no poder, e os exaltados e restauradores, principais oposicionistas, também circunstâncias de exagerado nativismo ou de caráter puramente local ou regional, motivaram êsses tumultos, levantes e revoltas. Em alguns casos verificaram-se manifestações de verdadeiro banditismo, além da participação de antigos escravos e indígenas ou mestiços, conforme assinalaremos.

Graças às dificuldades em que se encontrava o govêrno regencial, de enviar prontamente tropas fiéis, navios, armas e munições, às zonas em que estalavam movimentos revolucionários, êstes se prolongaram ou se repetiram, pela certeza de impunidade com que agiam seus chefes.

Para exposição do que a respeito ocorreu, preferimos adotar um critério puramente geográfico, percorrendo as Províncias do Norte para o Sul, visto que um quadro cronológico ou a classificação dos levantes, de acôrdo com os respectivos gêneros, não ofereceria qualquer vantagem didática.

---

(1) Diversos historiógrafos e biógrafos de Caxias têm-lhe atribuído o comando das fôrças legais que atacaram e venceram os rebeldes cariocas de 3 e 17 de abril de 1832. Embora delas tivesse ativamente participado, não é verdadeira aquela asserção, conforme pode ser verificado nos jornais da época, inclusive o *Jornal do Comércio* de 5, 14, 18 e 25 daquele mês e ano.

Começando pelo Grão-Pará, lembraremos que em julho de 1831, sendo Presidente José Félix Pereira de Burgos, Barão de Itapecuru-Mirim, e Comandante das Armas o Brigadeiro Francisco José de Sousa Soares de Andréia, depois Barão de Caçapava, ocorreu uma tentativa de deposição daquela autoridade, o que conseguiu evitar a segunda. No mês seguinte, porém, foi deposto o nôvo Presidente, Bernardo José da Gama, Visconde de Goiana, expulsando-se da Província o chefe político dos exaltados, aí apelidados *filantrópicos,* Arcipreste João Batista Gonçalves de Campos. Instalado nôvo govêrno legal, do Tenente-Coronel José Joaquim Machado de Oliveira, além de prosseguirem os dissídios entre federalistas e *caramurus,* tentou a Comarca do Rio Negro (atual Estado do Amazonas), separar-se do Pará, a que estava unida, já em 1832.

No mesmo período de 1831/1832, registraram-se motins políticos no Maranhão, inclusive contra o Presidente Cândido José de Araújo Viana, futuro Marquês de Sapucaí. Note-se que nessa Província os governistas eram chamados *cabanos,* apelido que no Pará competia aos oposicionistas, como veremos.

No interior do Ceará coube ao restaurador Coronel de milícias Joaquim Pinto Madeira convulsioná-lo com a declaração de que considerava nula a abdicação de D. Pedro I. Vencido, em 1832, por fôrças comandadas pelo Brigadeiro Pedro Labatut, errôneamente foi entregue ao julgamento dos próprios coprovincianos, sendo condenado à morte e executado em 1834, fato excepcional nas rebeliões do Segundo Reinado, quase sempre terminadas em anistias.

Sucessivos motins ocorreram em Pernambuco, ao tempo da Regência Trina Permanente, tomando denominações de acôrdo com os meses dos respectivos rompimentos. A *setembrizada,* em 1831, caracterizou-se pelo saque das casas comerciais, realizado no terceiro dia do levante vencido pelos milicianos armados, inclusive com a participação de estudantes do Curso Jurídico de Olinda. A *novembrada,* do mesmo ano, assumiu aspecto ainda mais nativista, isto é, antiportuguês. Desejavam os revoltosos a expulsão dos comerciantes lusitanos. Rompeu na Fortaleza das Cinco Pontas, mas terminou sufocada pelo govêrno. A *abrilada,* já em 1832, promovida pelos restauradores, acabou da mesma forma.

Vencidas no Recife, prolongaram-se essas agitações no interior da Província de Pernambuco, como na vizinha Alagoas, inclusive com as denominações parciais de *cabanada,* revolta de Panelas ou dos *papa-méis.* Sòmente em 1835 deram-se por terminadas, graças, principalmente, à ação pacificadora do Bispo de Olinda, D. João da Purificação Marques Perdigão.

Na Bahia, ao mesmo tempo da rebelião carioca de 6/7 de abril de 1831, a 4 e 13 dêsse mês, já se registravam alterações da ordem, de iniciativa dos exaltados, e, como em Pernambuco, também com caráter nativista. Em maio, agôsto e outubro do mesmo ano verificaram-se agitações na cidade do Salvador, a primeira tendo como objetivo a

deportação dos portuguêses, a segunda para exigir melhoria no tratamento dos soldados, a terceira com aparências federalistas.

Da mesma côr política foi o movimento em fevereiro de 1832 irrompido em São Félix, com ramificações pelo Recôncavo da Baía de Todos os Santos, chefiado por Bernardo Miguel Guanais Mineiro. Chegou a estabelecer um Govêrno Provisório, mas foi vencida a *Federação do Guanais,* por fôrças comandadas pelo Visconde de Pirajá, Coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, o *Santinho.* Embora prêso no Forte do Mar, pôde revoltar-se Guanais Mineiro, em abril de 1833, durante dois dias bombardeando a cidade do Salvador, até reconhecer a inutilidade de mais êsse esfôrço em prol do ideal federativo.

Ligado a diversos pronunciamentos anteriores, também ocorridos na capital baiana e promovidos por escravos e libertos africanos ou crioulos, foi a tentativa de levante dos negros *haussás* e *nagôs,* muçulmanos que se distinguiam por sua rebeldia, registrada em janeiro de 1835, malograda graças à presteza e energia com que agiu o Chefe de Polícia Francisco Gonçalves Martins, depois Visconde de São Lourenço.

Em Minas Gerais, tramada pelos *caramurus* e com apoio de militares, rompeu uma revolta em Ouro Prêto, em março de 1833, o *Ano da Fumaça,* de que resultou a deposição do Presidente da Província, Manuel Inácio de Melo e Sousa, depois Barão de Pontal. Pelas providências do Deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos, que prêso e depois sôlto pelos rebeldes assumiu o govêrno legal em Barbacena, e pela repressão conduzida pelo Marechal-de-Campo José Maria Pinto Peixoto, foram os sediciosos vencidos, julgados, condenados e posteriormente anistiados.

Em Mato Grosso, no ano seguinte, registraram-se sérias desordens, sendo assassinados numerosos portuguêses.

3 — A Cabanagem no Grão-Pará (1835/1840)

Dando início a um período de grande agitação na vida paraense, foram assassinados, em janeiro de 1835, na cidade de Belém, o Presidente da Província, Bernardo Lôbo de Sousa, e o Comandante das Armas, Coronel Silva Santiago.

Revolucionàriamente assumiu o govêrno o primeiro Presidente *cabano,* Félix Antônio Clemente Malcher. Desentendendo-se, porém, com Francisco Pedro Vinagre, outro chefe da mesma facção popular, foi aquêle por sua vez assassinado, passando o antagonista a ser o segundo Presidente *cabano.*

Foi ao Pará reprimir a revolta o Marechal-de-Campo Manuel Jorge Rodrigues, depois Barão de Taquari, auxiliado por fôrças navais do comando de John Taylor. Conseguiu tomar posse do govêrno, porém por pouco tempo se manteve na Presidência, pois em agôsto, depois de terríveis combates nas ruas, retomaram Belém, os *cabanos,* chefiados por Eduardo Francisco Nogueira Angelim, terceiro Presidente revolucionário.

Sòmente em abril e maio de 1836 pôde realizar nova repressão

outro Presidente legal e Comandante das Armas, Francisco José de Sousa Soares de Andréia, depois Barão de Caçapava, que, auxiliado pela esquadrilha do Comandante Frederico Mariath, bloqueou a cidade, forçando Angelim à rendição.

Prêso êsse chefe *cabano*, continuou Vinagre em liberdade, conseqüentemente mantendo em agitação o interior da Província, inclusive com a ajuda de indígenas e mestiços de índios, êstes ali arbitràriamente chamados *tapuios*. Atingiram essas tropelias o Baixo Tocantins, Santarém, Óbidos e até o território da então Comarca do Rio Negro, depois Província do Amazonas. Sòmente em 1839/1840, nos governos de Bernardo de Sousa Franco (depois Visconde de Sousa Franco) e João Antônio de Miranda, pôde-se considerar em paz o Grão-Pará.

Deve ser notado que a *cabanagem* paraense teve caráter eminentemente popular e local, refletindo, como também ocorreria na Revolução Farroupilha, a reação das Províncias contra as presidências que lhes eram impostas pelos governos regenciais.

4 — A Sabinada na Bahia (1837/1838)

Um audacioso agitador político, o cirurgião Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira, dirigiu na Bahia, em 1837/1838, um movimento revolucionário que com razão dêle tomou o nome, o qual originalmente tinha em vista desligar o govêrno provincial do regencial, estabelecendo-se ali uma República provisória, a *Baiense*, enquanto durasse a menoridade do Imperador D. Pedro II.

Conseguindo que se revoltasse, a 7 de novembro daquele primeiro ano, a guarnição do Forte de São Pedro, na cidade do Salvador, refugiou-se a bordo de um navio o Presidente legal, Francisco de Sousa Paraíso. Senhor da situação, Sabino fêz com que fôsse aclamado Presidente da Bahia independente Inocêncio da Rocha Galvão, que, por encontrar-se ausente, no estrangeiro, foi substituído no cargo pelo Vice-Presidente então também escolhido, João Carneiro da Silva Rêgo. Sérgio José Veloso, Major absurdamente elevado a Brigadeiro, foi nomeado Comandante das Armas. Sabino, simples Secretário do Govêrno, era, entretanto, o verdadeiro chefe da revolta.

Prontamente se organizou, no Recôncavo, a reação legalista, tomando posse da Presidência da Província, na Cachoeira, Antônio Pereira Barreto Pedroso. Assumiu o comando das fôrças fiéis à Regência o Marechal-de-Campo Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, depois Barão de Cajaíba. De Pernambuco, já em janeiro de 1838, vieram reforçá-las 500 homens trazidos pelo Tenente-Coronel José Joaquim Coelho, mais tarde Barão da Vitória. Para comandá-las, tôdas, chegou à Bahia, como Comandante das Armas, no mês seguinte, o Marechal-de-Campo João Crisóstomo Calado.

Bloqueada a cidade do Salvador, por mar, dela se aproximaram, por terra, as fôrças legalistas. Depois da consecutiva tomada de seus fortes

e de ativa luta nas ruas, durante os dias 13, 14 e 15 de março, conseguiram a rendição dos rebeldes, com centenas de mortos e feridos.

Julgados os principais responsáveis, seis foram condenados à morte, três a galés perpétuas. Essas penas, porém, não foram cumpridas, sendo comutadas para simples degrêdo dentro do Brasil, inclusive quanto a Sabino Vieira, deportado para Goiás, depois para Mato Grosso, onde faleceu.

Na história das revoltas brasileiras, a *sabinada* oferece a curiosa característica de ter sido obra pessoal de um indivíduo, além da singularidade da idéia de uma República provisória, que duraria até à Maioridade do Imperador então menor.

5 — *A Balaiada no Maranhão (1838/1841)*

A instabilidade política provoca a falta de confiança nas autoridades, daí fàcilmente resultando a anarquia, de que se aproveitam os que já se encontram fora da lei. Foi o que ocorreu no Maranhão, em fins do período regencial, quando com a luta travada entre os apelidados *bem-te-vis,* oposicionistas, e os *cabanos,* governistas, conflagrou-se em fins de 1838 o interior, que passou a ser dominado por grupos armados, chefiados pelo vaqueiro Raimundo Gomes Vieira Jutaí, o *Cara Preta,* Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, vulgo *Balaio* (donde proveio o nome dado à rebelião), o prêto Cosme, ex-escravo, que se intitulava *Tutor e Imperador das Liberdades Bem-te-vis,* e outros. Nota-se que o colorido político era aí mero pretexto para demonstrações do mais desenfreado banditismo sertanejo.

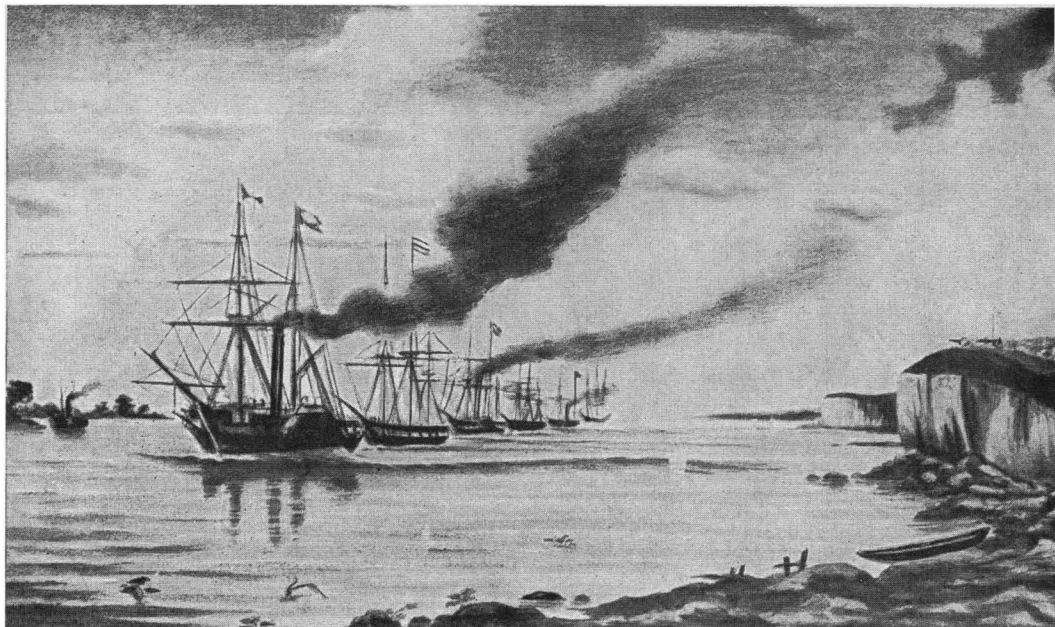
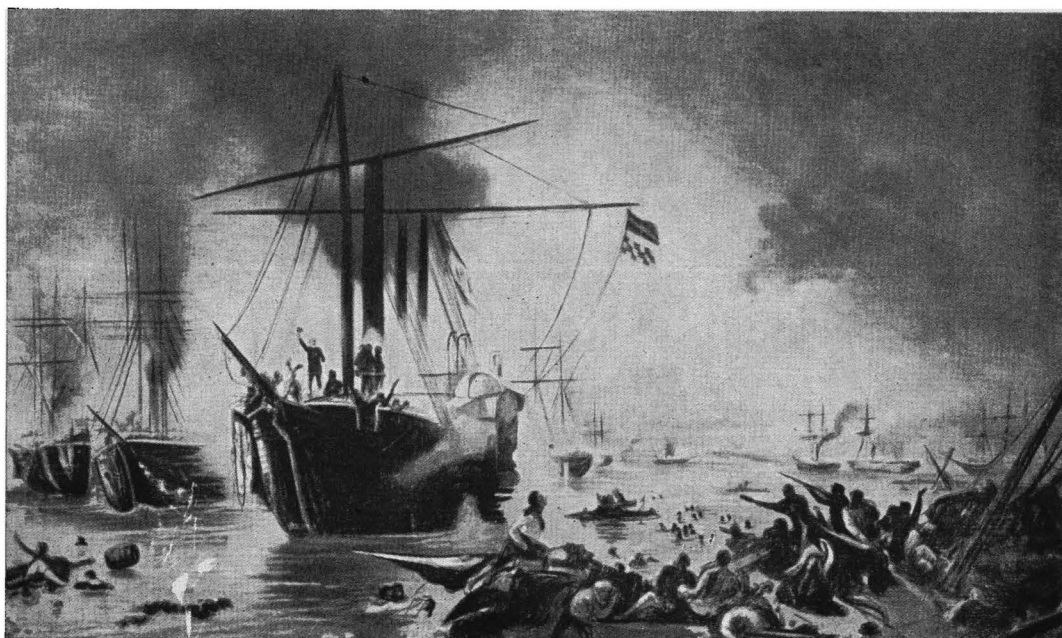
Crescendo a audácia dos assaltantes de propriedades particulares, chegaram a cercar e tomar a Vila de Caxias, resolvendo o govêrno regencial nomear Presidente e Comandante das Armas da Província o Coronel Luís Alves de Lima, futuro Barão, Conde, Marquês e Duque de Caxias, que no início de 1840 chegou ao Maranhão e imediatamente tomou as providências necessárias à luta contra os *balaios.* Organizou três colunas para batê-los em zonas diferentes, conseguiu que abandonassem a citada vila e que fôssem expulsos do Brejo. Raimundo Gomes, que fugira para o Piauí, foi vencido. O *Balaio,* derrotado, foi ferido e morto na luta.

Sobrevindo a antecipada Maioridade de D. Pedro II, concedeu-se anistia a todos os implicados nos levantes das Regências. Esforçou-se o Coronel Alves de Lima para que muitos revoltosos do Maranhão a aceitassem, como fizeram Raimundo Gomes e outros, em número de alguns milhares. Ao entrar o ano de 1841 podia-se considerar pacificada a Província.

6 — *Revolução Farroupilha (1835/1845)*

A mais longa das revoluções brasileiras, a *Farroupilha* ou *Guerra dos Farrapos,* que durou todo um decênio, de 1835 a 1845, em São Pedro do Rio Grande do Sul e transitòriamente em Santa Catarina,

Almirante Joaquim Marques Lisboa, Barão, Visconde, Conde e Marquês de Tamandaré (1807-1897), Patrono da Marinha Brasileira, comandante das fôrças navais do Império na campanha contra Aguirre e nas duas primeiras fases da Guerra do Paraguai. *À direita:* Marechal-de-Exército Luís Alves de Lima, Barão, Conde, Marquês e Duque de Caxias (1803-1880), o maior soldado do Brasil, Patrono do Exército, pacificador das Províncias do Maranhão, São Paulo, Minas Gerais e São Pedro do Rio Grande do Sul, comandante em chefe das fôrças brasileiras nas campanhas contra Oribe e Rosas, e na mais importante fase da Guerra do Paraguai, três vêzes chefe do govêrno no Segundo Reinado. Litografia de S. A. Sisson, da *Galeria dos Brasileiros Ilustres.*

Marechal-de-Exército Príncipe Gastão de Orléans, Conde d'Eu, quando comandante das fôrças brasileiras na última fase da Guerra do Paraguai. Do livro *O Conde d'Eu,* de Luís da Câmara Cascudo (São Paulo, 1933). *À direita:* Princesa Imperial D. Isabel de Bragança, Condessa d'Eu, herdeira do trono brasileiro, três vêzes Regente do Império, em ausências de seu pai, o Imperador D. Pedro II. Medalhão do escultor Rodolfo Bernardelli, de 1889, existente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro.

Passagem de navios da Marinha Imperial, sob o comando do Chefe-de-Esquadra John Pascoe Grenfell, pela posição fortificada de Tonelero, no Rio Paraná, quando conduzia as fôrças brasileiras, entrerrianas, correntinas e uruguaias de invasão da Argentina, contra o ditador Rosas, a 17 de dezembro de 1851.

Batalha fluvial de Riachuelo, a 11 de junho de 1865. Quadro de Vítor Meireles, no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro.

começou como outros movimentos do período regencial e assumiu, depois, aspectos próprios, que a singularizam entre tôdas as outras.

Primeiramente, convém notar que a vizinhança do Rio da Prata influía na formação do caráter coletivo. Muitos dos militares rio-grandenses, da tropa de linha como das antigas milícias e da nova Guarda Nacional, haviam participado das lutas na Banda Oriental, depois Província Cisplatina, até à criação da República Oriental do Uruguai. Era-lhes portanto familiar o funcionamento de governos republicanos, embora não isentos, à época, do predomínio de caudilhos, como ocorria naquele país, na Confederação Argentina e no Paraguai. Dedicando-se, os platinos como os nossos gaúchos, principalmente às atividades pastoris, dessa comunidade de interêsses e de sistema de vida nascia certa solidariedade regional, contribuindo para diferenciá-los dos demais brasileiros, embora sem qualquer diminuição de seu sentimento nacional.

Os políticos *exaltados,* no Rio Grande do Sul mais conhecidos por *farroupilhas,* eram ali particularmente fortes, como se evidenciou na eleição para a primeira Assembléia Legislativa, constituída de acôrdo com o Ato Adicional de 1834. Por êsse motivo, não suportavam de bom grado os governos que lhes impunha a Regência Trina Permanente. Um dêstes, presidido por Antônio Rodrigues Fernandes Braga, foi afinal hostilizado pelos gaúchos irritados com a violência do irmão do Presidente, Pedro Chaves, e com o Comandante das Armas, Marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto.

A 20 de setembro de 1835 rompeu a revolta nas vizinhanças de Pôrto Alegre, na ponte da Azenha, onde pequena fôrça legal se deixou surpreender pelo chefe do movimento, Coronel Bento Gonçalves da Silva, que entrou na capital, abandonada pelo Presidente. Assumiu o cargo o Vice-Presidente Marciano Pereira Ribeiro, simpático aos farroupilhas. Muitas foram as adesões a seguir obtidas no interior, embora na Vila do Rio Grande se organizassem os imperiais.

Reagiu a Regência, agora dirigida pelo Padre Feijó, nomeando para a Presidência da Província José de Araújo Ribeiro, futuro Visconde do Rio Grande, que se empossou na vila dêsse nome, visto encontrar-se Pôrto Alegre em poder dos *farrapos,* sendo-lhes favorável a maioria da Assembléia.

Haviam êstes também tomado a segunda povoação gaúcha, Pelotas, onde aprisionaram o Major Marques de Sousa. Êste, conduzido a Pôrto Alegre, mesmo a bordo da presiganga em que se encontrava prêso promoveu e obteve a retomada da capital. Ficaram assim os legalistas de posse da Lagoa dos Patos e, conseqüentemente, da saída para o mar. Com a nomeação de Araújo Ribeiro haviam êles conseguido a passagem, para o seu lado, do chefe revoltoso Bento Manuel Ribeiro, parente do Presidente.

a) *República Rio-Grandense*

Em setembro de 1836 importantes acontecimentos deram nôvo aspecto à rebelião *farroupilha.* A 10 de setembro o legalista Silva Tavares foi derrotado em Seival por Antônio de Sousa Neto, que no dia seguinte

proclamou, nos campos dos Meneses, a República Rio-Grandense. Aceitou-a, no dia 20, a Câmara Municipal de Jaguarão.

Convém notar que não se trata, no caso, de verdadeira secessão no Império do Brasil. "Federalistas, muito mais do que separatistas, os farrapos pelejavam pelas liberdades locais" — escreveu Calógeras (2). Em várias oportunidades manifestaram os *farrapos* o desejo de reentrar na comunhão imperial, sob a fórmula federal. E não tiveram dúvida em fazê-lo, mesmo sob o regime unitário, quando desapareceram as causas da revolta.

Pouco depois, a 4 de outubro, com o auxílio da flotilha comandada por John Pascoe Grenfell, na Ilha do Fanfa, no Rio Jacuí, venceu Bento Manuel Ribeiro ao chefe dos farroupilhas, Bento Gonçalves, que, rendendo-se, foi remetido prêso, com outros, ao Rio de Janeiro.

Apesar dessa derrota instalou-se em Piratini o govêrno republicano rio-grandense, organizado principalmente pelo intitulado "Ministro da Fazenda" Domingos José de Almeida. Escolhido Presidente Bento Gonçalves, por sua ausência foi substituído pelo Vice-Presidente José Gomes de Vasconcelos Jardim.

Cometeu o Regente Feijó o êrro de exonerar da Presidência Araújo Ribeiro. Seu substituto, o Brigadeiro Antero de Brito, desentendeu-se com Bento Manuel, Comandante das Armas, que o prendeu e abandonou os imperiais, passando-se, mais uma vez, para os rebeldes. Para êles obteve, nos meses seguintes, de 1837, algumas vitórias, em Caçapava e perto de Cruz Alta.

De grandes conseqüências foi a fuga do Forte do Mar, na Bahia, onde se achava prêso, de Bento Gonçalves, que conseguiu regressar ao Rio Grande e reassumir a chefia dos *farrapos*. Foi aquilo feito com auxílio da maçonaria, constituindo uma das causas da renúncia do Padre Feijó à Regência.

Já em 1838, num pequeno encontro à margem do Rio Caí, conseguiu Bento Manuel tomar do Presidente da Província, Marechal Antônio Elisiário de Miranda e Brito, duas canhoneiras. Foram estas entregues ao aventureiro italiano José Garibaldi, a quem Bento Gonçalves havia concedido carta de corso, e com elas começou a dificultar a ação de Grenfell na Lagoa dos Patos e rios que a ela vão ter.

No mesmo ano conseguiram os *farrapos* tomar a Vila de Rio Pardo.

b) *República Catarinense*

Animados os revoltosos com o seu já longo predomínio em grande parte do território gaúcho, onde se mantinham graças à sua constante superioridade em cavalhada (que, inclusive, conseguiam receber do Uruguai, onde se entenderam com o caudilho Rivera) resolveram, já em 1839, estender sua ação ao Sul da vizinha Província de Santa Catarina.

Por terra levou Garibaldi os lanchões *Seival* e *Farroupilha* da Lagoa

(2) J. Pandiá Calógeras — *Formação Histórica do Brasil*, 4.ª ed. (São Paulo, 1945), p. 155.

dos Patos a Tramandaí, naufragando o segundo. Em julho, encontrando abandonada Laguna, ocupou-a Davi Canabarro, o "Ministro da Guerra" dos *farrapos*, um de seus melhores chefes militares. Aí proclamou a República Catarinense ou Juliana, assim denominada devido ao mês em que o fêz.

Pouco durou essa expansão dos revolucionários, porque já em novembro foram vencê-los as tropas legalistas do General Soares de Andréia e os navios de Frederico Mariath, sendo queimadas as embarcações dos *julianos* e outras, as últimas que possuíam, por Grenfell, na Lagoa Formosa.

c) *Presidências de Sousa e Oliveira e Álvares Machado*

Presidindo o Rio Grande do Sul o enérgico Saturnino de Sousa e Oliveira, melhorou a situação dos imperiais. Foram repelidos das vizinhanças de Pôrto Alegre, de Taquari e São José do Norte, na segunda localidade pelo Comandante das Armas Manuel Jorge Rodrigues, por êsse motivo mais tarde intitulado Barão de Taquari.

Sobrevindo, em 1840, a antecipação da Maioridade do Imperador D. Pedro II, foi concedida anistia a todos os revoltosos políticos do período regencial. Inùtilmente esforçou-se o nôvo Presidente Álvares Machado para que a aceitassem os *farrapos*. Sòmente valeu-se dela Bento Manuel, para mais uma vez voltar para o lado dos legalistas. Novamente nomeado Presidente, Sousa e Oliveira também trabalhou no mesmo sentido, nada conseguindo.

A sede da República Rio-Grandense havia sido mudada primeiramente para Caçapava, depois para Alegrete, o que mostra a instabilidade de seu govêrno.

d) *Presidência e Comando do Barão de Caxias*

Verificando que pela anistia não conseguia pacificar o Rio Grande do Sul, resolveu o Ministério conservador nomear seu Presidente e Comandante das Armas, em novembro de 1842, o Marechal-de-Campo Barão de Caxias, que havia sucessivamente conseguido vencer os revoltosos do Maranhão, São Paulo e Minas Gerais.

A êsse tempo consideravam os *farrapos* consolidada a sua revolução, como prova a instalação, no mês seguinte, de uma Assembléia Constituinte em que foi discutido um projeto de Constituição.

Chegando a Pôrto Alegre, deu Caxias início a uma série de providências tendentes a obter a vitória dos imperiais. Tomou medidas para que os revoltosos não fôssem mais abastecidos pelos uruguaios, quanto à cavalhada e armamentos. Dispondo de superioridade, quanto a infantaria e artilharia, cuidou de desfazer a inferioridade de suas fôrças quanto a cavalaria. Aceitando o valioso apoio de Bento Manuel, confiou-lhe o comando de uma coluna, cabendo outra ao valoroso Francisco Pedro de Abreu, depois Barão de Jacuí, a terceira ao próprio Caxias.

Estabelecido, por êste, um plano de campanha, não tardaram a ser registradas decisivas vitórias dos imperiais, em 1843. A primeira em Poncho Verde, por Bento Manuel; a segunda, em Piratini, por Marques de Sousa; a terceira, em Canguçu, por Chico Pedro, que conseguiu derrotar o próprio Bento Gonçalves, que aliás já renunciara à Presidência da República Rio-Grandense.

No ano seguinte continuaram as vitórias dos imperiais: em Porongos, onde Chico Pedro conseguiu surpreender Canabarro, e em Arroio Grande.

Caxias, porém, não se descuidava em promover a pacificação. Veio ao Rio de Janeiro um emissário de Canabarro e, com a boa vontade do Imperador, do govêrno liberal e do próprio Presidente da Província e Comandante das Armas, foram aplainadas tôdas as dificuldades, já no início de 1845. Uma completa anistia foi concedida aos *farrapos* e, a 1.º de março dêsse ano, em duas Proclamações, Caxias e Canabarro deram por findas as divergências que haviam durado quase dez anos.

No mesmo ano foi ao Rio Grande do Sul o Imperador D. Pedro II, sendo entusiàsticamente recebido, inclusive por antigos republicanos, cujos postos militares haviam sido generosamente mantidos. Caxias, que se mantinha na Presidência, foi elevado a Conde e eleito Senador, tendo apenas 13 votos contrários, o que mostra como foi perfeita a pacificação que empreendeu.

LVI

FASES DO SEGUNDO REINADO. A MAIORIDADE E CONSEQÜÊNCIAS POLÍTICAS, ATÉ 1850

1 — Fases do Segundo Reinado

O Segundo Reinado, ou seja, o período em que foi nosso Imperador D. Pedro II, durou cinqüenta e oito anos, da abdicação do pai, D. Pedro I, em 1831, até à Proclamação da República em 1889. Constitui o mais longo trecho da história política do Brasil em que o Chefe de Estado foi sempre o mesmo, embora de menor idade durante nove anos, na fase das Regências, que acabaremos de estudar na presente unidade. Por êsse motivo muitos historiógrafos preferem separar a época regencial daquela em que o Imperador efetivamente exerceu o seu cargo, depois da antecipação de sua Maioridade e durante quarenta e nove anos. Mesmo assim, é êste o nosso mais extenso período histórico de influência de um só governante, no caso aquêle que também é justamente considerado *o maior dos brasileiros*.

Podemos dividir o Segundo Reinado em cinco fases de diferentes extensões, tôdas bem caracterizadas e relativamente autônomas, conquanto unidas pelo nexo dinástico, pois, como escreveu Joaquim Nabuco, "antes de tudo, o Reinado é do Imperador" ([1]).

A primeira é a das Regências, de 1831 a 1840, em que D. Pedro II ainda não tinha a efetiva chefia do poder, mas representava o princípio monárquico, simbolizava-o e era sua garantia de sobrevivência, nessa "experiência de República" que foi o período regencial. A entrega do menino-Imperador aos brasileiros, realizada por D. Pedro I a 7 de abril de 1831, assegurou ao país a continuidade do sistema imperial, encarnado no brasileiríssimo "pupilo da Nação" que foi seu filho e sucessor. Respeitavam os seus direitos, como um patrimônio de honra, os homens da Regência, mesmo aquêles que, no Rio Grande do Sul e na Bahia, por diferentes motivos chegaram a lançar a idéia da instauração de Repúblicas parciais e, no segundo caso, provisória, até à sua Maioridade.

Foi êste, como vimos, um período de difíceis contingências políticas, em que sucessivas desordens, na Côrte e em muitas Províncias, chegaram a ameaçar a própria unidade nacional. Felizmente, porém, conseguiram

---

(1) Joaquim Nabuco — *Um Estadista do Império — Nabuco de Araújo*. 2.ª ed. (Rio de Janeiro — São Paulo, 1936), tomo II, p. 374.

os vultos mais representativos da época manter incólumes as instituições consubstanciadas na Constituição de 1824, embora com as concessões à autonomia provincial contidas no Ato Adicional de 1834, prudentemente limitadas na Lei Interpretativa de 1840.

A segunda fase, de 1840 a 1850, começou com a antecipação da Maioridade de D. Pedro II e terminou com a vitória dos legalistas sôbre o último levante político-partidário do Brasil monárquico, a revolta *praieira*, depois da qual gozamos de quase quarenta anos de absoluta paz interna, circunstância que, infelizmente, com a República, nunca mais se repetiu.

Foi um período de preparação, tanto do Imperador, então muito jovem, como do sistema parlamentarista que, como veremos, depois dessa fase aqui seria introduzido, mantendo-se até o fim do Império. Dentro do decênio ocorreram as últimas revoltas políticas do regime, conforme adiante estudaremos: os protestos armados dos liberais de São Paulo e Minas Gerais, em 1842, as desordens alagoanas de 1844, a citada rebelião praieira de Pernambuco, em 1848/1850. Uma grande transformação econômica: o início do protecionismo alfandegário, e uma importante inovação política: a criação da Presidência do Conselho, isto é, do Ministério ou Gabinete — seriam dois grandes marcos do progresso material e partidário do Segundo Reinado. E, como vitória moral, de extraordinária significação social, marcou o término desta fase a extinção do tráfico de escravos africanos para o Brasil, primeiro passo para a gradual extinção da escravatura no país.

O terceiro período, de 1851 a 1863, assinalou, na opinião de Capistrano de Abreu, "o apogeu do fulgor imperial". "A década de 50 — escreveu o grande historiador — foi a mais brilhante do Império" (2). Começou com a primeira manifestação positiva de adoção de normas políticas parlamentaristas no Brasil, conforme demonstraremos na unidade seguinte. O desenvolvimento de todos os setores econômicos, inclusive pela criação de novos meios de transporte (as estradas de ferro) e de comunicações (o telégrafo), ligou-se a um notável incremento das ciências, letras e artes. "O Imperador sentia-se bem neste jubileu de 50", acrescentou Capistrano de Abreu (3).

Na política interna, realizou-se a conciliação dos partidos no Ministério presidido pelo Marquês de Paraná, com continuação nos seguintes. Na política exterior, firmou-se o prestígio do Brasil, pela solução, que conseguiu dar, sem auxílio europeu, às questões suscitadas no Rio da Prata pelas ambições de Manuel Oribe, no Uruguai, e pela ditadura de Rosas, na Confederação Argentina.

O quarto período do Segundo Reinado, de 1864 a 1870, foi inteiramente preenchido pelas guerras externas que o Império sustentou contra o govêrno *blanco* de Aguirre, no Uruguai, e contra o ditador Francisco Solano López, do Paraguai. Não as tendo provocado, pôde

---

(2) J. Capistrano de Abreu — "Fases do Segundo Império", trabalho de 1925, incluído em *Ensaios e Estudos* (*Crítica e História*), 3.ª série (Rio, 1938), p. 123 e 119.
(3) Idem, p. 121.

entretanto vencê-las, apesar dos enormes sacrifícios à Nação exigidos pela segunda, de cinco anos de duração.

A última fase do Reinado de D. Pedro II, entre 1871 e 1889, caracterizou-se pela gradativa solução do problema da escravidão no Brasil, através da *Lei do Ventre Livre*, da liberdade dos filhos das escravas; da *Lei Saraiva-Cotegipe*, de alforria dos escravos sexagenários; e a da *Lei Áurea*, de completa abolição da escravatura no país. A campanha abolicionista constituiu esplêndida vitória de um movimento de opinião, em tôrno de princípios humanitários.

A questão religiosa, as questões militares e a propaganda pela instauração do regime republicano, também contidas neste período, constituíram etapas para a extinção entre nós, do sistema monárquico.

Concluindo, ainda uma vez com Capistrano de Abreu, lembraremos qual foi, em síntese, a obra da monarquia no Brasil, de D. João VI a D. Pedro II, de 1808 a 1889: "constituiu um país uno de Capitanias separadas, não deixou escravos numa terra que parecia só poder subsistir com êles" (4).

2 — *Antecipação da Maioridade de D. Pedro II*

a) *Antecedentes da campanha maiorista*

Durante o período das Regências, não faltou quem atribuísse à fraqueza inerente a êste tipo de govêrno a causa das freqüentes perturbações da ordem que então agitavam o país. Por isso mesmo, apareceram propostas no sentido de ser antecipada a Maioridade do Imperador, para que êste pudesse entrar no pleno exercício de suas funções, antes de atingir a idade de 18 anos, para isso marcada pela Constituição. Nascido a 2 de dezembro de 1825, sòmente em igual data de 1843 poderia D. Pedro II assumir a chefia do Poder Moderador.

O primeiro projeto favorável à antecipação da Maioridade imperial para quando o Imperador completasse 14 anos, foi apresentado em 1835 pelo deputado Luís Cavalcanti, mas a Câmara nem mesmo o admitiu à discussão, por ser notòriamente inconstitucional.

No ano seguinte, discutiu-se outra questão. A Princesa D. Januária, irmã de D. Pedro II, completou 14 anos de idade e foi reconhecida herdeira do Trono, como estabelecia a Constituição. Podia, portanto, ser Imperatriz, se por qualquer motivo nos faltasse o Imperador. Mas não podia ser Regente, pois para isso era exigida a idade mínima de 25 anos para o parente mais próximo do Imperador que em sua falta devesse exercê-la. Os partidários de uma substituição da Regência vigente (e entre êles estavam os chamados *holandeses*, defensores da candidatura de Holanda Cavalcanti contra Feijó), argumentavam que se a Princesa podia ser Imperatriz, também poderia ser Regente, argumento, como vemos, baseado num sofisma. Porque a idade para entrada em exercício do Imperador ou da Imperatriz continuava sendo a de 18 anos,

(4) Idem, p. 127.

e assim não tinha bom fundamento aquela idéia da passagem da Regência para a irmã mais velha, dentre as que ficaram no Brasil, do jovem soberano.

Em 1837 surgiram novos projetos relativos à antecipação da Maioridade de D. Pedro II. Propôs o Deputado José Joaquim Vieira Souto que assumisse o poder o Imperador, restaurando-se, para assisti-lo, o Conselho de Estado, criando-se ainda o cargo de Presidente do Ministério. Para contornar a questão, adiando-a, sugeriu o deputado Rafael de Carvalho que o môço Imperador fôsse viajar pelo estrangeiro, durante cinco anos. Ambos os projetos foram rejeitados.

Em 1840 reacendeu-se a questão. A 11 de março completou a Princesa D. Januária 18 anos, já podendo, portanto, ser Imperatriz, em pleno exercício de suas funções, caso não tivéssemos um Imperador. Como Princesa Imperial (título que lhe cabia, por ser a herdeira do Trono), poderia, com aquela idade, governar como Regente, em nome do Imperador, caso êste, "por causa física ou moral", estivesse impossibilitado de exercer o cargo. Argumentavam os *januaristas,* adversários da Regência de Araújo Lima, e entre êles novamente os *holandeses,* que a menoridade de D. Pedro II, era uma "causa física" e, por conseguinte, deveria D. Januária substituir aquêle Regente, cujo mandato, entretanto, duraria até 1842.

O resultado dessas discussões foi a fundação, no mês seguinte, por iniciativa do Senador José Martiniano de Alencar, do Clube da Maioridade, destinado a trabalhar pela antecipação da chegada de D. Pedro II ao poder. Para a Presidência da sociedade foi escolhido o Deputado Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva; para a Vice-Presidência o Senador Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque, depois Visconde de Albuquerque; Secretário do Clube, o próprio Alencar. Entre os seus mais notáveis membros incluíam-se o Senador Padre José Bento Leite Ferreira de Melo, os Deputados Antônio Paulino Limpo de Abreu (depois Visconde de Abaeté), Francisco Gê Acaiaba de Montezuma (mais tarde Visconde de Jequitinhonha), Cônego José Antônio Marinho, Teófilo Benedito Ottoni, Francisco Álvares Machado e outros, todos pertencentes ao nôvo Partido Liberal, formado em oposição à Regência de Araújo Lima.

b) *Revolta parlamentar*

Entrando em ação o nôvo agrupamento político dito *maiorista,* apresentou Alencar um projeto ao Senado, declarando o Imperador maior de idade. Rejeitado por apenas 18 contra 16 votos, teve a apoiá-lo políticos de prestígio, como o 1.º Marquês de Paranaguá e José Clemente Pereira, vultos que vinham da Independência e do Primeiro Reinado.

A êsse tempo já era muito grande o movimento de opinião em tôrno da antecipação da Maioridade imperial, nêle como sempre tendo parte ativa a imprensa, inclusive a dos pequenos jornais e pasquins. Apareciam panfletos, surgiam discussões, circulavam versos populares, etc. Crescia, assim, dia a dia, a corrente maiorista.

Procurando dar rumo legal à questão, propôs o Deputado conservador Honório Hermeto Carneiro Leão (depois Marquês de Paraná), que na seguinte legislatura viessem os deputados autorizados pelos eleitores a reformar a Constituição, quanto à idade mínima em que o Imperador poderia começar a reinar. Solução, esta, "lógica e legal", segundo Calógeras (5), mas inadmissível naquela época de efervescência, por ser também protelatória. Teve Honório Hermeto de retirar o projeto, em julho.

Propondo Antônio Carlos, novamente, a votação da antecipação da Maioridade, com maiores probabilidades de conseguir sua aprovação, resolveu o govêrno adiar os trabalhos parlamentares até 20 de novembro, segundo se supõe para que então êle próprio fizesse a mesma proposta, visando aquela declaração para quando o Imperador completasse 15 anos, a 2 de dezembro de 1840. Para executar aquela enérgica medida, que provocaria extraordinária reação dos maioristas, convidou o Regente para ocupar a pasta do Império o temido e antipatizado Senador Bernardo Pereira de Vasconcelos.

Respondendo a êsse golpe, quando a 22 de julho chegou à Câmara o decreto de adiamento, resolveram os deputados maioristas apelar para o Senado, para que êste se pronunciasse sôbre a empolgante questão da imediata antecipação da Maioridade do Imperador. Para lá se dirigiram, conduzidos por Antônio Carlos, e foram bem recebidos pelo Presidente da Câmara vitalícia, o Marquês de Paranaguá, e por outros senadores. Combinaram, então, mandar uma comissão a Sua Majestade, a fim de solicitar-lhe que entrasse, "desde já", no exercício de suas funções. Recebida em São Cristóvão, decidiu D. Pedro II, depois de ouvir o conselho de algumas pessoas, entre as quais o próprio Regente Araújo Lima, aceitar o que lhe era sugerido, tendo em vista atender às conveniências da ordem pública, já francamente alterada com a questão. Não é exato, como está històricamente comprovado, que apesar de seus 14 anos, sete meses e meio de idade, manifestasse o Imperador, nessa ocasião, qualquer precipitação ou desejo insofrido de entrar imediatamente no gôzo de suas atribuições. Determinou, então, que se convocasse para o dia seguinte a Assembléia Geral.

Reunida, esta, no dia 23, perante ela prestou o Imperador o compromisso constitucional, e entrou a governar, pondo têrmo ao tormentoso período das Regências, primeira fase do seu longo Reinado.

3 — *Conseqüências políticas da Maioridade*

a) *Primeiros Ministérios de D. Pedro II*

A 24 de julho de 1840 nomeou D. Pedro II seu primeiro Ministério, composto de liberais maioristas, entre êles os dois irmãos Andradas (Antônio Carlos e Martim Francisco), políticos que vinham do tempo

(5) J. Pandiá Calógeras — *Formação Histórica do Brasil*, 4.ª ed. (São Paulo, 1945), p. 168.

da Independência, dois irmãos Cavalcantis (os futuros Viscondes de Albuquerque e de Suaçuna), Antônio Paulino Limpo de Abreu e Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, depois Viscondes de Abaeté e Sepetiba. Foi apelidado "Ministério dos Irmãos".

Começou o Gabinete pela tentativa de pacificar o país, ainda conflagrado no Rio Grande do Sul e Maranhão, mediante a concessão de ampla anistia aos envolvidos nas revoltas do período regencial. Aceita, graças aos esforços do Barão de Caxias, na segunda dessas Províncias, falhou a aplicação da generosa medida, na primeira, onde poucos farroupilhas dela se valeram.

Como os liberais não dispusessem de maioria na Câmara dos Deputados, cuidaram de se fortalecer nas eleições realizadas em 1840, as quais, pela compressão oficial havida, foram apelidadas "do cacête". Desagradaram, igualmente, as *derrubadas,* que fizeram, de Presidentes, Juízes de Paz e funcionários conservadores.

Afinal, em março de 1841, dividindo-se o Ministério quanto a uma questão administrativa do Rio Grande do Sul, exonerou-o o Imperador, substituindo-o por outro conservador, no qual foi entretanto mantido o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Aureliano Coutinho. Dêsse fato resultou a generalizada convicção de chefiar êsse político um grupo que, reunindo-se na residência do Mordomo da Casa Imperial, Paulo Barbosa da Silva, situada próximo ao Rio da Joana, nas vizinhanças da Quinta da Boa Vista, daí recebeu o apelido de *Clube da Joana,* acusado de influir nas decisões do ainda inexperiente e muito jovem Imperador.

O nôvo Gabinete também contava com a colaboração de antigos políticos, como José Clemente Pereira, o 1.º Marquês de Paranaguá e Miguel Calmon du Pin e Almeida, depois Marquês de Abrantes. Promoveu a restauração do Conselho de Estado, e, por intermédio do Ministro da Justiça, Paulino José Soares de Sousa (depois Visconde do Uruguai), a reforma do Código de Processo Criminal, com a criação da Chefia de Polícia nas Províncias, de modo a dar aos governos, geral e provinciais, melhores meios para assegurar a ordem pública, em todo o país.

b) *Revolta dos liberais em 1842*

Já em 1842, alegando as fraudes registradas nas eleições *do cacête,* pediu o Ministério ao Imperador que fôsse prèviamente dissolvida a Câmara dos Deputados, que em maio deveria iniciar os seus trabalhos, e já se encontrava em reuniões preliminares. Acedeu D. Pedro II e, em sinal de protesto, resolveram os políticos prejudicados, de São Paulo e Minas Gerais, lançar-se à revolta, contra o govêrno dos conservadores, que acusavam de reacionário. Apoiavam o movimento alguns chefes de prestígio, como o ex-Regente Padre Diogo Antônio Feijó, o Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e o Deputado Teófilo Benedito Ottoni.

A 17 de maio em Sorocaba e a 10 de junho em Barbacena realiza-

ram-se os pronunciamentos dos liberais das duas Províncias, que obtiveram o apoio de várias Câmaras Municipais e aclamaram Presidentes revolucionários, em São Paulo o Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, em Minas Gerais José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, depois Barão de Cocais.

Não dispunham, porém, de adequados recursos militares, nem conseguiram chegar às respectivas capitais, porque o govêrno contra êles mandou fôrças do Exército e da Guarda Nacional, tomando providências para que se não alastrasse a revolta.

Para combatê-la partiu imediatamente para São Paulo o Brigadeiro Luís Alves de Lima, já intitulado Barão de Caxias. E antes de encontrar-se com os revoltosos, soube da derrota da coluna que tencionava ocupar Campinas e que fôra vencida em Venda Grande pelas tropas legais, comandadas pelo Tenente-Coronel Amorim Bezerra. Êsse fato fêz com que debandasse o grosso dos revolucionários, entrando Caxias em Sorocaba e dando por terminado o movimento paulista, com a prisão de alguns de seus principais chefes, inclusive o Padre Feijó.

Em Minas Gerais, apesar de vitoriosos em Queluz e Sabará, os insurgentes não se animaram a atacar Ouro Prêto, a capital da Província, onde pouco depois de vencida a revolta de São Paulo chegou o Barão de Caxias, comandante das fôrças legalistas. Marchando ao encontro dos revoltosos, aproximou-se de Santa Luzia do Rio das Velhas, a 20 de agôsto, sendo por êles vantajosamente atacado. Prosseguindo o combate, decidiu-se o seu resultado pela oportuna chegada da coluna do irmão de Caxias, Coronel José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho, depois Conde de Tocantins, retirando-se e dispersando-se os rebeldes, menos os seus chefes, presos no arraial.

Processados, como os de São Paulo, foram todos anistiados em 1844, quando novamente subiram ao poder os liberais.

c) *Os liberais novamente no poder (1844/1848)*

Em janeiro de 1843 pela primeira vez o Imperador encarregou um só político conservador de organizar todo o Ministério. Coube a incumbência ao Senador Honório Hermeto Carneiro Leão, depois Marquês de Paraná, que contou, entre os seus componentes, com Paulino José Soares de Sousa e Joaquim José Rodrigues Tôrres, depois Viscondes do Uruguai e Itaboraí.

Surgiu, porém, um ano depois, um incidente pessoal entre D. Pedro II e Honório Hermeto, por pretender, êste, injustamente, a demissão de um alto funcionário. Da crise resultou a saída do Ministério e a volta dos liberais ao govêrno, com a impressão generalizada, mas errônea, de que a referida mudança era conseqüência do predomínio do *Clube da Joana,* visto que o citado funcionário, Saturnino de Sousa e Oliveira, era irmão de Aureliano Coutinho, e aliás duas vêzes ex-Presidente do Rio Grande do Sul e futuro Ministro.

Permaneceram os liberais no poder durante quatro anos, sendo seus principais chefes os Senadores José Carlos Pereira de Almeida Tôrres

(2.º Visconde de Macaé), Manuel Alves Branco (2.º Visconde de Caravelas), Antônio Paulino Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté), Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Albuquerque), Francisco de Paula Sousa e Melo e Deputado Bernardo de Sousa Franco (depois Senador e Visconde de Sousa Franco).

Além de uma reforma eleitoral, salientou-se, nesse período, a criação, em 1847, do cargo de Presidente do Conselho de Ministros, isto é, do Ministério ou Gabinete, medida política do maior alcance e que facilitaria, como veremos, a adoção, entre nós, do regime parlamentarista. Foi primeiro ocupante do pôsto o Ministro Manuel Alves Branco.

d) *Revolta nas Alagoas (1844)*

No último trimestre de 1844 ocorreram na Província das Alagoas agitações políticas de caráter regional, rebelando-se os *lisos,* chefiados por José Tavares Bastos, contra o govêrno de Bernardo de Sousa Franco, que apoiava os *cabeludos,* orientados por João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, depois Visconde de Sinimbu.

Duas vêzes ocuparam aquêles a capital alagoana, Maceió, forçando o Presidente, futuro Visconde de Sousa Franco, a refugiar-se a bordo do iate *Caçador.* Para o segundo ataque aliaram-se os *lisos* ao caudilho das matas do Jacuípe, Vicente Ferreira Tavares Coutinho, vulgo *Vicente de Paula,* remanescente da *cabanada* de 1832/1835.

Chegando, porém, para combater os revoltosos, fôrças militares comandadas pelo Brigadeiro Antônio Correia Seara, foram êles vencidos em Atalaia. No govêrno do nôvo Presidente, Caetano Maria Lopes Gama, depois Visconde de Maranguape, completou-se a pacificação da Província.

e) *Revolta Praieira (1848/1850)*

Em 1848 já haviam passado pelo poder os principais chefes liberais, considerando-se *gasto* o partido quando chefiou seu último Ministério Francisco de Paula Sousa e Melo. Verificando-se agitações eleitorais na Côrte, julgou o Imperador que era chegada a ocasião de chamar ao govêrno novamente os conservadores, fazendo-o por intermédio de um Gabinete presidido, a princípio, pelo Visconde de Olinda (o ex-Regente Pedro de Araújo Lima), depois pelo Visconde de Monte Alegre (José da Costa Carvalho, antigo membro da Regência Trina Permanente).

Em Pernambuco reinava certa insatisfação, inclusive de caráter nativista, contra os comerciantes portuguêses, promovida pelo agitador Antônio Borges da Fonseca, apelidado, de acôrdo com o nome de alguns de seus jornais, *o Repúblico.* Dois Senadores eleitos pela Província, o ex-Presidente Antônio Pinto Chichorro da Gama e o ex-Ministro Ernesto Ferreira França, apesar de escolhidos pelo Imperador tiveram suas eleições anuladas pelo Senado. A subida dos conservadores, naquele ano, determinando a *derrubada* dos liberais, provocou a última revolta política de protesto contra as mutações ministeriais, registrada no Impé-

rio: a chamada revolta *praieira,* assim denominada porque o jornal dos liberais, o *Diário Nôvo,* tinha a redação à Rua da Praia, no Recife. Seus adversários eram apelidados *guabirus.*

Rompendo-se as hostilidades em Olinda, em novembro de 1848, contra o govêrno do Presidente Herculano Ferreira Pena, travaram-se, pouco depois, vários pequenos encontros. Concentrados em Água Preta, sob a chefia do Desembargador e Deputado Joaquim Nunes Machado, com a cooperação de Borges da Fonseca, atacaram os revoltosos o Recife, em fevereiro de 1849, sendo vencidos depois de ativo combate travado nas ruas com as fôrças legalistas do Brigadeiro José Joaquim Coelho, depois Barão da Vitória, e outras que havia armado o Presidente da Província, Manuel Vieira Tosta, depois Marquês de Muritiba. Morreu na luta Nunes Machado, retirando-se para o interior os vencidos *praieiros.*

Para debelar seus remanescentes, nôvo e enérgico Presidente foi nomeado para Pernambuco: Honório Hermeto Carneiro Leão, depois Marquês de Paraná. Presos e processados os principais chefes dos rebeldes, nove foram condenados à prisão perpétua, sentença que começaram a cumprir na Ilha de Fernando de Noronha. Entre êles o Professor Jerônimo Vilela de Castro Tavares, Antônio Borges da Fonseca, o futuro diplomata e Barão Filipe Lopes Neto, o historiógrafo José Inácio de Abreu e Lima e outros, como Bernardo José da Câmara, depois Barão de Palmares, enviado posteriormente.

No interior, porém, prosseguia lutando o Capitão Pedro Ivo Veloso da Silveira, afinal prêso nas Alagoas, já em 1850, e conduzido ao Rio de Janeiro. Conseguindo fugir do Forte da Laje e embarcar em navio estrangeiro, para a Europa, faleceu na viagem, no ano seguinte.

Em 1852 foram anistiados os *praieiros* condenados, assim se encerrando a última revolta política do Segundo Reinado.

LVII

O PODER MODERADOR, OS PARTIDOS POLÍTICOS E O PARLAMENTARISMO

1 — O Poder Moderador

a) *Na Constituição de 1824*

Na unidade XLIX vimos como a sugestão da adoção, no Brasil, do quarto poder constitucional, o Moderador, uma idéia de Clermont Tonnerre divulgada por Benjamin Constant, embora apresentada e recusada na Constituinte de 1823, conseguiu ser aceita por D. Pedro I e pelo Conselho de Estado e introduzida na primeira Constituição brasileira, outorgada em 1824.

Todo o capítulo I de seu Título V — "Do Imperador", era dedicado ao Poder Moderador, e reproduz, em grande parte, vários parágrafos do capítulo das "prerrogativas reais" contido no "Esbôço de Constituição" apresentado pelo referido publicista suíço-francês, em seu *Cours de Politique Constitutionnelle* (1).

De acôrdo com o respectivo art. 98, o Poder Moderador seria "a chave" de nossa organização política, sendo delegado privativamente ao Imperador, "como Chefe Supremo da Nação e seu primeiro representante, para que incessantemente vele sôbre a manutenção da independência, equilíbrio e harmonia dos mais podêres políticos".

Conforme o art. 101, o Imperador exerceria êsse poder: *a*) nomeando os senadores; *b*) convocando a Assembléia Geral; *c*) sancionando os seus decretos e resoluções; *d*) aprovando e suspendendo resoluções dos Conselhos Provinciais (depois de 1834 Assembléias Legislativas); *e*) prorrogando e adiando a Assembléia Geral e dissolvendo a Câmara dos Deputados; *f*) nomeando e demitindo livremente os Ministros de Estado; *g*) suspendendo os magistrados; *h*) perdoando e moderando penas impostas; *i*) concedendo anistia.

No capítulo II e art. 102, é dito que o Imperador era também o chefe do Poder Executivo, mas que o exercitava por intermédio dos Ministros de Estado.

b) *No Primeiro Reinado*

Quando estudamos a política interna do Primeiro Reinado, na unidade LII, vimos como D. Pedro I, pessoalmente não preparado para as

(1) Duas das principais características da função constitucional do Imperador e sete de suas nove atribuições — contêm-se em oito parágrafos do cap. II do "Esbôço de Constituição" apresentado na citada obra de Benjamin Constant, tomo I, 2.ª ed. (Paris, 1872), p. 182/193. Cf. Helio Vianna — "Messianismo empírico", na revista *Hierarquia*, do Rio de Janeiro, n.º 1, de agôsto de 1931, p. 62.

funções de Imperador Constitucional, foi entrando em choque com a oposição progressivamente formada na Câmara dos Deputados, até chegar à crise de 1830/1831. Não a dissolveu, porém, nem a adiou nenhuma vez, como estava em suas atribuições, certamente lembrado do mau efeito da dissolução da Assembléia Constituinte, em 1823. Contava, aliás, com o apoio do Conselho de Estado e do Senado, por êle totalmente composto, em ambos preferindo escolher seus Ministros.

Apesar do principal motivo da abdicação do primeiro Imperador ter sido a sua preocupação com a situação de Portugal, onde o Trono da filha havia sido usurpado por seu irmão D. Miguel, — foi uma crise constitucional, em que a razão estava do seu lado, que o decidiu àquela inesperada e voluntária resolução. Pediam-lhe o povo e a tropa, reunidos na praça pública, que chamasse novamente ao govêrno o Ministério, que por não ter conseguido manter a ordem havia demitido. E êle leu aos juízes de paz cariocas o parágrafo constitucional que lhe dava inteira liberdade na escolha dos Ministros de Estado.

c) *Nas Regências*

O Poder Moderador exercido pelos Regentes não poderia ser igual ao do Imperador. E isto mesmo compreenderam os legisladores de 1831, ao limitá-lo na lei sôbre o exercício da Regência, então votada. Os Regentes, ao contrário do soberano, eram políticos pertencentes a partidos ou agrupamentos partidários já existentes, não podendo, portanto, ter a mesma isenção de um Chefe de Estado vitalício e naturalmente colocado fora e acima dos partidos, como o Imperador. Conseqüentemente, cassou-lhes aquela lei a autorização para dissolver a Câmara dos Deputados, uma das mais graves atribuições do chefe do Poder Moderador. E como a Regência chegou a ser encarada como verdadeira experiência de República, nela também não foram concedidos títulos nobiliárquicos e condecorações.

Difícil era, também, a possibilidade de ser a Regência simultâneamente exercida por três pessoas. Quando da Regência Trina Permanente, várias vêzes ausentou-se do Rio de Janeiro o Regente Costa Carvalho, por períodos relativamente longos. Falecendo o Regente João Bráulio Muniz, resolveram não dar-lhe substituto, visto já ter decidido, a reforma constitucional de 1834, que a Regência passaria a ser Una.

Quando Regente o Padre Feijó, como vimos na unidade LIV, verificaram-se desentendimentos entre a Assembléia Geral (composta do Senado e Câmara dos Deputados) e o detentor eventual do Poder Moderador. Preferiu êste, como D. Pedro I, sair, a ceder à oposição que lhe era feita. Renunciou ao pôsto, escolhendo para substituto o mais acomodatício Pedro de Araújo Lima.

Também o futuro Marquês de Olinda deixaria o cargo antes de vencido o prazo de duração de sua Regência, por não ter sido aceita, pelo parlamento revoltado, a aplicação de uma de suas atribuições como chefe substituto do Poder Moderador: o adiamento da Assembléia

Geral, medida com que seu último Ministério pensou deter a corrente de opinião que propugnava pela imediata antecipação da Maioridade de D. Pedro II — conforme vimos na unidade LVI.

2 — *Como nasceram os partidos políticos do Império*

De acôrdo com o que estudamos nas unidades anteriores, não se formaram, durante o Primeiro Reinado, partidos políticos definidos no Brasil.

Logo ao se organizar o Império, em outubro de 1822, apareceu forte oposição ao Ministério de que era principal figura José Bonifácio de Andrada e Silva. Prestigiado por D. Pedro I, esmagou-a êle, com excessiva energia.

No ano seguinte, inverteram-se as posições, quando, exonerados do poder os Andradas, passaram à violenta oposição, na Constituinte e no jornalismo panfletário da época, até serem por sua vez punidos com o exílio, depois da dissolução daquela Assembléia e durante alguns anos.

Inaugurado o nosso Poder Legislativo regular, em 1826, vimos, na unidade LII, como pouco a pouco foi se formando, na Câmara dos Deputados, como na imprensa, uma corrente oposicionista que chegaria a distinguir, entre os seus componentes, ainda antes da revolução de 6/7 de abril de 1831, os políticos denominados *exaltados* ou *farroupilhas*. Não constituía, porém, partido organizado, o que sòmente no período regencial se tornaria mais nítido. Conforme consta de nossos estudos relativos às Regências Trinas, em seu tempo esclareceram-se melhor os nossos organismos partidários iniciais, deixando de haver apenas govêrno e oposição, como no Primeiro Reinado.

Tiveram, então, o poder, os políticos ditos *moderados* ou *chimangos*, articulando-se na oposição dois grupos diferentes: os *exaltados*, *farroupilhas* ou *jurujubas*, que chegavam a ser federalistas e jacobinos, isto é, contra os portuguêses, mesmo quando brasileiros adotivos, e, como terceiro e último agrupamento, o dos *restauradores* ou *caramurus*, partidários da volta ao Brasil e ao poder de D. Pedro I, então Duque de Bragança.

Tão violentamente agiram, na Assembléia Geral e no baixo jornalismo da época, êsses dois partidos oposicionistas, que o govêrno dos moderados contra êles teve de reagir, inclusive sufocando, na Côrte e nas Províncias, de 1831 a 1835, seus numerosos motins, pronunciamentos militares e levantes, estudados na unidade LV. Tentou, até, praticar um golpe de Estado, em 1832, e promoveu, no ano seguinte, manifestações hostis aos seus clubes e pasquins.

Obtida, em 1834, a reforma constitucional, e falecido, também nesse ano, o ex-Imperador, diminuiu o ardor dos federalistas e exaltados e perdeu a razão de ser o partido caramuru. Com a eleição do primeiro Regente Único, tornava-se possível uma recomposição partidária, fortalecedora do poder.

Assim, porém, não aconteceu, porque o Padre Feijó não tardou a

perder o valioso apoio do líder Evaristo da Veiga, aliás pouco depois falecido, e, a seguir, o de outros importantes chefes moderados. Note-se que, à época, existiam no Senado e na Câmara, elementos independentes, os chamados *marombistas,* que votavam ou não votavam a favor do govêrno; e ainda os tímidos, apelidados *caramujos,* porque na hora das definições de atitude, escondiam-se ou faltavam às sessões...

A verdade é que, tendo de enfrentar, pouco depois, uma oposição cada vez mais forte — e de que era principal chefe o Deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos, — debalde tentaram os raros amigos de Feijó criar, para sua defesa, um partido que seria denominado Progressista. Tanto bastou para que logo se articulasse contra êle o grupo chamado dos *regressistas,* que, aliado a marombistas, a antigos restauradores e outros elementos, daria origem ao futuro Partido Conservador, o que por mais tempo e mais vêzes governou no Brasil.

Renunciando Feijó à Regência, subiu ao poder, com Araújo Lima e o "Ministério das Capacidades", o nôvo agrupamento partidário. Seus oponentes, os antigos feijoístas, deram então origem ao Partido Liberal, que até o fim do Segundo Reinado com o Conservador se alternaria no govêrno, exceto no período da Conciliação e mesmo quando depois ressurgiu sob a provisória denominação de Liga Progressista, como veremos.

3 — *Origens do parlamentarismo brasileiro*

O regime parlamentarista, no qual os Ministérios dependem da confiança da Câmara dos Deputados, para sua manutenção no poder, não se estabeleceu, no Brasil, pela Constituição de 1824. Foi uma criação natural de nosso direito político.

Instalando-se em 1826 a Assembléia Geral, não se instaurou, então, aquêle sistema político, tendo sido difíceis, como vimos, as relações entre a primeira Câmara dos Deputados e o Imperador D. Pedro I. Abdicou, êste, não em conseqüência de pressão da opinião pública, mas por deliberação própria, por não desejar atender ao pedido que lhe faziam, da reintegração de um Ministério que não merecia mais a sua confiança. Defendeu, portanto, suas atribuições constitucionais. E como não estava reunida a Assembléia Geral, então em período de férias, não houve manifestação sua, na crise de abril de 1831.

Também no período das Regências, não se poderá dizer que tenha começado, entre nós, o regime parlamentarista, embora o Padre Diogo Antônio Feijó tenha renunciado ao pôsto por não querer transigir com a oposição que contra o seu govêrno se avolumava. Êle, como os demais Regentes, era homem de partido, não podendo, portanto, bem cumprir as atribuições de um chefe do Poder Moderador.

O movimento pela antecipação da Maioridade do Imperador D. Pedro II, embora tenha-se realizado principalmente no parlamento, não foi, pròpriamente, um golpe parlamentarista, mas a efetivação de gene-

ralizado anseio de estabilidade política e pacificação, que as Regências não puderam oferecer ao país.

Iniciado o govêrno pessoal de D. Pedro II, não teve comêço imediato o regime parlamentarista, entre nós. Ao contrário, um Ministério conservador, não querendo sofrer o combate de uma Câmara eleita pelos liberais, preferiu obter do Imperador sua dissolução prévia, quando ainda se encontrava em reuniões preliminares. Em represália, lançaram-se à revolta, em duas Províncias, os prejudicados, em 1842.

De acôrdo com a Constituição, para organizar os Gabinetes ministeriais, tinha absoluta liberdade de escolha o Imperador. Em 1843 encarregou uma só pessoa de compor o Ministério. Teve essa primazia Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro Marquês de Paraná. Ressurgiu daí a idéia da criação da Presidência do Conselho de Ministros, realizada em 1847, primeiro passo para o advento do parlamentarismo no Brasil.

A crise política de 1848 e a conseqüente Revolta Praieira, em Pernambuco, mostraram que o país ainda não estava maduro para a inovação. Coube, porém, ao notável Ministério conservador então iniciado, dar comêço às normas parlamentaristas, no Império. Em 1851, embora prestigiado pela solução que havia dado à questão do tráfico de africanos e pelo êxito de sua ação no Uruguai, pediu insistentemente sua exoneração ao Imperador. Sentia-se *gasto*, não desejava enfrentar a oposição, nem presidir às próximas eleições. D. Pedro II, entretanto, certamente julgando que sua missão ainda não estava completa, pois faltava resolver o dissídio com Rosas, o ditador argentino, não concordou com o pedido de exoneração coletiva, e sòmente quase seis meses depois consentiu em recompor o Gabinete, conservando, porém, três de seus seis Ministros. Data dêsse episódio, em nossa opinião, o início do parlamentarismo no Brasil ([2]).

a) *Como funcionou, no Segundo Reinado, o regime parlamentarista*

A demorada aparição do parlamentarismo, entre nós, deve ser atribuída à falta de preparação que para o seu exercício demonstraram os nossos políticos, nos três primeiros decênios do Império. D. Pedro I, os Regentes, o próprio D. Pedro II, na parte inicial de seu Reinado, não poderiam pôr em funcionamento o Poder Moderador, de que estavam investidos, sem uma prévia fase preparatória das elites governantes, ultimada em 1850. A êsse tempo começavam a ser substituídos por bacharéis saídos dos Cursos Jurídicos de Olinda e São Paulo, os anteriormente formados na Universidade de Coimbra. Conseqüentemente, a partir dessa época, com a ação, conjugada, do Imperador e de vários estadistas notáveis, começou a modelar a política brasileira o sistema parlamentarista.

Vejamos como funcionou, durante quase quarenta anos de paz interna, que trancorreram de 1850 (milésimo do encerramento da última revolta

(2) Helio Vianna — "Notável Documento da História Política do Império — O pedido de exoneração coletiva do Ministério de 29 de setembro de 1848", no *Anuário do Museu Imperial*, vol. XI, de 1950, p. 53/64.

política da monarquia) até 1889, quando foi proclamada a República presidencialista.

Para manter-se no govêrno, devia o Gabinete, encarregado do Poder Executivo, merecer, simultâneamente, a confiança da Câmara dos Deputados, órgão transitório do Poder Legislativo, e do Imperador, titular do Poder Moderador. Quando o Ministério entrava em divergência com a maioria da Câmara, cabia ao monarca decidir pela continuação daquele ou desta, dissolvendo-a ou não, ouvido o Conselho de Estado, e, no segundo caso, exonerando e substituindo o Gabinete. Se o Imperador julgasse que a crise era apenas do Gabinete, substituía-o por outro do mesmo partido; se achasse que era ocasião de ser aplicado o programa do partido então em oposição, chamava-o ao poder. Havendo dissolução da Câmara, marcavam-se imediatamente novas eleições. O Senado, órgão permanente do Poder Legislativo, *não fazia política,* isto é, não provocava a demissão dos Ministérios, pois nêle poderia haver, em razão da vitaliciedade de seus membros, maioria adversa ao partido então no poder, que não deveria ficar sujeito à sua confiança.

Era, portanto, o Imperador, o único árbitro das circunstâncias políticas, o intérprete da opinião pública, o juiz da oportunidade das reformas sugeridas nos programas partidários. Consistia nisso a parte mais delicada do exercício do Poder Moderador, funções nas quais era auxiliado pelo Conselho de Estado, órgão superior, composto dos mais notáveis políticos do tempo, pertencentes a ambos os partidos, escolhidos pelo Chefe da Nação.

Em um país como o Brasil, no qual as eleições não eram perfeitas, nem mesmo satisfatórias, até à criação do sistema direto, a missão do encarregado do Poder Moderador era particularmente difícil. Mas D. Pedro II soube exercê-la com permanente superioridade de vistas, embora descontentando aos partidos que de vez em quando era forçado a dispensar do govêrno, sujeitando-os a temporários mas revigoradores ostracismos. Procurou, sempre, suprir aquela deficiência, não só trabalhando por que fôsse modificada a nossa legislação eleitoral, como intervindo, no exercício do Poder Moderador, no sentido do melhoramento dos costumes políticos [3].

Como órgão permanente da administração pública, e seu mais importante fiscal e coordenador, era, também, o zelador de sua continuidade e moralidade. Pode-se, portanto, concluir que sem a sua compreensão das funções que lhe competiam, não poderiam ter funcionado relativamente tão bem, as instituições à margem da Constituição de 1824 originalmente estabelecidas no Brasil. À ação pessoal de D. Pedro II é entretanto necessário acrescentar-se a cooperação de vários estadistas que

(3) Numerosas provas das úteis sugestões do Imperador, tendo em vista o aperfeiçoamento dos hábitos políticos brasileiros, encontram-se nas "espécies de programas" e "lembranças" que, de 1853 a 1881, por escrito dirigiu a sucessivos Presidentes do Conselho de Ministros, conforme transcrevemos, comentamos e anotamos, em ensaio dedicado às "Idéias Políticas e Administrativas de D. Pedro II", a ser incluído no livro *D. Pedro I e D Pedro II — Acréscimos às suas biografias.*

honraram o Brasil imperial, facultando-lhe a existência dessa elite política sem a qual não pode funcionar com bons resultados o sistema parlamentarista. É o que veremos, com maior individualização, no capítulo seguinte, embora com algumas inevitáveis repetições de dados já conhecidos.

4 — D. Pedro II, os partidos políticos e o parlamentarismo

O Segundo Reinado, na parte relativa ao govêrno pessoal de D. Pedro II, é um dos períodos mais interessantes da evolução social e política do Brasil. Durante quase meio século (1840/1889) a nação que se integrara com a Independência, pôde adquirir fórmulas próprias para a sua incorporação ao mundo civilizado, conseguindo-o através de naturais dificuldades e imperfeições, mas ainda assim de modo inteiramente excepcional no ambiente americano.

Depois das incertezas e experiências do Primeiro Reinado e das Regências, pouco a pouco foi-se criando uma nova compreensão política no país, de modo a completar, no sentido de racional aproveitamento, as instituições instauradas pela Constituição de 1824. Restringidas pela Lei Interpretativa, de 1840, algumas das mais perigosas inovações trazidas pelo Ato Adicional, de 1834, pôde o Império iniciar essa sua fase essencialmente construtiva, que de forma tão diferente se inscreve na História do Brasil.

Não foi, porém, com as facilidades de um simples desdobramento de posições que essa transformação se processou na vida brasileira. Muitas vêzes o meio, os antecedentes, as contingências externas, os indivíduos e outras circunstâncias agiram em direção contrária àquela que ao país devia se afigurar como mais propícia. Transpondo, mesmo parcialmente, êsses obstáculos colocados diante da sua trajetória, o Segundo Reinado conseguiu caracterizar-se como a nossa época mais impressionante. E a todo êsse seu contínuo esfôrço assistiram devidamente, entrechocando-se, harmonizando-se ou reagindo cada um pela forma que julgava mais conveniente, os partidos políticos, o sistema parlamentar, onde encontraram seu campo de ação, e o Poder Moderador, que presidia às relações entre ambos, intervindo quando se tornava necessário.

a) *O Imperador e os partidos políticos*

Ao iniciar-se o govêrno direto de D. Pedro II, os dois partidos políticos existentes eram os mesmos que mereceriam consideração ao se encerrar, quase meio século depois, o regime monárquico. Conservadores e liberais vinham das imprecisões e das combinações das Regências e, em seguida, através de modificações, uniões, transitórias mudanças de título, etc., iriam acompanhar tôda a evolução política por que passou o país, até à Proclamação da República.

Como cumpriram essa missão as organizações partidárias tradicionais, é uma questão que muito importa ser conhecida, em face da simultâ-

nea ação que também competiu à Coroa, tôdas essas entidades tendo de se encontrar no terreno político por intermédio do sistema parlamentar. E a importância dessa situação ainda mais se avoluma ao considerarmos que entre as atribuições do Imperador estava a de dissolver a Câmara dos Deputados, quando julgasse oportuno. E, além disto, em nenhuma parte da Constituição se continha qualquer indicação que se referisse à necessidade da confiança do parlamento, para que continuassem no govêrno os Ministérios saídos das fileiras dos partidos políticos.

Aparecendo por si mesmo, de modo inteiramente natural, o parlamentarismo brasileiro, não tendo tido o seu início em 1826, com a instalação da primeira legislatura; nem em 1831, como insinuou Oliveira Lima; ou em 1837, como sugeriu Calógeras; ou ainda em 1847, como quis o Conde de Afonso Celso ([4]) — o fato é que sòmente durante o Segundo Reinado pôde ter a máxima aplicação aqui possível.

Deve-se isto à feliz compreensão que coube a D. Pedro II quanto à natureza e extensão do Poder Moderador de que se achava investido. Usando com a maior parcimônia do seu direito de dissolver a Câmara; cedendo, desde 1843, a sua prerrogativa de escolher todos os Ministros; criando a Presidência do Conselho, quatro anos depois; não admitindo abatimentos nas suas atribuições constitucionais concernentes às nomeações de senadores e membros do Conselho de Estado; ouvindo a êste com permanente sentido de oportunidade; não abrindo mão, nunca, das suas funções principalmente fiscalizadoras e moralizadoras, — com tôdas essas características, com ou sem "poder pessoal", a Coroa pôde superiormente presidir aos destinos políticos do país, nesse meio século de intensa integração dos fatôres sociais anteriormente acumulados.

b) *De 1840 a 1848*

Logo no início do Segundo Reinado registrou-se um primeiro e grave encontro do Poder Moderador e do espírito parlamentarista com o partido político que, sendo minoria, revolucionàriamente fizera a Maioridade, perdendo logo a simpatia da Câmara, bem como a de tôda a opinião nacional. Acumulando-se os seus erros, caiu êsse Gabinete liberal, que, entretanto, tivera tempo de preparar eleições a êle grandemente favoráveis.

Conseguida pelos conservadores, já no govêrno, a dissolução dessa Câmara fraudulentamente eleita, quando estava em suas reuniões preparatórias, rebelaram-se os liberais inùtilmente apelando para as armas em São Paulo e Minas Gerais, em 1842. Para disfarçar um pouco o motivo real do seu descontentamento, que era o despeito pela perda do poder e dos mandatos à deputação, também alegaram serem reacionárias duas leis conservadoras recentes e que muito necessárias eram ao país:

(4) Cf. Oliveira Lima — *O Império Brasileiro, 1822-1889* (São Paulo, 1928), p. 80; J. Pandiá Calógeras — *Formação Histórica do Brasil*, 4.ª ed. (São Paulo, 1945), p. 150; Conde de Afonso Celso — *Oito anos de parlamento — Poder pessoal de D. Pedro II* (São Paulo, 1929), p. 171.

a reforma, num sentido fortalecedor da autoridade, do Código de Processo Criminal e a nova criação de um Conselho de Estado, suprimido durante as Regências pelo Ato Adicional, mas indispensável depois de 1840.

Em 1843, um grande passo a favor de um sistema de govêrno que melhor se relacionasse com o parlamentarismo se registrou com a autorização, dada pelo Imperador ao futuro Marquês de Paraná, para que êsse político ficasse como único encarregado da organização de um nôvo Gabinete. Essa voluntária transferência de atribuições passou a ser normalmente observada depois de 1847, quando se criou a Presidência do Conselho, isto é, a chefia dos Ministérios, que assim sòmente um responsável teriam junto às Câmaras vitalícia e temporária e ao Poder Moderador. Até então, de acôrdo com a Constituição, a êsse último órgão competia a escolha de todos os Ministros. Passou a fazer, entretanto, a designação de um só, que indicava os outros, dali por diante, com visíveis vantagens para o bom andamento da política geral do país.

Êsse mesmo Gabinete de 1843 continuou a reação conservadora, que desde 1837 fôra planejada como motivo de salvação nacional, por Bernardo de Vasconcelos e seus correligionários. Mas, apesar da importância de sua origem e missão, estava condenado a ser o primeiro paciente do zêlo com que o Imperador procurava cumprir a sua delicada tarefa moderadora. Negando-se a demitir um funcionário injustamente acusado, D. Pedro II teve de praticar o recurso constitucional de dissolver a Câmara dos Deputados, passando o poder outra vez aos liberais, em 1844.

Governaram êstes até 1848, procurando fortalecer a sua posição política, como de costume. Encontrando forte reação, no parlamento como nas Províncias, isto logo se tornou um verdadeiro "caso", que não puderam resolver os sucessivos Gabinetes dos Viscondes de Caravelas e Macaé, de Holanda Cavalcanti, de Caravelas segunda vez e, afinal, de Paula Sousa. Fortes divergências internas, ao lado de uma ação política evidentemente fraca, levaram o Imperador a chamar novamente ao govêrno os conservadores, que nêle permaneceram até à Conciliação dos partidos, empreendida pelo Marquês de Paraná, em 1853.

Com a queda da situação liberal, em 1848, repetiu-se o caso de 1842. O recurso à revolução foi julgado pelo "praieiros" o protesto conveniente. E embora quase limitado a Pernambuco, êsse levante meramente político de 1848/50, não teve apenas a significação estritamente regional e personalista que se lhe pode emprestar. Demonstrou a intransigência com que o Poder Moderador encararia sempre as suas prerrogativas de ser o revezador dos partidos no poder, sempre que as Câmaras, quase unânimemente governistas, não pudessem expressar com imparcialidade as verdadeiras tendências da opinião nacional. Foi essa, aliás, a última revolta interna registrada no Segundo Reinado. Daí por diante, os partidos apeados do govêrno cingiram-se aos protestos na tribuna da Câmara ou do Senado, na imprensa e, sobretudo, nas acusações ao Imperador, raramente procedentes.

c) *De 1848 a 1862*

Com os Ministérios dos Marqueses de Olinda e Monte Alegre, de Eusébio de Queirós e do Visconde de Itaboraí, que foram da revolta "praieira" à Conciliação, muito se pôde fazer em sentido mais construtivo. Uma nova política financeira e a solução da questão do tráfico de africanos, são provas da crescente cristalização do nosso sistema político. Com o govêrno do Marquês de Paraná, de 1853 a 56, cessando de dispersivamente influenciar o anterior oposicionismo, ainda melhor se tornou a situação. Úteis reformas puderam ser realizadas, valores novos foram revelados e os cuidados requeridos pelos negócios externos encontraram agentes capazes de os modelar e continuar, de acôrdo com as necessidades nacionais.

Como prova de que também no terreno político foram procurados aperfeiçoamentos, basta lembrar que nesse Ministério da Conciliação o problema de reforma eleitoral constituiu um de seus maiores objetivos. Já os liberais, em 1846, haviam melhorado um pouco as eleições, modificando as condições do alistamento, proibindo o voto por procuração e tentando obter uma fiscalização mais eficiente nos pleitos. A insistência com que o Imperador pedia medidas nesse sentido, fêz com que o Marquês de Paraná conseguisse a passagem de outra lei eleitoral, em 1855. Embora as eleições continuassem indiretas, substituiu-se o antigo sistema de listas pelos círculos de um só deputado, criando-se ainda a suplência, com que se pensava resolver uma série de deficiências.

Falecendo Paraná em 1856, o espírito político que soube criar continuou a orientar o Gabinete, cuja chefia passou a Caxias.

Realizadas com êxito as eleições de 1857, um nôvo período se iniciou para a nossa vida partidária e parlamentar. Enquanto alguns líderes persistiam na preconização da harmonia entre os partidos, desejada pelo Imperador, agia em sentido contrário a influência de vários liberais e conservadores. Antes que isto se desse, porém, em quase um decênio de combinações novas, os nossos órgãos partidários flutuaram mais de acôrdo com o prestígio dos seus vultos proeminentes do que com programas definidos, ou posições ditadas pela tradição.

Foram assuntos econômicos e financeiros os que principalmente preocuparam os Gabinetes que se seguiram ao presidido pelo então Marquês de Caxias e que quase só teve por missão a aplicação da lei eleitoral, conseguida por Paraná. Os Ministérios chefiados pelo Marquês de Olinda e pelo Visconde de Abaeté (1857/59), com Ministros da Fazenda do porte dos futuros Viscondes de Sousa Franco e de Inhomirim, trataram daquelas matérias, que também foram trabalhadas pelo seguinte, que teve como Presidente do Conselho e titular dessa pasta principal Ângelo Muniz da Silva Ferraz, depois Barão de Uruguaiana (1859/61).

Agindo contra o senhorio absoluto que alguns chefes exerciam em numerosas zonas do país, resolveu êsse político alterar ainda uma vez a lei eleitoral, alargando os círculos para três deputados e suprimindo

o regime dos suplentes, que provara mal. Aplicada essa Lei de 1860, positivou-se a impossibilidade de se manter qualquer aparência de uniformidade no ambiente partidário do Império. Já sob outro Ministério novamente presidido por Caxias, formou-se a chamada *Liga Progressista,* em 1862, composta de conservadores moderados e liberais.

d) *De 1862 a 1868*

Malograda a aceitação de um Gabinete formado por Zacarias de Góis e Vasconcelos, o Ministério por sua curta duração apelidado *dos Anjinhos,* outro, o dos *Velhos,* organizado pelo Marquês de Olinda, iria preparar nova situação política, para a qual uma prévia e tranqüila dissolução da Câmara, em 1863, preparou terreno às eleições, favoráveis aos progressistas.

Iniciaram êstes as suas atividades com um Gabinete presidido por Zacarias. Uma imprudência parlamentar de um de seus membros foi causa da sua retirada, substituindo-o outro, chefiado pelo Conselheiro Furtado. Não era sem divergências íntimas que a Liga ia caminhando, ao mesmo tempo que dificuldades econômicas, como a crise comercial de 1864, e as externas, como a Questão Christie, as Guerras no Uruguai e com o Paraguai, pareciam aconselhar a maior conveniência de governos mais fortes, que se não deixassem prender pelos dissídios simplesmente partidários.

Nesse sentido, o nôvo Gabinete Olinda, chamado *das Águias* pelos nomes que o compunham, pôde apresentar uma firmeza que, embora relativa, muito serviu para o bom êxito das especiais missões políticas de que foi investido, em 1865 e 66. Mas a pouca simpatia pelo Ministério, registrada entre muitos componentes da Liga Progressista, não podia ser uma situação tão sólida quanto se requeria. Apesar dos apelos para a união, esta cada dia se tornava mais precária, simultâneamente com os difíceis primeiros tempos da Guerra. Assim, embora o Gabinete tivesse conseguido recorrer até a um oportuno adiamento da Câmara, isto não impediu que mesmo dentro dêle se refletisse a geral insegurança política, provocando a sua queda e, com ela, a da própria Liga, cuja transitoriedade e artificialidade já não era mais possível esconder.

De nôvo coube o poder ao Conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos, com um Ministério de côr rigorosamente liberal. Até 1868 a sua ação, sempre enérgica, iria impressionar favoràvelmente as nossas posições da política externa, assim como a sua queda passaria a ser um marco da interna e motivo de inúmeras pendências e interpretações, que chegaram aos nossos dias. Nomeando para o comando das fôrças em operações no Paraguai o Marechal-de-Exército Marquês de Caxias, o nôvo Presidente do Conselho também obteve, em 1867, uma Câmara dos Deputados rigorosamente liberal. Ficava assim extinta a Liga Progressista, embora permanecessem fora da orientação do nôvo chefe os liberais de maior passado, os chamados "históricos".

Foi precisamente dessa circunstância, e não de outros fatos, que resultou, no ano seguinte, a muito discutida retirada do terceiro Gabinete Zacarias. Em fevereiro de 1868 Caxias pediu demissão de seu cargo, alegando estar sofrendo críticas injustas da parte de jornais aliados ao Ministério. Zacarias prontificou-se a sair, para que se conservasse o comando de Caxias, que em política pertencia ao partido adverso. Posta a questão sob o julgamento do Conselho de Estado, onde havia maioria conservadora, êste, entretanto, opinou pela manutenção do Gabinete liberal. Zacarias deu ao Marquês de Caxias explicações que o satisfizeram, encerrando-se o incidente com a continuação do Marechal no seu pôsto.

Cinco meses depois o Ministério já não podia sustentar a surda oposição que lhe moviam os liberais "históricos". Estando à espera de um pretexto para sair, Zacarias utilizou-se do fato de ter o Imperador preferido escolher para senador um membro do Partido Conservador, Francisco de Sales Tôrres Homem, o futuro Visconde de Inhomirim, em vez de um correligionário. Pediu demissão, que lhe foi concedida, sem que a ocorrência em si mesma causasse grande abalo.

Chegara o momento do Poder Moderador intervir, sobrepondo à opinião da Câmara a do país e as conveniências do momento, que patenteavam a fraqueza do partido no poder. Substituiu-o, portanto, chamando ao govêrno os conservadores. Os protestos foram veementes, como era de se esperar, mas nem por isto se justificavam.

Apreciando-se as circunstâncias, verifica-se que a única ligação que pode haver entre a crise administrativa de fevereiro e a transformação política de julho é a de possìvelmente ter querido o Imperador evitar que depois daquela ocorrência ela pudesse repetir-se com prejuízo da nossa situação na guerra. Por outro lado, as atitudes que nas duas ocasiões couberam ao Conselho de Estado e ao Partido Conservador, foram as mais dignas e convenientes. O mesmo se pode dizer do ressentimento e da conformação de Caxias, mas não do pretexto escolhido por Zacarias para a retirada do Ministério. A designação senatorial sendo uma prerrogativa do Poder Moderador, poderia o Presidente do Conselho julgar uma delas "não acertada", mas, sem dúvida, faltavam-lhe razões para fazer dêsse ato motivo para o seu pedido de demissão, que outras causas reais tinha.

e) *De 1868 a 1889*

Passada a agitação parlamentar dos liberais que em 1868 perdiam o mandato com a inevitável dissolução da Câmara, o govêrno conservador que então se instalou foi confiado à competência do Visconde de Itaboraí. Além das questões internas, coube-lhe prosseguir a política da Guerra, que só em 1870 terminou. Depois disto, ocupando a Presidência do Conselho o Marquês de São Vicente, o Ministério teve como importante preocupação o futuro do elemento servil existente no Império, sôbre o qual o Gabinete Zacarias tivera de se pronunciar, adiando

a questão. Esta veio ser, sob o longo Ministério seguinte, do Visconde do Rio Branco (1871/75), determinante de uma lei que concedia liberdade aos nascituros, medida que por si mesma estabelecia o fim gradual da escravidão dos negros no Brasil.

Ainda durante êsse govêrno, prolongando-se até o que lhe sucedeu, do Duque de Caxias (1875/78), outro acontecimento de muita significação se registrou no Brasil, a impròpriamente chamada "Questão Religiosa". Foi eloqüente prova da inconveniência da manutenção do regime de união entre a Igreja e o Estado, as exigências do govêrno civil tendo forçosamente de colidir com as regras e conveniências da religião. Debalde se tem querido ver no caso uma demonstração de fôrça da maçonaria ou vestígios de um regalismo que não tinha mais quase nenhuma razão de ser. Houve zêlo, talvez excessivo, em tôdas as partes envolvidas, duas ilustres figuras do episcopado, o govêrno, o Conselho de Estado e Tribunais do Império. E o caso se encerrou com glória para os prelados que se fizeram vítimas, mas evidentemente com desprestígio da idéia de uma religião oficial, visto a impossibilidade de se manterem perfeitas as relações entre o poder eclesiástico e o civil.

Pol̀iticamente, essa longa situação conservadora, que durou quase dez anos (1868/78), com os Ministérios do Visconde de Itaboraí, do Marquês de São Vicente, do Visconde do Rio Branco e do Duque de Caxias, — não transcorreu sem tropeços, oriundos não só da oposição liberal, que não cessou de ser mantida, mas também das divisões que no seio do próprio partido dominante não deixaram de ocorrer, ao serem discutidas questões de tanta magnitude, como a servil, a eleitoral e outras. Uma dissolução da Câmara, em 1872, para que fôsse recomposta depois das lutas que precederam a *Lei do Ventre Livre,* é exemplo dêsse fato.

Ainda em 1869 um Manifesto radical encampava reivindicações bastante extremadas, que atingiam a própria essência do regime, propondo a abolição do Poder Moderador, do Conselho de Estado e da vitaliciedade do Senado. Está claro que tais idéias tendiam a ficar no papel, não se lembrando de aplicá-las os liberais, nem quando voltaram ao poder, em 1878, nem quando pela última vez se definiram perante a nação, em 1889, em Congresso do partido e ao subir ao govêrno o Visconde de Ouro Prêto. Êsse programa refletiu apenas uma situação de evidente animosidade contra as instituições. Um Clube da Reforma e outro Radical isto claramente indicavam. Assim, não foi de estranhar que se servissem dessas idéias os poucos republicanos existentes no país, no seu Manifesto de 1870, tão sem conseqüências quanto uma Convenção em Itu e um Congresso também republicano e até escravocrata, reunidos em São Paulo, três anos depois.

O aperfeiçoamento eleitoral, sempre pretendido pelo Imperador, voltou a ser objeto de cuidados durante o Ministério presidido por Caxias. Mas, como se faziam necessárias medidas mais fortes, chegando-se a condenar o sistema vigente, do sufrágio indireto, foi chamado ao govêrno o

Partido Liberal, em 1878, dotando-o D. Pedro II de uma necessária dissolução da Câmara conservadora.

O Ministério organizado pelo Visconde de Sinimbu não soube ou não pôde conseguir essa reforma. Fê-la, dois anos depois, o seu sucessor, Conselheiro José Antônio Saraiva, que, armado da eleição direta, obteve a dissolução da Câmara anterior, experimentou o nôvo método, obtendo como resultado a formação de uma assembléia mais dividida entre os partidos, retirando-se em seguida do govêrno.

Martinho Campos, o 2.º Marquês de Paranaguá, os Conselheiros Lafayette e Dantas, que se seguiram na Presidência do Conselho (1881/1885), não tiveram elementos para conseguir medidas mais precisas a respeito da libertação dos escravos. O último, embora tivesse obtido até a dissolução da Câmara, caiu por não conseguir uma lei de alforria dos sexagenários, que só uma nova organização ministerial, dirigida por Saraiva, modificando-a, pôde tornar vitoriosa, conquanto ultimada pelo govêrno conservador que se seguiu, do Barão de Cotegipe (1885/87).

A êste Ministério, sèriamente atingido por uma das chamadas "Questões Militares", seguiu-se o Gabinete presidido pelo Conselheiro João Alfredo (1887/89), que se notabilizou pela abolição da escravidão no Brasil.

Realizada essa grande reforma, coube o poder novamente aos liberais, com o Visconde de Ouro Prêto na Presidência do Conselho, por cinco meses apenas. Apesar de um brilhante programa e da capacidade do chefe, foi êste o último govêrno da monarquia, interrompendo as suas atividades a Proclamação da República, a 15 de novembro de 1889.

Pouco contribuiu para a sua fácil realização a abolição da escravatura, decretada ano e meio antes. Certa *desafeição* pelas instituições, que os políticos fomentavam, ajudou a apatia com que se consumou o levante, momentâneamente dirigido apenas contra o Gabinete.

Dêsse ligeiro histórico do parlamentarismo no Brasil conclui-se que mais benefícios do que danos resultaram de sua ação no Segundo Reinado. A boa fiscalização que nunca lhe faltou, da parte do representante do Poder Moderador, bem como a obrigatória adaptação que às suas exigências tinham de sofrer os nossos políticos, foram coeficientes de uma atribulada mas nem por isso desprezível evolução.

Sòmente agora, com a distância produzida pelo tempo, é que se pode apreender a sua exata significação, relativamente ao que valeu à formação social brasileira. Acima de tudo, a constituição de uma efetiva elite dirigente, plenamente capacitada para as missões que lhe competiam, é fato muito abonador da nossa monarquia e, portanto, dos métodos políticos aqui aplicados durante o Segundo Reinado.

Sem dúvida, numerosas são as falhas apresentadas por êsse regime em que a responsabilidade do revezamento dos partidos políticos no poder em última análise pertencia a uma só pessoa. Auscultar com rigorosa precisão a opinião pública e julgar da oportunidade dos programas partidários, foram incumbências muito delicadas, mas que D. Pedro II soube cumprir com real argúcia e felicidade. Auxiliado pelo Conselho

de Estado, o Poder Moderador soube preencher perfeitamente a sua finalidade, quer quando pessoalmente exercido por D. Pedro II, quer durante as Regências de D. Isabel, a Princesa Imperial herdeira do trono, cujos três períodos, somaram três anos e meio. Para sua orientação redigiu o pai, em 1871 e 1876, adequados *Conselhos* (5), como antes havia também traçado normas escritas, quanto às suas relações com os Ministros.

De qualquer forma, nenhum argumento é bastante apreciável para invalidar a obra do Segundo Reinado. Os partidos e o Imperador, através do mecanismo parlamentar se congraçaram na consecução de um lógico desdobramento das diretrizes nacionais e nessa árdua tarefa se houveram de modo bastante feliz, como poucos exemplos podem ser encontrados na História (6).

(5) João Camillo de Oliveira Torres — *Conselhos à Regente* (Rio, 1958); Helio Vianna — "Conselhos de D. Pedro II à Regente D. Isabel (1876)", no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, de 27 de março e 3 de abril de 1964.

(6) Helio Vianna — *Formação Brasileira* (Rio, 1935), p. 131/145, com modificações.

LVIII

EXTINÇÃO DO TRÁFICO DE AFRICANOS

1 — A Escravidão no Brasil Monárquico

O desenvolvimento da agricultura brasileira, em fins do século XVIII e início do XIX, ocasionou grande aumento na entrada de escravos negros no país. Principalmente a lavoura do café, mas também as de cana-de-açúcar, algodão, fumo e cereais, exigiam constante acréscimo nas chegadas de africanos ao Brasil.

Assim, em 1789, a população total do Brasil era calculada em 2.300.000 habitantes, dos quais 1.500.000 escravos, isto é, 65%. E em 1816, primeiro ano de existência do Brasil-Reino, era avaliada em 3.358.500 habitantes, dos quais 1.930.000 escravos, o que corresponde a 68,5%.

A grande mortalidade e a baixa natalidade dos escravos compensava-se com o intenso volume do tráfico. Assim, de 1807 a 1819, entraram no Brasil 680.000 escravos, o que dá a vultosa média anual de 56.666. Um alvará de 1813 procurou humanizar êsse tráfico, para isso regulando a arqueação dos navios nêle empregados: não poderiam receber mais de cinco negros para duas toneladas de sua arqueação, até o limite de 201 toneladas, acima do qual sòmente se permitiria o transporte de um negro para cada tonelada adicional. Exigiu, também, a presença de um cirurgião em cada navio e estabeleceu normas para que fôssem sadias e suficientes a alimentação e água fornecidas aos transportados.

Atendendo-se ao intenso progresso econômico então registrado, não teria sido possível, nessa época, a substituição do trabalhador cativo pelo livre. Todavia, data do Reinado de D. João VI o comêço da colonização estrangeira no país, como conseqüência das primeiras medidas de restrição no tráfico de negros. Fundou-se então a colônia suíça de Nova Friburgo. Também se incrementou a vinda de ilhéus açorianos para o Brasil.

A independência política e a entrada do país na comunhão universal, colocaram o problema da escravidão entre os que preocupavam os nossos estadistas, inclusive D. Pedro I e José Bonifácio. Não podiam, contudo, solucioná-lo abruptamente, pela desorganização que resultaria da súbita abolição da escravatura. Assim, sòmente por etapas pôde ser resolvida a grave questão. Primeiramente foi extinto o tráfico de negros africanos; depois, libertaram-se os filhos das escravas, nascidos no Brasil;

mais tarde, alforriaram-se os sexagenários; afinal, extinguiu-se o próprio regime do cativeiro.

Colaborando com os homens de Estado, também os particulares muito contribuíram para acabar com a escravidão no Brasil. A quantidade, sempre crescente, das manumissões voluntárias, fêz com que ocorresse, sem choque e sem crise econômica, a abolição. O bom tratamento dos escravos fazia parte, aliás, dos costumes brasileiros, sendo geralmente mal vistos os senhores que fizessem exceção à regra.

2 — *Extinção do Tráfico de Africanos para o Brasil*

a) *Convenções celebradas com a Inglaterra*

No início do século XIX tornou-se a Inglaterra partidária da extinção do tráfico de negros africanos para a América. Agiam, assim, os inglêses, não só por motivos humanitários, de que foi ardoroso defensor Wilberforce, mas também na defesa dos interêsses de suas colônias, nas quais haviam abolido a escravidão, e em hostilidade aos Estados Unidos, com os quais estiveram novamente em guerra.

Mantendo o seu govêrno as melhores relações com o do Príncipe-Regente de Portugal, conseguiu, no Tratado de Aliança e Amizade, no Rio de Janeiro assinado em 1810, que se restringisse às possessões portuguêsas o tráfico de escravos, com a promessa de abolição gradual do transporte de negros para o Brasil.

Um nôvo Tratado pela Inglaterra em 1815 celebrado em Viena, com representantes de Portugal, estipulou as condições em que se devia realizar o tráfico, nos portos em que ainda era permitido, tornando-se rigorosamente proibido nas regiões africanas ao Norte da linha equatorial. Na mesma ocasião ficou estabelecido, por uma Convenção, que a Inglaterra indenizaria com 300.000 libras esterlinas os prejuízos até 1814 sofridos por portuguêses que tiveram seus navios apresados por cruzadores britânicos. Em 1817 assinou-se, em Londres, uma Convenção Adicional ao Tratado de 1815, tendo em vista o impedimento, pela Inglaterra e o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, do tráfico de escravos.

Proclamada a Independência do Brasil, pretendeu a Inglaterra ligar a questão do reconhecimento da nova situação política à cessação da vinda de africanos. Foi o que no Rio de Janeiro transmitiu ao Ministro José Bonifácio o Vice-Rei que, em 1823, seguia para a Índia, Lorde Amherst, não podendo aceitar a condição o govêrno de D. Pedro I.

Voltou ao assunto Sir Charles Stuart, em 1825, quando conseguiu firmar conosco uma Convenção sôbre a extinção do tráfico de escravos, a qual não foi, entretanto, aprovada pelo Ministério de Canning. Renovou-a, em 1826, no Rio de Janeiro, nôvo representante inglês, Robert Gordon, estabelecendo-se que ficaria proibida a vinda de negros para o Brasil a partir de três anos depois de trocadas as ratificações da nova Convenção. Como isto ocorreu a 13 de março de 1827, depois de igual

data de 1830 não seria permitido aos navios brasileiros o embarque de escravos na costa d'África.

Esta medida foi mal recebida não só pelos interessados na continuação do tráfico como por todos os que viam a necessidade da importação de trabalhadores para o desenvolvimento da agricultura brasileira.

"Sentia-se a opinião pública fundamente ferida por estipulações dessa natureza, pois elas submetiam marinheiros brasileiros ao julgamento por tribunais estrangeiros e segundo leis inglêsas" (1).

Repercutiram, portanto, na Câmara dos Deputados, contribuindo para agravar a oposição que já em nossa primeira legislatura se articulou contra o govêrno de D. Pedro I.

Atingido aquêle prazo, não se cumpriu a referida Convenção, nenhuma providência sendo tomada para sua execução.

b) *O tráfico no período das Regências*

Procurando cumprir aquela obrigação, uma lei da Regência Trina Permanente, de 7 de novembro de 1831, declarou livres os escravos negros depois dela desembarcados no Brasil. Seriam punidos os seus importadores, também obrigados a reexportá-los para a África.

Por vários motivos não pôde ser executada essa lei. Primeiramente, não dispunham de elementos para a sua aplicação os sucessivos governos regenciais, assoberbados de dificuldades internas de ordem política. Além disso, não podiam concordar com a suspensão do fornecimento de braços necessários à crescente agricultura, nem os fazendeiros, nem os traficantes que até então livremente exerciam seu comércio. Para compensar a possível falta de novos escravos, seriam insuficientes as entradas de imigrantes europeus, grandemente diminuídas sob as Regências.

Assim, estando as autoridades ocupadas na repressão de numerosos levantes armados, ocorridos em quase tôdas as Províncias do Império, não podiam evitar que armadores principalmente estrangeiros se dedicassem ao tráfico ilícito. Foram inúteis, nesse sentido, várias providências legais e administrativas, algumas das quais tomadas de acôrdo com o govêrno da Inglaterra, que continuava interessado na matéria. Para impedir a continuação do transporte de escravos da África para o Brasil, navios de guerra da Marinha inglêsa apresavam, no Atlântico, os denominados *tumbeiros* ou *negreiros*, competindo a Tribunais mistos, brasilo-britânicos, sediados em Serra Leoa e no Rio de Janeiro, o julgamento das prêsas. Embora muitas vêzes naqueles não estivessem presentes Comissários brasileiros, nem todos os apresamentos julgados ilegais eram seguidos de indenizações ou mesmo de restituições dos navios tomados, o que dava origem a reclamações, quase sempre desatendidas. Apreendidos, no Brasil, os negros ilìcitamente entrados, verificou-se ser inútil sua restituição aos intermediários, régulos ou *sobas* africanos que os vendiam, pois se recusavam a recebê-los. Permanecendo no país os denominados *meias-caras*, sob a tutela do Estado, uma vez distribuídos a

(1) J. Pandiá Calógeras — *Formação Histórica do Brasil* (Rio de Janeiro, 1930), p. 149.

particulares ou conservados como livres nos serviços oficiais, eram fàcilmente confundidos com os escravos.

Assim, apesar da repressão inglêsa, no mar, como da brasileira, em terra, esta frouxamente exercida, pelos motivos expostos, — manteve-se e até aumentou o tráfico de negros para o Brasil, durante o período regencial.

c) *O tráfico no início do govêrno de D. Pedro II*

Com a melhor situação política, determinada pela declaração da Maioridade de D. Pedro II, desenvolveu-se ainda mais a agricultura brasileira, de modo a exigir maiores fornecimentos de escravos. Pequenos navios, geralmente estrangeiros, realizavam o tráfico ilícito, procurando escapar aos cruzeiros inglêses. A tonelagem diminuta era motivada pela necessidade da freqüência de pequenos portos, livres da fiscalização repressora, tanto na África como no Brasil. Aqui, nos vários pontos em que desembarcavam a preciosa carga, existiam depósitos, nos quais ensinava-se a língua do país aos prêtos, que assim, já *ladinos,* eram fàcilmente vendidos aos mercadores especializados e fazendeiros.

Agravou-se a situação quando a Inglaterra, sabedora de que não seria renovado o seu vantajoso Tratado de Comércio de 1827, cujo prazo, indèbitamente prorrogado, estava a esgotar-se, resolveu agir com maior violência na repressão ao tráfico, inspecionando quaisquer navios, mesmo em águas territoriais brasileiras, em flagrante desrespeito à soberania do Império.

Protestando o nosso govêrno contra essa atitude, a resposta britânica foi a aprovação, em 1845, de uma lei conhecida como *bill Aberdeen,* devida ao político dêsse nome, pela qual os navios que fôssem apresados pelos cruzeiros inglêses passariam a ser julgados exclusivamente pelos Tribunais do Almirantado, e não mais por comissões mistas, compostas de representantes dos dois países, como até então.

A repercussão dessa determinação foi inteiramente favorável ao comércio negreiro, que, como represália à atitude da Inglaterra, conseguiu aumentar extraordinàriamente, nos quatro anos seguintes, as cifras de entradas de africanos no Brasil. Assim, se antes de 1840 o número de escravos contrabandeados sòmente atingia uns 20.000 por ano, ou menos, após a aprovação da lei inglêsa que desrespeitava a soberania brasileira cresceu enormemente, subindo para 50.000 cada ano, entre 1846 e 1849, inclusive.

d) *Extinção do tráfico*

Embora aquêle aumento do tráfico exprimisse o ressentimento nacional contra a atitude britânica, compreendeu o Ministério sucessivamente presidido pelos Viscondes (depois Marqueses) de Olinda e Monte Alegre (Pedro de Araújo Lima e José da Costa Carvalho), que ao govêrno imperial não convinha favorecer os interêsses dos traficantes, quase todos estrangeiros. Decidiu, portanto, solucionar diretamente a ques-

tão, sem a colaboração da Inglaterra e de acôrdo com as idéias vigentes entre os próprios políticos brasileiros, favoráveis à extinção do tráfico. Nesse sentido decisivamente legislou a 4 de setembro de 1850, proibindo terminantemente a sua continuação e estabelecendo punições para os infratores. Para essa medida também contribuiu o incidente em julho do mesmo ano ocorrido na baía de Paranaguá, com o cruzador inglês *Cormoran*. Tendo êste navio aí realizado o apresamento de uma galera e dois brigues, foi hostilizado com tiros partidos da Fortaleza da Barra, disso resultando a morte de um de seus tripulantes e ferimentos em dois (2).

Graças às enérgicas medidas para o cumprimento daquela lei tomadas pelo Ministro da Justiça, Eusébio de Queirós Coutinho Matoso Câmara, foi rigorosamente executada aquela lei, cessando efetivamente, dentro de pouco tempo, a vinda de escravos africanos para o Brasil (3).

---

(2) Cf. David Carneiro — *A história do incidente "Cormoran"* (Curitiba, 1950), passim.
(3) Cf. J. Pandiá Calógeras — *Op. cit.*, passim, e — *A Política Exterior do Império*, vol. III — *Da Regência à Queda de Rosas* (São Paulo, 1933); Helio Vianna — *História Administrativa e Econômica do Brasil* (São Paulo, 1951), cap. XVIII, p. 257/261.

LIX

ECONOMIA E FINANÇAS DO IMPÉRIO

Prosseguiram, durante o Primeiro e Segundo Reinados, as transformações econômicas suscitadas pela transferência da Côrte portuguêsa para o Brasil e pela abertura de nossos portos ao comércio das nações amigas. Com a Independência, assumiram aspecto de inteira autonomia, relativamente a Portugal, mas não quanto à Inglaterra, que aqui temporàriamente continuou a gozar de privilegiada situação oriunda do Tratado de Comércio de 1810, renovado em 1827. Foram prejudicadas também, essas modificações econômicas, pelas contingências da política externa do govêrno de D. Pedro I, e internas, do período das Regências. Com a suspensão dessas dificuldades, já no Reinado de D. Pedro II, e com o advento da nova era caracterizada pelo protecionismo alfandegário e pelo surto cafeeiro, retomaram seu ritmo progressista as referidas transformações.

Nessa evolução, que vem do colonialismo ao início da industrialização, que acompanha profundas alterações no setor da viação nacional, que começa baseada no trabalho escravo e termina em uma fase de intensa imigração e colonização, consiste, em síntese, a história econômica do Império. Para analisá-la, comecemos por sua atividade fundamental, a agrícola.

1 — Agricultura

A principal transformação durante o Império registrada na agricultura brasileira foi a substituição do predomínio da lavoura canavieira, vigente desde meados do século XVI, pela cafeeira.

Por ocasião da Independência já se ia definindo essa mutação. Na escolha dos símbolos vegetais que deveriam figurar nas armas e na bandeira nacionais, venceu a idéia da adoção de ramos de cafeeiro e da planta do tabaco, uma nova e uma antiga cultura, a primeira aclimada no país, a segunda indígena.

Em 1858/1860 o café já representava 48,8% do valor total de nossas exportações. A partir dêsse último ano, começou a proporcionar os saldos mais consideráveis da balança comercial brasileira. Desde então, até o fim do Império, sua principal zona de produção foi o vale do Rio Paraíba, abrangendo parte das Províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Ao terminar o período, a lavoura cafeeira havia

atingido os Vales do Tietê e Mogi-Guaçu e o Sul de Minas, sendo Rio de Janeiro e Santos os principais portos de escoamento das crescentes safras.

Não quer isto dizer, porém, que outras produções agrícolas do país fôssem desprezadas, durante o Império. O algodão, por exemplo, contou com mais algumas fases de prosperidade, inclusive durante a Guerra de Secessão, nos Estados Unidos. O fumo continuou sendo um dos mais importantes produtos da exportação brasileira. Os cereais destinados à alimentação, como o milho, o feijão e o arroz; as plantas indígenas desde tempos coloniais aqui aproveitadas, as exóticas no Brasil aclimadas — continuaram a ser cultivadas em escala cada vez maior, de acôrdo com o grande aumento da população, que de 3.500.000 habitantes por ocasião da Independência, atingia 14.000.000 ao ser proclamada a República. A mandioca, por exemplo, tem a sua relevância comprovada pelo fato de ter sido proposto, no projeto constitucional por Antônio Carlos redigido em 1823, que a capacidade eleitoral dos cidadãos fôsse avaliada pela respectiva renda, sendo esta calculada de acôrdo com o preço médio da farinha de mandioca, produto consumido em todo o país.

Para o desenvolvimento da agricultura brasileira durante o Império deve ser assinalada a contribuição oferecida pela imigração de colonos, incentivada pelos dois Imperadores, posta em caráter prático por iniciativa do Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, ao tempo da Maioridade, e grandemente incrementada, inclusive pela ação do Conselheiro Antônio da Silva Prado, às vésperas e depois da abolição da escravatura.

Também merece registro o auxílio trazido por várias sociedades destinadas a promover o aperfeiçoamento da agricultura e o incremento da colonização, com sede na Côrte e em diversas Províncias.

Além de várias Exposições Agrícolas, oficialmente promovidas, deve ser mencionada a criação do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, instalado em 1861.

2 — O livre-câmbio e o protecionismo alfandegário

A situação de preferência no comércio com o Brasil, usufruída pela Inglaterra desde o Tratado de 1810, foi mantida depois da Independência pelo nôvo Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre os dois países assinado no Rio de Janeiro, 1827.

A necessidade do estabelecimento de relações com outros países europeus e americanos levou o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Primeiro Reinado a negociar idênticos convênios com a França, Áustria, Cidades Hanseáticas, Prússia, Holanda, Dinamarca e Estados Unidos. De acôrdo com os seus têrmos, foram-lhes concedidas vantagens que pràticamente tornavam livre-cambista o sistema econômico vigente no Brasil.

Celebrados sem a colaboração da Assembléia, desde logo começaram

a ser combatidos êsses Tratados, como inconvenientes aos interêsses do país. Cresceram, com êles, as nossas importações de mercadorias, sem que fôssem aumentadas, na mesma proporção, as exportações brasileiras. Daí resultaram sérias dificuldades cambiais, caindo as respectivas taxas muito abaixo da paridade oficialmente fixada, que era de 61 ½ pence por mil réis. Havendo dificuldades de comunicação entre as várias praças comerciais brasileiras, não eram as mesmas, entre elas, as taxas de câmbio.

Como tivessem aquêles Tratados diferentes prazos de duração, de seis a quinze anos, passaram a ser denunciados ao tempo das Regências e no início do govêrno pessoal de D. Pedro II, esquivando-se o Brasil a quaisquer tentativas de prorrogação e renovação esboçadas pelos países interessados. Nesse sentido foi mais séria a divergência mantida com a Inglaterra, que apenas conseguiu, "por argumentos de chicana", que a expiração de seu Tratado fôsse protelada por dois anos, isto é, até 1844, quando deveria terminar em 1842 (1).

A êsse tempo já era corrente, no país, a opinião de que deveria ser modificada a nossa orientação quanto à política do livre-câmbio, instaurando-se o protecionismo alfandegário, mediante a elaboração de tarifas que protegessem e incentivassem as manufaturas nacionais, criando novas fontes de receita. Extintos os efeitos dos referidos Tratados de Comércio, pôde o Gabinete de 1844 adotar a nova política econômica, devida, principalmente, ao Ministro da Fazenda Manuel Alves Branco, depois 2.º Visconde de Caravelas.

Pelas tarifas aduaneiras então decretadas adotou-se uma nova nomenclatura, compreendendo 2.919 artigos de importação; para muitas mercadorias os direitos a serem pagos nas Anfândegas atingiram o duplo do que pagavam anteriormente, pois subiram a 30% sôbre o respectivo valor, quando antes só pagavam 15%. Outras, foram taxadas em 40, 50 e 60% *ad valorem,* desde que pudessem ser produzidas no país. Excetuavam-se, naturalmente, as que fôssem convenientes ao nosso desenvolvimento cultural (livros e mapas, por exemplo) e as que concorressem para aumentar o patrimônio nacional (tais como jóias e pedrarias).

A inovação, apesar de adequada ao fomento das indústrias e ao aumento da receita, foi muito combatida pelos interessados na manutenção da situação anterior, isto é, os comerciantes importadores, geralmente estrangeiros. Sustentou-a, entretanto, o govêrno, e o mesmo fizeram os seus sucessores, tendo em vista a defesa dos interêsses nacionais.

a) *Política tarifária do Segundo Reinado*

Assentada a nova orientação econômica, não sofreu modificações mais sensíveis até o fim do Segundo Reinado, embora fôssem várias vêzes revistas as pautas aduaneiras, de acôrdo com os objetivos governamentais, as idéias liberais e as conveniências do momento.

---

(1) J. Pandiá Calógeras — *Formação Histórica do Brasil,* 4.ª edição (São Paulo, 1945), p. 135 e 176. — Helio Vianna — "Visconde de Sepetiba", em *Estudos de História Imperial* (São Paulo, 1950), p. 85. "Da Maioridade à Conciliação" (1840/1857), idem, p. 161.

Assim, ao tempo da conciliação dos partidos políticos, resolveu o Ministro da Fazenda João Maurício Wanderley, depois Barão de Cotegipe, alterar as tarifas Alves Branco, visando a maior produção da agricultura e das indústrias. Para o desenvolvimento destas, e dos transportes terrestres, fluviais e marítimos, então grandemente incrementados, isentou do pagamento de direitos a importação de carvão mineral.

Logo depois, tendo seguido nova orientação financeira o Ministro da Fazenda Bernardo de Sousa Franco, mais tarde Visconde de Sousa Franco, foi introduzido o sistema de tarifas específicas para uma série de mercadorias. Reduziram-se, então, os direitos que recaíam sôbre gêneros alimentícios, ferramentas agrícolas e matérias-primas para as indústrias de transformação. Para outras mercadorias mantiveram-se os direitos *ad valorem*.

Muito pormenorizada foi a tarifa em 1860 decretada pelo Ministério presidido por Ângelo Muniz da Silva Ferraz (depois Barão de Uruguaiana). Agrupando as mercadorias importadas em classes e categorias, continha 1.500 artigos, subdivididos em 4.333, sendo 3.968 sujeitos a taxas fixas, 236 sujeitos a taxas *ad valorem*, 25 livres de direitos e 7 proibidos.

Reviu essa tarifa, tendo em vista a sua simplificação, o Ministério chefiado pelo financista Visconde de Itaboraí.

Tentou uma unificação de direitos de entrada, fixados em 40%, uma tarifa do Gabinete do Visconde do Rio Branco. Estabeleceu, também, franquia para a importação de plantas, raízes, bulbos, máquinas agrícolas e industriais.

Em 1879, a tarifa determinada pelo Ministro da Fazenda Afonso Celso de Assis Figueiredo (mais tarde Visconde de Ouro Prêto), sempre mantendo o sistema protecionista, elevou as taxas alfandegárias anteriores e teve o cuidado de prever uma "aplicação especial" nas Províncias do Sul e Mato Grosso, a fim de evitar o contrabando nas fronteiras terrestres, fluviais e lacustres.

Em 1881, a tarifa devida ao Conselheiro José Antônio Saraiva, chefe do govêrno e Ministro da Fazenda, ordenou as mercadorias importadas em 35 classes e 1.129 artigos, modificando a anterior quanto aos preços que tivessem sofrido alterações nos mercados.

Revisão semelhante fêz a tarifa do Ministro da Fazenda Francisco Belisário Soares de Sousa, no Gabinete presidido pelo Barão de Cotegipe. Aumentou, também, os direitos dos artigos estrangeiros que tivessem similares na indústria nacional. Não protegeu, porém, as indústrias que não utilizassem matérias-primas do país. Por êsses motivos, é justamente considerada marco muito significativo do protecionismo alfandegário e do fomento às indústrias nacionais.

As últimas pautas aduaneiras do Império foram as do Ministério do Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira. Criou-se, então, a chamada *tarifa móvel*, destinada a contrabalançar os efeitos da flutuação

cambial. Não protegia, também, as indústrias nacionais muito pequenas, ainda insuficientes para atender às necessidades do país. De acôrdo com as suas disposições, passou a ser aplicada no Rio Grande do Sul uma tarifa especial (2).

3 — *Desenvolvimento comercial*

Como vimos, depois de reconhecida a Independência do Brasil pelos Estados Unidos e por diversas nações européias, com elas celebrou vários Tratados de Comércio o govêrno de D. Pedro I.

A política livre-cambista aqui então praticada, muito beneficiou os países signatários dêsses convênios: o Império lhes oferecia um mercado importador de possibilidades sempre crescentes, embora não aumentassem na mesma proporção as suas remessas de mercadorias para o exterior.

Também em conseqüência dessa situação, muitos foram os negociantes estrangeiros que aqui se estabeleceram, notadamente inglêses e franceses.

Extinto o prazo de validade do último dos referidos Tratados, foi adotada pelo país, como vimos, a nova orientação econômica relativa às tarifas alfandegárias, tendo em vista, não só a proteção e incentivo às indústrias nacionais e o aumento da receita, mas também a defesa e melhor colocação de nossos produtos no exterior. Dêstes, já era decadente a posição assumida pela exportação de açúcar, tornando-se entretanto florescente a do café.

Mantida, daí por diante, a mesma diretriz econômica, triplicou a renda do impôsto de importação, entre 1836 a 1856, enquanto duplicou o valor da exportação, que era de £12.000.000 em 1841/1842, passando a ser de £27.000.000 em 1856/1857.

A partir de 1860, como vimos ao tratar da agricultura, começou o café a proporcionar saldos na balança comercial brasileira, fazendo com que o valor de exportação superasse, de muito, o da importação. Prosseguiu, até o advento da República, o aumento dos índices de progresso do comércio externo.

Com a adoção da navegação a vapor, a construção das primeiras estradas de ferro e de rodagem e o uso de novos meios de comunicação, também cresceu extraordinàriamente, até o fim do Império, o mercado interno brasileiro.

4 — *Evolução industrial*

Além das minas de ouro e diamantes, apenas os engenhos de açúcar representavam a indústria brasileira em fins do período colonial. Suspensa, pelo Príncipe-Regente D. João, em 1808, a proibição que pesava sôbre a abertura de fábricas, uma nova era se iniciou para o país.

(2) Tôda essa parte conf. Afonso de Toledo Bandeira de Melo — *Política Comercial do Brasil* (Rio de Janeiro, 1933), p. 56/62.

Sob o Primeiro Reinado e as Regências prosseguiu êsse pequeno surto industrial, conquanto em ritmo lento, devido às dificuldades políticas em que se viu envolvido o Império.

Em 1844, surgindo a primeira tarifa alfandegária que visava a proteção das poucas manufaturas nacionais então existentes e o incremento de outras, mais um grande passo deu a indústria brasileira.

Assim, existindo no país apenas 50 fábricas, em 1850, com um capital pouco superior a 7.000:000$000, em 1889 já funcionavam no Brasil 636 estabelecimentos industriais, com 400.000:000$000 de capital, ocupando 54.000 operários e apresentando uma produção anual no valor de 500.000:000$000. A indústria de tecidos detinha o primeiro lugar, com 60 % do capital citado, seguindo-se-lhe as de alimentação, química, vestuários, trabalhos em madeira e metalúrgica.

Não ficou esquecida a mais antiga indústria brasileira, a açucareira, tendo o govêrno imperial proporcionado facilidades à transformação de muitos engenhos antiquados, movidos a água, em engenhos centrais, movidos a vapor.

Contribuíram para o desenvolvimento industrial do Brasil a ação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, fundada ainda no Primeiro Reinado, a criação, em 1874, da Escola Politécnica, hoje Escola Nacional de Engenharia, e a realização de várias Exposições Nacionais e Regionais, oficialmente incentivadas (3).

a) *O exemplo do Visconde de Mauá*

O exemplo de um homem empreendedor, Irineu Evangelista de Sousa, Barão e Visconde de Mauá, serviu para mostrar aos brasileiros do Segundo Reinado as grandes transformações que ao país estavam reservadas por uma compreensão mais ampla de seu destino econômico, inclusive quanto aos transportes e comunicações, vida financeira, bancária e comercial, industrialização, melhoramentos urbanos e portuários, etc.

Em resumo, de acôrdo com a própria *Autobiografia* e os trabalhos de seus biógrafos, foram as seguintes as iniciativas e participações devidas a Mauá na economia e viação brasileira, entre 1846 e 1875:

Desde a primeira data começaram os seus Estaleiros da Ponta da Areia, na Baía de Guanabara, a influir na indústria naval brasileira, prestando consideráveis serviços tanto à marinha mercante, oceânica e fluvial, como à de guerra. Notadamente durante as campanhas contra Oribe, Rosas e López, contribuíram os navios e canhões aí construídos para as vitórias então alcançadas. Ainda quanto à indústria naval, tentou a introdução de um nôvo sistema de diques flutuantes no Rio de Janeiro. A fim de tornar menos inseguras as condições da barra do Rio Grande, fundou, alguns anos depois, a Companhia de Rebocadores a Vapor para o Rio Grande do Sul. Organizou, em 1852, a Companhia de Navegação a Vapor

(3) Para a história das indústrias brasileiras devem ser consultadas as obras especializadas: Roberto C. Simonsen — *A Evolução Industrial do Brasil* (São Paulo, 1939); José Jobim — *História das Indústrias no Brasil* (Rio de Janeiro, 1941); Nícia Vilela Luz — *A Luta pela Industrialização do Brasil* (São Paulo, 1961).

do Amazonas, fator de progresso para tôda a imensa região. Discutindo-se, pouco depois, a abertura do vale à navegação internacional, Mauá abriu mão do privilégio que a respeito lhe havia sido concedido.

Relativamente às atividades comerciais e bancárias, colaborou na redação do Regulamento 737, "a mais sábia de nossas leis processuais" da época. Reorganizou, em 1851, o segundo Banco do Brasil, que logo passou a ser o mais importante estabelecimento de crédito do país, o que levou o govêrno a torná-lo oficial e emissor, pouco depois. Já funcionando no Rio de Janeiro o Banco Mauá & Cia., levou-o, depois, a agir também no Uruguai, contribuindo para o progresso dêsse país, e na Inglaterra, onde passou a ter ligação com muitas iniciativas úteis, referentes ao Brasil.

No setor dos transportes ferroviários, deve-se-lhe a inauguração, em 1854, da primeira estrada de ferro brasileira, a de Mauá a Raiz da Serra. Também prestou auxílios financeiros e outros, a diversas ferrovias pouco depois iniciadas ou estudadas no país e no estrangeiro, tais como a de Pernambuco ao São Francisco, a D. Pedro II (hoje Central do Brasil), a da Bahia ao São Francisco, a de Santos a Jundiaí, a do Paraná a Mato Grosso, a do Rio Verde, em Minas Gerais.

Quanto aos melhoramentos urbanos, deve-se-lhe a inauguração, nas ruas centrais do Rio de Janeiro, naquele mesmo ano de 1854, da iluminação a gás. Foi, ainda, empreiteiro do primeiro trecho do Canal do Mangue. Colaborou, também, na solução do problema do abastecimento d'água à capital do Império, por ter fornecido os tubos necessários aos novos encanamentos o Estabelecimento de Fundição da Ponta da Areia. Estêve ligado, igualmente, à organização de emprêsas de transportes urbanos.

Como último serviço ao país, facilitou o Visconde de Mauá a ligação do Brasil à Europa, pelo Cabo Submarino, cedendo à Companhia inglêsa que a realizou o privilégio de que era possuidor ([4]).

5 — Finanças

Apesar do progresso que as estatísticas documentam, nem sempre foi boa a situação financeira do Império. Várias crises foram enfrentadas pelo govêrno durante o Primeiro Reinado, inclusive em conseqüência das Guerras da Independência e contra as Províncias Unidas do Rio da Prata. A inconveniente liquidação do primeiro Banco do Brasil, então determinada, como resultante de errônea campanha de descrédito, e dificuldades cambiais devidas à situação internacional e do comércio, constituem provas das duras contingências então registradas.

Sob as Regências e na primeira fase do govêrno de D. Pedro II, contribuíram para a manutenção das mesmas circunstâncias difíceis as repetidas rebeliões ocorridas em várias Províncias e a questão do tráfico

(4) Cf. Visconde de Mauá — *Autobiografia*. Prefácio e Notas de Cláudio Ganns. (Rio de Janeiro, 1941). — Alberto de Faria — *Mauá*. 2.ª edição (São Paulo, 1933).

de escravos africanos, sustentada com a Inglaterra, conforme foi relatado na unidade anterior.

Um período de maior segurança econômica e financeira foi entretanto caracterizado pelo Segundo Reinado, pròpriamente dito. Ao ter início, em 1840, a receita do Brasil era apenas de 16.000:000$000, anualmente. Ao se encerrar, em 1889, estava aumentada para 153.000:000$000. Na mesma proporção havia crescido a produção brasileira: .... 50.000:000$000 ao subir ao Trono D. Pedro II, 500.000:000$000 ao deixá-lo o mesmo Imperador.

Variou, porém, a orientação governamental quanto à capacidade de emissão de papel-moeda. Assim, em 1853, foi suspensa a autorização para emitir dinheiro concedida a alguns bancos, passando a tê-la sòmente o segundo Banco do Brasil, pouco antes fundado por Irineu Evangelista de Sousa, fundindo-se-lhe o Comercial, com 30.000:000$000 de capital. Em 1857, por influência do Ministro da Fazenda Bernardo de Sousa Franco, renovou-se a capacidade emissora de certos bancos. Surgindo críticas e abusos, restringiu-se, outra vez, essa liberdade, em 1860. A partir de 1866 ficou entregue ao Tesouro a exclusividade das emissões de papel-moeda.

Dentre as crises registradas na praça do Rio de Janeiro, avultou a de 1864, com a suspensão de pagamentos de algumas importantes casas bancárias.

Ainda no setor financeiro, manteve-se, da Independência aos nossos dias, o recurso aos empréstimos externos, que embora às vêzes excessivamente empregado, contribuiu para facilitar o progresso nacional, sobretudo no setor dos transportes, então completamente renovado, como veremos na unidade seguinte.

O câmbio, depois de grandes flutuações no Primeiro Reinado e Regências, teve fixada a sua paridade em 27 pence por mil réis, no ano de 1846. Ao ser proclamada a República estava um pouco acima do par.

Tudo isto demonstra a situação então vigente, de relativa prosperidade e segurança, que não foi sèriamente afetada nem mesmo pela recente abolição da escravatura. Estava, em 1889, perfeitamente assegurado o crédito do país no exterior. E embora o regime dos deficits fôsse habitualmente coberto pelo próprio aumento da riqueza pública, procurava-se, à época, a obtenção do equilíbrio orçamentário, tanto do Império como das Províncias e Municípios em que o mesmo se dividia.

LX

VIAÇÃO NO PERÍODO MONÁRQUICO

1 — Viação brasileira anterior às estradas de ferro

A abertura dos portos do Brasil ao comércio marítimo internacional, em 1808, que, como vimos, proporcionou notável desenvolvimento a alguns dos pontos mais importantes de sua orla oceânica, deu causa, também, ao maior incremento das ligações com o interior.

É o que se verifica a partir do período de permanência de D. João no Rio de Janeiro, como Príncipe-Regente e Rei, por todo o Primeiro Reinado, as Regências e os decênios iniciais do govêrno de D. Pedro II. Incremento que, aliás, mais se processou quanto à intensidade do que relativamente à extensão, visto que principalmente se observou nas zonas de direta influência dos maiores portos, sem penetrar muito nos sertões.

Arrefecido, pelo esgotamento das jazidas auríferas, o ardor bandeirantista, e passada a fase de expansão de fronteiras, consolidada pelos Tratados de Utrecht, Madrid e Santo Ildefonso, era chegada a ocasião de aproveitar, mediante a incorporação do país ao comércio mundial, os recursos econômicos existentes não muito longe da faixa marítima, exatamente onde se escalonavam os principais núcleos de povoamento.

Diminuíram, conseqüentemente, em favor do maior movimento de alguns trechos litorâneos, as grandes comunicações fluviais de São Paulo a Mato Grosso, decaindo as denominadas *monções,* o mesmo acontecendo à ligação do Centro ao Nordeste pelo Rio São Francisco, e à própria navegação amazônica, inclusive a que do Pará conseguia atingir Goiás, e mesmo Mato Grosso.

Em compensação, adquiriam autonomia econômica os portos sulinos do Rio Grande e Santos; consolidavam-se as zonas de atração do Rio de Janeiro, Salvador e Recife; e autonomizava-se, também, Belém do Pará. Simultâneamente, mantinham-se dentro de limitados setores, pelas suas escassas comunicações com o interior, outros núcleos costeiros, fluviais e lacustres, como Pôrto Alegre, Pelotas, Laguna, Destêrro, São Francisco do Sul, Paranaguá, Cananéia, Iguape, São Sebastião, Parati, Angra dos Reis, Cabo Frio, Vitória, Caravelas, Ilhéus, São Cristóvão, Alagoas, Paraíba, Natal, Aracati, Fortaleza, Camocim, Parnaíba e mesmo São Luís do Maranhão, outrora importante ponto de expansão.

Para chegar a essa situação do início do século XIX, será necessária a recapitulação de alguns dados referentes à evolução de nossos transportes, durante o período colonial.

a) *Das trilhas dos indígenas às estradas de tropas*

Sintetizando a opinião de vários historiadores e engenheiros de estradas, concluiu o Sr. Moacir Silva que "das trilhas dos índios se originaram as veredas de penetração dos bandeirantes; dêstes caminhos provieram as rodagens coloniais e destas as estradas de ferro" (1).

Precisaremos mais o quadro dessa evolução ao considerarmos como *estradas de tropas* as citadas "rodagens coloniais", apontando os vários caminhos que através do território hoje fluminense desde o século XVIII ligavam as Minas Gerais ao Rio de Janeiro. E o ampliaremos com a citação de que ainda obedecem ao mesmo rumo das picadas dos indígenas muitas de nossas modernas rodovias. É o que acontece, por exemplo, com a atual Via Anchieta, entre Santos e São Paulo, que resultou, sucessivamente, dos caminhos do Perequê, do Cubatão, do Padre José e do Mar — seculares variantes da mesma trilha tupiniquim de subida do litoral ao planalto paulistano. É o que acontece, ainda, à estrada de rodagem de Ponta Grossa a Foz do Iguaçu, sucessora, em parte, da grande via indígena do Piabiru, que comunicava as terras vicentinas com as do médio Rio Paraná, nas alturas das Sete Quedas.

Registrada essa persistência dos caminhos dos índios, consolidados e ultrapassados pelos entradistas e bandeirantes, também merecem lembrança os *caminhos de gado* do período colonial, que igualmente já estudamos. Basta recordar que muitos contribuíram para ligações essenciais da viação terrestre brasileira, da Bahia ao Piauí e ao Maranhão, como de Pernambuco ao Ceará e ao mesmo Piauí, da Bahia às Minas Gerais e Goiás, assim efetivamente unindo a Costa Leste à de Nordeste, ao Centro e ao Sul do país.

A propósito, convém fixar o grande auxílio até hoje aí trazido aos transportes pelo cavalo sertanejo e pelo jumento nordestino, indispensáveis companheiros do vaqueiro e do pequeno agricultor dessas regiões.

Fora delas, em zonas mais ricas e para transporte a menores distâncias, é que tiveram maior aplicação os carros de bois e as carroças ou *carrêtas,* aquêles sobretudo, na Costa Leste, no Centro e no Sul do país, as últimas principalmente no Sul, já de influência hispano-americana ou francamente européia e recente.

Para o transporte a longa distância assumiram maior importância as *tropas de muares,* motivo pelo qual merecem estudo à parte.

b) *Tropas e Tropeiros*

Entre as várias aplicações de tipos de transporte de origem ibérica no Brasil, avulta a utilização de muares, que desde o século XVIII, até hoje,

(1) Moacir M. F. Silva — *Geografia dos Transportes no Brasil* (Rio de Janeiro, 1949), cap. IV — "Interiorização", p. 35.

assume extraordinária importância no país, embora com tendência à diminuição.

Introduzido, na colônia, o cavalo, e verificada a sua adaptação às pastagens existentes, seguiu-se o seu uso nas guerras e viagens, embora em reduzida escala, atendendo-se à sua própria escassez, ausência de estradas e elevado custo dos animais. Por isso mesmo, quase não figurou êle nas entradas e bandeiras, realizadas a pé, quando impossível a penetração fluvial.

Conquistado o país, estabelecidas povoações a longa distância do litoral, tornavam-se necessárias comunicações terrestres normais e transporte de cargas em bases econômicas. A solução encontrada, forneceu-a a *tropa* de muares, única adaptável à utilização das trilhas dos indígenas e das picadas dos devassadores das selvas. A rusticidade de seus agentes, burros e bêstas cedo obtidos no Brasil, facilitaria ainda mais o seu emprêgo. Dotadas de raio de ação maior que o do carro de bois, sòmente ao trem de ferro e ao caminhão cederam as tropas a sua prolongada primazia, ainda agora subsistente em várias regiões brasileiras.

Embora datem do século XVIII, é nos viajantes da centúria seguinte que maiores referências encontramos, relativas às tropas e tropeiros. E, pela sua organização, longamente mantida nos mesmos rumos, da mineração passando a servir à agricultura e ao comércio, às tropas de Minas Gerais compete o primeiro lugar em suas descrições.

Mawe, Eschwege, o Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, Saint-Hilaire, Spix e Martius, Henderson — todos os viajantes do tempo da Regência e do Reinado de D. João no Brasil, forneceram, em seus livros, amplas informações sôbre elas, da mesma forma que artistas, como Guillobel, Debret, Ender e Rugendas, fixaram, nas mesmas regiões fluminenses, minerais e paulistas, interessantes documentos iconográficos a seu respeito (2). Mais tarde, através do Primeiro e Segundo Reinados, outros visitantes e pintores confirmaram as relações e desenhos de seus antecessores, até que pelo advento das estradas de ferro deixaram as tropas e os tropeiros de constituir tema obrigatório dos viajantes estrangeiros do Brasil imperial.

Indicando-as, porém, à gratidão nacional, pelo bem que fizeram ao progresso do país, dedicou-lhes Afonso Arinos enternecido trabalho, em 1904, por muito tempo o melhor sôbre o assunto (3). Mostrando que êle ainda é atual, atingindo todo o país, o livro do norte-americano Roy Nash, *The Conquest of Brazil,* de 1926 (4), embora contenha flagrantes injustiças quanto à habilidade de nossos tropeiros, oferece excelente depoimento sôbre a vigência do transporte em muares, a despeito da propagação dos veículos a motor pelas mais longínquas estradas do interior.

Para conhecer o que foram, e ainda são, pelo menos em parte, as

(2) Helio Vianna — *As tropas de muares e seus condutores no desenvolvimento da viação interna do Brasil.* Na revista *Cultura Política,* do Rio de Janeiro, n.º 19, de setembro de 1942, p. 188/190.
(3) "Tropas e Tropeiros", capítulo do livro *Histórias e Paisagens* (Rio de Janeiro, 1921),
(4) Roy Nash — *A Conquista do Brasil.* Tradução brasileira (São Paulo, 1939), passim.

tropas e os tropeiros do Brasil, foi autor muito minucioso e autorizado Afonso Arinos, sendo, portanto, de obrigatória transcrição, as páginas que a propósito escreveu, sempre que se quiser voltar ao assunto:

"*Tropeiro* é, em regra, o patrão da tropa, o empresário de transportes; os empregados são os *tocadores,* que marcham a pé, e o cozinheiro. Quando o patrão não conduz a própria tropa, quem a governa é o *arrieiro.* Tanto êste como o tropeiro andam a cavalo. Por vêzes, se a tropa é numerosa, ou o patrão não quer acumular as funções de arrieiro, há um e outro.

"As tropas são sempre compostas de muares, os mais fortes para suportarem o pêso da carga e a fadiga das marchas; trazem, porém, pelo menos, um cavalo — o *madrinha.* O madrinha, em cujo pescoço tine o cincerro, desempenha importantíssimo papel. É em tôrno dêle que se reúne tôda a tropa e o cincerro anuncia, à distância, o lugar onde pára, em pastagens. As mais das vêzes, o tropeiro tem de *encostar* a tropa, por falta de pastos fechados, ou por ficar dispendioso o aluguel dêstes; o *encôsto* é o pasto aberto e, sem o madrinha, a tropa se espalhará. Uma das condições para a regularidade da marcha é, pois, estar a tropa *amadrinhada,* o que quer dizer, acompanhar sempre o madrinha.

"A disciplina de uma tropa é rigorosa; para dirigi-la, é necessária uma soma de previsão, de cuidados; uma prática e uma energia de que só podem fazer idéia justa os capitães das expedições.

"Não só as dificuldades próprias do caminho, o mau tempo, as passagens dos rios, as travessias custosas, os atoleiros, os *roladores* das serras, mas ainda o tratamento diário dos animais, as aguadas, os pastos, o transvio, as ervas venenosas, as moléstias comuns dos cargueiros, o meio de evitá-las ou curá-las — tudo isto constitui preocupação e ocupação constante do tropeiro. E, além de tudo isso, o zêlo pela carga, que é um depósito sagrado e não pode sofrer detrimento algum.

"A carga de cada burro varia de 8 a 12 arrôbas, excepcionalmente mais. Alcear essa carga, suspendê-la, velar para que fique sempre em equilíbrio, a fim de não pisar o animal; balancear os fardos pesados com *dobros,* ou pequenos volumes que se colocam por cima; pôr um grande caixão de chapéus como contrapêso de um pequeno saco de chumbo, saber de que lado se deve apertar — eis aí uma ciência que só se adquire à custa de pesadas fadigas, e não é para qualquer temperamento."

. . . .

"Uma das formas comezinhas da disciplina é a divisão do trabalho, o método, a perseverança e a tenacidade em praticá-lo. Nisto o tropeiro dá um exemplo edificante. Cada lote é incumbido a um ou dois tocadores, e a colocação dêle, isto é, a ordem de marcha, é também regulada. O número do pessoal varia conforme o número dos lotes e já vimos que êsse pessoal encerra pelo menos três categorias — o tropeiro ou o arrieiro, os tocadores e o cozinheiro. Também as tropas têm categorias indicadas

por sinais que são como as divisas do pôsto. Assim, a primeira categoria tem por distintivo a *cabeçada,* geralmente de prata enfeitada de martinetas e de campainhas, com a boneca por cima. Só podem trazer cabeçada as tropas de 5 lotes para cima, em regra. As de 3 lotes completos até 5 podem usar o *peitoral* com guizos. Daí para baixo não têm insígnias. Estas são trazidas sempre pelo cargueiro da guia, que abre a marcha.

"Os tropeiros não se confundem também com os condutores que trazem das fazendas aos mercados municipais cargueiros cavalares com os produtos da lavoura.

"Êstes condutores são designados pelo nome de *bruaqueiros;* não têm a regra das tropas, nem empregam, geralmente, muares. Vêem-se em todo o Norte do Brasil. Os seus cargueiros são os fortes cavalinhos sertanejos, que tanto têm de humildes quanto de valentes. Às caravanas de viajantes de tôda a sorte, trazendo muitas vêzes numerosos cargueiros, dão o nome de *comitiva* ou de *condução;* e às cavalgaduras destas, embora algumas vêzes compostas quase que exclusivamente de muares, dão o nome de *cavalhada,* a fim de reservarem o têrmo "tropa" só para as legítimas, empregadas no comércio de transportes.

"Os arreios e petrechos da tropa são numerosos e de singular aspecto; razão teve Henderson de esbugalhar os olhos admirativos de anglo-saxônio ao vê-los desfilar na estrada do Campo de Santana a São Cristóvão".

. . . .

"Cabrestos, buçais, cangalhas com retrancas e peitorais, seligotes, bastos, socadinhos, cutucas, lombilhos, pelegos, caronas, albardas, mantas e baixeiros, sobrecinchas, sobrecargas, arroxos, topes de baeta vermelha ou de pano de côres vivas nos fardos, cabeçadas tilintantes, couros crus dobrados ao meio e com o pêlo para dentro a cobrirem as cargas e as defenderem no mau tempo, badanas, etc. — isso forma realmente um conjunto bizarro, de rude e bárbaro aspecto, para quem só viu as brancas estradas européias, lisas, polidas, ensombradas de arvoredo frondoso e educado, percorridas por nédias e fidalgas parelhas de trotadores e roçadas hoje pelas grossas rodas forradas de borracha dos automóveis em vertiginosa carreira" ([5]).

c) *Estradas do século XIX*

Na impossibilidade de estabelecer o quadro cronológico dos principais caminhos existentes no país antes da construção das primeiras estradas de ferro, e convencidos da inutilidade de sua apresentação parcelada, em cada Província, mencionaremos, em ordem geográfica, do Sul para o Norte, apenas os que vieram do século XVIII, transformaram-se ou foram abertos na centúria seguinte.

Assim, começando pelo Rio Grande do Sul, convém lembrar que continuaram fundamentais para sua ligação com o Rio de Janeiro e

(5) Afonso Arinos — *Op. cit.,* p. 111/116.

São Paulo as velhas estradas do litoral, para Laguna, Destêrro, São Francisco, Paranaguá, Cananéia, Iguape e Santos, e do interior, por Curitiba e Sorocaba. A última, admitiu variantes, como a *Estrada da Mata* que, vindo também do Rio Grande do Sul, passava por Rio Negro, Ponta Grossa e Itararé (6).

"A estrada de Sorocaba a Pôrto Alegre e ao território das Missões" — escreveu Capistrano de Abreu — "teve sua importância quando vinham às feiras dezenas de milhares de bêstas, mas sua influência durou pouco e esvaiu-se com a introdução do vapor. A este, nela desembocaram caminhos vindos da marinha, aonde a Serra do Mar permitia passagem. A oeste não romperam a mata nem domaram a indiada" (7), — a não ser com o povoamento e a fundação de currais em Guarapuava e Palmas, acrescentamos.

Em Santa Catarina pode ser citada, como típica das ligações suscitadas pela colonização estrangeira, a *Estrada Dona Francisca,* de São Francisco a Rio Negro, onde se encontrava com a que vinha do Rio Grande, de 146 km, e mais 10 km até à foz da Lagoa Saguaçu e a Baía de São Francisco do Sul, seu pôrto de mar. Foi integralmente substituída pela atual linha férrea de São Francisco a Pôrto União, no Iguaçu.

No Paraná, merece citação a *Estrada da Graciosa,* do pôrto de Antonina a Curitiba, tronco de viação provincial, antes da substituição pela ferrovia de Paranaguá à capital e Ponta Grossa (8).

Em São Paulo, além da evolução da trilha dos tupiniquins, entre a marinha e o planalto, já assinalada, e que sofreu interrupção pela preferência ferroviária, outros caminhos indígenas podem ser registrados, por terem sido utilizados pelos colonizadores e seus descendentes. Assim, o que atravessando a Serra do Mar comunicava São Paulo com o pôrto fluminense de Parati, e o seu ramal, que a partir de certo ponto do Vale do Paraíba procurava a Serra da Mantiqueira, em direção às Minas Gerais. Aquela, aliás, constituiu a primeira *Estrada Rio-São Paulo,* com a parte marítima, entre Parati e o Rio de Janeiro, sòmente em meados do século XVIII substituída pelo trecho terrestre de Santa Cruz, Itaguaí e São João Marcos, por onde passou o Príncipe D. Pedro, em agôsto de 1822, rumo a São Paulo. A segunda citada, combinada com a primeira, seria um trecho do *Caminho Velho para as Minas Gerais,* também já mencionado, quando estudamos as estradas coloniais.

Passando à região fluminense, várias são as estradas que, vindas da colônia, chegaram ao século XIX, recebendo modificações e ampliações. O *Caminho Nôvo,* ainda no anterior aberto por Garcia Rodrigues Pais e Bernardo Soares de Proença, do fundo da Baía de Guanabara aos Rios Paraíba e Paraibuna, e daí às Minas Gerais, depois de ter servido como ativa estrada de tropas, foi também substituído por vias férreas,

---

(6) Moacir M. F. Silva — *Op. cit.,* p. 84.

(7) J. Capistrano de Abreu — *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil* (Rio de Janeiro, 1930), p. 73/74. — Sôbre "Os Caminhos do Sul e a Feira de Sorocaba", ver o trabalho dêsse título, de Aluísio de Almeida, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* vol. 186, de janeiro-março de 1945, p. 96/173.

(8) Moacir M. F. Silva — *Op. cit.,* p. 84.

em vários trechos, tanto pela Linha do Centro como pela Linha Auxiliar, da Central do Brasil, e pela Leopoldina, noutra de suas variantes, a do Vale do Piabanha. As estradas da *Serra da Estrêla, do Comércio* e de *Sapucaia* (esta por Teresópolis), mostram, com o surto cafeeiro, o desejo de ser atingido, por vários pontos, o Paraíba e, conseqüentemente, a Província de Minas (9).

Do Rio de Janeiro para o Norte, a abertura de estradas não acompanhou o mesmo ritmo, quer pela obsessão do recurso às ferrovias, quer pela falta de base econômica que sustentasse os empreendimentos do gênero. No máximo, conservaram-se as que vinham do período colonial, com um ou outro prolongamento, no Espírito Santo e Bahia, daí a Pernambuco, nesta Província, como nas que lhe ficam ao norte, até o Ceará. Nas demais, do Maranhão e Grão-Pará, como nas longínquas, do Amazonas e Mato Grosso, mantinha-se o natural predomínio da navegação fluvial (10).

d) *A primeira rodovia do Brasil: a União e Indústria*

Exatamente na ocasião em que as primeiras ferrovias procuravam substituir as estradas de muares da região fluminense-mineira, aí surgiu uma iniciativa totalmente excepcional: a organização, devida a Mariano Procópio Ferreira Laje, da *Estrada União e Indústria,* entre Petrópolis e Juiz de Fora, de 144 km.

A êsse tempo, 1856, já a cidade serrana estava ligada ao Rio de Janeiro por um bem conjugado serviço de transportes mistos: barca a vapor do cais da Prainha ao pôrto de Mauá, estrada de ferro, a primeira do país, dêsse ponto do fundo da Baía de Guanabara à Raiz da Serra da Estrêla, daí a Petrópolis em *diligência,* pela chamada *Estrada Normal,* várias vêzes reformada, desde o comêço do século.

Iniciada, naquele ano, a construção da União e Indústria, vencido o primeiro lance, até Pedro do Rio, o segundo, daí a Posse, foi solenemente inaugurado por D. Pedro II, em 1860. Tendo sido simultâneamente atacado o trecho mineiro, entre a Ponte do Paraibuna e Juiz de Fora, pôde ser aberta ao tráfego tôda a rodovia a 23 de junho de 1861, percorrendo-a a comitiva imperial em nove horas, considerável diminuição de tempo de viagem entre as duas cidades, para a época.

Resumindo-lhe as características e a breve história, escreveu o Eng.º Philuvio de Cerqueira Rodrigues:

"Com um traçado primoroso, aproveitando o terreno de modo notável, uma construção sem exemplo naquela época, dotada de todos os requisitos para uma estrada que devia ser trafegada por veículos de tração animal, com obras de arte suntuosas e seguras, vencendo rios caudalosos e largos como o Paraíba, drenagem cuidadosa, muros de

---

(9) Sôbre os *Principais Antigos Caminhos Fluminenses para as Minas Gerais,* ver o trabalho dêsse título, de Léa Quintiere Cortines Peixoto (Niterói, 1951).

(10) Helio Vianna — *História da Viação Brasileira* (Rio de Janeiro, 1949), cap. XVIII — "A Viação Brasileira Anterior às Estradas de Ferro", p. 173/181.

arrimo que serviram de exemplo a várias gerações, foi a rainha das estradas brasileiras, honra da nossa engenharia.

"Tinha seis metros de largura, possuía valetas laterais de alvenaria e o seu leito revestido de pedra britada, adotando certamente os princípios de Tresaguet, Macadam e Polanceau, era comprimido e ensaibrado. A sua rampa máxima não ia além de 5 % e os seus raios de curva eram amplos, permitindo às diligências percorrê-la com velocidade média de 20 km por hora.

"Várias estações de muda de animais existiam ao longo de seu percurso, grandes depósitos de café e mercadorias concentravam-se nos centros de população por ela atravessados.

"O seu alto custo, a amortização demorada dos capitais levantados em Londres e na praça do Rio de Janeiro e a penetração da Estrada de Ferro D. Pedro II pelo Vale do Paraíba arrancando-lhe as mercadorias, num transporte direto para a Côrte, foram os motivos de sua encampação pelo govêrno imperial para minorar a sua situação precária.

"Finalmente, em 1869, pelo Decreto n.º 2.320, de 13 de janeiro, a Companhia era obrigada a passar para a E. F. D. Pedro II todo o seu transporte de cargas, que ficaria centralizado em Entre-Rios" (hoje Três Rios). "Venceu assim a estrada de ferro o seu primeiro combate com a estrada de rodagem no Brasil" ([11]).

Convém lembrar que, a êsse tempo, diversos ramais, atingindo novas regiões cafeeiras fluminenses e mineiras, já carreavam para a linha-tronco da rodovia, como depois para as ferrovias vizinhas, o transporte do principal produto agrícola da época. Foram porém substituídos, nos anos seguintes, por prolongamentos e ligações de estradas de ferro.

2 — *As estradas de ferro no Segundo Reinado*

a) *O advento das estradas de ferro no Brasil*

Data de 1835 a primeira tentativa oficial de se fomentar a construção de estradas de ferro no Brasil. Uma lei assinada pelo Regente Padre Diogo Antônio Feijó autorizou o govêrno a conceder privilégios de exclusividade às companhias que se organizassem para explorar o transporte ferroviário de gêneros e passageiros entre a Côrte e as capitais de Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul.

Não teve conseqüências, o mesmo acontecendo a uma concessão provincial para uma estrada de ferro de Santos a diversos pontos do interior paulista, a um pedido para outra, do Rio de Janeiro a Resende, e ainda à nova concessão provincial, esta fluminense, quanto a uma linha férrea da Vila de Iguaçu à Baía de Niteroi *(sic)*. Tôdas, iniciadas ainda dentro do período regencial.

Já depois de começado o govêrno de D. Pedro II, também não teve

(11) Eng.º Philuvio de Cerqueira Rodrigues — Artigo publicado na revista *Brasil Rodoviário*, apud Moacir M. F. Silva — *Op. cit.*, p. 82/83. — Helio Vianna — *Op. cit.*, cap. XX — "As Estradas de Rodagem e o Plano Rodoviário Nacional", p. 195/196.

êxito outro projeto de ferrovia através da Província do Rio de Janeiro, do Guandu a Jacutinga, em 1846.

Sòmente depois da extinção do tráfico de escravos africanos para o Brasil, acontecimento que tornou disponíveis capitais e iniciativas nacionais e estrangeiras, pôde o país entrar no terreno das realizações efetivas, no setor ferroviário. Uma Lei de 1852 determinou novas e favoráveis condições para os empreendimentos do gênero, inclusive a garantia oficial de juros, até 5 %, sôbre o capital empregado na construção.

Marcou essa lei, segundo o Eng.º José Luís Batista, o verdadeiro ponto de partida da viação férrea brasileira. No regime por ela estabelecido tiveram início as estradas de ferro de Mauá à Raiz da Serra, D. Pedro II, do Recife ao São Francisco, da Bahia ao São Francisco e de Santos a Jundiaí ([12]).

b) *Ferrovias do Segundo Reinado*

Naquele mesmo ano de 1852 concedera o govêrno da Província do Rio de Janeiro a Irineu Evangelista de Sousa o privilégio para construir a estrada que lhe imortalizaria o nome. Dois anos depois, foram solenemente inaugurados pelo Imperador os primeiros 14,5 km de linhas férreas do país.

Em 1858 abriram-se ao tráfego novos trechos: do Recife ao Cabo, em Pernambuco; do Rio de Janeiro a Queimados e Belém, hoje Japeri. Em 1860 coube a vez à Bahia. No mesmo ano iniciaram-se os difíceis trabalhos de construção da estrada de Santos a Jundiaí, inaugurada em 1867. Com mais uma linha suburbana no Recife e o primeiro trecho da Estrada de Ferro de Cantagalo, na Província fluminense, 718 km eram trafegados no Brasil em 1868, ano de maior intensidade da Guerra do Paraguai.

Êsse acontecimento internacional não deixaria de refletir-se na evolução da política brasileira de transportes. Assim, como observou o Eng.º J. Palhano de Jesus, "nós, que nos qüinqüênios de 1856/1860 e de 1861/1865 tínhamos inaugurado, respectivamente, 208 e 276 km de estradas de ferro, arredondadamente, no qüinqüênio de 1866/1870 descemos à quota de 246 e ainda nos quatro anos seguintes, 1871/1874, só conseguimos mais 539 km.

"Em 1870 inauguramos apenas 8 km.

"Em 1874 possuíamos, ao todo, cêrca de 1.284 km, o que dá uma média de 61 km por ano nos primeiros 21 anos, a partir da inauguração da Estrada de Ferro Mauá, em 1854.

"Datam do período de 1868 a 1875 os empreendimentos das seguintes estradas: Estrada de Ferro Central da Bahia, Estrada de Ferro de Campos a São Sebastião, Estrada de Ferro de Macaé a Campos, Estrada de Ferro de Jundiaí a Campinas, Estrada de Ferro de Pôrto Alegre a Nôvo Hamburgo.

---

(12) Eng.º José Luís Batista — "O Surto Ferroviário e seu Desenvolvimento", nos *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*, de 1938, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. VI (Rio de Janeiro, 1942), p. 45.

"A próspera Companhia Paulista de Estradas de Ferro inaugurou, em 1872, o tráfego dos seus primeiros 37 km, de Jundiaí para Campinas.

"A Estrada de Ferro Baturité, no Ceará, foi iniciada em 1875, e a primeira tentativa infrutífera para a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré remonta a 1870.

"Esta tentativa pode-se dizer que resultou da Guerra do Paraguai, que viera patentear a necessidade de abrirmos caminhos para a afastada Província de Mato Grosso através do território pátrio, com o fim de evitarmos a dependência da via internacional do Prata, única que nos permitia entreter as relações da capital do país com a daquele departamento da união brasileira.

"Caro nos custaram os desastres da invasão daquela Província pelos paraguaios e a célebre Retirada da Laguna, em que um punhado de brasileiros lutou heròicamente contra a fome, a peste e os incêndios, acossados pelos adversários e sem possibilidade de receber o mínimo socorro" ([13]).

Passadas as conseqüências da guerra, pôde ser retomado o incentivo oficial à construção de estradas de ferro, através da modificação do regime de garantia de juros, por um decreto de 1873 e regulamento do ano seguinte, "minucioso e ponderado trabalho em que se definiam as atribuições do govêrno-geral e das Províncias em matéria de concessão". "O emprêgo do capital máximo a ser subvencionado ou garantido, mereceu apurados e excelentes estudos, que honram os técnicos da época" ([14]).

Os bons resultados da nova legislação não se fizeram esperar. "Já em 1875" — balanceou Palhano de Jesus — "conseguimos inaugurar 517 km contra 155 do ano anterior.

"Daí até ao encerramento do período imperial foi o seguinte o desenvolvimento das nossas linhas em tráfego, por qüinqüênios:

	km
1875/1879	1.637
1880/1884	3.391
1885/1889	3.281

"Desde 1880 as nossas quotas anuais vinham sendo superiores a 480 km, tendo atingido a 948 em 1884" ([15]).

Especificando melhor, convém lembrar que data de 1870 a Estrada de Ferro do Recife a Olinda e Beberibe; de 1871 a União Valenciana, na Província do Rio; de 1873 a de Macaé a Campos, a de Campos a São Sebastião e a Ituana; de 1874 a Estrada de Ferro Leopoldina, em seu trecho mineiro essencial, e a de Pôrto Alegre a Nôvo Hamburgo; de 1875 a citada Estrada de Ferro de Baturité, a Central da Bahia e a

(13) J. Palhano de Jesus — "Rápida Notícia da Viação Férrea do Brasil", no *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. I (Rio de Janeiro, 1922), p. 725/727.
(14) J. Palhano de Jesus — *Op. cit.*, p. 727. — José Luís Batista — *Op. cit.*, p. 434.
(15) J. Palhano de Jesus — *Op. cit.*, p. 727.

Nazaré, na mesma Província; a São Paulo e Rio de Janeiro, depois incorporada à D. Pedro II; a Sorocabana e a Mogiana.

Tendo o ramal de São Paulo, da Estrada de Ferro D. Pedro II, atingido a estação paulista de Cachoeira, onde também chegou, em 1877, a São Paulo e Rio de Janeiro, ficou completa, embora provisòriamente em duas bitolas, a ligação ferroviária entre as mais importantes capitais brasileiras.

"A terrível sêca de 1877, que assolou a região do Nordeste, moveu o govêrno imperial a decretar, como meio de auxiliar prontamente as regiões flageladas, a encampação da Estrada de Ferro de Baturité e a construção das de Sobral (Ceará) e de Paulo Afonso (Alagoas). Estas duas últimas ofereceram os seus primeiros trechos ao tráfego em 1880.

"É da mesma época a segunda tentativa, igualmente frustrada, da realização da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré."

Em 1880/1881 ficou pronta a linha de Sítio a São João d'El-Rei, da Estrada de Ferro Oeste de Minas. A Província do Rio Grande do Norte teve o seu primeiro trecho ferroviário inaugurado em 1881, de Natal a Nova Cruz. No ano seguinte foi entregue ao tráfego o início da Estrada de Ferro Bahia e Minas, de Caravelas a Aimorés. Em 1883 correram os trens inaugurais da Estrada de Ferro Conde d'Eu, na Paraíba, e entre Paranaguá e Morretes, no Paraná, atingindo Curitiba essa soberba estrada, em 1885.

Chegando a Queluz de Minas (hoje Conselheiro Lafayette), em 1884, a D. Pedro II, decidiu-se a quebra de sua bitola, daí por diante, de 1,60 m para 1 m.

Do mesmo ano são a Estrada de Ferro D. Teresa Cristina, no Sul de Santa Catarina, e a de Bragança, no Grão-Pará. Data de 1887 a primeira estrada do Espírito Santo. Afinal, em 1888, também a capital mineira, Ouro Prêto, ficou diretamente ligada à Côrte, por estrada de ferro.

Concluindo êste rápido exame da evolução do sistema ferroviário brasileiro sob o Império, basta assinalar que em 1889, ao ser extinta a monarquia, existiam no país 9.583 km de vias férreas em tráfego, servindo ao antigo Município Neutro (depois Distrito Federal, hoje Estado da Guanabara), e a quatorze das vinte Províncias então transformadas em Estados ([16]).

3 — Navegação de cabotagem, fluvial e lacustre

a) *Navegação de cabotagem*

Datam do período de permanência de D. João VI no Brasil as iniciativas, oficial e particular, referentes à introdução da navegação a vapor no país. Realmente, desde 1818 havia sido autorizada a incorporação de uma emprêsa destinada a explorar a nova invenção na Bahia; e desde o ano seguinte, graças a Felisberto Caldeira Brant Pontes, depois 1.º Vis-

(16) J. Palhano de Jesus — *Op. cit.*, p. 728/729. — Helio Vianna — *Op. cit.*, cap. XIX — "O Advento das Estradas de Ferro e a Evolução do Sistema Ferroviário Brasileiro", p. 183/187.

conde e Marquês de Barbacena, trafegava no Recôncavo a nossa primeira embarcação do gênero.

Proclamada a Independência e organizada a Marinha imperial, desta foi primeira barca a vapor a denominada *Correio Brasileiro,* adquirida na Inglaterra e destinada a manter mais rápida ligação entre a Côrte e as Províncias do Norte e do Sul. Ainda no Primeiro Reinado armadores norte-americanos, incentivados pelo representante brasileiro José Silvestre Rebêlo, tentaram levar a navegação a vapor ao Rio Amazonas.

Sob as Regências, cogitou o govêrno da organização de uma emprêsa de navegação, que deveria ter seis navios, três viajando para o Norte e dois para o Sul, permanecendo um no Rio de Janeiro. Simultâneamente, barcas a vapor começaram a navegar entre a Côrte e Niterói; e na Lagoa dos Patos, onde prestou serviços à legalidade, durante a Revolução Farroupilha, a *Liberal.* Na Marinha de Guerra, outra "barca de vapor", como então se dizia, a *Urânia,* suscitava críticas quanto ao seu emprêgo.

Iniciado o govêrno de D. Pedro II, tomou incremento a navegação a vapor no Brasil. Assim, em 1843, coube ao pequeno vapor de guerra *Guapiaçu* ser o primeiro do gênero a penetrar nos Rios Amazonas e Negro. À Companhia Brasileira de Paquêtes a Vapor competiu realizar a ligação do Rio de Janeiro ao Norte e ao Sul, enquanto outras emprêsas menores mantinham linhas de caráter regional ou local. Em 1851 foi inaugurado, pela Mala Real Inglêsa, o serviço postal a vapor, entre a Europa e a América do Sul. No mesmo ano, vantajosamente participaram alguns vapôres de nossa Marinha de Guerra do transporte das tropas aliadas, da República do Uruguai à margem esquerda do Rio Paraná, e da Passagem de Tonelero, na campanha contra Rosas. Maiores encargos tiveram os nossos navios a vapor nas lutas contra Aguirre e López, o que também se deve à atividade dos estaleiros nacionais, inclusive o da Ponta da Areia, adquirido e aumentado por Irineu Evangelista de Sousa, depois Barão e Visconde de Mauá.

Até o fim da monarquia muito se desenvolveu a navegação brasileira de cabotagem, embora durante algum tempo tivesse de sofrer a concorrência estrangeira, extinta com a retomada de sua nacionalização. Representava-a, principalmente, a Companhia Nacional de Navegação a Vapor, substituta da mencionada Companhia Brasileira de Paquêtes a Vapor.

O melhor aparelhamento do pôrto do Rio de Janeiro ocorreu durante o Ministério presidido pelo Visconde de Itaboraí. Nas Províncias foi seguido o exemplo da capital do Império, construindo-se docas e cais nos portos mais importantes do país ([17]).

b) *Navegação fluvial e lacustre*

Desde o período colonial começaram os rios e lagos do Brasil a serem aproveitados, a princípio pelos entradistas e bandeirantes, depois pelos

(17) Raul Tavares — "A Navegação no Brasil", no *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil,* cit.; Agenor Gurgel de Roure — "Vias de Comunicações", nos *Anais do Segundo Congresso de História Nacional,* de 1931, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. III (Rio de Janeiro, 1942); Helio Vianna — *Op. cit.,* cap. XXI — "A Navegação de Cabotagem, a Fluvial e Lacustre e a Aérea", p. 205/206.

povoadores e viajantes que a êles recorriam como a naturais e permanentes vias de transporte e de penetração. Acrescente-se, ainda, a singularidade geográfica de ser a costa atlântica sul-americana, na zona de influência luso-brasileira, complementada pelos dois grandes estuários do Norte e do Sul, o amazônico e o platino, aquêle exclusivamente nosso, mas dando acesso a regiões hispano-americanas, êste apenas transitòriamente partilhado entre lusos e hispano-descendentes, e, contràriamente àquele, dando acesso também a regiões nossas.

Além dessas duas grandes vias fluviais de entrada ao interior do continente, prolongadas pelas respectivas bacias, outras tiveram relativa influência em nossa expansão territorial: a fornecida pelos principais rios do Maranhão, pelo Parnaíba, São Francisco, Jequitinhonha, Doce, Paraíba do Sul, Ribeira de Iguape, Itajaí, Jacuí e outros rios gaúchos, tributários da Lagoa dos Patos. Nesse sentido, além da natural penetração pelo Amazonas e seus maiores afluentes, deve ser lembrada a extensa via fluvial das *monções*, que pelo Tietê, Paraná, Pardo, Coxim, Taquari, Paraguai, São Lourenço e Cuiabá, unia São Paulo a Mato Grosso, num percurso de 530 léguas, vencido em mais de seis meses de viagem, com a transposição de mais de uma centena de quedas d'água, ainda em tempos do Primeiro Reinado ([18]).

Sob as Regências registraram-se várias iniciativas oficiais relativas à navegação fluvial: um decreto de 1832 cogitou da utilização dos Rios Doce e Jequitinhonha; no ano seguinte concedia-se privilégio para a navegação do Rio das Velhas, em Minas Gerais. Outro, de 1847, referia-se ao Rio Mucuri; em 1851, uma concessão quanto ao São Francisco, etc.

Merece especial referência a organização, em 1852, por Irineu Evangelista de Sousa, da primeira de nossas grandes emprêsas fluviais, a Companhia de Navegação a Vapor do Amazonas, incentivadora do progresso da região. Cedeu, pouco depois, o privilégio a ela outorgado, de modo a facilitar, mais tarde, a abertura à navegação internacional de todo o imenso vale, através dos Rios Amazonas, Tocantins, Tapajós e Negro, além do São Francisco, também incluído no ato de 1866.

Por êsse tempo, inclusive com o recurso às guerras movidas contra os governos da Confederação Argentina e da República do Paraguai, já nos havíamos assegurado o direito de navegar nos Rios da Prata, Paraná e Paraguai, os dois últimos em seus trechos não brasileiros, todos essenciais às comunicações então vigentes com Mato Grosso. Com a República Oriental do Uruguai idêntica providência já havia sido obtida, relativa à Lagoa Mirim e aos Rios da Prata e Uruguai, depois da intervenção brasileira contra Oribe, solicitada pelo govêrno de Montevidéu. Assim, até àquela Província pôde-se estender nossa navegação regular, que atingia a capital uruguaia. Essa situação mantém-se até hoje, embora com importância diminuída pela cessação da exclusividade fluvial, mediante o término da construção, em 1914, da E. F. Noroeste do Brasil ([19]).

(18) Cf. Hércules Florence — *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas. De 1825 a 1829.* Tradução do Visconde de Taunay, 2.ª edição (São Paulo, 1948).
(19) Helio Vianna — *Op. cit.*, p. 208/209.

LXI

IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO NO PERÍODO MONÁRQUICO

Antes da transferência da Côrte portuguêsa para o Rio de Janeiro, em 1808, não houve, exatamente, imigração de estrangeiros para o Brasil, a não ser de portuguêses, que como tal não podiam ser considerados. Apenas podemos distinguir como imigrantes, entre êles, os *ilhéus*, notadamente açorianos, que em consideráveis levas várias vêzes foram encaminhados para o nosso país, por ter atingido os limites da superpopulação o seu arquipélago, com a conseqüente falta de trabalho e de recursos necessários à vida. Vieram, no século XVII, principalmente para o Maranhão e Grão-Pará, como na centúria seguinte para Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro. Outras regiões brasileiras também os receberam em grande número, embora sem a afluência verificada nessas Capitanias.

Quanto aos estrangeiros pròpriamente ditos, insignificante foi a sua contribuição à imigração destinada ao Brasil colonial. Poucos foram os franceses e holandeses que se fixaram no país, antes e depois de suas tentativas de conquista de determinadas regiões litorâneas, nos séculos XVI e XVII. Um pouco maior terá sido o número de espanhóis e hispano-americanos aqui estabelecidos por motivo de união das monarquias ibéricas, entre 1580 e 1640. Inglêses, alemães e italianos, sòmente a título excepcional se radicaram no Brasil, durante o período colonial.

1 — Na Regência e Reinado de D. João (1808/1821)

Modificou profundamente essa situação a permanência, no Brasil, da Família Real portuguêsa, entre 1808 e 1821. Abertos os portos brasileiros ao comércio das nações amigas, tornou-se natural a freqüência de estrangeiros no país, e, conseqüentemente, a eventualidade de seu estabelecimento no respectivo território, em caráter permanente.

Possibilitando-a, já a 25 de novembro de 1808 um decreto do Príncipe-Regente resolveu permitir a concessão aos alienígenas, que no Brasil viessem residir, de datas de terra em sesmarias, nas mesmas condições em que eram concedidas aos seus vassalos, derrogando-se para êsse fim tôdas as anteriores disposições em contrário.

Como resultado de tão liberal disposição, não tardaram a servir-se dela muitos estrangeiros espontâneamente entrados no país, que assim

se tornaram proprietários de terras brasileiras, cultivando-as e legando-as, por morte, aos descendentes, cedo integrados na comunhão nacional. Europeus que fugiam às lutas napoleônicas, fixaram-se, então, no Brasil, e não só nas atividades urbanas, em que já os assinalamos no comércio e na indústria, mas também no campo, em arrabaldes citadinos e mesmo no interior.

Desde 1813, registrou John Luccock, estrangeiros, em número considerável, chegaram ao Brasil, vindos das antigas colônias espanholas da América do Sul; outros vieram da América do Norte, França, Inglaterra, Suécia e Alemanha. Felizmente, nem todos permaneceram na cidade do Rio de Janeiro. Os mais pobres, especialmente os que vinham das ilhas do Atlântico e que eram, em geral, agricultores, recebiam do govêrno ferramentas e utensílios de sua profissão e eram distribuídos por diferentes regiões do país. Algumas concessões lhes foram feitas (como a de não serem recrutados para o serviço militar da tropa de linha), e assim encontraram-se em posição de serem úteis os seus serviços e exemplos. Referia-se o viajante inglês aos açorianos, cuja vinda para o Brasil foi então novamente incentivada, providenciando-se a localização de muitos casais no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Minas Gerais e Pôrto Seguro (1).

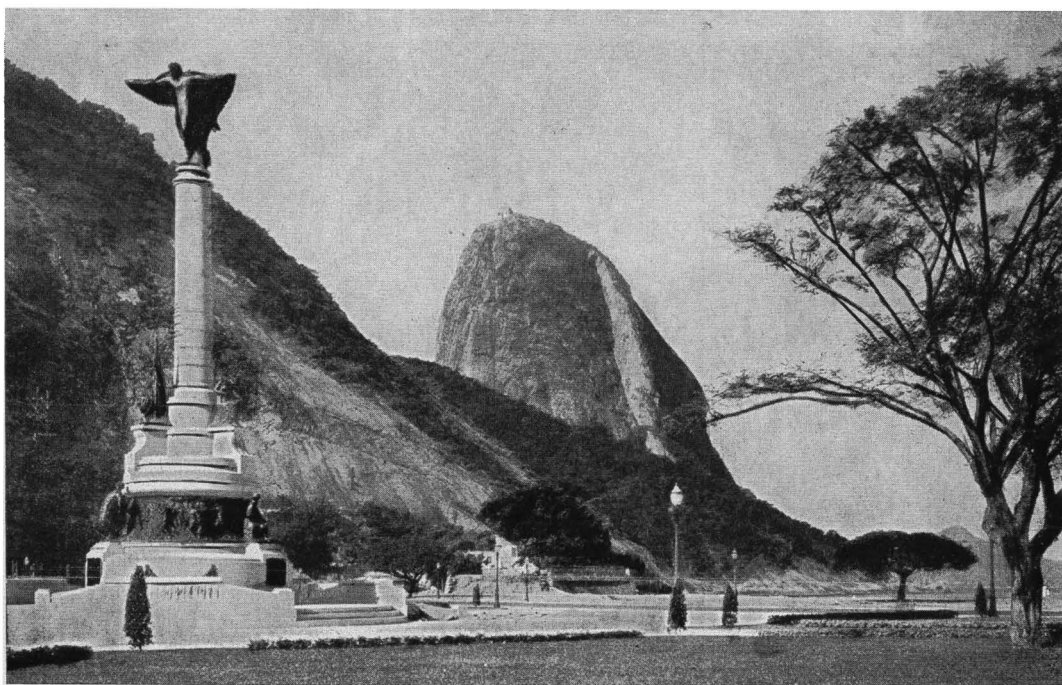
Os imigrantes estrangeiros que traziam alguns recursos — continuou Luccock — adquiriam pequenas propriedades rurais nas vizinhanças da cidade e abasteciam os seus mercados. Outros, encaminharam-se para as regiões sulinas ou para as zonas mais altas de Minas Gerais e São Paulo, onde encontravam um clima mais fresco e mais conveniente que o do Rio de Janeiro (2). Quanto aos suecos e alemães, merecem referências os técnicos que vieram para se empregar na nascente siderurgia brasileira, conforme já foi mencionado no capítulo respectivo.

Assim procedia o govêrno de D. João não só para beneficiar o Brasil, incrementando o povoamento, como em atenção ao problema da eventual diminuição da vinda de escravos africanos, tendo em vista o compromisso em 1810 assumido em um dos Tratados assinados com a Inglaterra, segundo o qual deveria restringir-se às possessões portuguêsas o referido tráfico, com a promessa de sua gradual abolição, "pela desvantagem que nasce da necessidade de introduzir e contìnuamente renovar uma estranha e factícia população, para entreter o trabalho e a indústria". Ainda mais fortes tornaram-se essas ameaças, com a política contrária à continuidade do comércio negreiro, aprovada pelo Congresso de Viena e em novos Convênios celebrados com a Inglaterra, em 1815 e posteriormente.

A êsse tempo, já havia o govêrno do Rio de Janeiro iniciado a imigração européia dirigida para o Brasil, mediante a criação, na Fazenda do Morro Queimado, na região fluminense de Cantagalo, em 1818, de

(1) Luís Gonçalves dos Santos (*Padre Perereca*) — *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*, reedição (Rio de Janeiro, 1943), vol. I, p. 401.

(2) John Luccock — *Notes on Brazil* (Londres, 1820), p. 546, apud Eduardo Prado — "Immigration", cap. de *Le Brésil en 1889* (Paris, 1889), transcrito em *Coletâneas*, vol. I (São Paulo, 1904), p. 150/151.

Monumento ao Almirante Francisco Manuel Barroso da Silva, Barão do Amazonas (1804-1882), vencedor da Batalha de Riachuelo, sito à praia do Russell, no Rio de Janeiro. Obra do escultor Correia Lima.

Monumento aos Heróis da Resistência da Colônia Militar de Dourados e aos da Retirada da Laguna, famosos episódios da luta no Sul da Província de Mato Grosso. Situado na Praia Vermelha, Rio de Janeiro.

Estátua eqüestre, no Rio de Janeiro, do Marechal-de-Exército Manuel Luís Osório, Barão, Visconde e Marquês do Erval (1808-1879), o mais popular dos Generais do Império, Patrono da Arma de Cavalaria. Trabalho do escultor Rodolfo Bernardelli.

Batalha de Campo Grande. Quadro de Pedro Américo, no Museu Imperial, de Petrópolis. A cena histórica mostra um momento em que estêve em perigo a vida do Marechal Conde d'Eu, quando o Capitão Almeida Castro, para protegê-lo, tentou segurar o cavalo em que ia montado o comandante em chefe das fôrças brasileiras.

uma colônia de suíços católicos procedentes do Cantão de Friburgo, que para êsse fim aqui enviou um agente, Sebastião Nicolau Gachet. Aprovada a vinda de 100 famílias e providenciado o seu transporte, estabelecimento e concessão de terras, mais de 2.000 suíços vieram para o país, e apesar das dificuldades iniciais e das onerosas condições em que se realizou, conseguiu prosperar a colônia, sendo em 1820 transformada a sua sede em Vila da Nova Friburgo. "Foi esta a primeira colônia de imigrantes não lusitanos organizada, dirigida e subsidiada pelo Estado", no Brasil (3).

Pela mesma época, alguns alemães criaram uma colônia agrícola na Bahia, mas, empregando largamente o trabalho servil, não pode a sua iniciativa incluir-se na história da imigração para o Brasil.

2 — *No Primeiro Reinado (1822/1831)*

No mesmo ano da Proclamação da Independência iniciou-se uma pequena e falhada tentativa de colonização alemã em Ilhéus, na Bahia.

Na Constituinte de 1823, discutindo-se a questão da religião a ser oficialmente adotada no país, surgiu o argumento de que, a respeito, o regime de liberdade era mais conveniente ao Brasil, inclusive por facilitar a afluência de imigrantes não católicos. Na Constituição por D. Pedro I outorgada ao nôvo Império, estabeleceu-se que embora fôsse o catolicismo a religião do Estado, seria entretanto permitida a prática de outros cultos, em edifícios destituídos de sinais exteriores de templos. Apesar da tolerância a propósito sempre vigente entre nós, muitas vêzes discutiu-se a matéria no Segundo Reinado, quanto à elegibilidade dos acatólicos, casamentos mistos, etc.

À influência da Imperatriz D. Leopoldina, nascida na Áustria, deve-se, em boa parte, o incremento da imigração alemã para o Brasil, durante o Primeiro Reinado. Seu amigo, o Major Antônio Schaeffer, por ela incentivado, e depois agentes consulares brasileiros, ativamente cuidaram, na Alemanha, de fomentar a vinda de alemães para o Brasil, católicos e protestantes, tendo em vista o engajamento no Exército imperial, onde foram bem recebidos por D. Pedro I, assim como destinados à agricultura.

Fundou-se, em 1824, no Rio Grande do Sul, a colônia de São Leopoldo, à margem do Rio dos Sinos. Excelentemente localizada, muito prosperou, propiciando a formação de várias outras, na mesma Província como na de Santa Catarina, estas inicialmente com menor êxito. Naquele mesmo ano, já três centenas de alemães haviam chegado a Nova Friburgo.

Não menos de 6.856 alemães entraram no Brasil, entre 1818 e 1830 (4). Dispensados do Exército os que, com os irlandeses, envolveram-se nos distúrbios cariocas de 1828, tornaram-se, por isso, suspeitos, determinando-se, em 1830, a suspensão de quaisquer despesas com a imigração

(3) J. Fernando Carneiro — "História da Imigração no Brasil — Uma Interpretação", no *Boletim Geográfico*, do Rio de Janeiro, ano VI, n.º 69, de dezembro de 1948, p. 1015.
(4) Eduardo Prado — *Op. cit.*, p. 160.

e a colonização. Mesmo entre aquêles militares, forçados ou de carreira, muitos permaneceram no país, inclusive ingressando na lavoura e exercendo outras atividades, apesar da situação de desconfiança a que ficaram sujeitos, sob as Regências.

Na Bahia e em Pernambuco também falharam, em dias do Primeiro Reinado, outras pequenas tentativas de colonização alemã, cada vez ficando mais evidenciada a maior possibilidade de seu florescimento no Sul do país ([5]).

3 — No Segundo Reinado (1831/1889)

a) *A imigração durante as Regências*

As dificuldades políticas que assinalaram a fase das Regências, que já se incluem no Segundo Reinado, impediram que continuasse, antes da Maioridade de D. Pedro II, o incremento da imigração para o Brasil.

Francamente hostilizados foram então os imigrantes portuguêses, em vários levantes da época. Como se localizassem principalmente nas cidades, ocupando-se de preferência no comércio a retalho, surgiram campanhas de opinião tendentes a proibir-lhes essa atividade, indo até à expulsão e cessação de sua recepção no país. Prolongou-se essa situação dos últimos dias do Primeiro Reinado até à Revolta Praieira, de Pernambuco (1848/1850), que encampou algumas reivindicações anti-lusitanas. Conseqüentemente, tornou-se insignificante, no citado período, o contingente português na imigração para o Brasil.

Também a afluência de alemães, bem iniciada ao tempo de D. Pedro I, sofreu idêntico colapso. Na Revolução Farroupilha (1835/1845), colonos germânicos e seus descendentes, protestantes e católicos, aliaram-se tanto aos governistas como aos revolucionários, participando do dissídio que então ensangüentou o Rio Grande do Sul.

Apesar das difíceis circunstâncias políticas apresentadas pelo país, não se deixou de legislar sôbre a matéria. É que, tendo cessado em 1830, de acôrdo com um convênio celebrado com a Inglaterra, a legalidade da importação de escravos africanos, necessários ao desenvolvimento agrícola do país, proibiu-a formalmente uma lei do ano seguinte, embora não dispusessem de fôrça para aplicá-la devidamente os sucessivos govêrnos regenciais. Todavia, como a substituição do trabalho servil pelo livre fôsse a natural conseqüência dessa situação legal, ficaram as Províncias autorizadas, pelo Ato Adicional à Constituição do Império, de 1834, a promover a fundação de núcleos coloniais. Simultâneamente, tentou reincentivar a imigração alemã para o Brasil o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho ([6]). "Ganhava terreno, no Império, a idéia de mão-de-obra branca para substituir

(5) J. Fernando Carneiro — *Op. cit.*, p. 1032.
(6) Helio Vianna — "Visconde de Sepetiba", biografia, nos *Estudos de História Imperial* (São Paulo, 1950), p. 62.

os cativos. Uma Sociedade Colonizadora formou-se em novembro de 1835, para o fim de proteger os imigrantes recém-chegados; de junho de 1836 a 31 de janeiro de 1839, conseguiu ela auxiliar a 2.508 dêsses colonos" (7).

b) *Experiência do sistema de parceria*

Sòmente, porém, depois da declaração da Maioridade do Imperador D. Pedro II (1840), pôde ser retomado o assunto, sob a pressão das divergências então agravadas entre o Brasil e a Inglaterra, por motivo da continuação do ilícito tráfico de africanos. Ocupando novamente a pasta dos Estrangeiros o Ministro Aureliano Coutinho, determinou providências que daí por diante produziram bons resultados, tornando contínua a afluência de trabalhadores estrangeiros ao país (8).

"Por essa época" — escreveu Calógeras — "um passo decisivo foi dado para iniciar a era do trabalho livre no Brasil. O Senador Nicolau Vergueiro, o mesmo estadista que fôra o guia do país em 1831 nos dias da abdicação de D. Pedro I, tentou o primeiro ensaio de uma colaboração branca, de iniciativa privada, baseada na parceria.

"Em sua Fazenda de Ibicaba, estabeleceu algumas dezenas de portuguêses com os quais entrou em acôrdo contratual: viagem, instalações, dinheiro para viver e custear sua lavoura, empréstimos até à primeira colheita produtiva de lucro, tal era o encargo do fazendeiro; tais gastos tinham de ser reembolsados pelo colono, e tirados dos lucros dêstes, sendo mínima a taxa de juros dos empréstimos consentidos. Deduzidos do valor bruto das colheitas todos êsses ônus, o líquido era dividido a meias entre os colonos e o dono da terra; ao primeiro era lícito ainda possuir algum gado e pequenas culturas de sua propriedade exclusiva. Aos poucos, melhoramentos insignificantes se fizeram em tal sistema, mas, em conjunto, permaneceram inalteradas as suas linhas diretoras. Tornou-se o tipo normal de colaboração. Dentro em dez anos, sessenta mil imigrantes adotaram-no em São Paulo, e o argumento mais eloqüente de sua aceitação é que, quando os colonos se enriqueciam, e, a seu turno, mandavam chamar novos imigrantes, para a lavrança de terras que haviam adquirido, adotavam o mesmo modo de agir para com seus novos colaboradores" (9).

Não fôra estabelecido sem dificuldades o nôvo sistema, no atual município paulista de Limeira. Sòmente a partir de 1847 é que, com o auxílio do govêrno imperial, mandou Vergueiro vir 80 famílias alemãs para suas fazendas, somando 400 pessoas. Em 1852 recebeu colonos suíços, e êstes, principalmente, é que em 1857 reagiram contra as condições de trabalho a que estavam sujeitos, rebelando-se contra elas. Um dêles, Thomas Davatz, relatou as ocorrências em livro, naturalmente parcial, mas que bem mostra as vantagens e os defeitos do sistema. A falta de fiscalização por parte do Estado permitia irregularidades e

(7) J. Pandiá Calógeras — *Formação Histórica do Brasil*, 4.ª edição (São Paulo, 1945), p. 187.
(8) Helio Vianna — *Op. cit.*, p. 87/88.
(9) J. Pandiá Calógeras — *Op. cit.*, p. 189/190.

abusos inegáveis, ao mesmo tempo que o inconveniente método do adiantamento das despesas tornava-o restritivo da liberdade de opção. Por outro lado, o elevado custo da vinda de imigrantes transformava a importação de braços livres em mau negócio para os seus promotores. Além disto, muitos imigrantes não se recomendavam por suas possibilidades de adaptação ao nôvo meio, ou simplesmente não eram agricultores e sim artesãos citadinos, não suscetíveis de se sujeitarem à vida do interior no Brasil ([10]). Decorreu de tudo isso a quase supressão da parceria, falhando assim essa tentativa de adoção de um regime de transição entre o trabalho escravo e o livre nas grandes fazendas de café das Províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Também no estrangeiro repercutiu o acontecimento, tendo aparecido em 1859, na Prússia, o chamado "rescrito de Heydt", proibindo no país o engajamento de imigrantes destinados ao Brasil. E embora em conseqüência muito tenha diminuído, depois dêle, a vinda de germânicos, ainda em 1883 podia o Comendador Vergueiro apresentar ao Príncipe Henrique da Prússia colonos alemães que colhiam em Ibicaba 3.000 e 4.000 arrôbas de café, obtendo assim uma renda de 15 a 20 contos de réis por ano. Entretanto, sòmente em 1896 foi revogada aquela proibição ([11]).

c) *Imigração e colonização alemã*

A imigração alemã para o Brasil imperial, bem iniciada no Primeiro Reinado, teve no período de govêrno pessoal de D. Pedro II o seu fastígio, com a fundação e o florescimento de centros coloniais como Petrópolis, Blumenau, Joinville e outros.

Excepcional foi a organização e a manutenção do primeiro, destinado a transformar-se no mais importante centro de veraneio do país e um dos vários núcleos industriais do Brasil. Tendo sido o govêrno provincial fluminense autorizado a contratar a vinda de colonos, foram feitas várias concessões a respeito, assentando-se, em 1844, a remessa de 600 casais de alemães para trabalhar na nova Colônia de Petrópolis. Como, em vez de casais viessem famílias, no total de 2.303 pessoas, determinou D. Pedro II ao Mordomo Paulo Barbosa da Silva que oferecesse as suas terras de Petrópolis para que nelas se estabelecessem logo os mesmos colonos, visto que se destinavam à reconstrução da estrada da Serra da Estrêla. Fundada, assim, sob os auspícios do Imperador, a nova colônia, prosperou ela, inicialmente sob a direção do Engenheiro Júlio Frederico Koeler ([12]). Distribuídas por aforamento as suas terras, adotada como estação climática, depois de construído, nela, o Palácio Imperial, tornou-se Petrópolis uma segunda capital do Brasil, até hoje singularmente marcada por sua origem alemã.

Simultâneamente, outras realizações felizes ocorriam em Santa Cata-

---

(10) Thomas Davatz — *Memórias de um Colono no Brasil* (São Paulo, 1941), trad., passim.
(11) J. Fernando Carneiro — *Op. cit.*, p. 1022.
(12) Helio Vianna — *Op. cit.*, p. 112/113 e 115.

rina. Depois de algumas experiências coloniais no Vale do Itajaí, nêle se estabeleceu em 1850, fundando o núcleo que teve o seu nome, o Dr. Hermann Blumenau. Tendo explorado a região de que obtivera concessão, foi à Alemanha angariar imigrantes, selecionando-os entre lavradores e artífices necessários ao nôvo centro. Vencidas as dificuldades iniciais, localizou-os devidamente, conseguindo aproveitar todos os recursos da terra. Prosperando a iniciativa particular, foi ela oficializada em 1860. A afluência de novos imigrantes, atraídos pelo progresso da colônia, fêz com que se expandisse sua zona de influência, transformando-a em modelar, como no Rio Grande do Sul acontecera à de São Leopoldo. Assim, em 1883, trinta e três anos depois da fundação, ao ser instalado o município resultante da emancipação da colônia, sua população era de 19.000 habitantes, o que constitui extraordinário crescimento para a época ([13]).

Outro centro colonial alemão de importância foi o de Joinville, em 1851 fundado por iniciativa do Príncipe francês dêsse título, casado com a Princesa brasileira D. Francisca, cujo nome foi dado à nova colônia do norte catarinense. Progrediu o empreendimento confiado à Sociedade Colonizadora de Hamburgo. Como o núcleo de Blumenau, também êste serviu de ponto de apoio para outros que alcançaram o interior, no caso São Bento, Hansa, Hammonia e Jaraguá. Vila em 1866, já em 1877 passou Joinville à categoria de cidade ([14]).

Enquanto se verificava o crescimento das colônias alemãs de Santa Catarina, não permaneciam sem progredir as do Rio Grande do Sul. Em tôrno de São Leopoldo outras se formaram, como Nôvo Hamburgo, ainda na baixada entre os Rios Guaíba e Jacuí e a serra. Esta, seria a zona predileta da colonização italiana, subseqüente à alemã, no Estado sulino, logo após a proclamação da República ([15]).

Para verificação do significado demográfico da imigração alemã durante o Segundo Reinado, basta assinalar que entre 1838 e 1884 entraram no Brasil 71.247 imigrantes teutos. Daí existirem, em 1889, cêrca de 250.000 brasileiros de origem germânica no país, a maioria dos quais já integrada na vida social brasileira ([16]). Se entre aquêles figuraram homens realmente superiores, como o naturalista Fritz Mueller, por exemplo, entre êstes aparecem vários dos mais representativos vultos do país, na política, nas letras, ciências e artes do último meio século. Episódios como o do fanatismo dos *mukers*, em São Leopoldo, destoam exatamente por sua excepcionalidade. Deve-se ao zêlo sempre demonstrado pela instrução nas colônias alemãs, o seu mais elevado índice de progresso.

---

(13) Max Tavares d'Amaral — *Contribuição à História da Colonização Alemã no Vale do Itajaí* (São Paulo, 1950), p. 7/35.

(14) Oswaldo R. Cabral — *Santa Catarina. História. Evolução* (São Paulo, 1937), p. 152/167.

(15) Orlando Valverde — "Excursão à Região Colonial Antiga do Rio Grande do Sul"; na *Revista Brasileira de Geografia,* do Rio de Janeiro, ano X, n.° 4, de outubro-dezembro de 1948, p. 477/528.

(16) Eduardo Prado — *Op. cit.,* p. 161 e 165.

d) *Legislação e renovação da política imigratória*

Desde o princípio a legislação brasileira, geral e provincial, relativa à colonização a ser realizada por imigrantes estrangeiros estabelecia a proibição do trabalho conjunto de escravos e homens livres. A extinção do tráfico de africanos, em 1850, veio fortalecer a necessidade do incremento da imigração, como verdadeira exigência do desenvolvimento do país. Constituiu, portanto, verdadeiro entrave a essa política, a disposição incluída na lei daquele mesmo ano, segundo a qual ficavam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não fôsse o de compra. Tratava-se, na opinião do Sr. J. Fernando Carneiro, de significativa reação dos latifundiários, naturais inimigos da colonização. Criando-se, em 1854, a Repartição Geral das Terras Públicas, que deveria ser o órgão de defesa e de distribuição das terras do Império, nem por isso diminuiu o sistema de apropriação, pelos particulares, das terras devolutas, com a conseqüente formação de latifúndios ([17]).

Apesar de tudo, inclusive dos exageros sôbre o clima e as endemias, prosseguia a imigração, sempre pessoalmente favorecida pelo Imperador D. Pedro II. Em Juiz de Fora, por iniciativa de Mariano Procópio Ferreira Laje outro núcleo colonial se formou, constituído por imigrantes alemães e austríacos. Entre 1856 e 1872 a média das entradas manteve-se em tôrno de 10.000 imigrantes por ano, tornando-se menor durante a Guerra com o Paraguai. A *Lei do Ventre Livre,* de 1871, apressando o fim da escravatura no país, veio chamar novamente a atenção para o problema.

Pouco antes, começou a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, partidária mais da importação de braços que de colonos, a discutir a conveniência da vinda de trabalhadores chineses para o Brasil. Embora o assunto interessasse a muitos políticos e estudiosos da época, foi mais tarde formalmente repelido por forte corrente de opinião. Uma Sociedade Central de Imigração, de que foi principal figura o deputado e senador Visconde de Taunay, continuou a defender a boa doutrina, do incremento da entrada de trabalhadores europeus, mais úteis e assimiláveis.

Restrições à imigração para o Brasil apareciam, entretanto, na Europa, de tempos em tempos. Assim, em 1871 tornou-se extensiva a todo o Império Alemão a proibição contida no citado rescrito prussiano de Heydt. Circulares ministeriais da França e da Inglaterra também procuraram desviar do Brasil os seus emigrantes. Aqui mesmo, em 1881, suprimiu um Ministro da Agricultura os subsídios concedidos à imigração, causando temporária crise. Afinal, em 1889, o chamado Regulamento Crispi, da Itália, procurou ferir o grande aumento, então verificado, da imigração italiana para o nosso país.

Apesar de tudo isso, crescia, em índices satisfatórios, a afluência de trabalhadores estrangeiros para o Brasil. Assim, entre 1873 e 1886, dobrou a anterior média de entradas, que passou a 21.771 por ano, sòmente

(17) J. Fernando Carneiro — *Op. cit.,* p. 1.023/1.024.

no Rio de Janeiro. Desde 1873 o número de imigrantes italianos passou a ser maior que o de portuguêses, que até então detinham o primeiro lugar, embora não devam ser considerados, rigorosamente, como colonos, visto que se não destinavam, em geral, à lavoura, e sim às atividades urbanas e comerciais, principalmente. Modificando-se, em 1879, a legislação anterior, subiram as entradas de imigrantes, em todo os portos, de 22.423, em 1878, para quase 55.000, em 1887. Com a abolição da escravatura, o salto foi ainda maior: sòmente no Rio de Janeiro e em Santos entraram, em 1888, 131.268 imigrantes ([18]).

Para êsse resultado muito trabalharam os homens mais clarividentes do Império, que bem perceberam, diante do movimento abolicionista, a necessidade de ser incentivada a imigração. Fundou-se, em São Paulo, uma Sociedade Promotora da Imigração, que dirigida pelo fazendeiro Martinho Prado Júnior muito contribuiu para aquêle resultado. Legislaram, a respeito, as Províncias de São Paulo e Minas Gerais. Criaram-se, no Rio de Janeiro, São Paulo e Juiz de Fora, hospedarias para imigrantes. Na Europa, foi Superintendente dos Serviços de Imigração o Conselheiro Antônio da Silva Prado, ex-Ministro da Agricultura e dos Negócios Estrangeiros.

O aumento da produção de café, tornado possível pela afluência de imigrantes italianos, não sofreu alteração sensível com a abolição da escravatura, a não ser nas regiões menos favoráveis aos trabalhadores livres, como a Província do Rio de Janeiro. Assim, graças, em grande parte, ao oportuno fomento da imigração, não ocorreu, em seguida à *Lei Áurea,* de 13 de maio de 1888, a grande crise econômica esperada pelos pessimistas.

Outras conseqüências também teve, entre nós, a imigração intensiva de colonos estrangeiros, e não de pequena importância. Tais foram, por exemplo, a dignificação do trabalho manual, aviltado pela escravidão, a introdução de certos tipos de veículos rurais e de instrumentos agrícolas europeus, de novos métodos de utilização de animais, etc. ([19]).

(18) Eduardo Prado — *Op. cit.,* p. 194/197.
(19) J. Fernando Carneiro — *Op. cit.,* p. 1.036/1.037.

LXII

POLÍTICA EXTERIOR DO SEGUNDO REINADO

1 — Política Exterior das Regências (1831/1840)

Durante as Regências, a fraqueza de nossas condições políticas internas haveria de condicionar idêntica fragilidade em nossas posições internacionais. Além de inoportuno incidente com a Santa Sé, motivado pela desaprovação papal à indicação de um Bispo para o Rio de Janeiro, registraram-se, nas fronteiras do Norte, verdadeiras incursões de estrangeiros, visando a sua posse definitiva, enquanto no Sul renovava o Uruguai antigas pretensões espanholas.

a) *Primeira questão com a Santa Sé*

Estabelecia a Constituição de 1824 que a religião oficial do Brasil seria a católica apostólica romana, embora fôsse permitida a existência de outras no país. Herdado de Portugal, vigorava nas relações com a Santa Sé o regime chamado do *padroado,* pelo qual competia ao govêrno brasileiro a indicação dos sacerdotes que deveriam ser nomeados para os principais cargos eclesiásticos do Império. Em conseqüência, o clero era pago pelo Estado, sendo, de certo modo, equiparado ao funcionalismo público. Além disto, as bulas e breves dos Papas só teriam aplicação no Brasil quando houvessem obtido o beneplácito imperial.

O funcionamento dêsse regime não deixaria de produzir conflitos, sobretudo porque o Vaticano não concordava com a *placitação,* isto é, com aquela aprovação dos atos emanados do Sumo Pontífice.

A primeira questão entre o Brasil e a Santa Sé foi a relativa à indicação, feita pela Regência Trina Permanente, no sentido de ser nomeado Bispo do Rio de Janeiro o Padre Antônio Maria de Moura, que antes havia tomado uma atitude inconveniente, por se haver mostrado favorável, como político, à abolição do celibato dos sacerdotes. Roma, naturalmente, não aprovou a sugestão de seu nome, e a Regência, pouco depois ocupada pelo Padre Feijó, que no Primeiro Reinado havia tido atitude idêntica à do Padre Moura, quase chegou a romper relações com o Papa. Terminou a questão com a desistência do referido cargo pelo sacerdote em causa.

b) *Questões fronteiriças*

Aproveitando-se da fraqueza dos governos regenciais, apesar da vigência do Tratado de Utrecht, de 1713, que estabelecia a fronteira pelo Rio Oiapoque, em 1835 invadiram os franceses o Amapá, aí indèbitamente permanecendo por cinco anos, durante os quais com dificuldade apenas conseguimos discutir os nossos inegáveis direitos à região.

Da mesma forma, em 1838 penetraram os inglêses em território nosso, sob pretexto de exploração científica almejando a extensão de sua Guiana até o Alto Rio Branco, quando tôda aquela parte da bacia amazônica há muito tempo estava garantida ao Brasil.

Em 1837 esperando beneficiar-se com as vicissitudes enfrentadas pela Regência Una, mandou Manuel Oribe, Presidente do Uruguai, que seu Encarregado de Negócios no Rio de Janeiro, Carlos Q. Villademoros, preliminarmente tentasse a revalidação do Tratado de Santo Ildefonso, quanto à fronteira com o Brasil, o que importaria na devolução dos Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai, pelos luso-brasileiros justamente conquistados na Guerra de 1801. Embora as verdadeiras pretensões uruguaias não ultrapassassem o limite pelo Rio Ibicuí, reconhecendo também ao Brasil o direito à divisa pelo Jaguarão, não duvidou o plenipotenciário cisplatino apresentar a idéia do recebimento de uma indenização pelas regiões ocupadas, no que foi, aliás, desautorizado por seu govêrno.

Rejeitadas, pelo Brasil, as referidas propostas, outras foram apresentadas no ano seguinte, com idêntico insucesso, pelo nôvo Encarregado de Negócios do Uruguai, Coronel José Maria Reyes (1).

Prenunciando futuras complicações, duas vêzes celebraram convênios os *farroupilhas* revoltados do Rio Grande do Sul e o caudilho uruguaio Frutuoso Rivera (2). Renunciando Oribe à presidência legal do Uruguai, não foram recebidos pelo govêrno regencial dois agentes dos revolucionários enviados ao Rio de Janeiro (3).

2 — *Política Exterior de D. Pedro II (1840/1889)*

Subindo o Imperador D. Pedro II ao trono, em 1840, uma das primeiras questões internacionais que no seu Reinado teve de enfrentar foi a do tráfico de negros africanos para o Brasil. Nela entrou o país em conflito com a Inglaterra, que por processos arbitrários pretendia obstar a continuidade da importação da mão-de-obra necessária ao desenvolvimento agrícola do Império. O assunto foi, como vimos na unidade LVIII desta *História,* resolvido por iniciativa do próprio govêrno brasileiro.

Coube ao Segundo Reinado a pior fase das relações diplomáticas do

(1) Eduardo Acevedo — *Anales Históricos del Uruguay* (Montevidéu, 1933), tomo I, p. 478/479; Juan E. Pivel Devoto — Alcira Ranieri de Pivel Devoto — *História de la República Oriental del Uruguay (1830-1930)*, p. 91/93.

(2) J. M. Fernandes Saldaña — "Tratado de Piratiny — 1838", nos *Anais do III Congresso Sul-Rio-Grandense de História* (Pôrto Alegre, 1940), 1.º vol., p. CDXXXI/CDXXXIX.

(3) Raul Adalberto de Campos — *Relações Diplomáticas do Brasil (1808/1912)*, (Rio, 1913), p. 216/217.

Brasil com as nações platinas. Mais do que contra a Argentina, o Uruguai e o Paraguai, foram contra os governos de Juan Manuel de Rosas, Atanásio Cruz Aguirre e Francisco Solano López, as campanhas militares que teve de empreender. As duas primeiras foram aliás solicitadas e mesmo iniciadas por elementos políticos dos dois países, a terceira mantida em resposta a uma insólita agressão. Nos três casos não pleiteou o Império qualquer vantagem territorial pela sua participação nos custosos conflitos. Serão estudados nas três unidades seguintes a esta.

A segura orientação que o govêrno de D. Pedro II pôde seguir nas diferentes questões platinas foi devida, em grande parte, à lealdade de suas atitudes. O Imperador, o Conselho de Estado, os chefes de Missões Extraordinárias, que foram, quase todos, Ministros de Estrangeiros (o Visconde de Sinimbu, os Marqueses de Abrantes e Paraná, os Viscondes de Abaeté e Uruguai, o Marquês de São Vicente, o Visconde do Rio Branco, os Conselheiros José Antônio Saraiva e Francisco Otaviano de Almeida Rosa, o Barão de Cotegipe), bem como os diplomatas de carreira envolvidos nos acontecimentos e negociações — todos êsses agentes da soberania brasileira souberam mantê-la devidamente, por mais difíceis que se lhes tivessem apresentado as circunstâncias. As divergências partidárias registradas na vida política do Império também não influíam na direção dos negócios externos, assunto em que eram sempre solidários conservadores e liberais, coordenados pelo Imperador e pelo Conselho de Estado.

Para a boa solução dessas questões, contou o Império com um corpo diplomático constantemente aprimorado, inclusive por uma reforma devida ao segundo Ministério do Marquês de Paraná.

Apesar da singularidade da posição do Brasil no continente como única monarquia, repetidas vêzes manifestou o Império o seu apoio às tentativas de ação conjugada dos países da América, manifestando-lhes sua solidariedade em ocasiões oportunas, como, por exemplo, protestando quando do bombardeio espanhol do pôrto chileno de Valparaíso.

Como demonstração do prestígio então alcançado pelo Brasil, basta lembrar que várias vêzes foi o Imperador D. Pedro II, por intermédio de seus Ministros Plenipotenciários, escolhido árbitro em relevantes questões internacionais.

Como maiores provas do mérito de um corpo diplomático que contava, sob a fiscalização direta do monarca, com elementos da importância dos já citados, a êles ainda podemos ajuntar os nomes dos Viscondes de Almeida, Arinos, 2.º de Barbacena, 2.º de Cabo Frio, Itajubá, Ourém, Pôrto Seguro (o historiador Varnhagen), Santo Amaro, Rio Grande e São Salvador dos Campos; dos Barões de Alencar, Aguiar de Andrada, Alhandra, 2.º de Cairu, Carvalho Borges, 2.º de Itajubá, Itamaracá, Jaceguai, Japurá, Javari, Penedo, Ponte Ribeiro, Santo Ângelo e, afinal, do Rio Branco, título que não completa apenas uma lista, mas, sem dúvida, tôda uma tradição de servidores do Brasil em suas relações exteriores [4].

(4) Helio Vianna — *História Diplomática do Brasil* (São Paulo, 1958), p. 98/100.

3 — *Questões Platinas*

a) *Primeira questão platina*

As questões platinas, em que, pela quarta vez no século XIX, estêve envolvido o Brasil, tiveram origem na especial situação apresentada pela Argentina e Uruguai, no primeiro decênio do govêrno pessoal de D. Pedro II. Enquanto à margem direita do Rio da Prata ia-se firmando o poderio de Rosas, à margem esquerda sucediam-se as agitações ligadas às mudanças de Presidentes. Os processos de repressão postos em prática por aquêle ditador faziam com que seus adversários emigrassem em massa para o Estado Oriental, preparando futuros dissídios. Assim, em uma população total que não ia além de 75.000 habitantes, dos quais talvez um têrço de luso-descendentes, houve uma afluência de 14.000 exilados portenhos. Dessa variedade demográfica, aliada a diferentes atitudes políticas, resultaram muitas complicações. Na própria Argentina, onde os processos de govêrno eram dos mais violentos, chegaram a França e Inglaterra a intervir, tendo em vista evitar a continuação de suas lutas.

Diante dessa situação, cumpria ao Brasil garantir, simultâneamente, a independência do Uruguai, de acôrdo com a Convenção Preliminar de Paz, de 1828, e a liberdade de navegação dos rios platinos, imprescindível ao acesso da Província de Mato Grosso. Uma e outra encontravam-se positivamente ameaçadas pelo govêrno de Rosas, que, além de sustentar pelas armas a pretensão de Oribe, de voltar ao poder que havia abandonado, protestou contra o reconhecimento, pelo Brasil, da existência soberana do Paraguai.

A Guerra entre a Argentina e o Uruguai, que as mencionadas potências européias não conseguiram impedir, interessava, portanto, e profundamente, ao nosso país. Sucessivas discussões diplomáticas, provocadas pelo representante de Rosas no Rio de Janeiro, General Tomás Guido, a propósito da situação uruguaia, levaram o seu país ao rompimento de relações com o Império.

A repercussão dêsses acontecimentos era particularmente intensa no Rio Grande do Sul, cuja fronteira os partidários de Oribe não duvidavam invadir, preando gado e assaltando estâncias, de modo a provocar as represálias organizadas por Francisco Pedro de Abreu, Barão de Jacuí, as chamadas "califórnias", que nem mesmo o Tenente-Coronel Manuel Luís Osório, Comandante do 2.º Regimento de Cavalaria, conseguiu evitar.

Resolvido o govêrno imperial a pôr têrmo a essa situação, entrou em negociações com o de Montevidéu e o General Justo José de Urquiza, Governador de Entre-Rios, então rebelado contra Rosas, tendo em vista obter, inicialmente, a derrota de Oribe. Com o apoio, também, da Província argentina de Corrientes, assinou naquela capital, a 29 de maio de 1851, uma Convenção, em conseqüência da qual entraram no Uruguai as fôrças brasileiras comandadas pelo Marechal-de-Campo Conde de Caxias, Presidente e Comandante das Armas do Rio Grande do Sul.

Fugindo à luta, preferiu Oribe entregar-se a Urquiza, o que encerrou a primeira parte da campanha.

Tendo Rosas declarado guerra também ao Brasil, nôvo Convênio foi celebrado entre aquelas partes, a 21 de novembro do mesmo ano, visando levar à Argentina a ação da referida aliança.

Retomadas as operações militares, com a Passagem de Tonelero, no Rio Paraná, efetuada por uma Divisão Naval brasileira, e a Batalha de Caseros, vencida pelos aliados, a 3 de fevereiro de 1852, foi derrubada a ditadura de Rosas, organizando-se um govêrno chefiado por Urquiza, que reatou relações com o Brasil.

Em 1856, um Tratado de Amizade, Comércio e Navegação regulou, em sólidas bases, êsses importantes assuntos do Brasil e Argentina.

b) *Segunda questão platina*

A situação política do Uruguai não se tornou mais tranqüila depois da derrota de Oribe. Freqüentes agitações determinaram a necessidade de novos auxílios brasileiros, que entretanto não conseguiram restabelecer a normalidade.

Estava no govêrno o partido *blanco* quando outras incursões passaram a ser feitas em território do Rio Grande do Sul, sofrendo assaltos as estâncias brasileiras situadas de um e outro lado da fronteira. Reclamando o Império contra sucessivos incidentes, sem que obtivesse quaisquer respostas satisfatórias, foi mandado a Montevidéu, em Missão Especial, em 1864, o Conselheiro José Antônio Saraiva. Apesar de sua boa vontade e esforços para conseguir uma solução pacífica, não alcançou bom êxito, visto que o Presidente do Uruguai, Atanásio Cruz Aguirre, contava com uma intervenção do Paraguai a seu favor, e, assim, nada quis ceder, nem mesmo ratificando condições antes aceitas.

Conseqüentemente, registraram-se o rompimento de relações com o Império e a invasão do território uruguaio por fôrças brasileiras, que, juntamente com a esquadra, prestaram auxílio ao chefe do partido *colorado,* Venâncio Flores, então em luta contra os *blancos.* Não tardou que vencessem, investindo-se do poder o referido político, que deu ao Brasil as satisfações exigidas, restabelecendo-se as interrompidas relações [5].

Quando terminou a questão com o Uruguai, já se encontrava o Império em luta contra o govêrno do ditador paraguaio Francisco Solano López, conforme será estudado na unidade LXV desta *História do Brasil,* dedicada à mais longa e difícil de nossas guerras externas.

4 — Questão Christie

Além das divergências suscitadas pela questão do tráfico de africanos e da pretendida renovação de seu vantajoso Tratado de Comércio, que estudamos na unidade LVIII desta *História,* outras sustentou o Império do Brasil contra a Inglaterra, algumas, aliás, baseadas em mo-

(5) Helio Vianna — *História Diplomática do Brasil,* cit., p. 103/105.

tivos de ordem exclusivamente pessoal, isto é, arbitrárias atitudes assumidas por seu Ministro no Rio de Janeiro, William Dougal Christie. Dois pequenos incidentes, que poderiam ser satisfatòriamente resolvidos sem dificuldade, levaram o país a romper relações com aquela potência européia, pela inabilidade e violência com que quis resolvê-los o referido diplomata.

O primeiro caso originou-se na pilhagem, na costa do Rio Grande do Sul, da carga de uma embarcação inglêsa aí naufragada em 1861. Apesar de terem as autoridades brasileiras tomado tôdas as providências para o necessário inquérito, conseguiram fugir para o estrangeiro os responsáveis pelo roubo.

O segundo incidente, simples ocorrência policial, verificou-se no Rio de Janeiro, no ano seguinte. Dois oficiais da marinha britânica, embriagados e à paisana, desrespeitaram uma autoridade brasileira, foram presos, e, logo depois de conhecida sua condição militar, postos em liberdade.

Juntando os dois episódios, exigiu Christie o pagamento imediato de indenização pelo primeiro e amplas satisfações pelo segundo, inclusive a punição dos funcionários que julgava responsáveis. Não acedendo o govêrno imperial às exigências do diplomata, determinou êste que navios inglêses apresassem, fora do pôrto do Rio de Janeiro, algumas embarcações mercantes brasileiras.

O fato provocou, nos primeiros dias de 1863, enorme agitação popular, que só não chegou a produzir lamentáveis conseqüências pela atitude então assumida pelo Imperador D. Pedro II, que tomou sob sua responsabilidade a honrosa solução do incidente. Determinando que se pagasse, sob protesto, a indenização pedida, pois o Brasil não discutia questões de dinheiro quando se tratasse da honra nacional, mandou que o nosso Ministro em Londres, Francisco Inácio de Carvalho Moreira, depois Barão do Penedo, pedisse satisfações ao govêrno inglês, pela ação de seu agente no Rio de Janeiro, aliás prontamente removido do cargo. Não julgando satisfatórias as explicações que lhe foram dadas, rompeu o Brasil relações com a Inglaterra, deixando a sua capital o nosso representante e recebendo passaportes o substituto de Christie junto à Côrte de São Cristóvão.

Reconhecendo, porém, o govêrno brasileiro, a origem puramente pessoal do conflito, e levando em conta a antiga amizade brasileira e portuguêsa com a Inglaterra, admitiu, pouco depois, que o caso fôsse decidido por arbitramento do Rei dos Belgas, aliás tio e conselheiro da soberana inglêsa, a Rainha Vitória.

O laudo de Leopoldo I foi inteiramente favorável ao Brasil, motivo pelo qual, reconhecendo a Inglaterra a precipitação com que agira o Ministro Christie, incumbiu o Ministro Edward Thornton de apresentar a D. Pedro II as escusas do govêrno de Sua Majestade Britânica.

Encontrava-se o Imperador do Brasil em Uruguaiana, em plena guerra com o Paraguai, em 1865, quando foi procurado pelo agente inglês,

que aí mesmo deu cumprimento à sua missão, reatando-se as relações com a Inglaterra, ficando inteiramente desfeito o incidente que dera causa ao rompimento.

5 — Questões fronteiriças

Além dos dominantes aspectos platinos que a política exterior do Brasil foi forçada a manter, durante boa parte do Segundo Reinado, outros também teve de enfrentar, interessantes à defesa e fixação de nossas fronteiras terrestres e marítimas.

Um dêles, e dos mais importantes, foi o relativo à navegação dos grandes rios da bacia amazônica, resolvido depois de intensa campanha de opinião e reivindicações diplomáticas dos países ribeirinhos, e mesmo dos Estados Unidos da América. A abertura daquelas vias fluviais à livre navegação internacional foi afinal concedida pelo Brasil, em 1866, para ter início no ano seguinte.

Quanto à fronteira marítima, ficou evidenciada a precariedade de sua defesa por ocasião das pendências sustentadas contra a Inglaterra, a propósito da abolição do tráfico de escravos africanos para o Brasil, e quando tivemos de encarar as possíveis conseqüências bélicas do incidente provocado pelo Ministro Christie.

Relativamente às questões fronteiriças tratadas durante o govêrno de D. Pedro II, já aludimos às dificuldades surgidas ao tempo das Regências, referentes às incursões de franceses e inglêses fora dos legítimos limites de suas Guianas.

Para discutir a questão do Amapá, com a França, foram entabuladas negociações no Rio de Janeiro, em 1841/1842, e em Paris, 1846 e 1854, tôdas, porém, sem resultados definitivos. Quanto à zona do Pirara, desde 1843 concordou o Império em sua neutralização, relegando para tempos melhores a solução dêsse dissídio com a Inglaterra.

Com os países sul-americanos, a base para todos os estabelecimentos de linhas divisórias, durante o Segundo Reinado, foi a anterior ocupação efetiva. Assim se fêz no Tratado celebrado com o Uruguai, em 1851; nos acôrdos com o Peru, nesse mesmo ano e em 1874; no Tratado com a então República de Nova Granada (depois Colômbia), em 1853; no Tratado firmado com a Venezuela, em 1859; noutro assinado com a Bolívia, em 1867. Uma questão mais delicada, a do território de Palmas, impròpriamente chamado das Missões, com a Argentina, deixou-a o Império encaminhada para o arbitramento, em 1889.

Completando essa política, tiveram cuidadosos encarregados as demarcações de limites, distinguindo-se, entre êsses abnegados servidores do país, os Barões de Capanema, Ladário, Tefé e Parima, e o Visconde de Maracaju [6].

---

(6) Helio Vianna — *História Diplomática do Brasil*, cit., p. 106/109. — Além das questões internacionais aqui citadas, outra divergência manteve o Império com a Santa Sé, a propósito da questão religiosa de 1872/1875. Será estudada na unidade LXVI desta *História do Brasil*, no capítulo relativo à "Missão do Barão do Penedo em Roma".

LXIII

INTERVENÇÕES E CAMPANHAS CONTRA ORIBE E ROSAS

1 — Antecedentes da primeira intervenção brasileira no Uruguai

Depois da primeira presidência constitucional do Uruguai, que coube a Frutuoso Rivera, ocupou o cargo o General Manuel Oribe, contra o qual se revoltou o antecessor, o que deu origem aos dois partidos tradicionais do país, o *blanco* e o *colorado,* êste o dos revoltosos, aquêle o do govêrno.

Ocorrendo, pela mesma época, no Rio Grande do Sul, a Revolução Farroupilha, interessava ao Brasil a manutenção da paz interna do Uruguai, a fim de que Rivera não continuasse em entendimentos com os *farrapos.* Entretanto, atendendo a uma sugestão do ditador da Confederação Argentina, Juan Manuel de Rosas, renunciou Oribe à presidência uruguaia, o que permitiu a volta ao poder de seu competidor. Declarando-se, por sua vez, em revolta, pretendeu Oribe retomar o govêrno, para isso contando com o auxílio argentino, o que motivou a declaração de guerra do Uruguai à Confederação, seguida, pouco depois, do bloqueio do pôrto de Montevidéu, ao mesmo tempo cercada por terra. Nada menos de dez anos durou a chamada *Guerra Grande,* contra a qual pouco adiantaram os esforços pacificadores da Inglaterra, França e Brasil, que apenas conseguiram atenuar as conseqüências do bloqueio, que aliás Rosas não tinha elementos para tornar efetivo.

Assim, em 1843, foi mandado a Montevidéu, como Enviado brasileiro, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, que tendo declarado, preliminarmente, que o nosso país não reconhecia o referido bloqueio, nada conseguiu de útil. E no ano seguinte, a fim de negociar um plano de ação conjunta, com a Inglaterra e a França, nos negócios do Prata, foi à Europa outro emissário nosso, o Visconde (depois Marquês) de Abrantes, que também nada obteve a respeito, pela má vontade daquelas potências.

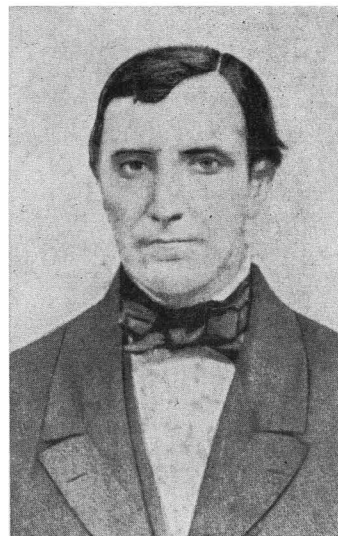
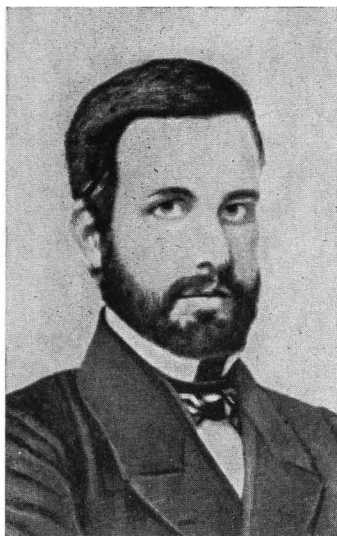
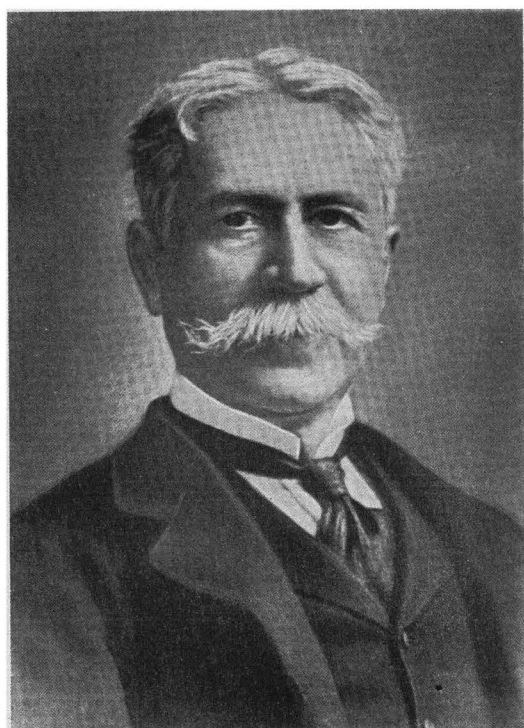
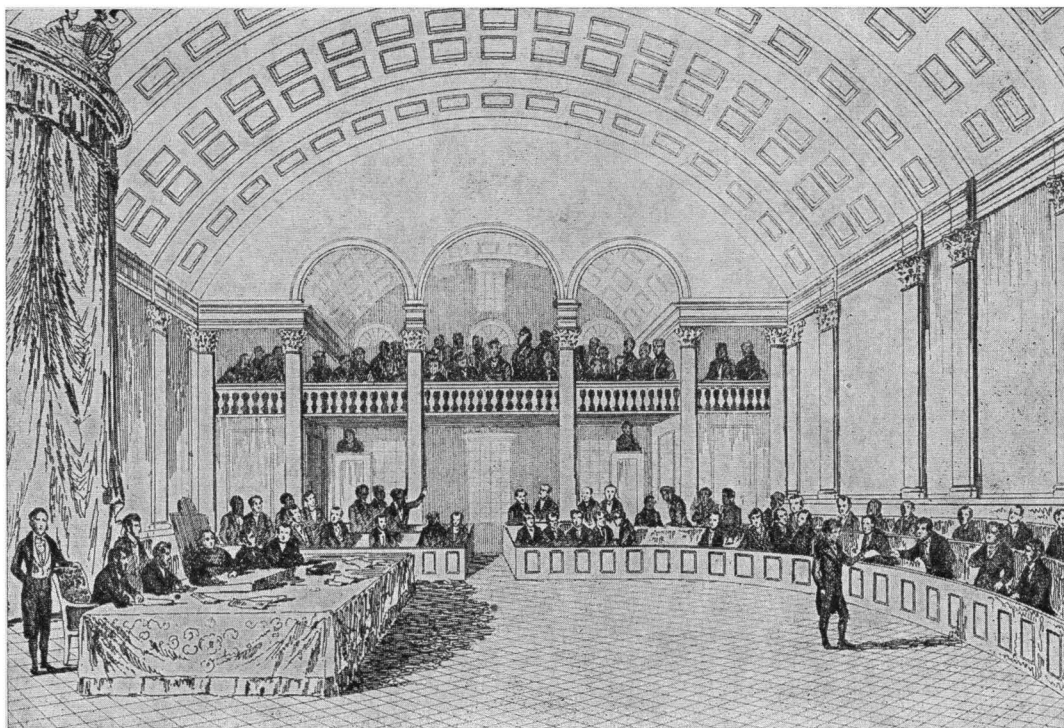
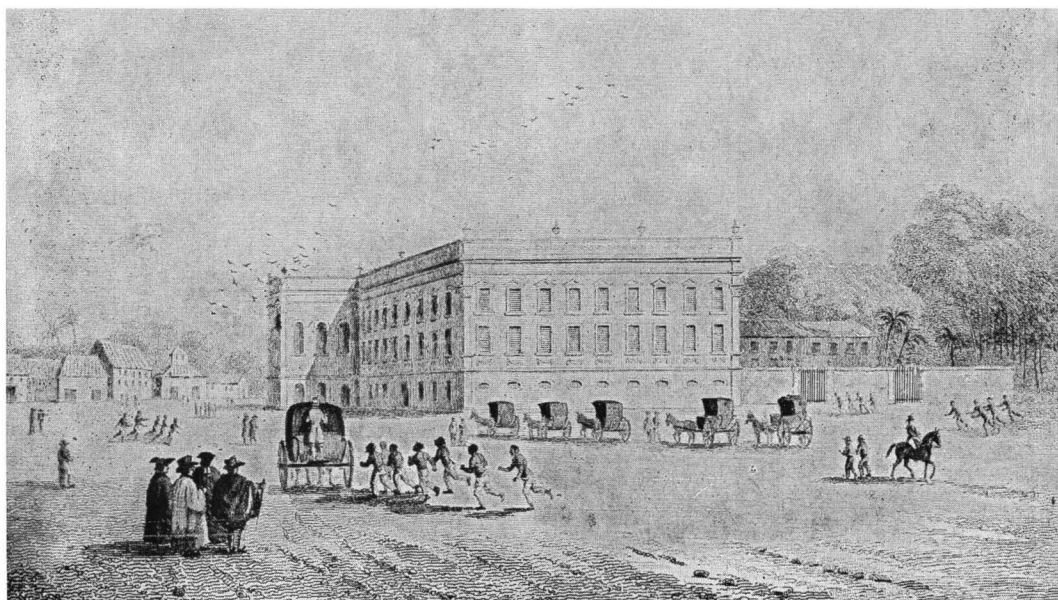
Entretanto, no Uruguai, pouco depois, Rivera foi definitivamente batido por Oribe, em India Muerta, asilando-se no Rio Grande do Sul, de onde o Presidente, Marechal-de-Campo Conde de Caxias, conseguiu a sua vinda para o Rio de Janeiro. Seu contendor passou a dominar

todo o interior do Uruguai, onde as estâncias pertencentes a brasileiros, muito numerosas, eram atacadas e saqueadas com freqüência pelos oribistas, que chegavam a incursionar em território sul-riograndense, roubando gado e assassinando estancieiros e peões. Atingindo a perda de gado brasileiro a mais de 800.000 cabeças, e nada podendo fazer contra isso o govêrno legal de Montevidéu, resolveram os estancieiros gaúchos, chefiados por Francisco Pedro de Abreu, Barão de Jacuí, organizar, em represália, incursões ao território uruguaio, as denominadas *califórnias,* que não puderam ser evitadas nem mesmo pelo Tenente-Coronel Manuel Luís Osório, Comandante do 2.º Regimento de Cavalaria, aquartelado na fronteira, cessando sòmente quando em 1850 tomou providências o nôvo Presidente da Província, Conselheiro José Antônio Pimenta Bueno, depois Marquês de São Vicente.

Decidido, porém, o govêrno imperial, a modificar aquela situação, que também dificultava o acesso fluvial de Mato Grosso, sua constante preocupação, adotou uma política mais enérgica quanto aos negócios platinos, obedecendo à orientação do nôvo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Conselheiro Paulino José Soares de Sousa, depois Visconde do Uruguai. Nesse sentido, atendendo a uma solicitação do Ministro uruguaio no Rio de Janeiro, Andrés Lamas, e por intermédio do banqueiro Irineu Evangelista de Sousa, depois Visconde de Mauá, resolveu conceder ao govêrno de Montevidéu o mesmo auxílio financeiro que antes recebia da França. Vendo, porém, que sòmente pelas armas seria possível encontrar uma solução, autorizou ao representante brasileiro naquela capital, Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, para que assinasse, a 29 de maio de 1851, um Convênio com o Uruguai e os Governadores das Províncias argentinas de Entre-Rios e Corrientes, então em revolta contra Rosas, tendo em vista uma ação em conjunto que determinasse a expulsão do país das fôrças de Oribe, auxiliadas pelas da Confederação Argentina.

2 — *Campanha contra Oribe*

Em junho de 1851 foi novamente nomeado Presidente e Comandante das Armas da Província do Rio Grande do Sul o Marechal-de-Campo Conde de Caxias, que logo depois de tomar posse do cargo passou a organizar as fôrças militares necessárias àquela campanha. Para êsse fim autorizou o govêrno uruguaio a entrada de tropas brasileiras em seu território. Com o mesmo objetivo entraram no país o General Justo José de Urquiza, Governador de Entre-Rios, e seus comandados, cruzando o Rio Uruguai. Uma Divisão da Marinha imperial, comandada pelo Chefe-de-Esquadra John Pascoe Grenfell, encontrava-se em Montevidéu, para apoiar a ação terrestre.

Entrando no Uruguai por Santana do Livramento, com duas Divisões, determinou Caxias que outras duas fizessem o mesmo, por Jaguarão e Quaraí. Em Ordem do Dia, concitou os soldados a respeitar a propriedade particular, tão sagrada e inviolável quanto a própria honra,

Conselheiro José Antônio Saraiva (1823-1895). Litografia de S. A. Sisson. *No meio:* Honório Hermeto Carneiro Leão, Visconde e Marquês de Paraná (1801-1856), que como chefe do Gabinete da Conciliação deu decisivo impulso à política ferroviária brasileira. Desenho de L. A. Boulanger. *À direita:* Irineu Evangelista de Sousa, Barão e Visconde de Mauá (1813-1889), grande propulsor do progresso do Brasil no Segundo Reinado. Litografia de S. A. Sisson.

José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco (1819-1880), um dos maiores estadistas do Império, principal autor da *Lei do Ventre Livre,* de liberdade dos filhos das escravas, de 28 de setembro de 1871. *À direita:* Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (1849-1910), um dos maiores líderes da campanha pela abolição da escravidão negra no Brasil.

Recinto da Câmara dos Deputados do Império, no edifício da Cadeia Velha, à Rua da Misericórdia, no Rio de Janeiro. Serviu ao mesmo fim, nos primeiros decênios da República. Gravura do livro *Notices of Brazil in 1828 and 1829,* do Rev. R. Walsh (Londres, 1830).

Sede do Senado do Império, no antigo Palácio do Conde dos Arcos, na Praça da Aclamação, Rio de Janeiro. Serviu ao mesmo fim, nos primeiros decênios da República. Hoje Faculdade Nacional de Direito, da Universidade do Brasil. Gravura do livro *Brésil,* de Ferdinand Denis (Paris, ed. de 1863).

acrescentando que apenas os soldados de Oribe ali eram inimigos, e isto até que fôssem desarmados e vencidos, depois do que seriam americanos e irmãos, como tais devendo ser tratados. Noutra proclamação aos rio-grandenses, explicou que tendo falhado as negociações diplomáticas para que se obtivessem reparações às violências, extorsões e assassinatos antes sofridos, tornara-se inevitável o recurso às armas. A seguir, apesar das constantes chuvas começaram as tropas brasileiras a atravessar o território uruguaio, sem encontrar qualquer resistência.

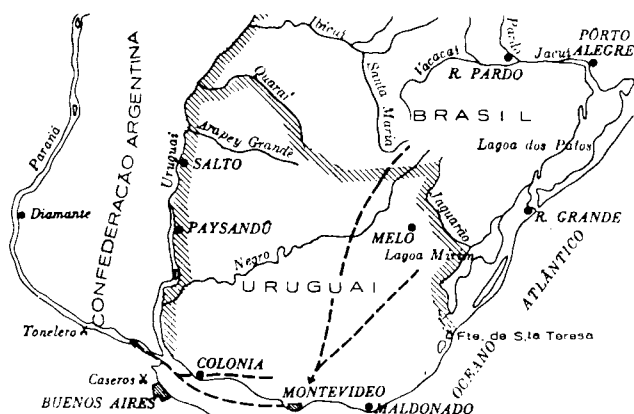
Depois de passado o Rio Negro, souberam que a 8 de outubro, destituído do comando de suas tropas por ato de Rosas, datado de agôsto, resolvera Oribe negociar diretamente com Urquiza a sua capitulação, sem combate, em condições a êle e aos seus comandados grandemente favoráveis. Apressadamente, sem esperar pela chegada de Caxias, conveio nessa rendição o Comandante dos entrerrianos e correntinos, pacificando-se dessa forma o Uruguai.

As fôrças brasileiras, depois de entrar em Montevidéu, onde foram entusiàsticamente recebidas, dirigiram-se à Colônia, em frente a Buenos Aires, onde estacionaram, na expectativa de nova campanha.

3 — Antecedentes da intervenção contra Rosas

Há quase vinte anos dominava a Confederação Argentina o ditador Juan Manuel de Rosas, que em várias circunstâncias já havia demonstrado sua animosidade contra a orientação internacional do Império do Brasil, no sentido de serem mantidas as independências do Uruguai e Paraguai, contra os seus desejos anexionistas ou de predominante influência na bacia platina. Seus processos de govêrno, de inegável violência, determinaram a supressão de qualquer oposição, fazendo com que emigrassem para outros países todos os seus adversários que não fôssem mortos ou encarcerados. Da situação de geral insegurança daí resultante provieram intervenções estrangeiras nos negócios do Rio da Prata, notadamente da França e da Inglaterra, antes da brasileira, que foi a decisiva.

Em 1843, sentindo-se em dificuldades, negociou Rosas no Rio de Janeiro, por intermédio de seu representante, General Tomás Guido, um Tratado de Aliança Ofensiva e Defensiva, acompanhado de um Protocolo relativo ao restabelecimento da paz no Uruguai e no Rio Grande do Sul. Melhorando, porém, a situação internacional da Confederação Argentina, não teve dúvidas o ditador em deixar de ratificar o Tratado por êle mesmo solicitado.

Mudando assim de atitude, quanto ao Brasil, continuou a sustentar, no Uruguai, as pretensões do ex-Presidente Oribe, no sentido de sua revolucionária volta ao poder. Tendo declarado sob bloqueio o pôrto de Montevidéu, não foi essa situação reconhecida pelo Brasil, conforme declaração ali feita pelo Enviado especial do Império, João Lins Vieira

Em 1851/1852 teve o Império do Brasil de intervir no Uruguai contra o caudilho Oribe, e, juntamente com os governos dêsse país e das Províncias argentinas de Entre-Rios e Corrientes, combateu e venceu o ditador Rosas, da Argentina. O mapa assinala percursos realizados pelas fôrças brasileiras e locais de combate e batalha.

Mapa do Prof. Manoel Maurício de Albuquerque, reproduzido do *Atlas Histórico Escolar*, do Ministério da Educação e Cultura.

Cansanção de Sinimbu, depois Visconde de Sinimbu, o que motivou a retirada de Buenos Aires do nosso Ministro, Duarte da Ponte Ribeiro.

Pouco depois, em 1845, como nôvo indício da tendência rosista de restauração dos limites do antigo Vice-Reino do Rio da Prata, protestou o govêrno de Buenos Aires contra o reconhecimento, pelo Brasil, da independência do Paraguai.

Tempos depois, em resposta a impertinentes pedidos de informações, formulados pelo representante argentino Tomás Guido, a propósito da missão do Visconde de Abrantes à Europa, positivou o govêrno brasileiro os motivos pelos quais julgava intruso no interior do Uruguai o govêrno revolucionário do General Oribe, cujos interêsses aquêle Ministro pretendia defender no Rio de Janeiro.

Sòmente em setembro de 1850, à vista da decisiva atitude brasileira, pediu e obteve Guido os seus passaportes, ficando portanto suspensas as relações entre o Império do Brasil e a Confederação Argentina.

4 — Campanha contra Rosas

Resolvido, temporàriamente, o caso uruguaio, passou a política internacional brasileira à segunda parte do problema platino, isto é, à guerra contra Rosas. Nesse sentido, a 21 de novembro de 1851 celebrou um nôvo Convênio em Montevidéu, assinado, de nossa parte, pelo Conselheiro de Estado Honório Hermeto Carneiro Leão, depois Marquês de Paraná, com os governos do Uruguai e das Províncias argentinas de

Entre-Rios e Corrientes, tendo em vista a deposição, pelas armas, do ditador que era causa de todo o desequilíbrio naquela parte do continente. Formou-se, assim, o Grande Exército Libertador da América do Sul, composto de fôrças brasileiras, uruguaias, entrerrianas e correntinas, o qual deveria ser comandado, na Argentina, pelo General Urquiza.

Coube ao Conde de Caxias traçar o plano da nova campanha: o grosso daquelas tropas, conduzido pela esquadra imperial, subiria o Rio Paraná até o ponto mais conveniente, onde desembarcaria a fim de marchar contra Rosas. O Marechal brasileiro, com a maior parte de nossas fôrças permaneceria em Colônia, para oportunamente atacar Buenos Aires, caso o ditador conseguisse opor resistência séria ou vencer aquela expedição.

Dando cumprimento a êsse plano, a 17 de dezembro forçou a esquadra, sob o comando de Grenfell, a passagem fortificada de Tonelero, e desembarcou no pôrto do Diamante o exército que conduzia, do qual fazia parte uma Divisão brasileira comandada pelo Brigadeiro Manuel Marques de Sousa, depois Conde de Pôrto Alegre. Daí, indo ao encontro das fôrças de Rosas, conseguiu vencê-las na Batalha de Caseros, a 3 de fevereiro de 1852, fugindo o ditador para o estrangeiro, o que pôs fim à campanha.

Entrando os aliados em Buenos Aires, organizou-se nôvo govêrno argentino, sob a chefia de Urquiza, que não tardou a restabelecer relações diplomáticas com o Brasil. Retornaram as fôrças brasileiras aos seus quartéis, e, vencidas certas dificuldades da política interna da Confederação, celebrou esta com o Império, em 1856, um Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, de que foi negociador o Senador Visconde de Abaeté (1).

5 — *Limites com o Uruguai*

Vimos, na unidade XLIV desta *História do Brasil,* como em 1821 haviam sido generosamente estabelecidos com o Estado Cisplatino os limites com o Brasil: em vez de exigir a divisória pelo Rio Arapeí, como nos autorizava o Convênio de 1819, concedemo-la pelo Rio Quaraí, também afluente da margem esquerda do Rio Uruguai, porém situado ao norte daquele.

A mesma situação foi mantida depois da extinção da Província Cisplatina e criação da República Oriental do Uruguai, em 1828, estudada em nossa unidade LI, relativa à política exterior do Primeiro Reinado.

Não existindo, porém, um Tratado que, firmado com o nôvo país, consolidasse os seus limites com o Brasil, tentaram os uruguaios, no govêrno de Manuel Oribe e durante a Regência brasileira de Araújo Lima, encetar negociações que lhes permitissem melhorar aquela divisa.

---

(1) Helio Vianna — *História das Fronteiras do Brasil,* vol. 132/133 da Biblioteca Militar (Rio, 1948), cap. XIV — "Campanha contra Oribe e Rosas", p. 147/152; *História Diplomática do Brasil* (São Paulo, 1958), p. 110/113.

Rejeitadas suas propostas, como vimos na unidade anterior, estudou o govêrno imperial a matéria, no primeiro decênio do govêrno direto de D. Pedro II. O Uruguai propôs a fixação da fronteira, do Arroio Chuí ao Rio Quaraí, em 1845, e verificada, em 1848, qual era "a posse atual do Império", assinou-se no Rio de Janeiro, a 12 de outubro de 1851, o respectivo Tratado de Limites.

A luta contra Oribe atrasou a ratificação do convênio, afinal conseguida no ano seguinte, em Montevidéu, graças às enérgicas atitudes do representante brasileiro Honório Hermeto Carneiro Leão, depois Marquês de Paraná, e do Comandante de nossas fôrças militares, Marechal Conde de Caxias.

Como ao Brasil tivesse ficado assegurada, no referido Tratado, a exclusividade da navegação na Lagoa Mirim e Rio Jaguarão, dela generosamente abriu mão, em 1909, admitindo o condomínio do Uruguai, por iniciativa do Ministro das Relações Exteriores, Barão do Rio Branco, conforme veremos na unidade LXXI desta *História* (2).

---

(2) Cf. Helio Vianna — *História Diplomática do Brasil,* cit., p. 114/116.

LXIV

INTERVENÇÃO CONTRA O GOVÊRNO URUGUAIO DE AGUIRRE

1 — Antecedentes (1852/1863)

Apesar da vitória dos aliados brasileiros, argentinos e uruguaios, contra o caudilho Oribe e o ditador Rosas, não foi conseguida uma situação de tranqüilidade na política interna do Uruguai, devido às dissenções reinantes entre os *colorados*.

Com o falecimento do General Garzón, mais difícil tornou-se essa pacificação, sendo eleito Presidente o *blanco* João Francisco Giró, que não tardou a criar dificuldades à ratificação dos Tratados em 1851 celebrados com o Brasil, inclusive o de limites. Com a tomada de enérgica atitude, de nossa parte, e a mediação do General Urquiza, da Argentina, conseguiu-se, afinal, a aprovação dos convênios uruguaio-brasileiros.

Quis Giró criar uma milícia, para contrapor à maioria *colorada* existente no exército. Dêsse ato resultaram choques, terminados com a sua saída do poder em 1853, quando se organizou um triunvirato para governar o Uruguai, composto de Lavalleja, Rivera e Venâncio Flores. Falecendo os dois primeiros, foi eleito Presidente o último. Surgiu então, no país, um terceiro partido, o Conservador, de tendências moderadas, constituído de elementos dos dois grupos anteriores. Isto, porém, não foi bastante para diminuir a intensidade de suas lutas políticas, que continuaram violentas e prejudiciais à ordem pública.

Em vista da situação, solicitou o govêrno uruguaio um nôvo auxílio financeiro e militar, do Brasil, aquêle expresso num subsídio mensal, êste na presença de uma Divisão do Exército imperial, de 5.000 homens. em Montevidéu. Apesar dêsse socorro, continuaram as dificuldades da política interna do Uruguai, forçando Flores à renúncia de seu cargo, em 1855. Seguindo-se um período de verdadeira anarquia, a que não podia e não devia dar corretivo a tropa brasileira, esta, por medida de prudência, recebeu ordem de voltar aos seus quartéis.

Eleito, pouco depois, o Presidente Gabriel Antônio Pereira, contra êle preparou uma revolta, em Buenos Aires, Juan Carlos Gómez, cujos principais partidários, derrotados em Quinteros pelos governistas, foram aí cruelmente massacrados, fato que obteve intensa repercussão.

Assinado, em 1859, um Tratado de recíproca neutralidade entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai, não o ratificou o Congresso do último dêsses países.

Eleito Presidente o *blanco* Bernardo Berro, apesar de seus esforços não pôde ser conseguida a pacificação da República, cujo território in-

vadiu em 1863, com revoltosos, Venâncio Flores, apoiado pelo govêrno argentino, então presidido por Bartolomeu Mitre.

Durante todo êsse período repetiram-se e assumiram características cada vez mais graves, pela freqüência e crescente amplitude, os conflitos na fronteira do Brasil, sem que lhes pudessem pôr um paradeiro os sucessivos governos do Uruguai.

Em represália aos habituais roubos de gado, ataques às estâncias de brasileiros, e mesmo incursões de orientais ao território do Rio Grande do Sul, organizaram os estancieiros dessa Província, sob a chefia de um dos prejudicados, o Barão de Jacuí, idênticas expedições ao interior uruguaio. Mandaram, também, ao Rio de Janeiro, a fim de pedir sérias providências ao govêrno imperial, o General Antônio Neto.

2 — *Missão Saraiva (1864)*

Premido por aquela situação, resolveu o Gabinete de São Cristóvão mandar ao Uruguai, em abril de 1864, em Missão Especial, o Conselheiro José Antônio Saraiva, "personificação da honra, da moderação, do espírito de justiça e do amor aos meios suasórios", na autorizada opinião de Pandiá Calógeras.

Consistia a sua missão na entrega, ao nôvo e partidaríssimo Presidente do Uruguai, Atanásio Cruz Aguirre, de um *ultimatum,* exigido pagamento pelos prejuízos causados a brasileiros, punições dos responsáveis pelos assaltos conhecidos; se fôssem recusadas essas satisfações, fôrças brasileiras de terra e mar exerceriam represálias. "Saraiva, entretanto, preferiu silenciar sôbre tais exigências, a fim de ver se conseguia persuadir e pacificar os contendores, em vez de ameaçar".

A 12 de maio apresentou suas credenciais. A 18, entregou uma nota muito cortês, expondo os fins de sua missão. Em resposta, recebeu uma comunicação furiosa e rude. Recusou discutir nesse tom, e a 4 de junho expôs quanto eram insignificantes os argumentos expendidos contra as reclamações que formulara. A 6 do mesmo mês, o Ministro das Relações Exteriores da Argentina, Rufino de Elizalde, e o Ministro inglês em Buenos Aires, Edward Thornton, chegaram a Montevidéu, a fim de oferecer os seus bons ofícios. Entabuladas as negociações com o próprio Presidente Aguirre, chegaram a bom têrmo, com elas concordando o chefe revolucionário Flores. Redigidos os respectivos Protocolos, verificou-se, com surprêsa, que o govêrno uruguaio, à última hora, resolvera substituir muitas de suas disposições por outras radicalmente diversas. Interrompidas as negociações, Flores recomeçou a luta armada e Saraiva partiu para Buenos Aires, em julho, à espera de novas instruções do Rio de Janeiro. Estas não podiam deixar de ser enérgicas: que desse um curto prazo a Aguirre para satisfazer as exigências brasileiras, as quais, não sendo atendidas, provocassem imediatas represálias. À vista disso, sòmente a 4 de agôsto mandou Saraiva, da capital argentina, o *ultimatum,* no dia 9 devolvido como inaceitável pelo govêrno uruguaio. Êste, fiado no apoio que lhe garantiu o govêrno do Paraguai, chefiado

pelo Marechal Francisco Solano López, a 30 do mesmo mês rompeu relações com o Império. Assinada, então, com Elizalde uma declaração de que, em qualquer caso, de acôrdo com a invariável orientação brasileira desde 1828, seria mantida a Independência do Uruguai, partiu Saraiva de volta ao Rio de Janeiro.

3 — *Represálias brasileiras (1864/1865)*

Com a retirada de Saraiva, ficaram os interêsses brasileiros no Uruguai a cargo do Comandante das fôrças navais estacionadas no Rio da Prata, o Vice-Almirante Barão de Tamandaré, Joaquim Marques Lisboa.

Entrando em entendimento com o chefe revolucionário Flores, com êle assinou, a 20 de outubro, o acôrdo secreto de Santa Lucia, ao mesmo tempo que uma pequena coluna militar brasileira transitòriamente incursionava no Departamento uruguaio de Cerro Largo.

Tendo declarado sob bloqueio os portos fluviais de Salto e Paissandu, foi ocupado o primeiro, e assediado o segundo, em cooperação com as tropas de Flores.

Em dezembro entraram no Uruguai as fôrças brasileiras comandadas pelo Marechal João Propício Mena Barreto, depois 2.º Barão de São Gabriel, que, agindo conjuntamente com a esquadra e Flores, conseguiram tomar Paissandu, já no início de 1865. Com isto, foi sitiada por terra Montevidéu, também bloqueada pelo Rio da Prata, tornando desesperadora a situação de Aguirre.

4 — *Convênio de 20 de fevereiro de 1865*

Desde dezembro havia chegado a Buenos Aires, a fim de observar os acontecimentos e traçar os rumos diplomáticos que o Brasil deveria seguir, o Conselheiro José Maria da Silva Paranhos, depois Visconde do Rio Branco. No mesmo mês foram pùblicamente queimados, em Montevidéu, sob os auspícios do govêrno de Aguirre, os Tratados vigentes com o Brasil. Com a tomada de Paissandu e o sítio e bloqueio da capital uruguaia, alterou-se a situação e, deixando o Presidente o poder, seu sucessor, Tomás Villalba, Presidente do Senado, apressou-se a recorrer aos bons ofícios do Ministro italiano Barbolani, no sentido de ser obtida a paz. Assim, discutidas as respectivas condições com Paranhos, assentaram-se, pelo Convênio de 20 de fevereiro de 1865, os seus têrmos, que compreendiam, além do estabelecimento de um govêrno provisório e da restituição das propriedades confiscadas a brasileiros, também o reconhecimento de nossas anteriores reclamações.

Graças, portanto, ao Brasil, estava pacificado, pela segunda vez, o Uruguai.

Além disto, estava assegurada a cooperação dêsse país no conflito já então aberto entre o Império e o govêrno do Paraguai [1].

---

(1) J. Pandiá Calógeras — *Formação Histórica do Brasil*, 4.ª ed. (São Paulo, 1945), *passim*. — Helio Vianna — *História das Fronteiras do Brasil*, vol. 132/133 da Biblioteca Militar (Rio, 1948), p. 162/166; *História Diplomática do Brasil* (São Paulo, 1958), p. 117/120.

LXV

GUERRA DO PARAGUAI

1 — Causas da Guerra do Paraguai

As relações do Império do Brasil com a República do Paraguai eram bastante satisfatórias em 1864, não podendo ser previsto que a divergência então suscitada por um agente do govêrno uruguaio dos *blancos* pudesse dar origem a uma conflagração tão extensa quanto a Guerra da Tríplice Aliança.

O Brasil havia sido o primeiro país a reconhecer a Independência do Paraguai, com o qual conseguiu estabelecer relações mesmo durante o longo período de isolamento a que o submeteu seu primeiro ditador, José Gaspar Rodríguez de Francia. Diplomàticamente, havia o Império defendido a integridade territorial e a soberania do Paraguai contra os desejos expansionistas das Províncias Unidas do Rio da Prata e depois da Confederação Argentina. Ao tempo de Rosas, contribuímos para o melhoramento das fortificações e do Exército do Paraguai.

Como resultado dessa situação, apesar de ainda se não encontrar definitivamente demarcada a fronteira paraguaio-brasileira, e apesar de alguns passageiros incidentes com os governos de Francia e de seu sucessor, Carlos Antônio López, obteve o Império o livre trânsito, pelo Rio Paraguai, dos navios que se destinassem à Província de Mato Grosso.

Em fins de 1864 achava-se, porém, o Paraguai armado como nenhum outro país sul-americano, quando os políticos uruguaios do partido *blanco* resolveram recorrer à intervenção de seu terceiro Presidente, Francisco Solano López, na questão então travada com o Brasil. O caso não era, entretanto, dos que poderiam ser resolvidos por mediação de outro govêrno, porque o enviado brasileiro, Conselheiro José Antônio Saraiva, demonstrando a nossa boa vontade em encerrar pacìficamente a contenda, já inùtilmente havia aceito os bons ofícios do Ministro das Relações Exteriores da Argentina e de um representante da Inglaterra. Apesar disto, insistiram os *blancos* em obter de López o compromisso de romper com o Brasil, caso o nosso país mantivesse, como manteve, as suas exigências de satisfações pelos repetidos incidentes de fronteira. O ditador paraguaio, desejoso de chegar à guerra, para a qual se encontrava preparado, ou enganado pelos *blancos*, que supunham poder resistir às represálias brasileiras e ainda esperançado de obter a neutralidade argentina ou o apoio dos partidários de Urquiza, então em opo-

sição ao govêrno de Bartolomeu Mitre — não hesitou em agredir ao Império, e pouco depois à Confederação Argentina, invadindo os respectivos territórios e dando início ao maior conflito armado da América do Sul (1).

2 — *Rompimento da Guerra*

Acabamos de examinar, embora ràpidamente, as causas da Guerra da Tríplice Aliança contra o Govêrno do Paraguai. Vejamos agora, cronològicamente, apenas o rompimento do conflito, tendo em vista desfazer certas confusões que a respeito têm sido feitas por autores apaixonados ou mal informados, que com o proposital ou involuntário esquecimento de certos dados essenciais procuram atribuir ao Império tôda, ou quase tôda a responsabilidade pela maior conflagração internacional do continente.

Estavam ainda em comêço as negociações entre o enviado especial Conselheiro José Antônio Saraiva e o govêrno uruguaio, a respeito das reclamações brasileiras, em Montevidéu, quando a 17 de junho de 1864 àquele representante nosso e ao govêrno do Rio de Janeiro enviou notas o Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, José Berges, oferecendo a mediação do ditador Francisco Solano López para o ajuste amigável dos desacordos então vigentes entre o Império do Brasil e a República Oriental do Uruguai. Em resposta, datada de 24 de junho, agradeceu Saraiva o oferecimento, declarando que esperava obter diretamente a solução das questões pendentes. No mesmo sentido respondeu, pouco depois, a 7 de julho, o nosso Ministro dos Negócios Estrangeiros, Senador João Pedro Dias Vieira.

A êsse tempo, em Montevidéu, graças à dubiedade do Presidente Atanásio Cruz Aguirre e de seu Ministro das Relações Exteriores, Juan José Herrera, falhavam tôdas as tentativas de acôrdo promovidas por Saraiva, com a participação de Rufino de Elizalde, Ministro das Relações Exteriores da Argentina, e de Edward Thornton, representante da Inglaterra em Buenos Aires, e que visavam a pacificação do país, a que se seguiria, naturalmente, o entendimento quanto às reclamações brasileiras.

Assim, figurando como mediador entre o govêrno do Uruguai e o chefe revolucionário Venâncio Flores, com êste assinou o Plenipotenciário, a 18 de junho, no acampamento de Puntas del Rosário, com os referidos mediadores e dois delegados de Aguirre, um Protocolo estabelecendo as condições da pacificação. Estas, apesar de terem sido antes assentadas em Montevidéu, foram entretanto desaprovadas pelo Presidente uruguaio, a 2 de julho. Sòmente depois de tão inacreditável procedimento, que inutilizava todos os esforços harmonizadores do Brasil, da Argentina e da Inglaterra, enviou Saraiva, a 4 de agôsto, o *ultimatum* brasileiro ao govêrno do Uruguai, que o devolveu a 9 do

(1) Helio Vianna — *História das Fronteiras do Brasil* (Rio de Janeiro, 1948), p. 142/143; *História Diplomática do Brasil* (São Paulo, 1958), p. 105.

mesmo mês. No dia 30, ainda de agôsto de 1864, foram entregues passaportes ao nosso Ministro Residente João Alves Loureiro, depois 1.º Barão de Javari, rompendo-se assim as relações do Uruguai com o Brasil.

Resultava essa nova atitude do govêrno uruguaio, certamente, dos entendimentos realizados em Assunção por Vásquez Sagástume, seu agente junto ao ditador Francisco Solano López. Assim, foi significativamente daquela mesma data a nota de seu Ministro das Relações Exteriores, Berges, a César Sauvan Viana de Lima, Ministro brasileiro em Assunção, protestando contra o *ultimatum* e contra qualquer ocupação temporária ou permanente do território uruguaio, impertinência esta por nosso representante respondida a 1.º de setembro seguinte.

Sòmente a 12 de outubro verificou-se a primeira e insignificante ação militar terrestre, transitòriamente entrando uma fôrça brasileira, sob o comando do Brigadeiro José Luís Mena Barreto, em Cerro Largo, território uruguaio, aliás abandonado a partir do dia 24, quando regressou ao Rio Grande do Sul.

De 20 do mesmo mês foi o acôrdo secreto de Santa Lucia entre o Vice-Almirante Barão de Tamandaré, comandante das fôrças navais brasileiras estacionadas no Rio da Prata, e Venâncio Flores, sôbre as reclamações de que tratava o *ultimatum*.

Nenhum dêsses atos justificaria a nova atitude do govêrno paraguaio, determinando a captura do vapor brasileiro "Marquês de Olinda", em viagem pelo Rio Paraguai, rumo a Mato Grosso, aprisionando os seus passageiros e tripulação, a 13 de novembro, e, no dia seguinte, diante dos protestos de nosso representante Viana de Lima, entregando-lhe os passaportes.

Sòmente depois de 2 de dezembro de 1864, entrou em território uruguaio a Divisão brasileira do Marechal-de-Campo João Propício Mena Barreto, depois 2.º Barão de São Gabriel. De 13 do mesmo mês datou, afinal, a declaração de guerra do Paraguai ao Brasil, começando no dia 26 o ataque ao nosso Forte da Nova Coimbra, no sul mato-grossense.

Todos êsses fatos, assim cronològicamente narrados, cabalmente demonstram que ao Império não couberam nem as provocações nem a iniciativa das hostilidades que por mais de cinco anos se prolongariam, pela intromissão do govêrno paraguaio em assuntos internacionais privativos do Brasil e do Uruguai (2).

3 — Primeiro período — A agressão paraguaia

a) *Invasão de Mato Grosso*

Ainda em fins de dezembro de 1864 deram os paraguaios início à luta, invadindo, por duas fortes colunas, a quase desguarnecida Província de Mato Grosso.

A primeira sob o comando de Vicente Bárrios, subindo o Rio Para-

(2) Helio Vianna — *História das Fronteiras do Brasil*, cit., p. 170/172; *História Diplomática do Brasil*, cit., p. 123/125.

guai, com fôrças muito superiores atacou o Forte de Nova Coimbra, que sob o comando do Tenente-Coronel Hermenegildo de Albuquerque Pôrto Carrero, depois Barão do Forte de Coimbra, resistiu quanto pôde, retirando-se rio acima a respectiva guarnição, quando estavam quase esgotadas as munições de que dispunha. Com isto puderam os invasores apossar-se de Albuquerque e Corumbá.

A segunda coluna paraguaia, sob o comando de Resquin, seguindo pelo Sul mato-grossense, ocupou a Colônia Militar de Dourados, onde se registrou heróica resistência do comandante, Tenente Antônio João Ribeiro e de seus 16 companheiros, que se sacrificaram diante do ataque de inimigo muito superior em número. Vencendo os invasores também as diminutas tropas do Coronel José Dias da Silva, puderam ocupar Miranda e Nioac.

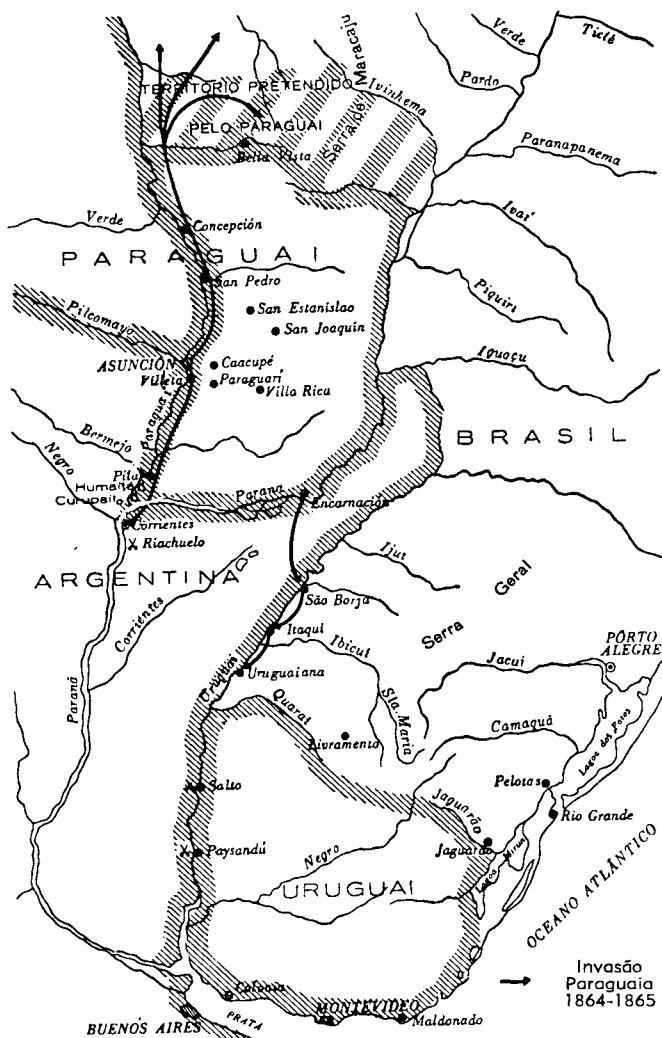
Apesar do fácil êxito aí obtido, não se animaram os paraguaios a levar o seu ataque até à capital mato-grossense, Cuiabá, onde foi organizada a respectiva defesa.

b) *Invasão da Argentina e Tratado da Tríplice Aliança*

Era objetivo de López unir-se aos *blancos* do Uruguai, desde janeiro de 1865 vencidos pelas tropas de Venâncio Flores, com o auxílio das brasileiras sob o comando do Marechal-de-Campo João Propício Mena Barreto. Para isso tornava-se necessário atravessar o território argentino, visto que no Rio Paraná encontrava-se a postos a esquadra do Vice-Almirante Barão de Tamandaré. Solicitou licença naquele sentido, ao govêrno de Buenos Aires, mas em abril negou-a o Presidente Bartolomeu Mitre, desejoso de manter a neutralidade de seu país, diante do conflito paraguaio-brasileiro. Reagiu o ditador capturando navios argentinos e invadindo a Província e cidade de Corrientes por fôrças comandadas por Venceslau Robles e destinadas ao Uruguai.

Êste fato fêz com que o Brasil conseguisse a aliança também da Argentina em sua luta e do Uruguai, contra o govêrno do Paraguai. Nesse sentido firmou-se em Buenos Aires, a 1.º de maio daquele ano, o Tratado da Tríplice Aliança, assinado pelo Conselheiro Francisco Otaviano de Almeida Rosa, em nome do Brasil; pelo Ministro Rufino de Elizalde, da Argentina; e Carlos de Castro, pela República Oriental do Uruguai.

c) *Batalha de Riachuelo*

No mesmo mês, uma Divisão Naval brasileira, sob o comando do Chefe-de-Divisão Francisco Manuel Barroso da Silva, depois Barão do Amazonas, aliada a fôrças argentinas do General Paunero, conseguiu retomar Corrientes. Resolveu López atacar os nossos navios com os de que dispunha, sob o comando de Meza, atraindo-os, a 11 de junho, para o canal entre a Ilha Palomera e a Foz do Riachuelo, onde havia colocado baterias de artilharia, duas léguas abaixo daquela cidade. Foi-lhe ao encontro Barroso, e o resultado foi a Batalha de Riachuelo, em que ficou definitivamente destruído o poderio naval do ditador paraguaio.

Mapa das regiões ligadas à intervenção brasileira contra o govêrno uruguaio de Aguirre, e às invasões paraguaias de Mato Grosso, da Província argentina de Corrientes e do Rio Grande do Sul, em 1864/1865.

Mapa do Prof. Manoel Maurício de Albuquerque, reproduzido do *Atlas Histórico Escolar*, do Ministério da Educação e Cultura.

d) *Rendição de Uruguaiana*

Uma coluna de fôrças invasoras, sob o comando de Estigarríbia, foi destacada para invadir o Rio Grande do Sul, passando à margem esquerda do Rio Uruguai e sucessivamente ocupando e saqueando as povoações brasileiras de São Borja, Itaqui e Uruguaiana, de junho a agôsto. A outra, já sob o comando de Duarte, não chegou a alcançar o Uruguai, pois foi derrotada em agôsto, em Jataí, em território argentino, pelo General Venâncio Flores, com a participação de tropas brasileiras. A êsse tempo, organizadas as nossas primeiras fôrças, em Concórdia, à margem do Rio Uruguai, sob o comando do Marechal-de-Campo Manuel Luís Osório, futuro Marquês do Erval, parte delas, ligada às do Rio Grande do Sul, sob a direção do Tenente-General Manuel Marques de Sousa, Barão, depois Visconde e Conde de Pôrto Alegre, foi pôr cêrco às paraguaias que ocupavam Uruguaiana. Na presença do Imperador D. Pedro II e dos Presidentes Mitre e Flores, aí se rendeu Estigarríbia, em setembro, terminando assim a tentativa paraguaia de junção com os *blancos* do Uruguai, mediante a invasão da Argentina e do Brasil, pelas Províncias de Corrientes e Rio Grande do Sul.

4 — Segundo período — A reação brasileira

O rompimento da Guerra do Paraguai encontrou o Brasil desprevenido para a realização de uma campanha de caráter expedicionário, a ser efetivada em regiões longínquas, de difíceis acessos terrestres, marítimos e fluviais. À falta de estradas convenientes aliava-se a circunstância de ser destinada principalmente à navegação oceânica a maior parte dos navios de nossa esquadra. O Exército, espalhado por tôda a extensão do território nacional, não podia ser mobilizado e transportado, com rapidez, às zonas de combate. Tornaram-se necessárias a convocação da Guarda Nacional e a organização de Batalhões de Voluntários da Pátria, mediante ativo recrutamento e preparação de novas tropas. A tôdas essas providências pessoalmente presidiu o Imperador, incansável em seus esforços em prol da defesa do Brasil, até o fim da luta de mais de cinco anos de duração.

a) *Invasão do Paraguai*

De acôrdo com o Tratado da Tríplice Aliança competia o comando-geral dos aliados ao Presidente da Argentina, General Bartolomeu Mitre, embora sempre houvesse, em tôda a guerra, maior participação de fôrças brasileiras.

Preparadas, estas, nos últimos meses de 1865 e primeiros de 1866, realizou-se, em abril dêste ano, a invasão do Paraguai, na região denominada Passo da Pátria, próximo à confluência dos Rios Paraná e Paraguai. Com apoio da esquadra, foi transposto o segundo dêsses rios e iniciada a ofensiva aliada em território inimigo. O Marechal-de-Campo Manuel Luís Osório, Barão, depois Visconde e Marquês do Erval, foi

Mapa parcial do Paraguai e Sul de Mato Grosso, das zonas em que se realizaram, de 1864 a 1870, a invasão dessa Província e a Retirada da Laguna, as lutas em tôrno de Humaitá, Lomas Valentinas e Campanha das Cordilheiras, até o final da Guerra, em Cerro Corá.

Mapa do Prof. Manoel Maurício de Albuquerque, reproduzido do *Atlas Histórico Escolar,* do Ministério da Educação e Cultura.

a grande figura dêsse período, em que se registraram, no mês de maio, as vitoriosas batalhas de Passo da Pátria e Tuiuti, esta a maior da guerra quanto ao volume de tropas nela empregado.

Revelaram-se, então os militares que passariam a ser considerados Patronos do Exército brasileiro. O Tenente-Coronel João Carlos Vilagran Cabrita, ocupando a Ilha de Itapiru, sob o fogo do Forte dêsse nome, à margem do Rio Paraná, morreu gloriosamente, tornando-se o Patrono da Engenharia. O mesmo aconteceu ao Brigadeiro Antônio de Sampaio, em Tuiuti, motivando a sua escolha para modêlo da Infantaria. Também nessa batalha, além de Osório, Patrono da Cavalaria, tomou parte o Tenente-Coronel Emílio Luís Mallet, depois Barão de Itapevi, Patrono da Artilharia.

Substituído Osório pelo Marechal Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão, futuro Visconde de Santa Teresa, e depois pelo Barão de Pôrto Alegre, no comando dos brasileiros, nova vitória conseguiu o último, tomando Curuzu, em setembro.

Tentou então o Presidente Mitre tomar Curupaiti, outra forte posição do inimigo, à margem do Rio Paraguai. Não o conseguiu, apesar da bravura dos combatentes aliados, por terem tido tempo, os paraguaios, de preparar sua defesa, tornando pràticamente inexpugnável, em um ataque frontal, a referida Fortaleza.

5 — Terceiro período — Comando do Marquês de Caxias

Para atender às necessidades da guerra, que então se apresentava longa e difícil, em fins de 1866 nomeou o govêrno imperial para o comando-em-chefe o Marechal-de-Exército Marquês de Caxias, o maior militar brasileiro.

Antes de entrar em campanha, teve o invencível militar de reorganizar completamente as fôrças de que dispunha, duramente atingidas por epidemias e doenças.

a) *Tomada de Humaitá*

Em julho de 1867, reorganizado o Exército, planejou e começou a executar o Marquês de Caxias um grande movimento de flanco, que visava contornar a Fortaleza de Humaitá, principal centro da resistência paraguaia. Atingida a margem do Rio Paraguai, a montante dessa fortificação, em Taí, permitiu essa manobra que em fevereiro de 1868 pudesse uma parte da esquadra brasileira, sob o comando do Capitão-de-Mar-e-Guerra Delfim Carlos de Carvalho, depois Barão da Passagem, forçar a transposição daquele ponto tido como inexpugnável.

Nos meses seguintes apertou Caxias o cêrco em tôrno da Fortaleza, até tomá-la no início de agôsto. Seus últimos defensores, transpondo o Rio Paraguai retiraram-se pela região do Chaco.

b) *A "dezembrada"*

Perdida Humaitá estabeleceu-se López na região de Villeta e Angostura, fortificando-se também à margem do Rio Piquissiri e nas alturas

de Ita-Ivaté ou Lomas Valentinas, visando impedir o avanço dos aliados rumo a Assunção.

Caxias, porém, inutilizou os seus planos, mais uma vez contornando as posições inimigas, então através do Chaco, à margem direita do Rio Paraguai.

Realizada essa marcha, desembarcou o grosso de nossas tropas no pôrto de Santo Antônio, a 5 de dezembro, tendo deixado duas Brigadas brasileiras e as tropas argentinas e uruguaias em frente do Piquissiri, ao sul.

Passando a aproveitar os erros do inimigo, que para combater o seu Exército apenas destacou fortes colunas, venceu-as sucessivamente no combate da Ponte de Itororó, no dia 6, e, na batalha de Avaí, no dia 11. Na primeira, foi mortalmente ferido o Brigadeiro Hilário Maximiano Antunes Gurjão; na segunda, muito se distinguiu, sendo também ferido, o Tenente-General Manuel Luís Osório, já Visconde do Erval.

Em seguida, deixando audaciosamente imobilizadas, à direita, as fôrças paraguaias que guarneciam Angostura, preferiu Caxias atacar o grosso do Exército de López, excelentemente localizado nas Lomas Valentinas. Fê-lo entre os dias 21 e 27 do mesmo mês, numa das mais difíceis e encarniçadas batalhas da guerra. Daí resultou, entretanto, nada menos que a destruição quase total do inimigo, embora López ainda uma vez conseguisse escapar com reduzido grupo de cavaleiros.

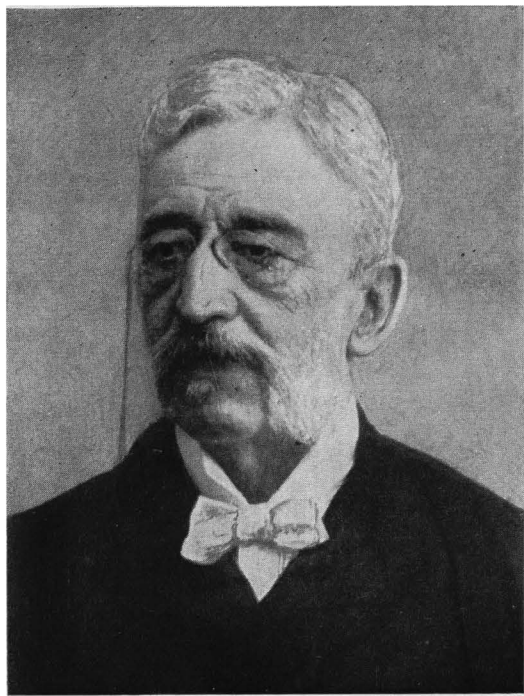
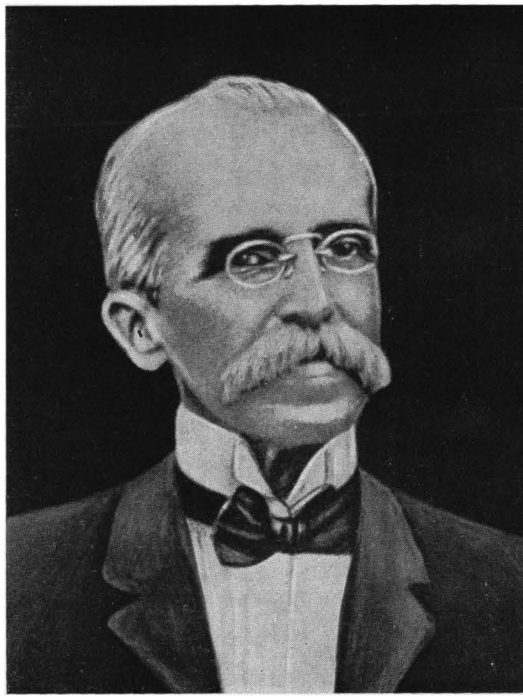
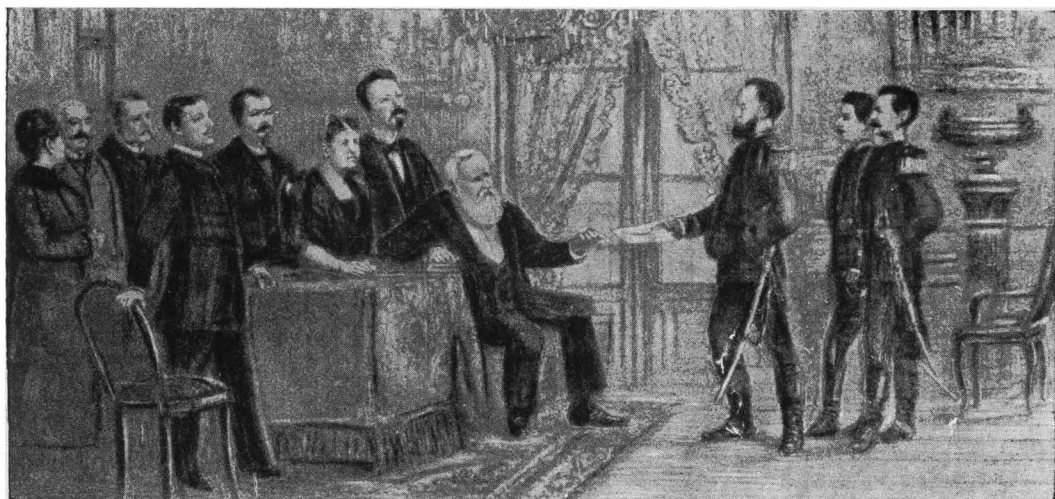
Tomadas de assalto, desde o dia 21, pela Brigada do Coronel José de Oliveira Bueno, as posições artilhadas do Piquissiri, realizou-se a junção das fôrças brasileiras, que haviam contornado pelo Chaco, com as aliadas que ali haviam permanecido ([3]).

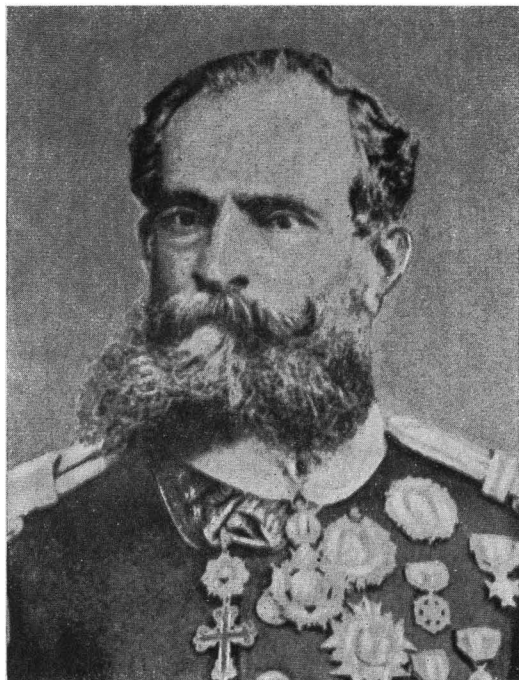
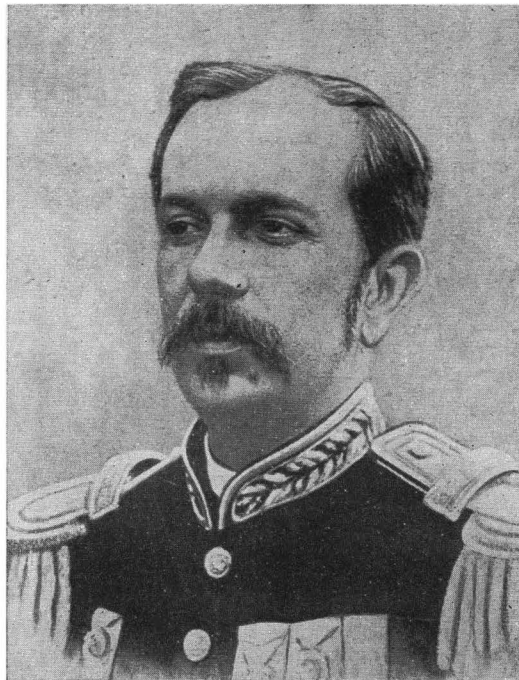
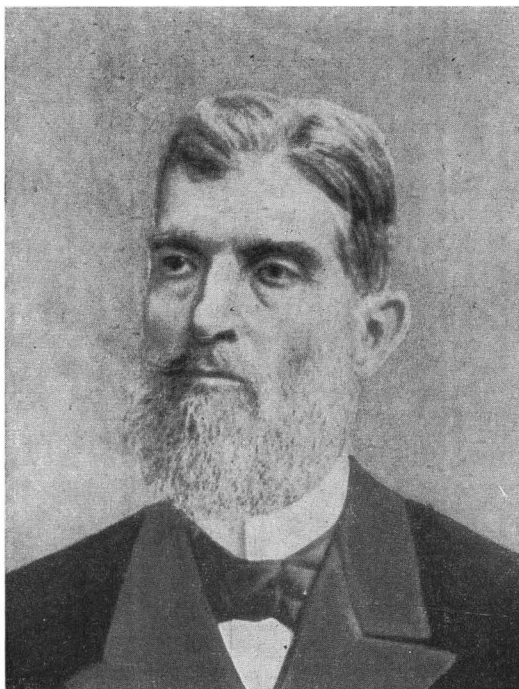
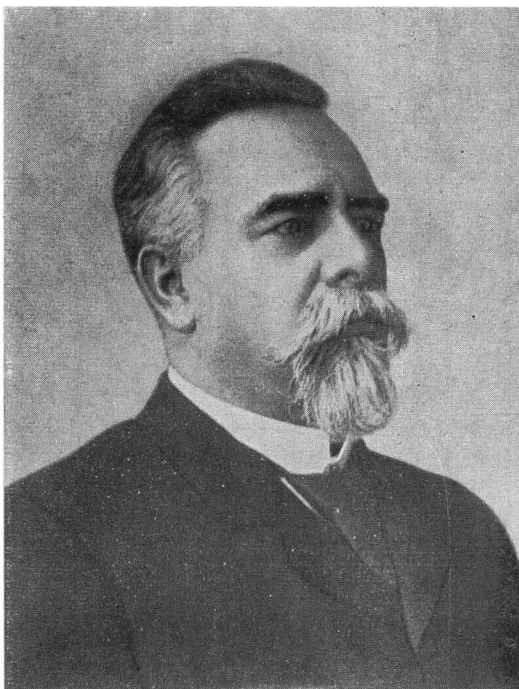
Hàbilmente separada do grosso do Exército paraguaio, pela corajosa manobra de Caxias, entregou-se a guarnição de Angostura, no dia 30. Terminava, assim, a épica *dezembrada,* brilhante realização militar, perfeitamente planejada e executada pelo Marquês de Caxias, por si mesma suficiente para colocá-lo ao lado dos maiores capitães da História.

Aniquilado o exército inimigo, estava aberto ao glorioso vencedor o acesso à capital paraguaia, onde a 5 de janeiro de 1869 entraram os aliados.

c) *Retirada da Laguna*

Foi durante o período do comando de Caxias que ocorreu, no Sul de Mato Grosso e Norte do Paraguai, de fevereiro a maio de 1867, a retirada da Laguna, em que se cobriu de glória uma pequena coluna brasileira, que, sob o comando do Coronel Carlos de Morais Camisão, arrojadamente se aventurou a realizar uma incursão ao território inimigo, sendo forçada a abandonar a emprêsa através de terríveis sofrimentos, que puseram à prova o valor do nosso soldado. Descreveu o trágico episódio, no livro *A Retirada da Laguna,* um de seus participantes, Alfredo d'Escragnolle Taunay, depois Visconde de Taunay.

(3) Helio Vianna — "A Campanha do Paraguai através das cartas de um bravo", nos *Estudos de História Imperial* (São Paulo, 1950), p. 232/235.

Visconde de Ouro Prêto

Rui Barbosa

Entrega da Mensagem do primeiro Govêrno Provisório da República ao Imperador D. Pedro II, solicitando a saída do Brasil da Família Imperial, a 16 de novembro de 1889, no Paço da Cidade (hoje Departamento dos Correios e Telégrafos), no Rio de Janeiro.

(Da *Galeria Histórica da Revolução Brasileira de 15 de novembro de 1889,* de Urias da Silveira).

Marechal Deodoro da Fonseca

Marechal Floriano Peixoto

Prudente de Morais

Campos Sales

6 — *Quarto período — Comando do Conde d'Eu*

Apesar das aparências, ainda não estava terminada a guerra. López, refugiado nas Cordilheiras, a leste de Assunção, conseguiu um nôvo exército, que, embora menor que o anterior, poderia prolongar por muito tempo a luta. E como esta se fazia contra o seu govêrno, não contra o país, era necessário continuá-la até à sua destituição.

a) *Campanha das Cordilheiras*

Em abril de 1869, foi nomeado comandante das fôrças em operações o Marechal-de-Exército Príncipe Gastão de Orléans, Conde d'Eu, genro do Imperador, casado com a Princesa Imperial D. Isabel, herdeira do Trono. Reorganizando-as, com o auxílio de chefes prestigiosos, como Osório e Polidoro, pôde flanquear, alguns meses depois, as fortes posições de Ascurra, em que se encontrava o inimigo, hàbilmente contornando-as por Valenzuela.

Regiões em que se travaram as lutas da "Dezembrada" e Campanha das Cordilheiras (1868-1869).

Mapa do Prof. Manoel Maurício de Albuquerque, reproduzido do *Atlas Histórico Escolar*, do Ministério da Educação e Cultura.

A 12 e 16 de agôsto venceu o Conde d'Eu duas batalhas decisivas para a destruição do nôvo Exército de López, em Peribebui e Campo Grande. Na primeira, foi morto o Brigadeiro João Manuel Mena Barreto; na segunda, foi vencido um dos melhores auxiliares do ditador paraguaio, o General Caballero.

b) *Perseguição a López*

Abandonando Ascurra, dirigiu-se López para Caraguataí. Sendo perseguido, internou-se em uma região desabitada, onde seria muito difícil a sua captura. Planejada esta, nos meses seguintes, em colunas que percorriam tôda a zona Nordeste da República do Paraguai, muito se distinguiu, nessa missão, o Brigadeiro José Antônio Correia da Câmara, depois 2.º Visconde de Pelotas. A êle coube vencer o último combate, o de Cerro Corá, a 1.º de março de 1870. Fugindo, depois do encontro, foi alcançado Francisco Solano López, que, ferido, intimado a render-se, preferiu resistir, sendo morto, o que pôs têrmo à guerra.

A êsse tempo, já havia sido organizado outro govêrno paraguaio, em Assunção, graças aos esforços do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, ali presente, José Maria da Silva Paranhos, depois Visconde do Rio Branco.

7 — *Conseqüências da Guerra*

Terminada a Guerra da Tríplice Aliança, sòmente em 1872 firmou o Império um Tratado de Paz com o Paraguai, fixando também os respectivos limites com o Brasil. Como de nossa praxe em todos os Convênios do gênero, não se aproveitou o nosso país da oportunidade para obter quaisquer vantagens territoriais, cingindo-se a interpretar fielmente as disposições de Tratados anteriores e reivindicando apenas as terras que já tivessem sido positivamente ocupadas ou devassadas por portuguêses e brasileiros.

Outra questão relativa às conseqüências da Guerra do Paraguai prende-se à fronteira que depois dela deveria ser estabelecida entre êsse país e a Argentina.

Realmente, embora no artigo 8.º do Tratado de 1.º de maio de 1865 tivessem declarado os três aliados que se obrigavam "a respeitar a Independência, soberania e integridade territorial da República do Paraguai", também pelo artigo 16.º apressada e errôneamente estabeleceram que a fronteira da Argentina com aquêle país seguiria pelo Rio Paraguai acima "até encontrar os limites com o Império do Brasil, sendo êstes do lado da margem direita do Rio Paraguai a Baía Negra". Se fôsse aceita essa determinação, todo o Chaco paraguaio ficaria pertencendo à Argentina, quando, entretanto, os respectivos limites deveriam ser traçados pelo Rio Bermejo, ou mesmo pelo Pilcomayo, afluentes do Rio Paraguai, como opinavam os governos de Assunção. Isto mesmo demonstrou, ainda em 1865, uma consulta que fêz D. Pedro II à Seção de Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado, respondida pelos Viscondes do Uruguai e Jequitinhonha e pelo futuro Marquês de São Vicente.

Retomado o assunto depois da Guerra da Tríplice Aliança, passou o Brasil a defender, perante a Argentina, a integridade territorial do Paraguai, que não deveria ser prejudicada pelo êrro cometido naquele artigo. Conseguindo-se, afinal, que o assunto fôsse submetido ao arbitramento do Presidente Hayes, dos Estados Unidos, decidiu êste, em 1878, de acôrdo com a opinião brasileira, fazendo com que os limites da Argentina com o Paraguai fôssem traçados pelo Rio Pilcomayo, e não pela Baía Negra [4].

---

(4) Helio Vianna — *História das Fronteiras do Brasil*, cit., p. 144/145; *História Diplomática do Brasil*, cit., p. 106.

LXVI

QUESTÃO RELIGIOSA

1 — A Igreja e o Estado

Como vimos na unidade LXII desta *História,* estabelecia a Constituição de 1824 que a religião oficial do Brasil seria a católica apostólica romana, embora fôsse permitida a existência de outras no país. Herdado de Portugal, vigorava nas relações com a Santa Sé, o regime chamado do *padroado,* pelo qual competia ao govêrno brasileiro a indicação dos sacerdotes que deveriam ser nomeados para os principais cargos eclesiásticos do Império. Em conseqüência, o clero era pago pelo Estado, sendo, de certo modo, equiparado ao funcionalismo público. Além disto, as bulas e breves dos papas só teriam aplicação no Brasil quando houvessem obtido o beneplácito imperial.

O funcionamento dêsse regime não deixaria de produzir conflitos, sobretudo porque o Vaticano não concordava com a *placitação,* isto é; com aquela aprovação dos atos emanados do Sumo Pontífice.

2 — A maçonaria no Brasil

A maçonaria, no Brasil, havia tido certa importância política em 1821 e 1822, por ocasião do movimento da Independência, quando teve por Grão-Mestres José Bonifácio de Andrada e Silva e o próprio D. Pedro I. Fechando-a êste, logo no início do Primeiro Reinado, ressurgiu dividida em diversos ramos, sob as Regências Trinas.

Perdendo o seu caráter político e assumindo principalmente o beneficente, foram Grão-Mestres do Grande Oriente do Brasil, a partir de 1831, o mesmo José Bonifácio, o Visconde de Albuquerque, o Marquês de Abrantes, o 2.º Barão de Cairu, o Conselheiro Joaquim Marcelino de Brito e, eleito em 1870, o Visconde do Rio Branco, no ano seguinte chefe do govêrno.

Em 1872, ao surgir o conflito com os Bispos de Olinda e do Pará, contava o Grande Oriente do Vale do Lavradio com 33 lojas no Rio de Janeiro e 45 nas Províncias. Existiam, além dêle, dois pequenos núcleos maçônicos dissidentes, o do Vale dos Beneditinos e o do Vale de General Câmara, de nomes tomados às ruas em que funcionavam as respectivas lojas centrais.

Apesar de condenada pela Igreja a maçonaria, verificava-se, no Brasil, certa tolerância a seu respeito, visto que seus membros não hostilizavam abertamente o catolicismo, pertencendo, muitos dêles, às Irmandades religiosas, a começar pelo Duque de Caxias, simultâneamente representante da maçonaria inglêsa e Provedor da Irmandade da Santa Cruz dos Militares.

3 — *Questões dos Bispos de Olinda e Pará*

Em 1872, realizando-se no Rio de Janeiro uma festa maçônica a propósito da Lei do Ventre Livre e em homenagem ao Presidente do Conselho de Ministros e Grão-Mestre da maçonaria, Visconde do Rio Branco, nela foi orador o Padre Almeida Martins. Sabedor do fato, exortou-o o Bispo do Rio de Janeiro, D. Pedro Maria de Lacerda, depois Conde de Santa Fé, a que deixasse a maçonaria. Recusando-se a fazê-lo, foi suspenso de ordens. A ocorrência desagradou a certos maçons, que deliberaram abrir uma campanha, principalmente jornalística, contra o episcopado. Aconselhado pelo Internúncio Apostólico, Monsenhor D. Domingos Sanguigni, a ela não respondeu o referido Bispo Capelão-Mor do Rio de Janeiro.

A êsse tempo, havia tomado posse do Bispado de Olinda o jovem capuchinho D. Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, que, disposto a reformar primeiramente o clero, depois as Irmandades, havia suspenso dois sacerdotes que não quiseram deixar a maçonaria, mandando ainda que fôssem excluídos das confrarias todos os maçons. Como algumas não obedecessem, foram suspensas, já em 1873.

Seguindo o exemplo de D. Vital, o mesmo fêz o Bispo do Pará, D. Antônio de Macedo Costa.

De acôrdo com a legislação vigente, as Irmandades apelaram para a Coroa contra a decisão dos Bispos. Examinado o assunto pelo Conselho do Estado, negou-se D. Vital a apresentar a sua defesa, limitando-se a declarar que o recurso ao poder civil era condenado por várias decisões da Igreja. Intimado a anular as interdições que havia lançado contra as confrarias recalcitrantes, não obedeceu, negando ao govêrno o direito de intervir em suas funções espirituais.

Da mesma forma procedeu o Bispo do Pará.

Diante da desobediência dos Bispos e da intensa campanha contra êles movida pela maçonaria, principalmente pelo ardoroso político e maçom Conselheiro Joaquim Saldanha Marinho, o *Ganganelli* de violentos panfletos e discursos, resolveu o govêrno denunciá-los ao Supremo Tribunal de Justiça, de acôrdo com a legislação em vigor. Presos e conduzidos ao Rio de Janeiro, mais uma vez recusaram-se a apresentar defesa, não reconhecendo competência àquele Tribunal para julgá-los em assunto que reputavam espiritual. Foram, entretanto, espontâneamente defendidos pelo Conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos, Se-

nador Cândido Mendes de Almeida e Antônio Ferreira Viana, que não puderam evitar a sucessiva condenação dos dois antístites, já em 1874, a quatro anos de prisão com trabalhos forçados, cada um, sentenças que o Imperador D. Pedro II imediatamente comutou para as de prisão simples, a serem cumpridas em fortalezas do Rio de Janeiro.

a) *Missão do Barão do Penedo em Roma*

Antes, porém, da condenação dos prelados, havia o govêrno imperial mandado ao Vaticano o diplomata Barão do Penedo, em Missão Especial, a fim de obter da Cúria Romana a revogação dos atos dos Bispos de Olinda e do Pará. Acreditou o Papa Pio IX que, acedendo aos desejos do govêrno brasileiro, cederia êste em seu propósito de julgar os Bispos, e, nesta suposição, por intermédio do Cardeal Antonelli, Secretário de Estado, brandamente os censurou por seu excesso de zêlo, que causava tantas perturbações, mandando suspender os interditos.

Quando, porém, chegou a Roma a notícia da condenação de D. Vital, indignou-se o Santo Padre com o sucedido, determinando que se destruísse a carta de censura.

Permaneceu, portanto, inalterada a situação. Os Governadores Eclesiásticos, nomeados pelos Bispos presos, não levantaram as interdições impugnadas e o govêrno julgou melhor não processá-los, à vista da repercussão obtida pela questão.

Em 1875, organizando-se o Ministério presidido pelo Duque de Caxias, propôs êste a anistia aos Bispos, com a qual concordou o Imperador, encerrando-se a questão, de grandes conseqüências para o país, por ter evidenciado a inconveniência da manutenção do regime de união entre a Igreja e o Estado.

LXVII

ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA

1 — D. Pedro II, os estadistas do Império e a Abolição

A abolição da escravatura foi sempre uma aspiração dos estadistas do Império, desde o Patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva, como dos Imperadores D. Pedro I e II ([1]). Sua realização dependia, porém, do aumento das correntes imigratórias, porque, para atender ao crescente desenvolvimento do país, era preciso não descuidar do fornecimento de trabalhadores à agricultura e às indústrias, então em animador progresso.

Mesmo durante a Guerra do Paraguai, apesar da perturbação pela mesma ocasionada na vida nacional, cogitaram o Imperador e seus Ministros da abolição da escravatura. Tentou retomar a questão o Conselheiro José Tomás Nabuco de Araújo, Ministro da Justiça do último Gabinete presidido pelo Marquês de Olinda. A pedido de D. Pedro II, cinco projetos sôbre a abolição redigiu o Conselheiro José Antônio Pimenta Bueno, depois Visconde e Marquês de São Vicente. Tendo se dirigido ao Imperador uma Sociedade Abolicionista francesa, solicitando sua intervenção no sentido de ser extinta a escravidão no Brasil, determinou êle que a resposta fôsse redigida pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Conselheiro Martim Francisco Ribeiro de Andrada (o segundo do nome). De acôrdo com os seus têrmos, a abolição no Brasil era uma questão de oportunidade, não podendo ser resolvida na ocasião devido à guerra em que estava empenhado o Império. Continuou, entretanto, a ser estudada a matéria, submetendo o chefe do govêrno, Conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos, ao exame do Conselho de Estado, os projetos de Pimenta Bueno. Em 1868, ocupou-se do assunto a própria Fala do Trono.

2 — Liberdade dos nascituros

Terminada a Guerra do Paraguai, foi chamado ao govêrno, para tratar do problema relativo à gradual libertação dos escravos, o Conse-

(1) De José Bonifácio é bem conhecida a *Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sôbre a Escravatura,* publicada em Paris, 1825.
De D. Pedro I é uma carta assinada "O Filantropo", a 30 de maio de 1823 aparecida no jornal carioca *O Espelho,* na qual, condenando a escravidão, sugeriu interessante processo de substituição do tráfico de africanos pela vinda de imigrantes europeus. (Cf. Helio Vianna — "D. Pedro I Abolicionista", no *Jornal do Comércio,* do Rio de Janeiro, a 5 e 12 de outubro de 1962).
A D. Pedro II abolicionista adiante nos referiremos.

lheiro Pimenta Bueno, já Visconde de São Vicente. Não conseguindo, porém, vencer a oposição parlamentar, contrária aos seus projetos, foi substituído na Presidência do Conselho de Ministros, em 1871, pelo Visconde do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos.

O nôvo chefe de Gabinete, um dos mais notáveis estadistas do Império, depois de difícil luta parlamentar conseguiu ver aprovado o projeto que se transformou na Lei de 28 de setembro de 1871, geralmente conhecida como *Lei do Ventre Livre*. De acôrdo com as suas determinações, não nasceriam mais escravos no Brasil, o que importava na abolição gradual da escravatura. Cuidou a lei da criação e tratamento dos filhos menores das escravas e declarou libertos os chamados "escravos da Nação," pertencentes ao Estado. Também foi criado um fundo especial, destinado à emancipação dos escravos.

Por ocasião da discussão, votação e assinatura da importante medida, achava-se no exercício da Regência do Império a Princesa D. Isabel, herdeira do Trono, por encontrar-se D. Pedro II no estrangeiro. Em tôdas as fases da campanha emancipacionista, contavam os seus defensores com a solidariedade da Princesa Imperial, cujos sentimentos a respeito eram bem conhecidos.

3 — Campanha abolicionista

Entrando em execução a Lei de 28 de setembro, deixou de ser discutida, durante alguns anos, a questão da liberdade dos escravos.

Em 1879, tendo sido eleito Deputado Joaquim Nabuco, foi retomada a questão, a que aderiram alguns outros políticos novos, como Jerônimo Sodré, Joaquim Serra, José Mariano Carneiro da Cunha e Sancho de Barros Pimentel. Na imprensa, apoiaram os jovens deputados alguns ilustres representantes da raça negra: Luís Gama, José do Patrocínio e André Rebouças.

Fundada, no ano seguinte, a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, prosseguiu a campanha abolicionista obtendo adeptos em tôdas as classes sociais, sem conseguir, porém, novas medidas oficiais em seu favor. Sòmente em 1882 e 1883, propuseram e sustentaram medidas que a favoreceram os Ministérios presididos pelo Visconde, depois 2.º Marquês de Paranaguá, e pelo Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira. O primeiro, tendo incluído a questão servil em seu programa, pediu refôrço para o fundo de emancipação, a criação de um impôsto de transmissão na venda de escravos e a proibição do tráfico interprovincial. Nessas duas últimas providências insistiu o seu sucessor, enquanto se avolumava, na Côrte como nas Províncias, a propaganda abolicionista. No Ceará e no Amazonas, em 1884, apoiaram-na os próprios Presidentes, Sátiro Dias e Teodureto Souto. Na primeira dessas Províncias facilitou o movimento abolicionista o fato de anteriormente terem os jangadeiros de Fortaleza se recusado a transportar para bordo dos navios os escravos que, comprados no Ceará, eram vendidos para o Sul do país, onde alcançavam maiores preços. Chefiou essa atitude o jangadeiro

Francisco do Nascimento. Em todo o Nordeste, como no Rio Grande do Sul, começaram a ser libertados todos os escravos de diversos municípios. Existiam, ainda, no país, 1.200.000 escravos, em 1883.

4 — O Ministério Dantas e a tentativa de emancipação do elemento servil

Parecendo oportuna a ocasião para ser tentada uma medida decisiva a respeito da questão abolicionista, chamou o Imperador para organizar Ministério, em 1884, o Conselheiro Manuel Pinto de Sousa Dantas, conhecido defensor da idéia de ser apressada a emancipação de todos os escravos ainda existentes no Brasil. Seu plano consistia em obter a localização provincial da propriedade escrava, aumento do fundo de emancipação e libertação incondicional dos sexagenários [2]. Apresentando um projeto nesse sentido, redigido pelo Deputado Rui Barbosa, rompeu, a propósito, ativa luta parlamentar, movimentando-se tôda a opinião pública.

Vencido o Ministério numa questão de confiança, concedeu-lhe o Imperador a dissolução da Câmara dos Deputados, a fim de ser consultado o país, através de novas eleições. Realizadas, estas, novamente foi vencido o Gabinete numa votação parlamentar, motivo pelo qual, em atenção às praxes do sistema político parlamentarista, vigente no Império, exonerou-o D. Pedro II, sem que tivesse podido ultimar a passagem da lei emancipacionista por que se batia.

5 — Liberdade dos Sexagenários

Substituiu o Conselheiro Dantas na chefia do Ministério liberal o Conselheiro José Antônio Saraiva, político ponderado, que propôs apenas a libertação de todos os escravos de mais de 65 anos de idade, obtendo o apoio dos principais chefes conservadores. Conseguida a aprovação de seu projeto na Câmara dos Deputados e assegurada a sua passagem também no Senado, apressou-se Saraiva a deixar o poder, substituindo-o o Barão de Cotegipe, do Partido Conservador. Manteve, êste, o compromisso assumido com o Ministério anterior, e votada a nova lei no Senado, foi sancionada pelo Imperador a 28 de setembro de 1885, tendo tomado o nome dos Presidentes de Conselho que a promoveram, isto é, *Lei Saraiva-Cotegipe.*

6 — Última fase da campanha abolicionista

Continuou, nos dois anos seguintes, a campanha abolicionista, incentivada pela resistência que lhe opunha o Gabinete. Existiam ainda, no Brasil, 720.000 escravos, de acôrdo com a matrícula de 1887. Multipli-

---

(2) No mesmo ano de 1884, conforme documento autógrafo, guardado em seu Arquivo, hoje no Museu Imperial, de Petrópolis, realizou D. Pedro II pormenorizado estudo sôbre a abolição gradual da escravidão, mediante o aumento do fundo especial para a emancipação. (Cf. Helio Vianna — "D. Pedro II Abolicionista", no *Jornal do Comercio,* do Rio de Janeiro, de 10 de abril de 1964).

cavam-se, por todo o país, os clubes pela emancipação dos cativos, as conferências e publicações em favor da generosa idéia, acolhida por muitos jornais. Os próprios possuidores de escravos concediam numerosas alforrias. Os advogados e os militares manifestaram-se pela abolição da escravatura, aquêles por intermédio de um Clube dos Advogados Contra a Escravidão, êstes solicitando não serem empregados na captura de escravos fugidos. Mesmo os jovens Príncipes D. Pedro e D. Luís, filhos da Princesa Isabel, redigiam um jornalzinho abolicionista, o *Correio Imperial.* Festas em benefício do aumento do fundo de emancipação eram realizadas, ao mesmo tempo que se favoreciam por tôdas as formas as manumissões voluntárias. Diversos magistrados interpretavam a favor dos cativos as leis vigentes, como a de 1831, enquanto libertadores mais exaltados não duvidavam patrocinar a fuga de escravos das fazendas em que não fôssem bem tratados.

7 — Lei Áurea

Exercendo, pela terceira vez, a Regência do Império, aproveitou a Princesa D. Isabel a oportunidade oferecida por um incidente de rua para substituir o Gabinete presidido pelo Barão de Cotegipe pelo que em 1888 organizou o Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, antigo auxiliar do Visconde do Rio Branco na consecução da Lei do Ventre Livre.

Abertas as Câmaras, sugeriu a Fala do Trono que se fizesse quanto antes a abolição da escravatura. Em seguida, apresentou o Ministério um projeto simplesmente declarando extinta a escravidão no Brasil. Aprovado entre entusiásticos aplausos, a 13 de maio daquêle ano foi sancionada por D. Isabel a chamada *Lei Aurea.* Grandes manifestações populares coroaram a brilhante vitória da opinião pública ([3]).

Ao contrário do que esperavam os pessimistas, não se verificou nas zonas agrícolas do país, onde era maior o número de escravos, o abandono, em massa, dos trabalhadores. A maioria continuou a residir nas fazendas, passando a receber pagamento regular pelos serviços prestados.

(3) Cf. Tobias Monteiro — "A Lei de 28 de Setembro — A evolução abolicionista. O Ministério Dantas — A reação conservadora. A Abolição imediata", capítulos de *Pesquisas e Depoimentos para a História* (Rio de Janeiro, 1913), passim.

LXVIII

QUESTÕES MILITARES. PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

1 — Questões Militares

Durante a campanha do Paraguai mantiveram os militares brasileiros prolongado contato com países platinos, cujo regime político era nominalmente republicano, embora quase sempre dominado pelos mais diversos caudilhismos, com exceção da Argentina.

Depois da guerra, voltando à vida civil os milhares de Voluntários da Pátria e Guardas Nacionais para ela convocados, tornaram-se naturalmente mais reduzidos os quadros do Exército imperial e, conseqüentemente, mais demoradas as promoções dos respectivos oficiais.

Simultâneamente, tornou-se mais teórica a preparação dêstes na nova Escola Militar, eventualmente submetida à influência da doutrina positivista, preconizadora do advento de uma *ditadura republicana* como forma ideal de govêrno.

Nesse ambiente predisposto às insatisfações surgiram, no último decênio do Segundo Reinado, as chamadas *questões militares,* que, exploradas pelos republicanos existentes no país, muito contribuíram para a posterior proclamação do nôvo sistema político.

a) *Primeira questão*

Já em 1883, no Ministério presidido pelo Visconde, depois 2.º Marquês de Paranaguá, um projeto de reforma do montepio militar provocou alguma agitação na classe. Para combatê-lo formou-se um "Diretório" na Escola Militar, presidido pelo Tenente-Coronel Antônio de Sena Madureira, oficial conhecido pela veemência de suas atitudes, que já lhe tinham ocasionado punições por motivos disciplinares. Apoiado por professôres, alunos e outros colegas, atacou pela imprensa o referido projeto, afinal abandonado por sua evidente inoportunidade.

Como conseqüência, reiterando-se várias disposições anteriores, proibiu-se aos oficiais do Exército a discussão de questões militares nos jornais, sem licença do Ministro da Guerra. Isto já em 1884, por um aviso do Conselheiro Cândido de Oliveira, titular daquela pasta no Gabinete presidido pelo Conselheiro Manuel Pinto de Sousa Dantas, em aprovação de Ordem do Dia do Ajudante-General do Exército, Marechal Visconde (depois Marquês) da Gávea.

b) *Segunda questão*

No mesmo ano de 1884 chegou ao Rio de Janeiro o jangadeiro cearense Francisco do Nascimento, sendo festivamente recebido pelos abolicionistas, por motivo de sua eficaz iniciativa, que tinha em vista evitar o embarque de escravos em Fortaleza, com destino às Províncias do Sul do Império. Recebido, também, na Escola de Tiro de Campo Grande, ao seu comandante, o citado Tenente-Coronel Sena Madureira, solicitou informações o mesmo Ajudante-General. Respondeu que as não daria, por não se julgar sujeito à sua Repartição, mas ao Comando-Geral da Artilharia, que competia ao Marechal-de-Exército Conde d'Eu. Representando o Visconde da Gávea contra o insólito procedimento, foi aquêle oficial repreendido e demitido do comando que exercia.

c) *Terceira questão*

Em 1885, um incidente resultante da fiscalização de uma Companhia Isolada com sede no Piauí, iria provocar a mais grave das chamadas *questões militares*. Realizando essa inspeção de rotina, verificou o Coronel Ernesto Augusto da Cunha Matos certo extravio de fardamentos, propondo a remoção do respectivo comandante, Capitão Pedro José de Lima, que declarou ter havido parcialidade no caso. Nêle interveio a política partidária, no ano seguinte tomando a defesa do acusado, na Câmara, o Deputado Simplício Coelho de Resende, aliás imediatamente contestado pelo próprio Ministro da Guerra do Gabinete conservador presidido pelo Barão de Cotegipe, Conselheiro Alfredo Chaves. Cunha Matos respondeu pela imprensa às acusações que lhe foram feitas, sendo por êsse motivo advertido em Ordem do Dia e prêso por 48 horas, de acôrdo com as determinações em vigor.

O fato obteve intensa repercussão, defendendo Cunha Matos, na tribuna do Senado, o Tenente-General 2.º Visconde de Pelotas, prestigioso chefe militar.

Também no Rio Grande do Sul repercutiu o incidente. Convidado pelo republicano Júlio de Castilhos, discutiu a matéria em seu jornal *A Federação*, o Tenente-Coronel Sena Madureira, então comandante da Escola de Tiro de Rio Pardo. Mandou o Ministro que fôsse repreendido êsse oficial. Não se conformou êle com a punição, solicitando ser submetido a um incabível Conselho de Guerra. Em Pôrto Alegre, com permissão do Comandante das Armas, Marechal-de-Campo Manuel Deodoro da Fonseca, reuniu-se a oficialidade da guarnição, protestando contra a vigência da proibição das discussões pela imprensa. Chamado ao Rio de Janeiro, Deodoro foi festivamente recebido por seus colegas e alunos da Escola Militar.

Procurando solucionar a questão resolveu o chefe do govêrno ouvir, a respeito, o Conselho Supremo Militar. Opinou êste que "os militares, como quaisquer cidadãos, podiam discutir pela imprensa, mas que era contrária à disciplina tôda e qualquer discussão pela imprensa *entre militares,* sôbre objeto de serviço". De acôrdo com êste parecer mani-

festou-se uma resolução imperial, em vista da qual passaram os militares a julgar "inconstitucionais" os avisos anteriores, pleiteando a sua revogação por parte do govêrno. Concordou o Barão de Cotegipe em anular as notas das referidas punições, desde que os interessados o solicitassem. Negaram-se êstes a fazê-lo, julgando que a iniciativa deveria caber ao próprio govêrno.

Promovida e presidida pelo Marechal Deodoro, realizou-se no Teatro Recreio Dramático uma reunião dos oficiais da guarnição do Rio de Janeiro, na qual foi deliberado solicitar-se a intervenção, no caso, do próprio Imperador. Êste, porém, dentro de suas atribuições constitucionais, não respondeu às representações que a respeito lhe foram dirigidas.

Continuava, assim, o incidente, agravado pelas exonerações do Ministro da Guerra e do Marechal Deodoro, então Quartel-Mestre-General do Exército.

Êste e o Visconde de Pelotas, assinaram enérgico manifesto "ao Parlamento e à Nação", que havia sido redigido pelo advogado Rui Barbosa, a pedido do chefe liberal Conselheiro Manuel Pinto de Sousa Dantas. Constando, mesmo, que se planejava um pronunciamento coletivo da guarnição do Rio de Janeiro, resolveram os Senadores liberais Visconde de Ouro Prêto e Gaspar da Silveira Martins solicitar do Senado que êste convidasse o Ministério conservador a trancar as referidas notas, o que foi feito, encerrando-se, afinal, o discutido incidente, já em maio de 1887 (1).

2 — *O advento da República*

a) *Propaganda republicana*

Apesar da ampla liberdade de opinião vigente no Segundo Reinado, até 1870 jamais se havia cogitado, no país, da criação de um Partido Republicano. Diminuta era a repercussão alcançada, por exemplo, pela pregação do agitador Antônio Borges da Fonseca, que entre 1830 e 1855 manteve cinco pequenos jornais intitulados *O Repúblico* (2). Sòmente no ano da terminação da Guerra do Paraguai alguns liberais, dissidentes da agremiação a que pertenciam, aliados a alguns jovens que ainda não haviam participado de atividades políticas, assinaram, a 3 de dezembro de 1870, um Manifesto republicano, fundando um Clube e um jornal com essa tendência política. Entre os signatários, incluía-se Saldanha Marinho, ex-Deputado e Presidente de Províncias, Aristides Lôbo, Quintino Bocaiúva, Lopes Trovão, Francisco Rangel Pestana e Salvador de Mendonça, êste último Diretor do jornal *A República*, que durou até 1874.

---

(1) A melhor fonte para o estudo das questões militares é o capítulo a seu respeito contido no livro de Tobias Monteiro — *Pesquisas e Depoimentos para a História* (Rio de Janeiro, 1913).

(2) Estudados em "O *Repúblico* Antônio Borges da Fonseca (1808-1872)", trabalho incluído em nossa *Contribuição à História da Imprensa Brasileira* (Rio, 1945).

Obtendo o nôvo partido algumas adesões nas Províncias, notadamente na de São Paulo, nesta se realizaram, em 1873, duas Convenções, uma na própria capital, outra em Itu. Distinguiram-se, aí, como republicanos, o rábula Francisco Glicério e os advogados Américo Brasiliense, Bernardino de Campos, Prudente José de Morais Barros e Manuel Ferraz de Campos Sales. Em Minas Gerais, foram republicanos, entre outros, Joaquim Felício dos Santos, Antônio Olinto dos Santos Pires e João Pinheiro; no Rio Grande do Sul, Barros Casal, Júlio de Castilhos e Assis Brasil; em Pernambuco, Martins Júnior; na Bahia, Virgílio Clímaco Damásio.

No Rio de Janeiro, em períodos de maior ou menor atividade, salientaram-se Quintino Bocaiúva, Silva Jardim, Sampaio Ferraz e Lopes Trovão, embora divergissem os dois primeiros quanto ao método de ação, tornando-se o segundo, mais tarde, ativo propagandista, inclusive em viagens pelas Províncias.

Na Escola Militar, obteve adeptos entre seus discípulos o Professor positivista e republicano Tenente-Coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães.

O Apostolado Positivista, núcleo dos partidários da filosofia de Augusto Comte e da Religião da Humanidade, por êle criada, também aconselhava, aos seus poucos aderentes, a instauração de uma ditadura republicana. Eram seus principais orientadores Miguel Lemos e Teixeira Mendes.

Como resultado da propaganda, em 1884 foram eleitos para a Câmara dos Deputados três republicanos, inclusive os futuros Presidentes da República Prudente de Morais e Campos Sales. Na legislatura seguinte apenas um conseguiu ser eleito. Até 15 de novembro de 1889 haviam-se fundado 74 jornais e 237 Clubes Republicanos em todo o Brasil. Localizavam-se, predominantemente, no Sul do país. Convém notar que muitos tiveram existência efêmera [3].

Nesse ano, em Congresso Republicano reunido no Rio de Janeiro, foi o jornalista Quintino Bocaiúva escolhido chefe do partido. Discordou da escolha o propagandista Silva Jardim, que se declarou "livre-atirador".

Na última eleição geral realizada no Império, a 31 de agôsto de 1889, apenas dois republicanos foram eleitos deputados, mas não chegaram a tomar posse.

b) *Proclamação do nôvo regime*

Em junho de 1889 foi substituído o Ministério conservador, presidido pelo Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, por outro liberal, chefiado pelo Visconde de Ouro Prêto. Havendo necessidade de ser dissolvida a Câmara, para que o nôvo Gabinete pudesse governar, dois deputados que iriam perder o mandato aderiram às idéias republicanas:

(3) As melhores obras sôbre a propaganda e a exata extensão do Partido Republicano, antes da proclamação da República, são *O Ocaso do Império*, de Oliveira Viana (São Paulo, 1926), e *Da Monarquia à República — História do Partido Republicano do Brasil*, do pesquisador norte-americano Sr. George C. A. Boehrer (Rio, 1954).

Cesário Alvim e o Padre João Manuel de Carvalho, que em plena sessão terminou o seu discurso com um "Viva a República!" Foi prontamente respondido pelo nôvo chefe do govêrno, que recebeu muitos aplausos, partidos dos próprios adversários igualmente monarquistas.

Para evitar novas questões militares, escolheu o Visconde de Ouro Prêto para os cargos de Ministros da Guerra e Marinha, em vez de civis, como era costume, dois participantes da Guerra do Paraguai: o Marechal-de-Campo Visconde de Maracaju e o Chefe-de-Esquadra Barão de Ladário. Apesar disto, quiseram transformar em nova questão simples episódio disciplinar, ocorrido entre o Presidente do Conselho e o Tenente Carolino, comandante da guarda do edifício do Tesouro, sede do Ministério da Fazenda, pelo primeiro prêso por se encontrar fora do seu pôsto. E exploraram contra o Gabinete algumas transferências de Batalhões, que haviam sido aconselhadas pelo Ajudante-General do Exército, Marechal Floriano Peixoto.

Não tendo entrado para o Ministério o ex-Deputado liberal Rui Barbosa, que no *Diário de Notícias* dirigira intensa campanha contra o Gabinete anterior, passou êle a atacar também o nôvo, alcançando suas críticas as próprias instituições monárquicas, embora não se declarasse republicano o veemente jornalista.

Como indício do que iria ocorrer, em cerimônia realizada na Escola Militar, durante a visita de oficiais de um cruzador chileno, em outubro, imprudentemente discursou o Professor Benjamin Constant, defendendo o Exército de acusações que lhe não eram feitas.

Em novembro, aproveitando os ressentimentos ainda vivos da terceira questão militar, ràpidamente se articulou uma conspiração entre os republicanos do Rio de Janeiro e São Paulo e oficiais do Exército, resolvendo-se proclamar o nôvo regime quando se reunisse a Assembléia Geral, no dia 20. Em reunião realizada no Clube Militar, no dia 9, ficou Benjamin Constant autorizado a agir em nome de seus companheiros de classe. A 11 do mesmo mês reuniram-se em casa do Marechal Deodoro, para resolver sôbre a Proclamação da República, elementos civis e militares.

No dia 14, espalharam-se boatos contra o Ministério, atribuindo-se-lhe o desejo de prender o principal chefe militar, Marechal-de-Campo Manuel Deodoro da Fonseca, e o Tenente-Coronel Benjamin Constant. Essa notícia, apesar de não ter fundamento, foi tendenciosamente propalada e precipitou os acontecimentos, pondo-se em armas, durante a noite, alguns corpos da guarnição do Rio de Janeiro.

Tomando conhecimento da situação, determinou providências o Visconde de Ouro Prêto, mas não foram cumpridas tôdas as suas ordens, inclusive as dadas ao referido Ajudante-General do Exército. Assumindo o comando das fôrças revoltadas, o Marechal Deodoro, na manhã do dia 15, dirigiu-se à Praça da Aclamação (hoje da República), onde mandou prender o Ministro da Marinha, Chefe-de-Esquadra Barão de Ladário, que resistiu à ordem recebida de um Tenente, sendo ferido

à bala. Penetrando no edifício do Quartel-General do Exército (depois substituído pelo Palácio da Guerra), aí depôs o Ministério (4) que pelo telégrafo já havia solicitado demissão ao Imperador, ausente em Petrópolis. Em seguida, desfilando pelas ruas da cidade e obtendo a adesão de parte da marinha, recolheram-se as tropas a seus quartéis.

À tarde, reunidos alguns Vereadores e republicanos na Câmara Municipal, inclusive José do Patrocínio e Lopes Trovão, foi lavrada uma ata, declarando proclamada a República.

Enquanto isto, D. Pedro II, tendo descido para o Rio de Janeiro, à vista da situação, reuniu o Conselho de Estado no Paço da Cidade, e, depois de ouvi-lo, resolveu aceitar a exoneração solicitada pelo Visconde de Ouro Prêto, encarregando de substituí-lo na chefia do govêrno o Conselheiro José Antônio Saraiva. Quando, à noite, êste por escrito dirigiu-se ao Marechal Deodoro, comunicando o ocorrido, já o chefe da revolta havia concordado em assinar os primeiros atos que declaravam instaurado o nôvo regime, sob a forma republicana e federativa (5).

---

(4) Embora dias antes houvesse concordado em chefiar um movimento de caráter republicano, à última hora mudou de idéia o Marechal Deodoro, pois, dirigindo-se ao Visconde de Ouro Prêto, no Quartel-General, disse-lhe, sacando do bôlso um papel, que depois guardou: — "Aqui tenho o Ministério que vou apresentar a Sua Majestade o Imperador". À tarde do mesmo dia 15 de novembro comentavam os seus amigos, em casa de Benjamin Constant, que o Marechal havia realizado uma *saldanhada,* em alusão ao Duque de Saldanha, que em Portugal derrubou Ministérios com pronunciamentos militares.

(5) A mudança de atitude de Deodoro é geralmente explicada pelo fato de ter chegado ao seu conhecimento que o Visconde de Ouro Prêto havia indicado ao Imperador, para a chefia do nôvo govêrno, o nome de Gaspar da Silveira Martins, inimigo pessoal do Marechal. Achando-se aquêle Senador em viagem, pouco depois de chegar ao Rio de Janeiro foi prêso e em companhia de Ouro Prêto e do irmão dêste, Conselheiro Carlos Afonso de Assis Figueiredo, deportado para a Europa.

LXIX

GOVÊRNO PROVISÓRIO. CONGRESSO CONSTITUINTE E CONSTITUIÇÃO DE 1891

1 — O primeiro Govêrno Provisório da República

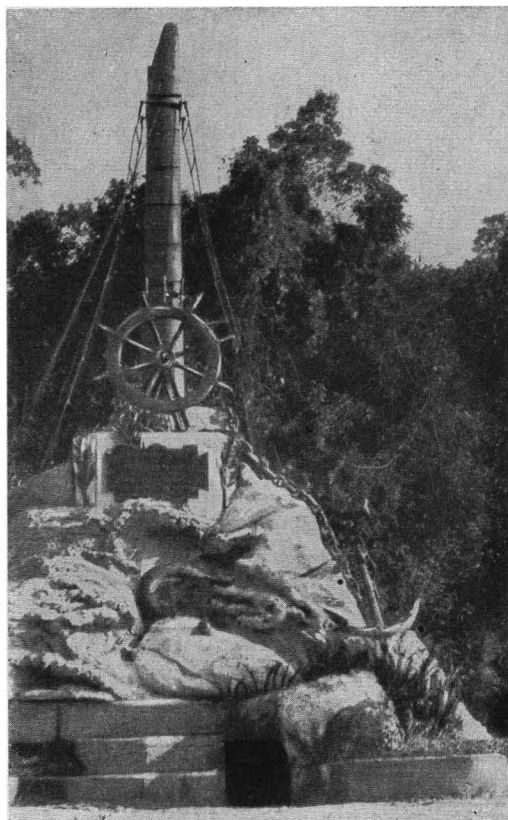
Constituiu-se, na noite de 15 de novembro de 1889, o primeiro Govêrno Provisório da nova República dos Estados Unidos do Brasil. Compunham-no, como Chefe, o Marechal-de-Campo Manuel Deodoro da Fonseca, e os seguintes Ministros de Estado: do Interior (Secretaria correspondente à antiga do Império) Aristides Lôbo; da Justiça — Campos Sales; da Fazenda — Rui Barbosa; das Relações Exteriores (antes dos Negócios Estrangeiros) — Quintino Bocaiúva; da Guerra — Tenente-Coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães; da Marinha — Chefe-de-Esquadra Eduardo Wandenkolk; da Agricultura — Demétrio Ribeiro.

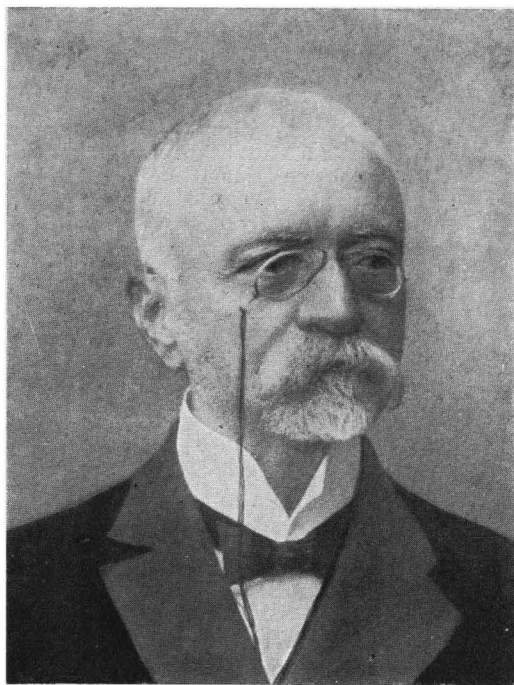
Começou o Govêrno por dirigir uma Proclamação ao país, anunciando a instauração do nôvo regime e procurando justificá-la. Pelo decreto n.º 1, foi adotado, a título provisório, o sistema republicano federativo, até que resolvesse a respeito o Congresso Constituinte que seria convocado. Transformaram-se em Estados federados as Províncias do extinto Império, declarando-se dissolvidas tôdas as instituições incompatíveis com o nôvo regime. Assumiram o govêrno, nos novos Estados, republicanos designados do Rio de Janeiro, ou, onde não existissem, elementos das respectivas guarnições militares. Vencidas algumas dificuldades encontradas, inclusive na Bahia e no Maranhão, onde se registraram protestos contra a súbita mutação política — numerosas foram as adesões imediatamente recebidas.

No Rio de Janeiro, a primeira preocupação do Govêrno Provisório foi relativa à situação pessoal do Imperador e dos membros de sua família, pois D. Pedro II era grandemente respeitado por seus méritos e serviços em quase meio século prestados ao país. Solicitou-se, por meio de uma Mensagem, a sua retirada do Brasil. Respondendo a ela, aquiesceu em ausentar-se com os seus, embarcando para a Europa na madrugada de 17 de novembro, depois de formular votos pela prosperidade brasileira (1).

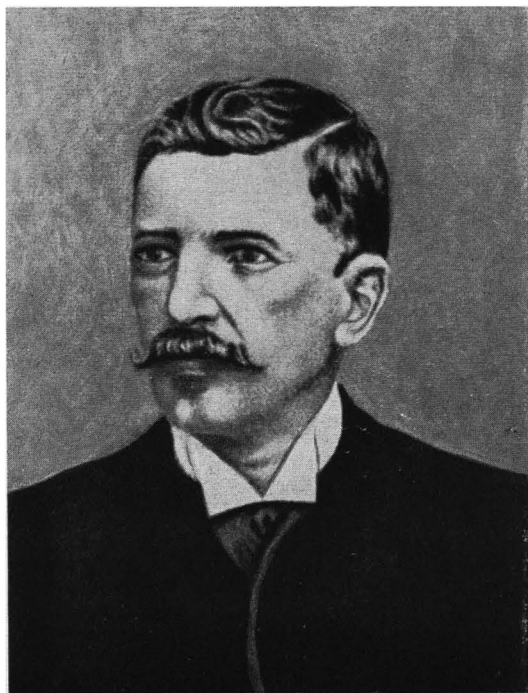
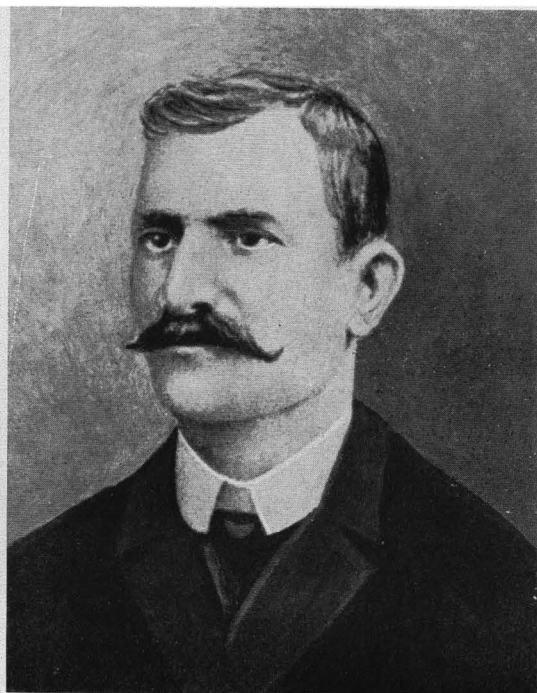
---

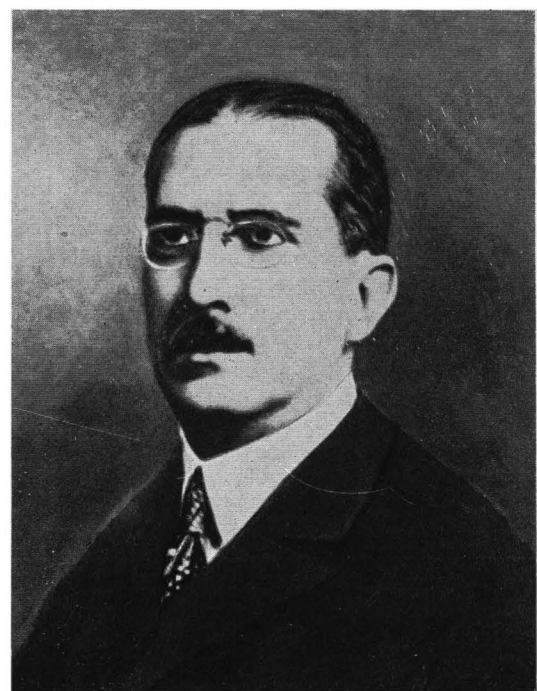
(1) No exílio manteve D. Pedro II a sua habitual serenidade, jamais se queixando do ocorrido ou tentando prejudicar o nôvo regime. Ao contrário, aos diplomatas que lhe solicitaram exoneração de seus cargos, aconselhou a que continuassem servindo ao Brasil. Para seu estabelecimento no exterior determinou o Govêrno Provisório que lhe fôsse paga a quantia de 5.000 contos de réis. Tomando conhecimento da medida, recusou-a o Imperador. Resolveu, então, o Govêrno Provisório, decretar o banimento de tôda a Família Imperial do Brasil. Em Paris, a 5 de dezembro de 1891, faleceu o grande brasileiro.

Monumento aos Marinheiros Mortos na Revolta da Armada, no Cemitério de Santo Antônio, na Ilha de Paquetá, Baía de Guanabara. (Trabalho do escultor Benevenuto Berna).

Fachada do Palácio Itamarati, no Rio de Janeiro, sito à Rua Larga de São Joaquim, hoje Avenida Marechal Floriano. Construído, a partir de 1851, para residência dos ricos comerciantes 1.º e 2.º Barões de Itamarati, foi, de 1889 a 1897, sede dos primeiros governos da República. É, desde 1899, sede do Ministério das Relações Exteriores. Nêle residiu e faleceu o Barão do Rio Branco, titular daquela pasta de 1902 a 1912, durante quatro Presidências. (Fotografia de Marc Ferrez).

Rodrigues Alves

Afonso Pena

Nilo Peçanha

Marechal Hermes da Fonseca

Venceslau **Brás**

Delfim Moreira

Epitácio Pessoa

Artur Bernardes

Marco da Fronteira entre o Brasil e o Uruguai, situado ao centro da Praça Internacional, nas cidades de Livramento, brasileira (à esquerda), e uruguaia, de Rivera (à direita).

Ponte internacional sôbre o Rio Uruguai, ligando a cidade brasileira de Uruguaiana, no Estado do Rio Grande do Sul, à argentina de Paso de los Libres, na Província de Corrientes. *À direita:* Marco das Três Fronteiras (Brasil, Argentina e Paraguai), na confluência do Rio Iguaçu com o Rio Paraná.

No dia 19 foi decretada a adoção de uma nova bandeira e escudo de armas para o país. Naquela, mantinham-se as côres principais da anterior, modificando-se, porém, a respectiva parte central, onde uma esfera estrelada substituiu as anteriores armas imperiais. Cortando-a, uma faixa foi introduzida, com a divisa "Ordem e Progresso", de origem positivista. Nas novas armas do Brasil, em tôrno de uma grande estrêla também se conservaram os ramos de cafeeiro e da planta do tabaco, vindos do escudo do Império.

No mês de dezembro tomou o Govêrno Provisório importantes decisões, dentre elas a chamada *grande naturalização,* pela qual passaram a ser brasileiros todos os estrangeiros que aqui se encontrassem e que não manifestassem o desejo de continuar com a nacionalidade primitiva.

No dia 18 registrou-se um motim no 2.º Regimento de Artilharia Montada. Realizaram-se várias prisões e, embora não ficasse demonstrada nenhuma ligação com vultos monarquistas, foram deportados para o estrangeiro o Visconde de Ouro Prêto, seu irmão o Conselheiro Carlos Afonso de Assis Figueiredo e o ex-Senador Gaspar da Silveira Martins.

Verificando-se, então, que os jornais ligados ao antigo regime criticavam algumas medidas governamentais, foi declarado que os abusos da liberdade de imprensa seriam punidos de acôrdo com as leis militares — ameaça que tinha em vista a obtenção de seu silêncio.

Em janeiro de 1890 novas medidas continuaram a produzir intensas reformas, salientando-se, em sua elaboração, o Ministro da Fazenda, Rui Barbosa. Entre elas a declaração da liberdade de todos os cultos religiosos e a separação da Igreja do Estado, regulamentando-se, em conseqüência, o registro e o casamento civil. E, a seguir, a reforma bancária, pela qual foi muito criticado aquêle titular da pasta financeira, originando a sua iniciativa séria crise no Govêrno Provisório, inclusive a exoneração do Ministro da Agricultura, o positivista Demétrio Ribeiro, substituído por Francisco Glicério, "republicano histórico", isto é, da fase da propaganda.

Com a dissolução das Assembléias provinciais e das Câmaras municipais, nomeando-se Intendentes para o govêrno dos municípios — verificou-se, em todo o país, com o nôvo regime, ampla descentralização administrativa, ao contrário do que antes ocorria. Os Governadores dos Estados continuaram a ser livremente nomeados pelo Govêrno Provisório, salientando-se, entre êles, muitos militares, menos nas unidades federativas em que os republicanos fôssem mais numerosos.

Outras reformas continuaram a marcar, no decorrer do ano de 1890, as atividades do Govêrno Provisório. Por iniciativa de Benjamin Constant, quando Ministro da Guerra, foi modificado o ensino militar, de modo a receber nítida influência da doutrina positivista. Entrando êsse titular em grave divergência com Deodoro, para êle se criou a efêmera pasta da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, na qual também se reformou o ensino oficial. Substituiu-o, na da Guerra, o Marechal Floriano Peixoto.

Ainda de grande extensão foram as reformas do Código Criminal e da organização judiciária do país.

Internamente, sempre foi difícil a situação do Govêrno Provisório, no qual durante muito tempo preponderaram as opiniões do respectivo Vice-Chefe, o Ministro da Fazenda, Rui Barbosa. Ao Marechal Deodoro faltavam as qualidades políticas necessárias ao desempenho de seu cargo, daí decorrendo as sucessivas crises em que se envolveu. Uma, de que resultou a demissão coletiva do Ministério, ocorreu em janeiro de 1891. Em conseqüência do sistema de concessão de vultosas garantias de juros a emprêsas que se propunham a realizar grandes serviços públicos, uma pleiteou o Ministro da Agricultura, Francisco Glicério, no valor de cem mil contos de réis em ouro, em benefício de certa companhia de obras hidráulicas. Negou-a Deodoro, que por sua vez insistiu pela concessão do hipotético pôrto de Tôrres, no Rio Grande do Sul. Resolveram os Ministros recusá-la, sendo, em conseqüência, substituídos por outros tidos como não "republicanos históricos", isto é, antigos monarquistas que haviam aderido à República. Chefiava-os o Barão de Lucena, íntimo amigo de Deodoro, que passou a ser a figura dominante do Ministério.

Era esta a situação do Govêrno Provisório, quando em fevereiro de 1891 chegou ao fim, pela eleição que para substituí-lo então realizou o Congresso Constituinte, de acôrdo com a Constituição aprovada no dia 24 do mesmo mês.

2 — *Constituição de 1891*

a) *Anteprojeto do Govêrno*

A 3 de dezembro de 1889 nomeou o Govêrno Provisório uma comissão especial encarregada de elaborar o projeto de Constituição que seria apresentado ao futuro Congresso Constituinte da República dos Estados Unidos do Brasil. Compunham-na o Conselheiro Joaquim Saldanha Marinho, antigo político do Império e signatário do *Manifesto* republicano de 1870, que dela foi escolhido Presidente; os "republicanos históricos" Américo Brasiliense de Melo (Vice-Presidente), Francisco Rangel Pestana e os juristas Antônio Luís dos Santos Werneck e José Antônio Pedreira de Magalhães Castro.

Iniciados os seus trabalhos, três foram os anteprojetos por seus membros elaborados e afinal reduzidos a um só. Inspirado na Constituição dos Estados Unidos da América, foi entregue em 30 de maio de 1890 ao govêrno, que de 10 a 18 de junho seguinte realizou sua minuciosa revisão, devida, principalmente, ao Ministro Rui Barbosa. Melhorando sua redação e modificando, muitas vêzes, sua estrutura, no projeto introduziu algumas das mais importantes características do futuro estatuto, inclusive o seu pronunciado presidencialismo — contra o qual erguer-se-ia, mais tarde, o próprio Rui.

Aprovado o projeto dito "do Govêrno Provisório", por Decreto de 22 do mesmo mês, com ligeiras modificações determinadas em outubro, foi apresentado, em novembro seguinte, ao Congresso Constituinte.

b) *Congresso Constituinte*

A um nôvo Ministro do Interior, Cesário Alvim, coube regulamentar a primeira eleição republicana do Brasil, para a escolha dos membros do Congresso Constituinte. Foi muito criticado o seu trabalho, que visava garantir ao nôvo regime um corpo de eleitos muito diferente dos vigentes sob a monarquia.

Assim realmente aconteceu, e o Congresso Constituinte, eleito em setembro, composto de três senadores para cada Estado e para o Distrito Federal, e de deputados em número proporcional às populações estaduais, instalou-se, a 15 de novembro de 1890, sob a presidência do "republicano histórico" Prudente de Morais. Compunha-o pessoal principalmente nôvo na política brasileira, inclusive recentes e antigos republicanos, numerosos militares e alguns remanescentes dos partidos monárquicos, quase sempre discretos ou entusiastas adesistas.

Nos trabalhos do Congresso apareceu, logo, uma corrente ultrafederalista, desejosa de ampliar ainda mais as atribuições no projeto concedidas aos Estados. Baseava-se, principalmente, na representação do Rio Grande do Sul. Foram contidos os seus excessos, pela prudência da maioria, o mesmo acontecendo às veleidades ditatorialistas manifestadas por alguns positivistas.

Embora fôsse totalmente aproveitado, em sua estrutura geral, o projeto apresentado pelo Govêrno Provisório, muitas pequenas modificações nêle conseguiram introduzir os congressistas, inclusive a chamada *Comissão dos 21,* um de cada Estado e do Distrito Federal. Não conseguiram, porém, distribuir bem as rendas federais, estaduais e municipais, nem esclareceram melhor o perigoso artigo que permitia ao Presidente da República intervir nos Estados, em várias imprecisas e discutíveis condições.

Também não se aproveitou a oportunidade para que fôsse revista a arbitrária divisão política territorial do Brasil, mantendo-se a do Império que, como vimos, com duas modificações, apenas, as criações das Províncias do Amazonas e Paraná (aquela, aliás, restaurando a antiga Capitania de São José do Rio Negro), vinha do período colonial.

Depois de pouco mais de três meses de trabalho, a 24 de fevereiro de 1891 promulgou o Congresso a primeira e mais sucinta Constituição da República.

c) *Constituição de 24 de fevereiro*

Eram as seguintes as principais características da segunda Constituição brasileira, em vigor até 1930:

O Brasil, constituído por uma federação de vinte Estados, aos quais foi concedida ampla autonomia, econômica e administrativa, seria go-

vernado por um Presidente eleito diretamente pelo povo, com um mandato de quatro anos de duração. Auxiliava a êsse chefe do Poder Executivo um Ministério, de sua livre escolha, sòmente perante êle responsável. Podia o Presidente determinar a intervenção federal na administração dos Estados, em certos casos, mais bem esclarecidos pela reforma constitucional de 1926.

Os membros do Congresso Nacional, órgão do Poder Legislativo, composto do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, também seriam eleitos diretamente pelo povo, com a diferença, porém, de que a representação dos Estados e do Distrito Federal seria igual no Senado — três senadores para cada um, durando o mandato dos mesmos nove anos — e proporcional à população na Câmara, onde o mandato era de três anos.

O Supremo Tribunal Federal era o órgão superior do Poder Judiciário, composto ainda de Juízes Federais e de Direito, sendo mantida a instituição do júri.

O liberalíssimo capítulo constitucional relativo aos direitos e garantias do cidadão, procedia principalmente do que lhe correspondia na Constituição do Império.

Era, em suma, a Carta de 1891, uma Constituição de espírito liberal, muito presidencialista, federal e democrática. Não atingiu a sua estrutura a pequena reforma de 1926, apenas esclarecedora de alguns pontos, como, por exemplo, quanto à intervenção nos Estados e à organização da justiça federal.

LXX

POLÍTICA INTERNA DA REPÚBLICA (1891/1930)

A política interna do primeiro período constitucional da República vem de 1891 a 1930, da promulgação da primeira Constituição do regime à deposição do Presidente Washington Luís, na revolução dêsse último ano. É a fase vulgarmente chamada da *República Velha*, em contraposição à *República Nova*, iniciada em 1930.

Aqui a estudaremos através de seus sucessivos governos, deixando para unidades especiais a política exterior, a economia e finanças, viação, imigração e colonização no período republicano, antes de concluir esta *História do Brasil* com o estudo do segundo Govêrno Provisório, de 1930/1934, das Constituições de 1934, 1937 e 1946 e das últimas presidências.

1 — Presidência do Marechal Deodoro da Fonseca (1891)

De acôrdo com uma disposição transitória da Constituição de 1891, excepcionalmente deveriam os constituintes eleger, logo após a respectiva promulgação, o Presidente e o Vice-Presidente da República do quadriênio a terminar em 1894.

Existindo, já, forte oposição ao Chefe do Govêrno Provisório, contra a sua candidatura articulou-se a do próprio Presidente do Congresso, Prudente de Morais. E, contra a do companheiro de chapa de Deodoro, Almirante Eduardo Wandenkolk, ex-Ministro da Marinha, a do Marechal Floriano Peixoto, ex-Ministro da Guerra. Apurada a votação, saíram vencedores os dois marechais, embora pela pequena diferença de 32 votos o Presidente, e com maior desconformidade, de 96 votos, o Vice-Presidente.

Tomando posse do primeiro cargo o Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, no Congresso foi recebido com aplausos muito menores que os dados ao Vice-Presidente Marechal Floriano Peixoto.

Transformado o Congresso Constituinte em Nacional, dividido em Senado Federal e Câmara dos Deputados, verificou-se progressivo incremento no movimento de oposição ao govêrno. Êste, aliás, havia sido profundamente modificado com a nomeação de novos Ministros, dos quais era mais influente o Barão de Lucena. Irritado com diversas iniciativas dos deputados e senadores, que julgava ofensivas à sua admi-

nistração, inclusive a apresentação de uma lei de responsabilidade dos Presidentes, resolveu Deodoro dissolver o Congresso, apesar de não dispor de autorização constitucional para isso.

a) *Dissolução do Congresso*

Realizando-o, por decreto de 3 de novembro de 1891, foi o seu ato aceito ou aprovado por todos os Presidentes e Governadores dos Estados, com exceção do Governador do Pará, Lauro Sodré. Contra a dissolução do Congresso, porém, rompeu no Rio de Janeiro, no dia 23 do mesmo mês, uma revolta da esquadra, sob o comando do Contra-Almirante Custódio José de Melo. Embora dispusesse de elementos para resistir a êsse pronunciamento, preferiu o Marechal Deodoro renunciar imediatamente ao cargo, que ocupava, a fim de evitar o derramamento de sangue brasileiro em um conflito de conseqüências imprevisíveis.

Na forma estabelecida pela Constituição, passou então o govêrno a seu substituto legal, isto é, o Vice-Presidente Marechal Floriano Peixoto.

2 — *Govêrno do Vice-Presidente Marechal Floriano Peixoto (1891/1894)*

Começando o Marechal Floriano Vieira Peixoto o seu govêrno, foi declarada sem efeito a dissolução do Congresso, mas oficialmente promovida a ilegal substituição de todos os governantes estaduais que a haviam apoiado. Como alguns resistissem, ocorreram distúrbios em várias unidades federativas, motivo pelo qual não tardou a formar-se forte movimento de opinião contrário ao Vice-Presidente em exercício.

Como resultado dessa situação, iniciou-se para o país um longo período de intranqüilidade.

Em janeiro de 1892, conseguiu o Sargento Silvino Honório de Macedo sublevar a Fortaleza de Santa Cruz, à que aderiu a da Laje, ambas situadas à entrada da barra do Rio de Janeiro. Prontamente sufocado o levante, foi o seu chefe tempos depois fuzilado em Pernambuco, por ordem do Vice-Presidente da República, por ter procurado envolver-se na Revolta da Armada.

Discutiu-se, no início daquele ano, se o Marechal Floriano deveria mandar que se procedesse à eleição para a Presidência da República, de acôrdo com o que claramente determinava o artigo 42 da Constituição, ou se poderia continuar exercendo-a, pois havia sido eleito para todo um quadriênio. Treze oficiais-generais que pùblicamente manifestaram aquela idéia, foram punidos por ordem do Vice-Presidente, que também fêz deportar para longínquos pontos do território nacional alguns políticos e jornalistas que eram da mesma opinião. Prevaleceu, portanto, a interpretação favorável à permanência do Marechal no govêrno, encampada pelo próprio Congresso, embora ainda não houvessem transcorrido dois anos da Presidência de Deodoro, caso em que a Constituição

determinava que ao Vice-Presidente competia completar o período de mandato presidencial.

Em conseqüência da instabilidade política dominante no Rio Grande do Sul, rompeu nesse Estado, em fevereiro de 1893, a maior e talvez a mais sangrenta revolução da República, a Federalista, que só terminou em 1895, já no govêrno de Prudente de Morais.

Visando a deposição do Vice-Presidente em exercício, nova e mais importante revolta da Armada teve início em setembro daquele mesmo ano, novamente sob a chefia do Contra-Almirante Custódio José de Melo, ex-Ministro da Marinha do govêrno de Floriano. Como a anterior, à qual se aliou em sua fase final, será estudada adiante. Por ora, basta assinalar que ambas, apesar de terem dominado, respectivamente ou em aliança, grande parte dos territórios dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, inclusive as capitais dos dois últimos, e, durante meses, a Baía de Guanabara, — não conseguiram alcançar os seus principais objetivos, graças à intransigência e energia com que foram combatidas pelo govêrno do arbitrário Vice-Presidente de quase três anos em exercício do cargo.

a) *Revolução Federalista e Revolta da Armada*

Depois do advento do regime republicano, entrou o Rio Grande do Sul em período de grande instabilidade política, passando pelo poder vários governantes, afinal ocupando a Presidência do Estado o enérgico Júlio de Castilhos, embora sob grande oposição dos chamados federalistas ou *maragatos,* constantes adversários dos republicanos ou *picapaus.* Chefiados, aquêles, pelo prestigioso Conselheiro Gaspar da Silveira Martins, com apoio de João Nunes da Silva Tavares (Barão de Itaqui), do caudilho Gumercindo Saraiva e outros, declararam-se em revolta, em fevereiro de 1893, prontamente convulsionando grande parte do interior gaúcho.

Em setembro do mesmo ano revoltou-se no Rio de Janeiro a quase totalidade da esquadra, tendo em vista "restaurar o império da Constituição", conforme em manifesto afirmou o seu chefe, Contra-Almirante Custódio José de Melo.

Apesar da ameaça de bombardeio da cidade, resolveu o Vice-Presidente da República, Marechal Floriano Peixoto, resistir ao levante, impedindo desembarques de marinheiros e combatendo os navios revoltados por intermédio das fortalezas e de baterias colocadas no litoral da Baía da Guanabara.

Aliando-se Custódio de Melo aos federalistas do Rio Grande, invadiram êstes o Estado de Santa Catarina, em cuja capital, a cidade do Destêrro, hoje Florianópolis, instalou um govêrno revolucionário o Capitão-de-Mar-e-Guerra Frederico Guilherme de Lorena.

Em dezembro, recebeu a revolta da armada a valiosa adesão do Contra-Almirante Luís Filipe de Saldanha da Gama, Diretor da Escola Naval, que até então havia-se mantido neutro.

Em janeiro de 1894, invadido o Paraná pelos federalistas, vindos do Rio Grande e Santa Catarina, e pelos marinheiros de Custódio, chegados do Rio de Janeiro, também em Curitiba foi organizado outro govêrno revolucionário. Visavam atacar o Estado de São Paulo, mas foram impedidos pela heróica resistência oposta pela guarnição da Lapa, comandada pelo Coronel Antônio Ernesto Gomes Carneiro, morto na ação.

Simultâneamente, na Baía da Guanabara falhou a ocupação de Niterói, tentada por Saldanha da Gama. Chegando do estrangeiro a esquadra comprada pelo govêrno legal para dar combate à revoltada, resolveu o comandante desta asilar-se com seus oficiais e marinheiros a bordo de dois navios de guerra portuguêses surtos no pôrto — o que pôs fim ao movimento no Rio de Janeiro, em março.

No Sul, com a retirada dos revoltosos para o Rio Grande, foram extintos os govêrnos revolucionários do Paraná e Santa Catarina, seguindo-se violenta repressão por parte dos legalistas, com numerosos fuzilamentos, inclusive dos Barões de Sêrro Azul e de Batovi, do Comandante Lorena, de diversos oficiais da Marinha e do Exército, civis, etc.

Em agôsto, no interior do Rio Grande, depois do combate de Carovi foi morto Gumercindo Saraiva, o que fêz com que diminuíssem de intensidade as operações militares.

Em 1895, já no govêrno de Prudente de Morais, realizou-se a última invasão de revoltosos federalistas e da Marinha no Rio Grande do Sul, sob a chefia de Saldanha da Gama, morto a 24 de junho no combate do Campo dos Osórios, próximo à fronteira do Uruguai.

Graças aos esforços do referido Presidente pacificou-se, pouco depois, em agôsto, o Estado sulino.

3 — Presidência de Prudente de Morais (1894/1898)

Eleito pelas fôrças políticas então existentes no país, tomou posse a 15 de novembro de 1894 o primeiro Presidente civil, Prudente José de Morais Barros, "republicano histórico", ex-Presidente do Congresso Constituinte. No ano seguinte concedeu anistia aos revoltosos federalistas e da Marinha, pondo têrmo às agitações vindas do govêrno anterior.

Além de dois movimentos de insubordinação na Escola Militar, fomentados pelos antigos florianistas e prontamente dominados, teve o Presidente de enfrentar sérias crises políticas. Divergindo da orientação que lhe queria impôr o Partido Republicano Federal, dirigido pelo ex-Ministro Francisco Glicério, rompeu com êste e forçou a reconstituição dos grupos em que se apoiava o govêrno, representativos das fôrças políticas dominantes nos Estados.

Por motivo de saúde estêve o Presidente afastado do poder, substituindo-o, durante algum tempo, o Vice-Presidente Manuel Vitorino Pereira. Reassumindo o pôsto, continuou a agitação política, sendo Prudente alvo de um atentado, em que sucumbiu, em sua defesa, o Ministro da Guerra, Marechal Carlos Machado Bittencourt, a 5 de

novembro de 1897. Instaurado processo, em que se envolveram vários políticos, inclusive o próprio Vice-Presidente da República, suicidou-se na prisão o assassino, anspeçada Marcelino Bispo de Melo.

A mais grave ocorrência do govêrno de Prudente de Morais foi a chamada *Campanha de Canudos,* oficialmente empreendida contra fanáticos reunidos no sertão baiano.

a) *Campanha de Canudos*

No sertão do Nordeste do Estado da Bahia, no Arraial de Canudos, à margem do Rio Vaza-Barris, reuniu-se, nos primeiros anos da República, um forte núcleo de fanáticos, chefiados por Antônio Vicente Mendes Maciel, vulgo *Antônio Conselheiro.*

Desobedecendo às autoridades eclesiásticas e estaduais, que tentaram obter a sua dispersão, houve necessidade de recorrer à fôrça. Venceram, porém, os sertanejos, sucessivamente, o destacamento policial do Tenente Manuel da Silva Pires Ferreira e as tropas do Major Febrônio de Brito, contra êles mandadas, em 1896.

Vencendo ainda, completamente, em março do ano seguinte, a mais forte coluna do Coronel do Exército Antônio Moreira César, morto na ação — despertou o fato grande sensação, repercutindo até em agitações de rua no Rio de Janeiro. Injustamente atribuindo-se aos monarquistas auxílio aos fanáticos, assaltaram-se e depredaram-se as redações de seus jornais, sendo assassinado o gerente de dois dêles, Gentil José de Castro. Foi organizada, então, para combater os jagunços de Antônio Conselheiro, uma expedição composta de numerosas tropas do Exército e Polícias, seguindo para a Bahia o próprio Ministro da Guerra, Marechal Carlos Machado Bittencourt.

Depois de extraordinária resistência dos sertanejos — primorosamente descrita na obra *Os Sertões,* de Euclides da Cunha — foram os mesmos vencidos e aniquilados, em outubro, pelas fôrças comandadas pelos Generais Artur Oscar de Andrade Guimarães e Cláudio do Amaral Savaget, arrasando-se o famoso arraial e sendo morto o seu chefe.

4 — Presidência de Campos Sales (1898/1902)

O nôvo Presidente da República, Manuel Ferraz de Campos Sales, "republicano histórico", como o anterior, dedicou-se principalmente à solução da situação financeira em que se encontrava o Brasil, no que foi eficazmente auxiliado pelo Ministro da Fazenda, Joaquim Murtinho, como veremos na unidade LXXII.

a) *"Política dos Governadores"*

A fim de obter o apoio dos representantes dos Estados no Congresso Nacional, estabeleceu Campos Sales a denominada "política dos Governadores", que consistia no seguinte: o govêrno prestigiaria o reconhecimento dos deputados e senadores federais indicados pelos governantes dos Estados ou pelos partidos políticos nêles dominantes, e êstes, em

troca, o apoiariam em todos os assuntos relativos à política geral do país. Êsse regime vigorou, com algumas exceções ocorridas por influência do Senador Pinheiro Machado, no govêrno do Marechal Hermes da Fonseca, até 1930, tendo ocasionado, sucessivamente, a formação de várias oligarquias estaduais, as chamadas "salvações", contra algumas delas, e, afinal, o predomínio político dos dois Estados de maior população, Minas Gerais e São Paulo, causa mais profunda da revolução de 1930.

Como manifestações internas de insatisfação política, registraram-se, no quadriênio de Campos Sales, alterações da ordem em Mato Grosso, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Goiás, sendo mais graves as ocorridas no primeiro dêsses Estados.

5 — Presidência de Rodrigues Alves (1902/1906)

A presidência do Conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves caracterizou-se por ter sido um período de intensas reformas administrativas e notável progresso do país, especialmente em sua capital, modernizada pelo Prefeito Francisco Pereira Passos, e saneada, contra a febre amarela e a varíola, pelo Diretor-Geral de Saúde Pública, Osvaldo Cruz. No Ministério, além do Barão do Rio Branco, na pasta das Relações Exteriores, distinguiram-se Leopoldo de Bulhões, na Fazenda, Lauro Müller, na Viação, o Vice-Almirante Júlio César de Noronha, na Marinha.

Em conseqüência da solução da questão de limites com a Bolívia, estudada na unidade seguinte, organizou-se o Território do Acre.

Graças à política de enérgica recuperação financeira do período anterior, foram retomados importantes serviços públicos antes interrompidos, tais como o prolongamento de estradas de ferro, construção de portos, etc. — como veremos na unidade LXXIII, relativa à viação na República.

A obrigatoriedade da vacina antivariólica serviu de pretexto para mais um levante da Escola Militar, chefiado pelo General Silvestre Travassos e pelo político Lauro Sodré, prontamente dominado pelo govêrno, em 1904. No ano seguinte foram anistiados os sediciosos.

Também em 1905, registrou-se uma tentativa de revolta na Fortaleza de Santa Cruz.

Nos Estados, ocorreram dificuldades políticas em Goiás, Mato Grosso e Rio Grande do Sul, nas quais pessoalmente não quis intervir Rodrigues Alves. Em Sergipe, chegou a ser deposto pela Polícia o Governador, mas, por ordem do Presidente da República foi reposto no poder por fôrças do Exército, morrendo no conflito o Deputado Fausto Cardoso, promotor daquela deposição.

6 — Presidência de Afonso Pena (1906/1909)

Pode ser considerado continuação do anterior, quanto aos melhoramentos que promoveu, o govêrno do Conselheiro Afonso Augusto

Moreira Pena, que havia sido Vice-Presidente no de Rodrigues Alves. A ativa construção de estradas de ferro e portos, o incremento da imigração e novos métodos de colonização, reformas do Exército e Marinha, a criação do Instituto de Manguinhos, depois Osvaldo Cruz — foram alguns de seus benefícios. A Exposição Nacional de 1908, comemorativa do Centenário da Abertura dos Portos, mostrou o progresso do Brasil em um século.

Entre os melhores auxiliares do Presidente, além do Barão do Rio Branco, que continuava a dirigir nossa política externa, destacaram-se Miguel Calmon, na Viação, Davi Campista, na Fazenda, Tavares de Lira, na Justiça e Negócios Interiores.

A hostilidade política do Vice-Presidente do Senado, Pinheiro Machado, aliando-se à insólita candidatura presidencial do Ministro da Guerra, Marechal Hermes da Fonseca, deram origem a uma crise política que precipitou a morte do Presidente, em 1909.

7 — Presidência de Nilo Peçanha (1909/1910)

De acôrdo com o disposto na Constituição, completou o período governamental de Afonso Pena, por já ter êste governado mais de dois anos, o Vice-Presidente Nilo Peçanha. Em seu govêrno foi restaurado o antigo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, e criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais. Nos Estados, fundaram-se Escolas de Aprendizes Artífices.

Apresentando-se candidato à sucessão presidencial o ex-Ministro da Guerra, Marechal Hermes da Fonseca, e o antigo Ministro da Fazenda do Govêrno Provisório, Rui Barbosa, depois de forte campanha eleitoral foi escolhido o primeiro para a chefia da Nação, no quadriênio seguinte.

8 — Presidência do Marechal Hermes da Fonseca (1910/1914)

Começou por dois levantes, na esquadra e no Batalhão Naval, em novembro e dezembro de 1910, o govêrno do Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca. Anistiados os marinheiros revoltados contra o regime dos castigos corporais, ainda vigente na Armada, e depois disso arbitràriamente mortos vários participantes do segundo motim — foram prontamente sufocados os movimentos subversivos.

a) *"Política das salvações"*

Na política interna, de que era principal dirigente, acima do Presidente da República, o Senador José Gomes Pinheiro Machado, verificaram-se diversas intervenções do govêrno federal nos Estados, inclusive tendo em vista extinguir ou apenas substituir as oligarquias que dominavam alguns dêles, o que não ocorreu sem incidentes e conflitos sangrentos, notadamente no Amazonas, Ceará, Pernambuco e Bahia. Nos dois últimos, a perturbação da ordem foi oficialmente preparada,

para que pudessem subir aos respectivos governos dois ex-Ministros do Presidente Hermes da Fonseca. Na cidade do Salvador tiros de canhões incendiaram o Palácio do Govêrno e a Biblioteca Pública. A mesma violência ocorreu em Manaus. No Recife, travou-se luta nas ruas. No Ceará, mais uma revolta sertaneja, a de Juàzeiro, onde gozava de grande influência o Padre Cícero Romão Batista, determinou a intervenção federal, com a derrubada do Governador que sucedera à anterior oligarquia. Pará, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, o Estado do Rio de Janeiro e o próprio Distrito Federal também conheceram agitações, embora de menores conseqüências. Em Alagoas, a antiga oligarquia foi desmontada em benefício de um parente do Presidente da República. Chamou-se, a tudo isso, "política das salvações".

Nos reconhecimentos dos deputados e senadores eleitos exercia Pinheiro Machado, Vice-Presidente do Senado, decisiva influência, anulando mandatos conferidos a políticos que não fôssem de sua simpatia ou do efêmero Partido Republicano Conservador, de sua criação.

9 — Presidência de Venceslau Brás (1914/1918)

Uma agitada sucessão do govêrno do Estado do Rio de Janeiro, provocou o primeiro caso político da Presidência de Venceslau Brás Pereira Gomes, Vice-Presidente no período anterior. Resolveu-o o Supremo Tribunal Federal, que reconheceu a legalidade da Assembléia favorável ao candidato Nilo Peçanha, assim empossado no cargo de Presidente.

Perdendo, no início do govêrno de Venceslau Brás, sua grande influência o Senador Pinheiro Machado, chefe do Partido Republicano Conservador, o ambiente contra êle dominante em certos meios políticos contribuiu para que fôsse assassinado, em setembro de 1915, êsse prestigioso chefe.

Durante tôda a Presidência Venceslau Brás, sofreu o Brasil as conseqüências econômico-financeiras da guerra que então se travava na Europa. Atingido pela campanha submarina sustentada pela Alemanha contra a marinha mercante dos países neutros, como o nosso, reconheceu o govêrno brasileiro, em 1917, o estado de guerra contra nós criado por aquela nação européia, — conforme será estudado na unidade seguinte.

Acontecimento de grande significação para a História do Direito em nosso país, foi a promulgação, no govêrno de Venceslau Brás, do *Código Civil Brasileiro,* em vigor desde 1.º de janeiro de 1916.

Foi também durante êsse período que se travou no interior dos Estados do Paraná e Santa Catarina, a campanha do Contestado, a seguir mencionada.

a) *Campanha do Contestado*

A partir de 1912, registrou-se no Paraná e Santa Catarina outro movimento originado no fanatismo religioso e no abandono em que jaziam as populações do interior. Verificou-se na região chamada do

Contestado, assim denominada por ter sido disputada por aquêles dois Estados, numa questão de limites.

Depois de aí surgir e desaparecer um pacífico *monge,* João Maria, simples curandeiro, seu sucessor, José Maria, conseguiu revoltar os moradores da região de Curitibanos, tendo em vista obter pelas armas uma reforma da solução dada àquele conflito interestadual.

Para vencer os novos *jagunços,* tornou-se necessária a remessa de fôrças federais à região, em 1914 e 1915, as quais, sob o comando do General Fernando Setembrino de Carvalho, conseguiram dominá-los nesse último ano.

10 — Govêrno do Vice-Presidente Delfim Moreira (1918/1919)

Para suceder ao Presidente Venceslau Brás fôra reeleito o Conselheiro Francisco de Paula Rodrigues Alves, cujo bom govêrno anterior era sempre lembrado. Falecendo, porém, antes de assumir o cargo, exerceu-o interinamente o Vice-Presidente Delfim Moreira da Costa Ribeiro, até que pudesse ser eleito e empossado um nôvo Presidente, Epitácio Pessoa, então chefe da delegação do Brasil na Conferência da Paz, reunida em Versalhes. Contra êle, mais uma vez foi candidato derrotado o Senador Rui Barbosa.

Durante a interinidade de Delfim Moreira, foi Afrânio de Melo Franco, titular da pasta da Viação, o Ministro mais importante, inclusive quanto às questões políticas.

a) *Predomínio dos "grandes Estados"*

Verificou-se, naquela eleição de 1919, o completo predomínio da política presidencial dos chamados "grandes Estados", que não eram, entretanto, os de maior superfície, e sim os de maior população e maior representação na Câmara dos Deputados, motivo pelo qual *faziam* quase todos os Presidentes da República. Discordando, a princípio, os chefes políticos de Minas Gerais e São Paulo, a propósito da sucessão de Rodrigues Alves, concordaram, afinal, na escolha de um *tertius,* nem mineiro nem paulista, Epitácio Pessoa. Ficou, porém, desde logo estabelecido que o seu substituto, em 1922, seria o então Presidente de Minas, Artur Bernardes, e o sucessor dêste, em 1926, seria o então Presidente de São Paulo, Washington Luís, como realmente aconteceu.

11 — Presidência de Epitácio Pessoa (1919/1922)

O primeiro caso político de certa gravidade que teve de enfrentar a Presidência de Epitácio da Silva Pessoa foi o de rebelião no interior da Bahia, contra o resultado de eleição para o govêrno estadual. Tomou imediatas providências militares e com a intervenção federal garantiu a posse ao eleito.

Alguns empreendimentos do maior alcance caracterizaram o govêrno do Presidente Epitácio Pessoa. A reforma do Exército, empreendida

pelo Ministro da Guerra, o civil João Pandiá Calógeras, a remodelação da parte central da cidade do Rio de Janeiro, com o arrasamento do morro do Castelo, e o início de grandes obras, no Nordeste, destinadas a diminuir os efeitos do flagelo das sêcas periódicas — foram os principais.

Em 1920 foi revogado o decreto do Govêrno Provisório que baniu do país a Família Imperial Brasileira, também se determinando que seriam trasladados para o Brasil os despojos do Imperador D. Pedro II e da Imperatriz D. Teresa Cristina.

Data de 7 de setembro dêsse ano a criação da primeira Universidade brasileira, a do Rio de Janeiro, depois denominada do Brasil.

A Exposição Internacional Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil, realizada em 1922, demonstrou o progresso ùltimamente atingido pelo país.

No mesmo ano, em abril, foi deposto pela Polícia estadual um Vice-Governador do Maranhão, por ordem do Presidente da República reposto no cargo.

Em julho, depois da prisão, por motivo disciplinar, do ex-Presidente Marechal Hermes da Fonseca, o levante do Forte de Copacabana, apoiado pelo Forte do Vigia e alunos da Escola Militar, no Rio de Janeiro, acompanhado de um pronunciamento de parte das tropas aquarteladas em Mato Grosso, apesar de prontamente abafados pelo govêrno, mostrou como o problema da sucessão presidencial se revestia de grave aspecto, disputando a eleição o Presidente do Estado de Minas Gerais, Artur Bernardes, e o antigo Presidente Nilo Peçanha. Mais do que isto, era o primeiro indício de insatisfação contra a política de predomínio dos citados "grandes Estados", pois contra êles desta vez inùtilmente se aliaram as fôrças partidárias dominantes em Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul e Estado do Rio de Janeiro.

12 — Presidência de Artur Bernardes (1922/1926)

Logo no início da Presidência de Artur Bernardes, provocou o seu govêrno a intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, em conseqüência e em represália de sua atitude na anterior campanha eleitoral.

O rompimento de revoltas — como a do Rio Grande do Sul, em 1923, e a de São Paulo, em julho de 1924, esta com repercussões em vários outros Estados — perturbou todo o quadriênio do Presidente Artur da Silva Bernardes, transcorrido inteiramente sob a vigência do *estado de sítio*. Se a primeira tinha origem meramente regional — a repulsa à continuidade no govêrno gaúcho do Presidente Borges de Medeiros, várias vêzes reeleito, — a segunda, de caráter militar e civil, ligava-se aos movimentos de 1922, em seu objetivo de protestar contra a insensibilidade dos meios políticos, relativamente às aspirações democráticas de livre pronunciamento eleitoral do povo brasileiro, fora dos habituais conchavos dos partidos estaduais dominantes. Durante vinte e três dias, sob o comando do General Isidoro Dias Lopes, dominaram

os revoltosos a cidade de São Paulo e, abandonando-a, travaram combates em território dos Estados de Mato Grosso e Paraná.

No Rio Grande do Sul, em outubro de 1924, obteve a Revolta de São Paulo o apoio do Capitão Luís Carlos Prestes, que se rebelou em Alegrete, com alguma tropa. Passou esta, depois, com o acréscimo de elementos de São Paulo, como "Coluna Prestes", a diversos outros Estados, realizando, pelo interior do país, verdadeira peregrinação revolucionária, que se prolongou até aos primeiros meses do govêrno de Washington Luís, quando se internaram na Bolívia os seus remanescentes.

Proposta pelo govêrno, foi votada pelo Congresso, em 1926, uma reforma parcial da Constituição de 1891, que conseguiu esclarecer melhor alguns de seus pontos vitais, como os da intervenção nos Estados e organização da justiça federal.

13 — Presidência de Washington Luís (1926/1930)

Eleito sem competidores, o Presidente Washington Luís Pereira de Sousa projetou e iniciou uma reforma financeira, que não pôde ser integralmente aplicada em conseqüência da grande crise econômica internacional de 1929, que no Brasil produziu sérios efeitos, como, por exemplo, vertiginosa queda nos preços do café, nosso principal produto de exportação, — conforme veremos na unidade LXXII desta *História*.

a) *Revolução de 1930*

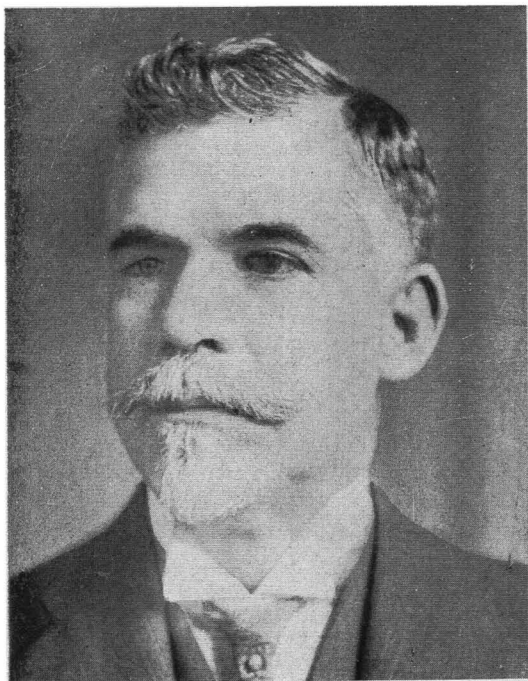
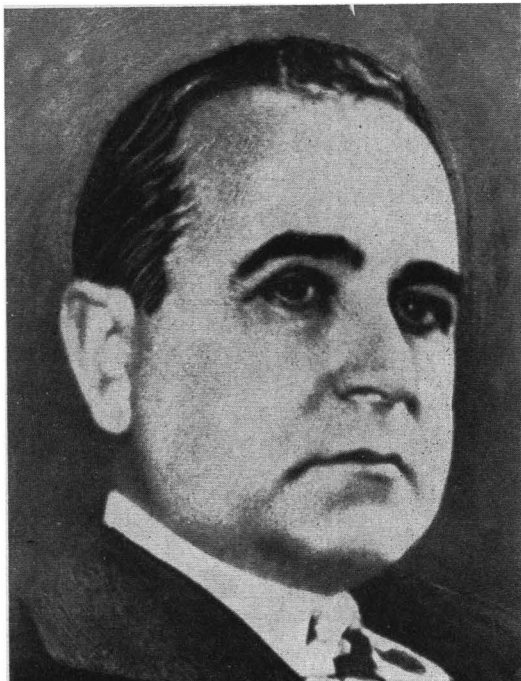
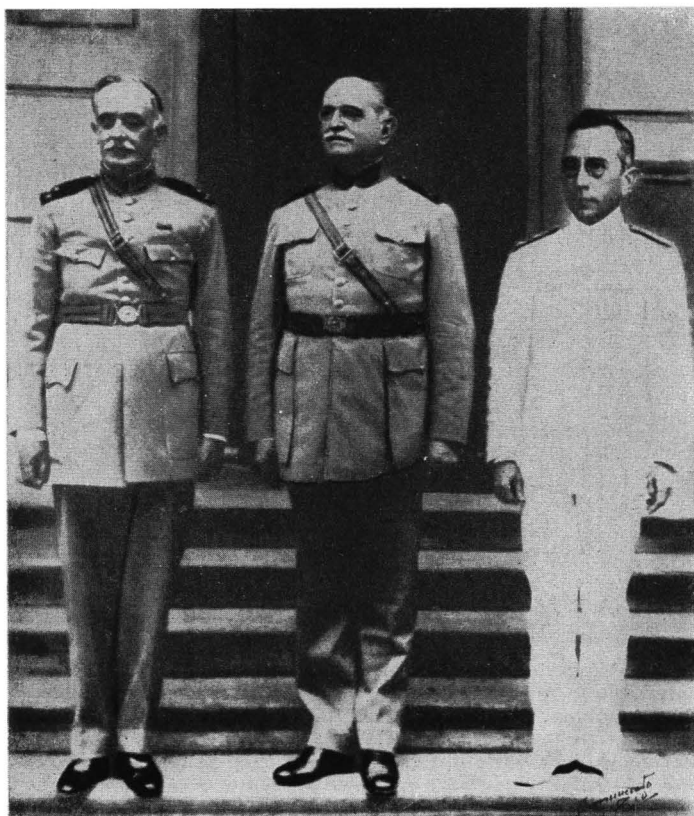
A sucessão presidencial apresentou, novamente, em 1929, aspecto de verdadeira crise nacional, por ser oficialmente patrocinada a candidatura do Presidente de São Paulo, Júlio Prestes de Albuquerque, contra a qual as fôrças políticas de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, articuladas com as oposições dos outros Estados na chamada Aliança Liberal, por iniciativa do Presidente de Minas, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, apresentaram a do Presidente do Rio Grande do Sul, Getúlio Dorneles Vargas. Para candidato à Vice-Presidência da República foi escolhido o Governador do Estado da Paraíba, João Pessoa, cujo assassinato, por motivos tanto políticos como particulares, impressionou fortemente a opinião pública. O mesmo aconteceu quando um deputado matou outro, em pleno recinto da Câmara.

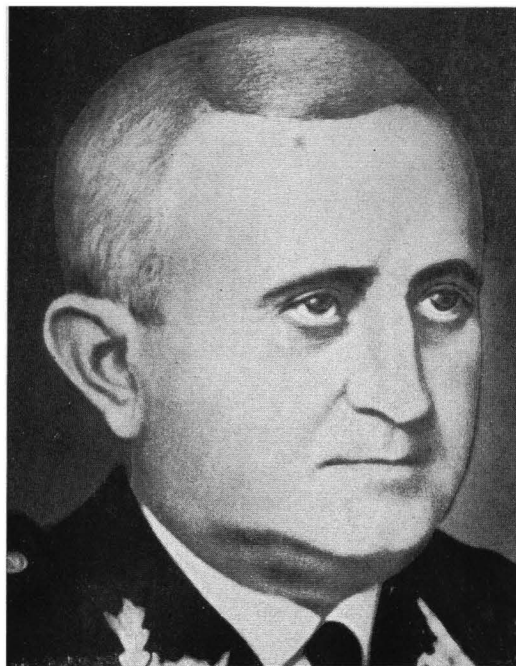
Realizadas as eleições e reconhecido o primeiro candidato, não se conformou com êsse resultado a Aliança Liberal e quase todo o país se levantou na mais extensa e na única geral de suas revoluções, iniciada a 3 de outubro de 1930, sendo deposto o Presidente Washington Luís a 24 do mesmo mês, quando faltavam apenas 22 dias para o término de seu mandato. Substituiu-o, interinamente, uma Junta, composta dos Generais-de-Divisão Augusto Tasso Fragoso e João de Deus Mena Barreto e Contra-Almirante José Isaías de Noronha.

Se a sucessão presidencial e a inconformidade com a derrota eleitoral do candidato oposicionista foram os motivos próximos da revolução,

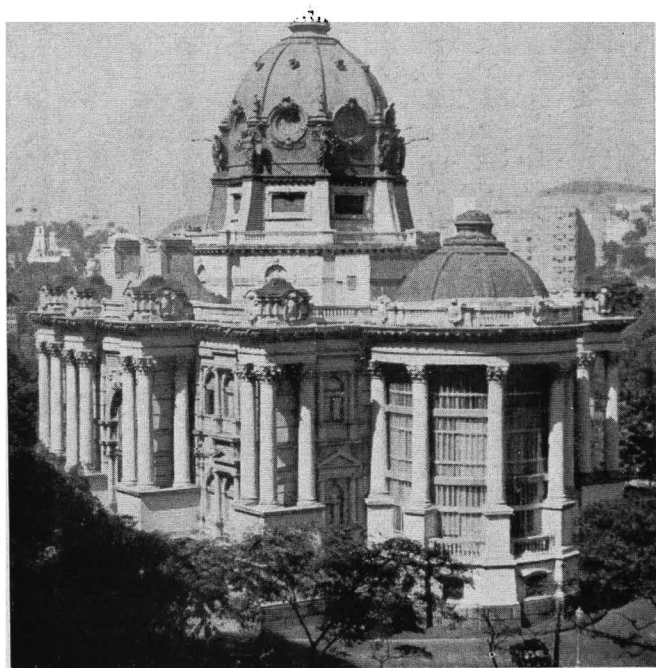
suas causas mais longínquas e entretanto mais fortes estavam na geral repulsa à velha "política dos Governadores" e sua maior conseqüência, o predomínio dos chamados "grandes Estados". Faltando a unidade dêstes, por não ter querido o Presidente Washington Luís ter como sucessor o citado Presidente de Minas, preferiu êste, como declarou, "fazer a revolução antes que o povo a fizesse". E o resultado foi, como já registramos, a maior das revoluções brasileiras, de amplo caráter civil e militar, a única que começando simultâneamente nos três mencionados Estados, em poucos dias atingiu a maioria dos demais, alcançando, afinal, três semanas depois do rompimento, a capital do país, tornando-se uma mudança de regime e de época, não apenas do Presidente da República.

Palácio Imperial de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro. Nêle nasceram, em 1825 D. Pedro II, em 1846 a Princesa D. Isabel. Nêle faleceu, em 1826, a Imperatriz D. Leopoldina. A fachada data do Segundo Reinado. Sôbre o Torreão do Norte, em que ficava a Biblioteca, vê-se o Observatório Astronômico de D. Pedro II. Em 1890/1891 o Palácio foi sede do Congresso Constituinte da República. A fotografia de Marc Ferrez é da época da adaptação do edifício para sede do Museu Nacional, no govêrno de Floriano Peixoto.

Palácio do Catete, construído no antigo Largo de Valdetaro, no bairro carioca daquele nome, para residência, na Côrte do Império, do rico fazendeiro 1.º Barão de Nova Friburgo. De 1897 a 1960 foi sede do govêrno da República. Nêle faleceu, em 1909, o Presidente Afonso Pena; e suicidou-se, em 1954, o Presidente Getúlio Vargas. É, hoje, sede do Museu da República. Fotografia de Marc Ferrez, do início do século XX, de quando as estátuas que se vêem sôbre seu entablamento ainda não haviam sido substituídas pelos condores que antes já aí haviam estado e que ao edifício deram o impróprio apelido de "Palácio das Aguias".

Washington Luís

Getúlio Vargas

Junta Militar Pacificadora, que governou o Brasil entre a deposição do Presidente Washington Luís, a 24 de outubro de 1930, e a posse do Chefe do Segundo Govêrno Provisório da República, Getúlio Vargas, a 3 de novembro do mesmo ano. Composta dos Generais Augusto Tasso Fragoso (ao centro), João de Deus Mena Barreto (à esquerda) e Contra-Almirante José Isaías de Noronha.

José Linhares

General Eurico Dutra

João Café Filho

Nereu Ramos

Palácio Monroe, construído para a reunião, no Rio de Janeiro, 1906, da Terceira Conferência Pan-Americana. Depois sede do Senado Federal, até 1960. Hoje, do Estado-Maior das Fôrças Armadas (EMFA).

Palácio Tiradentes, sede da Câmara dos Deputados de 1926 a 1960, no Rio de Janeiro.

LXXI

POLÍTICA EXTERIOR DA REPÚBLICA

A política exterior da República, de 1889 e 1964, tem-se caracterizado, no setor americano, pela manutenção, em suas linhas gerais, das mesmas diretrizes vindas dos períodos colonial e imperial. No âmbito universal, envolveu-se o país nos conflitos de extensão extracontinental que marcam o nosso século. Verifica-se aquela continuidade sobretudo nas questões de limites e na orientação pacifista e pan-americanista de todos os nossos governos. Quanto à participação em conflagrações mundiais, constitui êsse fato inevitável imposição da época em que vivemos, em que já não existe a possibilidade de isolamento entre os povos, resolvidas, como estão, as dificuldades outrora vigentes quanto às distâncias e ao tempo de comunicações.

1 — Reconhecimento da República

Proclamado o nôvo regime no Brasil, apressaram-se a reconhecer o seu advento as demais Repúblicas da América, sendo primeira a fazê-lo a Argentina, apenas quatro dias depois daquele ato. Nenhuma dificuldade houve, no continente, para a obtenção dessa formalidade.

Na Europa, entretanto, retardaram os seus países o reconhecimento da República brasileira, à espera de que fôssem as novas instituições sancionadas pelas eleições para o anunciado Congresso Constituinte. Realizadas estas, retomaram suas relações oficiais com o Brasil, sendo a República Francesa o primeiro país europeu a fazê-lo. Seguiram-se-lhe os demais, que eram principalmente monarquias. A última a aceitar o nôvo regime brasileiro foi a Rússia, que só o fêz depois do falecimento do Imperador D. Pedro II, ocorrido em Paris, a 5 de dezembro de 1891.

2 — Intervenção estrangeira durante a Revolta da Armada

Solucionada, sem obstáculos, a questão do reconhecimento internacional do regime político instaurado em 1889, um primeiro conflito surgiu, para o Brasil, com o rompimento no Rio de Janeiro, em 1893, da Revolta da Armada, contra o govêrno do Vice-Presidente Marechal Floriano Peixoto.

A fim de evitar o eventual bombardeio da cidade, pela esquadra revoltada, ao respectivo chefe, Contra-Almirante Custódio José de Melo, comunicaram os comandantes dos navios de guerra estrangeiros surtos na Baía de Guanabara, pertencentes à Inglaterra, França, Estados Unidos, Itália e Portugal, que pela fôrça se oporiam àquela operação de guerra. Simultâneamente, por intermédio dos diplomatas aqui acreditados, manifestaram que aquela intimação só se tornaria efetiva, caso o govêrno do país, por sua vez, não provocasse a reação dos rebeldes. Aceitas as condições pelas duas partes em causa, assumiu essa situação novos aspectos nos meses seguintes, embora fôsse mantida em suas linhas gerais. Dela resultou o prolongamento do conflito, afinal resolvido pelo asilo, a bordo de dois navios portuguêses, dos remanescentes da revolta naval [1]. Êste último fato deu motivo ao rompimento das relações do Brasil com Portugal, sòmente reatadas no govêrno seguinte, de Prudente de Morais, em 1895 [2].

3 — O Barão do Rio Branco e as questões de limites

A política exterior da República, da Proclamação do regime aos nossos dias, pode ser dividida em três períodos distintos: antes, durante e depois da gestão de José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco, na pasta das Relações Exteriores.

Antes de 1902, quando assumiu êsse pôsto, sua ação fêz-se sentir em questões da importância das que tivemos com a Argentina, a propósito da zona de Palmas, impròpriamente chamada das Missões, e com a França, por motivo da posse da região do Amapá, na fronteira com a Guiana Francesa, além de ter escrito uma *Memória* referente à questão dos limites com a Guiana Britânica.

Durante aquela gestão, de quase dez anos, através de quatro Presidências da República, resolveu pendências de vulto, como a do Acre, influiu na solução do caso da Guiana Inglêsa, acertou os limites com a Guiana Holandesa, a Colômbia e o Peru, coroando sua magnífica obra com a brilhante participação do Brasil na terceira Conferência Internacional Americana, no Rio de Janeiro, e na Segunda Conferência da Paz, na Haia, e com a generosa cessão do condomínio da Lagoa Mirim e Rio Jaguarão ao Uruguai.

Depois de sua morte, ocorrida em 1912, sua influência passou a constituir, com os precedentes imperiais, a tradição pacifista do Itamarati, essencialmente preservadora do patrimônio territorial e moral da nação, exercida através do conjunto de normas que enforma, até hoje, tôda a política exterior do Brasil.

---

(1) Joaquim Nabuco — *A Intervenção Estrangeira durante a Revolta de 1893*, nova edição (São Paulo, 1939). Sérgio Correia da Costa — *A Diplomacia do Marechal* (*Intervenção Estrangeira na Revolta da Armada*), (Rio de Janeiro, 1945).

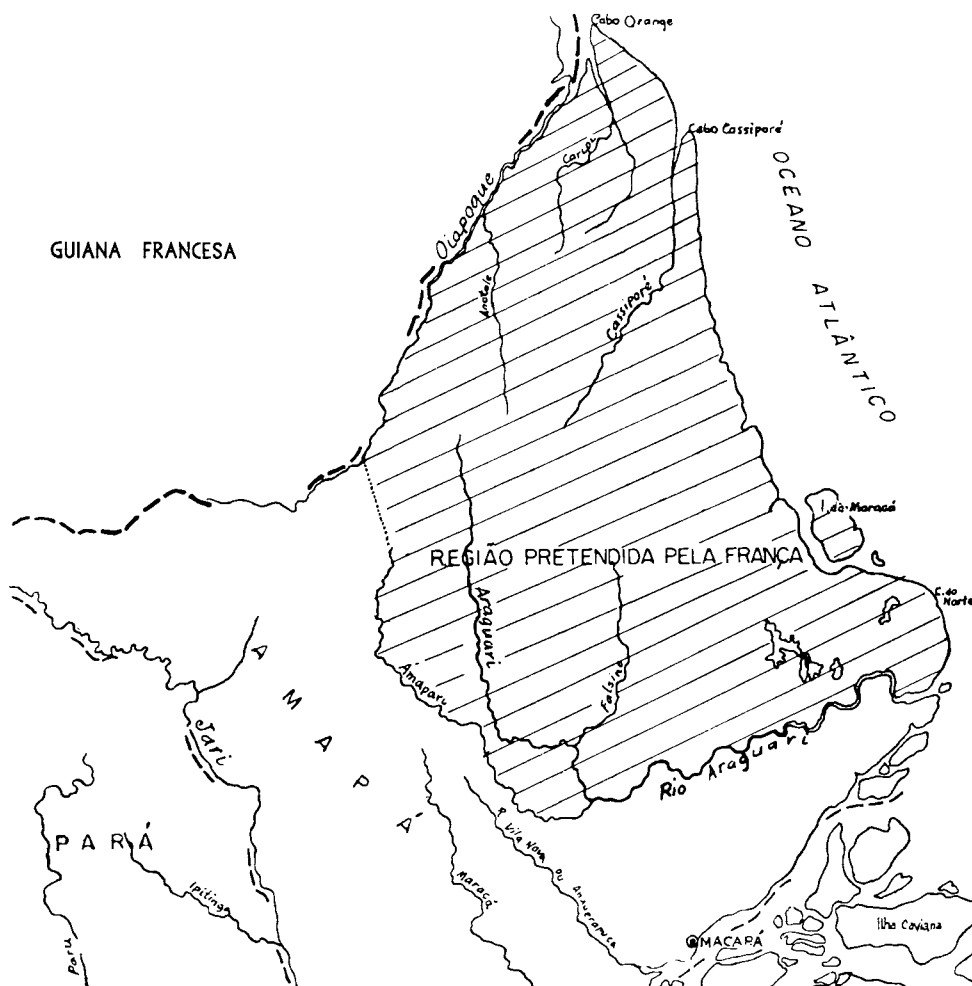
(2) Castilhos Goycochêa — "As Relações Diplomáticas entre o Brasil e Portugal", em *Dois Ensaios* (Rio de Janeiro, 1949).

Mapa da região de Palmas, impròpriamente chamada de Missões, em que ocorreu, nos primeiros anos da República, a questão de limites entre o Brasil e a Argentina.
Mapa do Prof. Manoel Maurício de Albuquerque, reproduzido do *Atlas Histórico Escolar*, do Ministério da Educação e Cultura.

a) *Questão da zona de Palmas*

Apesar de ter havido povoamento luso-brasileiro na região de Palmas, situada na extremidade oeste dos atuais Estados do Paraná e Santa Catarina, pretendeu a República Argentina reivindicar a sua posse, mediante arbitrária interpretação relativa aos cursos e denominações de alguns de seus rios. Contra isso protestou a diplomacia do Segundo Reinado, deixando a impròpriamente chamada *questão das Missões* para ser solucionada por arbitramento do govêrno de um país amigo.

Apesar da existência dêsse convênio, desejou o primeiro Ministro das Relações Exteriores da República, Quintino Bocaiúva, resolver o caso diretamente, mediante a divisão da zona contestada em duas, uma para o Brasil, outra para a Argentina. A repercussão do alvitre foi, porém, a pior possível, entre nós, motivo pelo qual não foi aprovado pela Câmara dos Deputados o respectivo Tratado, assinado em Montevidéu, 1890, voltando a matéria à posição anterior, isto é, a solução pelo arbitramento.

Foi êste confiado ao Presidente dos Estados Unidos da América, Grover Cleveland, sendo nomeado para defender os direitos do Brasil o historiador e geógrafo José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco, antigo Cônsul-Geral do nosso país em Liverpool. Desempenhando-se da incumbência, redigiu minuciosa e erudita *Exposição,* acompanhada de numerosos documentos e mapas, obtendo do árbi-

Mapa da região do Amapá, pretendida pela França para acréscimo de sua Guiana, questão em 1900 resolvida a favor do Brasil pelo laudo do Presidente do Conselho Federal Suíço.

Mapa do Prof. Manoel Maurício de Albuquerque, reproduzido do *Atlas Histórico Escolar,* do Ministério da Educação e Cultura.

tro uma sentença inteiramente favorável às nossas justas alegações, em 1895.

De acôrdo com as suas disposições, os limites entre o Brasil e a Argentina, na região de Palmas, foram estabelecidos pelos Rios Pepiri-Guaçu e Santo Antônio, como sustentávamos, e não pelos Rios Chapecó e Chopim, como pretendiam os argentinos.

b) *Questão do Amapá*

Apesar da clareza do disposto no primeiro Tratado de Utrecht, de 1713, quanto aos limites do Brasil com a Guiana Francesa, então traçados pelo Rio Oiapoque ou de Vicente Pinzón, e apesar da nulidade das pretensões de estendê-los até mais ao sul, que manifestaram os governos do Diretório, do Consulado e do Império de Napoleão I, renovaram essas absurdas reivindicações os governos de Luís Filipe e de Napoleão III. Contra elas, inútil e reiteradamente protestou a monarquia brasileira, apenas conseguindo que a região contestada do Amapá fôsse neutralizada.

Surgindo, porém, conflitos entre os moradores das duas nacionalidades, em 1895, resolveu-se que a questão seria solucionada mediante arbitramento entregue ao Conselho Federal Suíço.

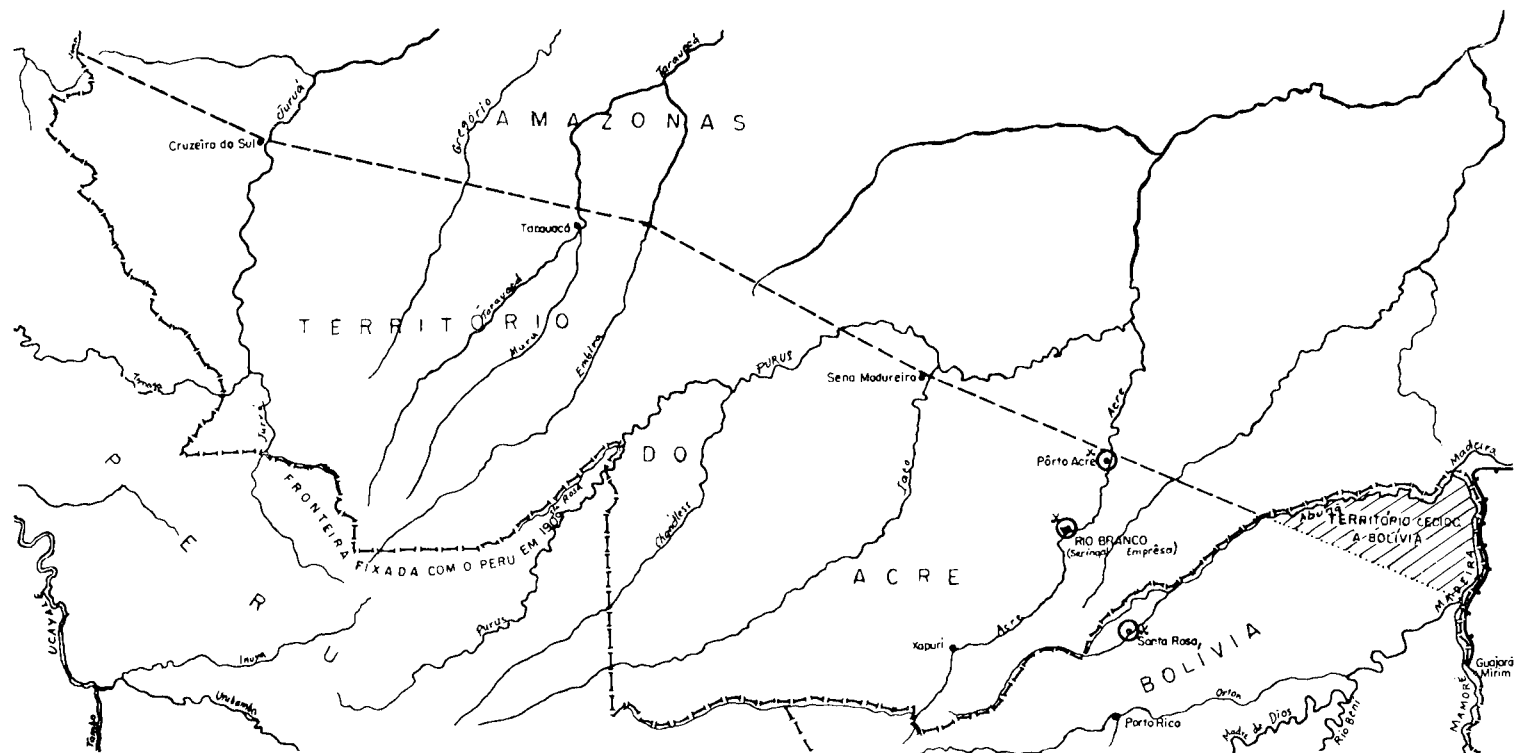
Mais uma vez defendeu os direitos do Brasil o Barão do Rio Branco, que se houve com a mesma competência anteriormente demonstrada. As *Memórias* que redigiu, fartamente acompanhadas de mapas e documentos, convenceram o julgador da legitimidade do nosso direito, conforme a sentença do Presidente Walter Hauser, de 1900, que garantiu ao Brasil o tradicional limite do Oiapoque, no atual Território do Amapá.

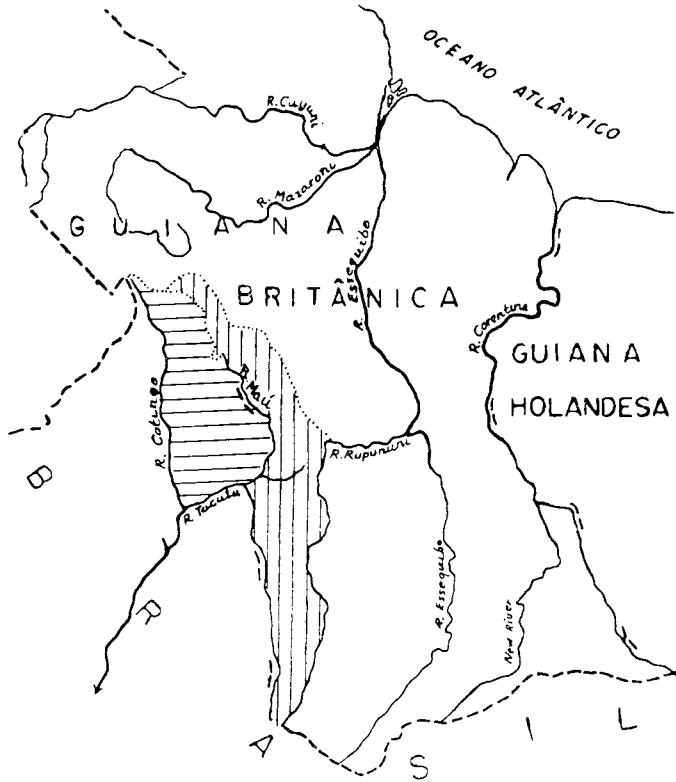
c) *Questão do Acre*

Recebeu o Barão do Rio Branco a pasta das Relações Exteriores, quando estava em ponto de crise a questão da ocupação por seringueiros brasileiros da região do Rio Acre e vizinhos, numa zona que apesar dêsse espontâneo povoamento legalmente pertencia à Bolívia, de acôrdo com os Tratados de 1777 e de 1867, aquêle celebrado entre Portugal e Espanha, o segundo entre o Império do Brasil e aquela República sul-americana.

Os referidos exploradores da borracha, não se conformando com o domínio boliviano, declararam-se em revolta, conseguiram vencer as fôrças militares contra êles enviadas, chegando a proclamar a Independência do Acre. Agravando a situação, resolvera a Bolívia arrendar a região a uma emprêsa estrangeira, dotada de amplos podêres.

O Brasil não poderia permanecer alheio à questão, que interessava a numerosos cidadãos brasileiros, localizados em terras depois pertencentes aos Territórios do Acre e Rondônia, e Estado do Amazonas. Resolveu, portanto, ocupar militarmente tôda a zona conflagrada e entrar em entendimentos diretos com a Bolívia, a fim de decidirem o caso.

O resultado dessas negociações foi o Tratado de Petrópolis, firmado em 1903, pelo qual conseguiu o grande Ministro o reconhecimento dos direitos do Brasil a tôda a região em causa, mediante a modificação de pequenos trechos da divisória, o pagamento de dois milhões de esterlinos e a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, ao longo dos cursos encachoeirados dêsses rios.

Mapa do Território Federal do Acre, hoje Estado do Acre, compreendendo regiões cujos limites foram resolvidos com os governos da Bolívia e do Peru por intermédio do Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores.

Mapa do Prof. Manoel Maurício de Albuquerque, reproduzido do *Atlas Histórico Escolar*, do Ministério da Educação e Cultura.

Mapa da região do Alto Rio Branco, em que o Brasil teve questão de limites com a Guiana Britânica. A zona marcada por traços horizontais foi pelo árbitro adjudicada ao nosso país; a assinalada em traços verticais, à Guiana Britânica.

Mapa do Prof. Manoel Maurício de Albuquerque, reproduzido do *Atlas Histórico Escolar*, do Ministério da Educação e Cultura.

d) *Questão do Pirara*

Tendo a Inglaterra conquistado uma parte da Guiana Holandesa, levada por falsas informações resolveu estender os seus limites até alguns formadores do Rio Branco, já na bacia amazônica, ao contrário do que tàcitamente reconheciam holandeses e portuguêses, êstes os primeiros a ocupar a chamada região do Pirara, nome de pequeno afluente do Rio Maú.

Não conseguindo o Império obter o reconhecimento de seus direitos, concordou em neutralizar a zona contestada. Mais tarde, em 1897, publicou o Barão do Rio Branco uma *Memória sôbre a Questão de Limites entre os Estados Unidos do Brasil e a Guiana Britânica.*

Estando o caso submetido ao arbitramento do Rei da Itália, Vítor Manuel III, foi nomeado Plenipotenciário do Brasil Joaquim Nabuco.

A fim de convencer o árbitro da justiça de nossas alegações, três brilhantes *Memórias* escreveu o nosso representante, acompanhando-as de abundantes documentos e mapas. Mas o soberano, apesar da evidência de nossas razões, preferiu conceder à Guiana Inglêsa uma saída fluvial para o Amazonas, dividindo entre ela e o Brasil, em 1904, uma região a que tínhamos inteiro direito.

Apesar da injustiça da sentença, que aliás deixou em aberto um trecho da divisória (lapso posteriormente corrigido), a ela submeteu-se o Brasil, em sinal de respeito ao sistema por nós adotado, dos arbitramentos nas soluções dos litígios fronteiriços (3).

e) *Limites com a Guiana Holandesa*

Solucionada a questão com a Guiana Britânica, pôde ser fixada no Rio de Janeiro, em 1906, pelo Ministro das Relações Exteriores, Barão do Rio Branco, e pelo representante da Holanda, Frederico Palm, a linha dos limites entre o Brasil e a Guiana Holandesa ou Surinam, pelo divisor de águas entre os rios que banham o seu território e os da bacia amazônica, conforme pacìficamente entendiam os dois governos (4).

f) *Limites com a Colômbia*

Durante todo o Império não havia sido possível a fixação dos limites do Brasil com a República de Nova Granada, depois da Colômbia, devido à sua intransigência em defender, desde os tempos do Primeiro Reinado, a linha divisória arbitràriamente estabelecida pelo Tratado Preliminar de Santo Ildefonso, de 1777. Assim, apesar dos esforços empreendidos pelos diplomatas do Segundo Reinado, dentre os quais os Conselheiros Miguel Maria Lisboa, depois Barão de Japurá, e Joaquim Maria Nascentes de Azambuja, Encarregados de Missões em Bogotá, tornou-se inútil o Tratado de Limites baseado no *uti possidetis,* pelo primeiro obtido em 1853.

Retomando a questão o Barão do Rio Branco, quando Ministro das Relações Exteriores, mandou àquela capital, como Plenipotenciário, o Deputado Enéias Martins, que conseguiu, afinal, o revigoramento, no caso, daquela norma de nossa política exterior, de acôrdo com a mesma sendo fixada a fronteira com a Colômbia, através do Tratado de Limites e Navegação Fluvial firmado em 1907 (5).

g) *Limites com o Peru*

A Convenção Especial de Comércio, Navegação Fluvial, Extradição e Limites, assinada em Lima, 1851, pelo nosso Ministro Duarte da Ponte Ribeiro, consignou, para a fronteira peruano-brasileira, a partir

(3) Helio Vianna — *História das Fronteiras do Brasil,* vol. 132/133 da Biblioteca Militar (Rio de Janeiro, 1948), cap. XIX — "Política Exterior da República", p. 189/193.
(4) Helio Vianna — *Op. cit.,* p. 246/247.
(5) A. G. de Araújo Jorge — *Introdução às Obras do Barão do Rio Branco,* publicação do Ministério das Relações Exteriores (Rio de Janeiro, 1945), p. 171/180. — Helio Vianna — *Op. cit.,* p. 193/194.

do curso do Rio Javari, o *uti possidetis* da época, sem revalidar, nessa parte, o obsoleto Tratado de Santo Ildefonso.

Posteriormente, porém, manifestou um Comissário demarcador do Peru, em 1863, o desejo de se completar e fechar a referida raia, por meio de uma linha geodésica tirada do Rio Madeira ao Javari. Com essa sugestão não concordou o Império, por ser contrária ao Tratado em vigor.

Nos últimos decênios de nossa monarquia, como nos primeiros da República, começou a ser povoada, primeiramente por brasileiros, depois parcialmente também por peruanos, as regiões do Alto Juruá e Alto Purus, o que motivou sucessivos conflitos, progressivamente agravados.

Para solucionar a questão, em 1904, negociou o Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores, o julgamento das reclamações pendentes e a neutralização das referidas zonas, entrando assim em novos entendimentos com o Peru, a respeito da mesma divisória. Para que pudesse ser fixada, tornou-se entretanto necessário esperar a solução do arbitramento da questão de limites vigente entre aquêle país e a Bolívia, dada pelo govêrno da Argentina. Resolvida essa preliminar, firmou-se, em 1909, um nôvo Tratado de Limites entre o Brasil e o Peru. Baseou-se, mais uma vez, no *uti possidetis* da época, completando-se a fronteira peruano-brasileira das nascentes do Javari à confluência do igarapé Javerija no Rio Acre (6).

h) *Condomínio da Lagoa Mirim e Rio Jaguarão*

Estando o Brasil de posse da exclusividade da navegação da Lagoa Mirim e Rio Jaguarão, limítrofes com o Uruguai, desde o Tratado de Limites de 1851, dando prova de alta compreensão dos princípios de cordialidade internacional, resolveu, por iniciativa do Barão do Rio Branco, abrir mão dêsse privilégio de que se achava investido. Assim, por êsse generoso e espontâneo ato de 1909, estabeleceu o Brasil, naquelas águas lindeiras, o regime do condomínio uruguaio-brasileiro.

i) *Recurso ao arbitramento*

O Império e a República defenderam, muitas vêzes, a adoção do princípio do arbitramento, para solução dos conflitos internacionais. A êle recorreu com bom êxito a monarquia, para resolver a chamada *questão Christie,* com a Inglaterra. A Constituição republicana de 1891 aconselhou o seu emprêgo, como meio mais eficaz de serem evitadas as guerras. Duas grandes vitórias brasileiras, nas questões de limites com a República Argentina e a Guiana Francesa, foram obtidas pelo arbitramento. Não o utilizamos, porém, quando não tinha cabimento, como nos casos de restituição da Ilha da Trindade, indèbitamente ocupada pela Inglaterra, e do Acre.

---

(6) A. G. de Araújo Jorge — *Op. cit.,* p. 157/170. — Helio Vianna — *Op. cit.,* p. 194/195.

Na segunda Conferência da Paz, reunida em 1907, na Haia, de acôrdo com Instruções do Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores, defendeu o Delegado brasileiro, Conselheiro Rui Barbosa, a adoção obrigatória do arbitramento nos conflitos internacionais e a participação de tôdas as nações, em inteira igualdade, na Côrte de Arbitramento.

Dando cumprimento a essa orientação, sòmente de 1909 a 1911 celebrou aquêle Ministro vinte e nove Convenções internacionais, pelas quais se comprometeram os seus signatários a resolver por arbitramento as questões que viessem a ter com o Brasil.

Disposições idênticas à de 1891 continha a Constituição de 1934 e contém a de 1946, quanto ao arbitramento (7).

4 — Ocupação inglêsa da Ilha da Trindade

Em 1895, alegando a Inglaterra que a Ilha da Trindade, situada ao largo da costa do Estado do Espírito Santo, estava desocupada há mais de um século, resolveu ocupá-la, tendo em vista a sua incorporação aos domínios britânicos.

Protestou o Brasil logo que teve conhecimento do fato, demonstrando a continuidade de seus incontestados atos de soberania sôbre a referida ilha, cuja incorporação ao Império havia sido reconhecida pela própria Inglaterra, quando com o mesmo iniciou relações diplomáticas, depois da Independência.

Recusando-se o Brasil a resolver o assunto por arbitramento, dada a legitimidade de seus títulos, aceitou, entretanto, a mediação oferecida pelo govêrno do Rei D. Carlos I, de Portugal, país em que também existiam documentos a respeito do descobrimento e posse da Trindade pelos portuguêses.

Assim, defendendo os direitos brasileiros em Londres o nosso Ministro João Artur de Sousa Correia e o representante português, Marquês de Soveral, reconheceu-os a Inglaterra no ano seguinte, mandando retirar os marcos de sua transitória ocupação da Ilha da Trindade (8).

5 — O Brasil nas duas Guerras Mundiais

a) *Na Guerra de 1914/1918*

Irrompendo na Europa a Primeira Guerra Mundial, permaneceu neutro o Brasil até 1917, quando, depois do torpedeamento de um navio mercante brasileiro, rompeu o nosso país as suas relações diplomáticas com o Império Alemão.

Prosseguindo as hostilidades dos submarinos germânicos contra a nossa frota comercial, a pedido do Presidente Venceslau Brás resolveu o Congresso Nacional reconhecer o estado de guerra que contra o Brasil havia sido criado por aquela potência.

(7) Helio Vianna — *Op. cit.*, p. 195/196.
(8) Helio Vianna — *Op. cit.*, p. 191.

Em conseqüência, passando a colaborar com os aliados, mandou o nosso país uma Divisão Naval operar nas águas africanas do Atlântico, fazendo o respectivo patrulhamento. Oficiais do Exército brasileiro foram incluídos nas fôrças que lutavam na Europa, para onde foi também enviada uma Missão Médica Brasileira.

Terminada a guerra, tomou parte o Brasil na Conferência da Paz, reunida em Versalhes, 1919, e foi membro do Conselho Executivo da Liga das Nações, instituição internacional a que pertenceu até o ano de 1926.

b) *Na Guerra de 1939/1945*

Iniciado, na Europa, o segundo grande conflito mundial, manteve-se neutro, a princípio, o Brasil, de acôrdo com as suas tradições de política internacional.

Quando, porém, em 1941, inopinadamente atacou o Japão aos Estados Unidos da América, resolveu o govêrno brasileiro, em cumprimento aos seus compromissos continentais, convocar a reunião dos Chanceleres americanos no Rio de Janeiro, rompendo imediatamente as suas relações com a Alemanha, Itália e Japão.

Em represália, passaram os submarinos daqueles dois primeiros países a atacar e afundar navios mercantes brasileiros, que desarmados navegavam no Atlântico Norte e mesmo próximo ao nosso litoral.

Em conseqüência declarou o Brasil, em agôsto de 1942, aceitar o estado de guerra que lhe era oferecido por aquêles países europeus, passando a agir de acôrdo com os seus aliados, especialmente com os Estados Unidos, quanto ao patrulhamento naval e aéreo das costas brasileiras e mesmo da importante rota militar que vai do Natal, no Rio Grande do Norte, à África.

Resolvida a participação do Brasil nas lutas que se travavam na Itália, para lá seguiu, em 1944, a Fôrça Expedicionária Brasileira, que em sucessivos combates, travados até maio de 1945, eficazmente contribuiu para o avanço dos aliados, dos Montes Apeninos ao Vale do Pó, até o colapso dos exércitos ítalo-germânicos, que pôs têrmo à guerra na Europa. Comandou as nossas tropas o General João Batista Mascarenhas de Morais.

Como sinal de solidariedade continental, o Brasil também declarou guerra ao Japão, não tendo chegado a entrar em campanha contra êsse país pela sua derrota, no mesmo ano de 1945.

Terminado o conflito, participou o Brasil das negociações da paz, como membro do Conselho das Nações Unidas.

6 — O Brasil e o pan-americanismo

Desde os tempos do Reino Unido surgiram no Brasil idéias relativas à organização de uma *Liga Americana,* título, também, do primeiro jornal americanista que tivemos, em 1839/1840.

Mapa das regiões da Itália em que participou da Segunda Guerra Mundial a Fôrça Expedicionária Brasileira, em 1944/1945. A luta foi particularmente intensa na travessia dos Montes Apeninos, entre Pisa e Bolonha.

Mapa do Prof. Manoel Maurício de Albuquerque, reproduzido do *Atlas Histórico Escolar*, do Ministério da Educação e Cultura.

Sob o Império, apesar de sua condição de única monarquia americana, apoiou o Brasil tôdas as iniciativas que tinham em vista o maior congraçamento dos povos do continente, quer para a defesa dos respectivos países contra pretensões européias, quer em congressos políticos ou jurídicos.

Assim, reunindo-se em Washington, em 1889/1890, a primeira Conferência Pan-Americana, a ela compareceu o nosso país, como às que se lhe seguiram, gerais ou especiais, inclusive as destinadas a estabelecer a posição da América diante da Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências.

Em tôdas essas ocasiões agiu a nossa diplomacia de acôrdo com as respectivas tradições, dando provas da alta compreensão dos princípios de solidariedade continental e pacifismo que caracterizam o pan-americanismo (9).

No govêrno do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, sugerida pelo poeta Augusto Frederico Schmidt, foi tomada a iniciativa de ser promovido o fortalecimento, em maiores bases econômicas e financeiras, das relações entre os países da América, mediante a chamada *Operação Pan-Americana,* precursora da *Aliança para o Progresso,* do Presidente John Kennedy, dos Estados Unidos.

Em maio de 1965, ocorrendo uma revolução na República Dominicana, suscetível de transformar-se em perigoso foco de agitação comunista, atendendo à solicitação da Organização dos Estados Americanos (OEA), com objetivos pacificadores, mediante prévia autorização do Congresso, resolveu o govêrno do Presidente Marechal Castelo Branco enviar um contingente militar àquele país, o Destacamento Brasileiro da Fôrça Armada Interamericana, cujo comando-geral competiu ao Brasil.

7 — O Brasil na ONU

Depois da Segunda Guerra Mundial criou-se a Organização das Nações Unidas (ONU), de que faz parte o Brasil.

Por êsse motivo, tendo surgido, no Egito, um sério conflito relativo à utilização internacional do canal de Suez, sucedido de questão de limites com o Estado de Israel, a essa região afro-asiática enviou o Brasil, a partir de 1957, contingentes militares solicitados pela ONU.

Em 1961, ocorrendo graves perturbações políticas no Congo, também a pedido da ONU ali enviou o govêrno brasileiro um grupo de aviadores militares.

Como se vê, depois da Segunda Guerra Mundial, já não é apenas americana, porém de âmbito universal, a participação internacional do Brasil.

---

(9) Helio Vianna — *História Diplomática do Brasil* (São Paulo, 1958), p. 133/141 e 211.

LXXII

ECONOMIA E FINANÇAS DA REPÚBLICA

1 — O "Encilhamento"

Com o decreto de 17 de janeiro de 1890, devido ao Ministro Rui Barbosa, titular da pasta da Fazenda do primeiro Govêrno Provisório da República, instaurou-se, no Brasil, um nôvo regime financeiro. Criaram-se vários bancos emissores e, com a inflação resultante, multiplicaram-se as emprêsas novas, às quais facilitou o govêrno amplas concessões. Graças à abundância de numerário e facilidades de crédito, devidas à lei de liberdade bancária, foi extraordinário o movimento de criação de companhias de todo o gênero, destinadas não ao desenvolvimento agrícola, industrial e comercial do país, mas apenas à exploração da flutuação dos valôres das respectivas ações, aparentemente garantidas por autorizações governamentais, desacompanhadas, porém, de quaisquer efeitos práticos. Desenvolveu-se o jôgo da Bôlsa e as conseqüências dessa nova situação logo se fizeram sentir. O câmbio, acima da paridade de 27 d. por mil réis, à data da Proclamação da República, caiu à média de 20 5/8 d. em 1890, 10 3/4 d. em 1891 e 10 d. em 1892.

O Ministério dirigido pelo Barão de Lucena, ainda no govêrno do Marechal Deodoro da Fonseca, embora tenha modificado em certos pontos a orientação do anterior, persistiu na mesma política de favorecer a febre de negócios fantásticos denominada *"encilhamento"*. Assim, passada a fase das expectativas otimistas, que não encontraram confirmação, entrou o Brasil em grande crise financeira, tendo crescido extraordinàriamente a circulação fiduciária, sem benefícios para a comunidade.

Sòmente no govêrno do Vice-Presidente Marechal Floriano Peixoto pôde ter início uma política de restrições àquela situação. Nesse sentido agiu o primeiro de seus Ministros da Fazenda, Conselheiro Rodrigues Alves. Entretanto, pouco pôde ser feito quanto à restauração financeira e volta à normalidade econômica do nôvo regime, devido às grandes despesas causadas pelas revoltas que agitaram êsse período da vida nacional.

2 — Governos de Prudente de Morais e Campos Sales

Sòmente os Ministros da Fazenda do govêrno de Prudente de Morais, isto é, o mesmo Rodrigues Alves e Bernardino de Campos, puderam colocar noutra direção as finanças do país, tendo em vista o restabele-

cimento do crédito e o equilíbrio das despesas públicas, para isso recorrendo a empréstimos e realizando economias.

Indo à Europa o nôvo Presidente eleito, Campos Sales, pôde negociar com os credores do Brasil a suspensão dos pagamentos da dívida externa, o que foi ultimado pelo *funding loan* de 1898. Pondo-o em severa aplicação o Ministro da Fazenda, Joaquim Murtinho, foram aumentados os impostos existentes, e criados novos, como o de consumo, além de reformadas as tarifas alfandegárias, introduzindo-se-lhes uma taxa-ouro de 10% sôbre o valor das mercadorias importadas. Conseguiu-se, assim, a elevação do câmbio, de 7 3/16 d. para 12 d. por mil réis. Foi reduzida a circulação fiduciária, encamparam-se várias estradas de ferro que gozavam de onerosas garantias de juros, restabeleceram-se os pagamentos da dívida externa e melhorou o crédito geral. Com essa intransigente política de aumento das rendas públicas e compressão das despesas, pôde o govêrno Campos Sales dar integral cumprimento às obrigações anteriormente assumidas, preparando a prosperidade dos quadriênios seguintes, de Rodrigues Alves e Afonso Pena—Nilo Peçanha, em que foram competentes Ministros da Fazenda — Leopoldo de Bulhões, Davi Campista e novamente Bulhões.

3 — *Café e borracha*

Dois produtos — um agrícola, outro da indústria extrativa vegetal, o café e a borracha — contribuíram, nos anos seguintes, para a restauração econômica e financeira do Brasil.

A lavoura cafeeira, crescente durante o Império, tornara-se a principal do país, e o café o primeiro artigo da exportação brasileira. O vale do Rio Paraíba do Sul, nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, bem como outras zonas dêstes dois últimos, o Espírito Santo e o Paraná, passaram a constituir a maior região produtora da rubiácea, em todo o mundo.

Para diminuir os efeitos de certa falta de braços para a lavoura, provocada pela abolição da escravatura, incentivou-se, nos últimos tempos do Segundo Reinado e primeiros da República, a imigração de trabalhadores estrangeiros, principalmente italianos, além de brasileiros de outras procedências, tendo em vista a sua localização na referida zona agrícola.

Em 1906, pelo chamado *Convênio de Taubaté*, contra a vontade do Presidente Rodrigues Alves, foi estabelecida a política de valorização do café, vigente, com ocasionais intervalos, até a grande crise internacional de 1929.

Simultâneamente, no Extremo-Norte registrava-se verdadeira *corrida* aos seringais da Amazônia, pelos altos preços que passou a ter a borracha, graças às novas e múltiplas aplicações proporcionadas pela indústria moderna. Êsse esplendor se revelou, entretanto, precário, com a transplantação da preciosa *hévea* para a Ásia e Oceania, onde passou a ser explorada racionalmente, sem os inconvenientes apresentados por seu caráter de atividade apenas extrativa, aqui observado. Assim, não

podendo suportar a concorrência do produto oriental, obtido em condições mais econômicas, cedo voltaram à situação anterior as vastas regiões transitòriamente beneficiadas por aquêle aumento de produção e efêmera alta de preços.

4 — De Rodrigues Alves à Primeira Guerra Mundial

Aproveitando a melhora proporcionada pelo aumento da exportação brasileira, subseqüente à restauração financeira, subiram, também, as taxas cambiais, nos governos de Rodrigues Alves e Afonso Pena. Do nível médio de 12 d. por mil réis, em 1902, alcançou o de 15 1/4 d., em 1908. Criada a Caixa de Conversão, outra feliz iniciativa da época, ficou o câmbio firmado entre 15 e 16 d., atingindo até 17 e 18 d. por mil réis, quando os seus depósitos atingiram o máximo.

Essa situação de prosperidade tornou possível a política de reformas urbanas e portuárias, e de intensiva construção de estradas de ferro, que caracterizou os quadriênios de 1902 a 1910.

Com o advento, porém, da Guerra Mundial de 1914/1918, o malôgro da borracha e a diminuição das outras exportações, inclusive a do café, desceram as taxas cambiais até 11 d. por mil réis, forçando o país à negociação de um nôvo *funding*, já no govêrno do Marechal Hermes da Fonseca. Aumentou extraordinàriamente a circulação inconversível, que de 600.000 contos em 1914 atingiu 2.070.000 contos de réis, ao terminar a conflagração. Foi considerável o decréscimo verificado na balança comercial brasileira. Tornou-se, assim, inevitável, uma segunda suspensão dos pagamentos dos títulos da dívida externa.

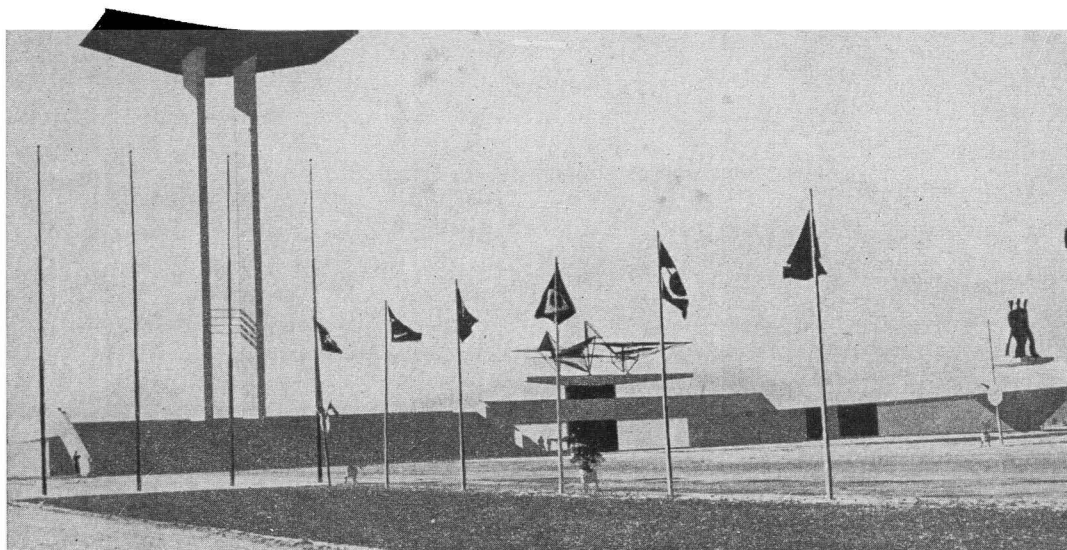
Como conseqüência mais favorável registrou-se, no govêrno de Venceslau Brás e seguintes, o desenvolvimento industrial do país, resultante da grande diminuição, também, das importações estrangeiras dificultadas pelo conflito internacional e pelo colapso das comunicações marítimas. Quase 6.000 estabelecimentos fabris fundaram-se no Brasil, entre 1914 e 1920, quando o seu número total atingiu 13.336.

Não devem ser esquecidas, entre as atividades industriais do Brasil, as tradicionais, como a açucareira, que sob a República tomou nôvo impulso, com a substituição dos antiquados engenhos pelas modernas usinas. E a pastoril, que se revestiu de novas e importantes modalidades, com a exportação de couros colocada entre as principais do país, e a preparação, em maior escala, de carnes conservadas e laticínios.

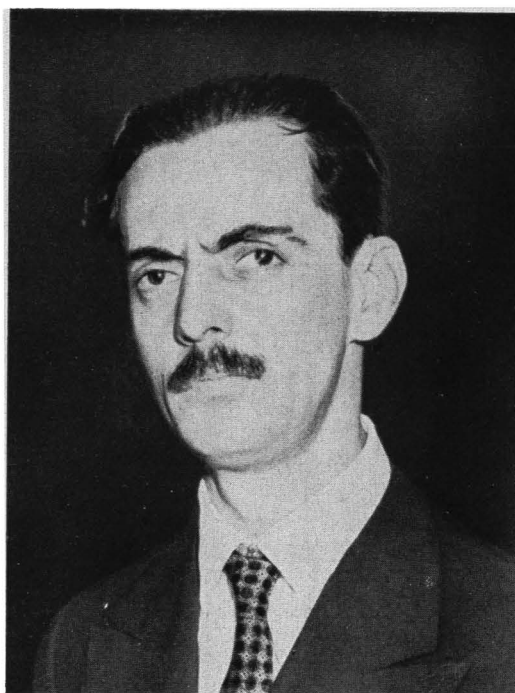
Paralelamente, processava-se ininterrupto surto de eletrificação no país, com aplicação maior na iluminação pública, nas indústrias e transportes urbanos.

5 — Da inflação à tentativa de estabilização cambial

Estabelecida, assim, em novas bases, a vida econômica e financeira do país, puderam ser registradas, no decênio seguinte à Primeira Guerra Mundial, outras orientações governamentais em tão importante setor.

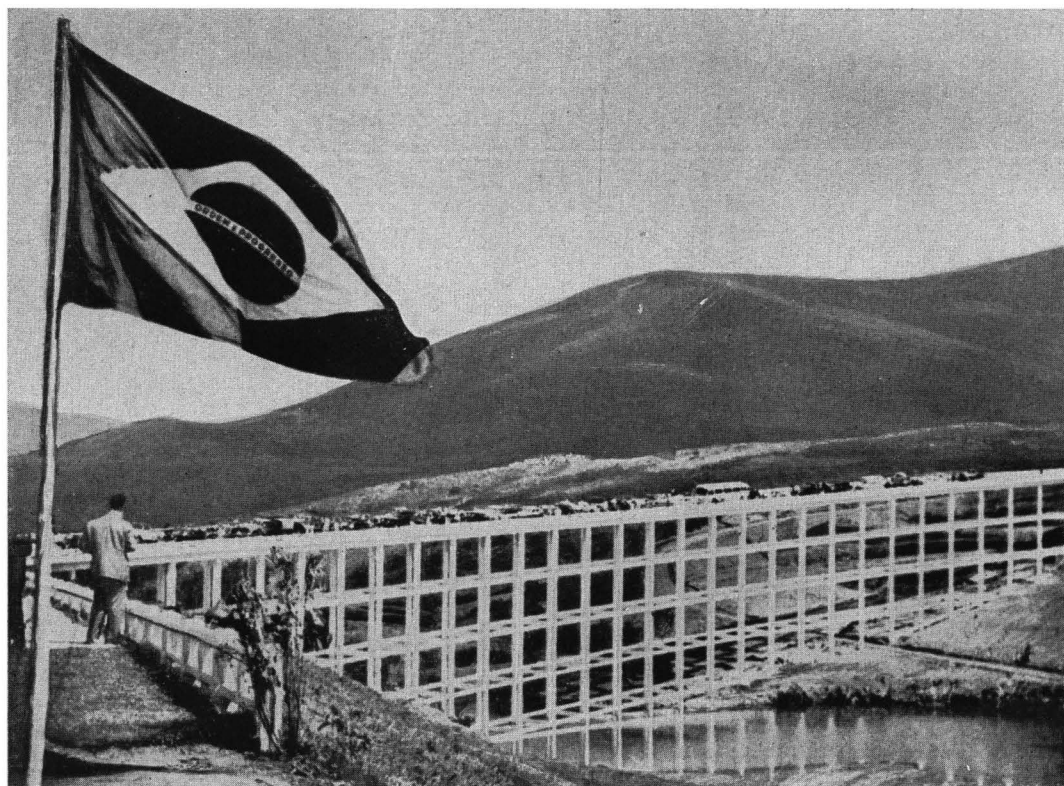
Monumento ao Imigrante, na cidade de Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul. Trabalho do escultor Antônio Caringi.

Monumento aos Mortos Brasileiros da Segunda Guerra Mundial, no Rio de Janeiro.

Monumento à Fôrça Expedicionária Brasileira, erguido à entrada do Parque Farroupilha, em Pôrto Alegre, Rio Grande do Sul.

Juscelino Kubitschek de Oliveira

Jânio Quadros

João Goulart

Marechal Castelo Branco

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, sede do govêrno mineiro e residência oficial dos Presidentes do Estado de Minas Gerais, vários dos quais daí saíram para a Presidência da República, como Afonso Pena, Venceslau Brás, Delfim Moreira, Artur Bernardes e Juscelino Kubitschek.

Inauguração do Viaduto das Almas, na Rodovia Rio de Janeiro-Belo Horizonte, no govêrno do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Partidário das grandes emissões de dinheiro e de amplo recurso ao crédito externo, realizou grandes obras em várias regiões do país, notadamente no Nordeste atingido pelas sêcas periódicas, e no Rio de Janeiro, o govêrno do Presidente Epitácio Pessoa. A êle coube obter grandes empréstimos nos Estados Unidos, passando para o segundo lugar os nossos antigos agentes financeiros da Inglaterra. Apesar de retomada a valorização do café, desceu o câmbio até o valor de 4 d. por mil réis.

Mais cauteloso na matéria foi o quadriênio seguinte, de Artur Bernardes, que prosseguiu na valorização de nosso principal produto de exportação, conseguindo grandes saldos na balança comercial. Ao Banco do Brasil concedeu restrita capacidade emissora. Em conseqüência de dificuldades políticas restringiu, também, as despesas públicas.

Ao govêrno de Washington Luís competiu outra iniciativa mais arrojada: uma tentativa de estabilização cambial, mediante a formação de depósitos de ouro, inicialmente obtido por empréstimos. Atingiram-no, porém, as repercussões da crise mundial de 1929, com a conseqüente baixa do café e malôgro da política de valorização, artificialmente mantida.

6 — Da Revolução de 1930 à Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências

Essa foi a situação econômica e financeira herdada pela nova política criada pela vitória da revolução de 1930, quando foi competente Ministro da Fazenda o Sr. José Maria Whitaker. Tão grave que logo se impôs a necessidade de uma terceira suspensão dos pagamentos da dívida externa, ao mesmo tempo que no setor interno eram tomadas as mais drásticas medidas de compressão das despesas.

Quanto à defesa do café, a fim de ser evitada a queda definitiva dos preços, todos os esforços foram empregados no sentido de ser obtido o equilíbrio entre a produção e as entregas ao consumo, eliminando-se, à custa do produto exportado, os excessos verificados nas safras.

Mas, além do café, outros produtos continuaram a avultar na agricultura brasileira.

A cana-de-açúcar, beneficiada em modernas usinas, que atendem às necessidades de consumo do país e às da retomada exportação, encontrou nova aplicação no álcool-motor, produzido em grandes destilarias, mantendo-se ainda vultosa a antiga fabricação de aguardente ou cachaça. Para regular sua produção foi criado o Instituto do Açúcar e do Álcool.

O algodão, remetido para o estrangeiro a ponto de ocupar o segundo lugar na lista de nossas exportações, também é aqui consumido em larga escala, pela importante indústria nacional de tecidos. Produzem-no principalmente São Paulo e todo o Nordeste.

A mesma posição na lista de nossas remessas para o exterior conseguiu ocupar, durante algum tempo, o cacau, antes um simples produto da indústria extrativa vegetal, depois objeto de adiantada cultura, sobretudo nos Estados da Bahia e Pará.

Com a restauração, no govêrno do Presidente Nilo Peçanha, do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, procurou-se fomentar a policultura, de modo a evitar a inconveniente produção de um só artigo principal de exportação, o café. Os resultados dessa orientação têm sido satisfatórios, como pode ser verificado pelo crescimento da lista de nossos artigos agrícolas enviados para o exterior, entre os quais também figuram os oriundos da fruticultura, como bananas e laranjas.

Igualmente não deve ser esquecida a grande produção brasileira de cereais, como o arroz, milho, feijão e trigo, conquanto predominantemente destinada ao consumo interno.

Apesar disto, outra grande transformação se verificou na vida econômica nacional: de país agrário que principalmente era o Brasil, passou a ter maior valor que a agrícola, a produção industrial brasileira. Pois, enquanto em 1930 representava a produção vegetal e pecuária um valor de 6.700.000 contos de réis, e a manufatureira 4.700.000 contos, em 1938 alcançava esta o valor de 12.000.000 de contos de réis, ficando aquela em 10.000.000 de contos.

Além disso, cresceu muito, simultâneamente, o nosso mercado interno, cuja existência constitui uma das melhores características da economia nacional, pois aumenta paralelamente ao acréscimo da população, à medida que se estabelecem novos meios de transporte, em tôda a extensão do território brasileiro.

Como coroamento dessas transformações ocorridas nos três primeiros governos de Getúlio Vargas, dirigiu o país os seus esforços para a consecução do estabelecimento da indústria pesada, prèviamente desenvolvendo a siderurgia nacional.

Acontecimento muito feliz para o desenvolvimento brasileiro foi, em 1939, o aparecimento de petróleo no Estado da Bahia.

Estas mudanças, obtidas apesar de dificuldades inerentes a tôdas as situações novas, mostram como conseguia o país reagir, de maneira salutar, diante da crise universal cujos efeitos ainda se faziam sentir, quando os veio agravar uma Segunda Guerra Mundial, de 1939 a 1945 (1). Determinou, esta, para o Brasil, nova e vultosa inflação.

Terminado o conflito geral, já lentamente ia o país se recuperando das grandes emissões de dinheiro, nos governos dos Presidentes Eurico Dutra e, novamente, de Getúlio Vargas, como do Sr. Café Filho, quando nôvo e incontido surto inflacionário iniciou o Presidente Juscelino Kubitschek.

Entretanto, apesar dêle, continuou o Brasil a desenvolver-se considerràvelmente, no setor econômico, sobretudo quanto às atividades industriais e comércio interno, embora também se registrassem graves diminuições nos setores da agricultura e comércio externo.

Não conseguiu minorar essa situação o transitório govêrno do Sr. Jânio Quadros. Agravou-a extraordinàriamente o do Sr. João Goulart,

(1) Cf. J. Pandiá Calógeras — *Formação Histórica do Brasil*, 4.ª ed. (São Paulo, 1945), caps. XIV/XVI; Helio Vianna — *História Administrativa e Econômica do Brasil* (São Paulo, 1951), p. 300/306.

apesar dos esforços de dois de seus vários Ministros da Fazenda, os Professôres San Tiago Dantas e Carvalho Pinto.

Corajosamente enfrentou as dificuldades oriundas da inflação e de outras causas, inclusive iniciando a respectiva contenção, a Presidência do Marechal Castelo Branco, tendo como titular daquela pasta o Sr. Gouveia de Bulhões, do nôvo Ministério do Planejamento e Coordenação o Embaixador Roberto Campos.

LXXIII

VIAÇÃO NA REPÚBLICA

1 — Evolução do sistema ferroviário brasileiro na República

Instituído o nôvo regime político brasileiro, em 1890 resolveu o primeiro Govêrno Provisório da República pôr em execução extenso plano de construções ferroviárias, abrangendo todo o país, ao qual adiante nos referiremos. Por ora, basta o registro de que, apesar da amplitude das concessões então feitas, frustraram-se êsses bons intentos, diante da realidade imposta pela situação financeira determinada pelo chamado *encilhamento.*

Todavia, no Nordeste, foi oficialmente iniciada a ligação ferroviária dos Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, mantendo-se os seus trabalhos mesmo sob a vigência das revoltas que agitaram a Vice-Presidência do Marechal Floriano Peixoto. Assim, em 1890/1895, foram inaugurados 3.383 km de estradas de ferro, contra 3.281 no qüinqüênio anterior.

Assentado, porém, em 1896, o plano de economias de que não podia prescindir o país, para sua restauração financeira, resolveu-se a suspensão, em 1897, de tôdas as obras de construção oficial de estradas de ferro. Conseqüentemente, desceu o respectivo montante para 2.349 km no período de 1896/1900. A situação ainda mais se agravou nos dois anos seguintes, 1901 e 1902, quando apenas se inauguraram 190 e 174 km de ferrovias no país, respectivamente.

Além de interromper obras já iniciadas, resolveu o govêrno de Campos Sales, ainda por medida de economia, encampar as estradas que gozassem de onerosas garantias de juros pagáveis em ouro, o que foi feito com diversas, embora suscitando críticas o processo de resgate adotado. As estradas assim resgatadas eram arrendadas, cessando temporàriamente a administração do Estado sôbre as mesmas.

Normalizada a situação financeira, pôde o país entrar em nova fase de atividades construtivas, em 1903, mediante o sistema de contratos com pagamentos em títulos.

"Por êsse regime foram autorizadas e contratadas, de 1906 a 1910, as construções das seguintes estradas: Madeira-Mamoré, São Luís a Caxias (Maranhão), prolongamentos da Rêde Cearense, da Central do Rio Grande do Norte e da Rêde Baiana, inclusive a estrada de Timbó a Propriá; prolongamentos da Estrada de Ferro de Maricá, da Noroeste

do Brasil, da Estrada de Ferro de Santa Catarina, de Itaqui a São Borja, Santiago a São Borja, Basílio a Jaguarão e outros no Rio Grande do Sul."

"No qüinqüênio de 1901 a 1905 inauguramos 1.464 km, e já no período seguinte, 1906 a 1910, 4.685 km."

"A política das grandes empreitadas de construção pagas em apólices"... "e dos arrendamentos de rêdes para êste fim constituídas, prosseguiu e tomou nôvo impulso, a partir de 1909" (1).

Quanto às ligações interestaduais, e mesmo de caráter internacional, assinalou o autor que estamos acompanhando, J. Palhano de Jesus:

Tendo o Tratado de Petrópolis, celebrado pelo Brasil com a Bolívia, em 1903, determinado a definitiva construção, pelo país, da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, foi a mesma inaugurada parcialmente em 1910, e totalmente em 1912.

No mesmo ano de 1910 chegaram os trilhos da Noroeste do Brasil à divisa de São Paulo com Mato Grosso. Já havia sido atacada a construção também pelo extremo oposto, Pôrto Esperança, motivo pelo qual no ano de 1914 pôde ser realizada a inauguração do trecho intermediário.

Outra ligação de importância foi a da São Paulo-Rio Grande, ultimada em 1910, pondo em contato ferroviário o Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Pôrto Alegre, Santana do Livramento e Montevidéu.

No mesmo ano concluiu a Estrada de Ferro Leopoldina a ligação de sua Rêde Fluminense com a do Espírito Santo, permitindo a ligação de Niterói à Vitória. E ainda em 1910 atingiu a Central do Brasil a margem direita do Rio São Francisco, em Pirapora, ponto inicial da navegação para o interior da Bahia e Pernambuco.

Foi êsse, aliás, o ano em que inauguramos maior extensão ferroviária: 2.225 km. No qüinqüênio 1906/1910 o total foi de 4.685 km, como já anotamos. No seguinte, 1911/1915, foi um pouco maior, 5.180 km.

O rompimento da Primeira Guerra Mundial teria como conseqüência, quanto ao desenvolvimento ferroviário do Brasil, nova e impressionante queda em seus índices. À vista da crise financeira então vigente, determinou o govêrno a revisão de todos os contratos de construção, tendo em vista ajustar às possibilidades do Tesouro os encargos assumidos. Conseqüentemente, embora em 1914 ainda tivéssemos inaugurado 1.448 km, nos anos seguintes baixou o total para 585 km em 1915, 368 em 1916, 459 em 1917, 281 em 1918, 377 em 1919 e 331 em 1920, ano em que a extensão total de nossas linhas em tráfego era de 28.553 km (2).

Tentou reagir contra aquela situação o Presidente Epitácio Pessoa, mas não conseguiu reatingir algarismos satisfatórios, nesse setor. E não se modificou a situação, de modo sensível, nos governos seguintes. Basta assinalar que de 1920 a 1940 o aumento verificado foi apenas de 5.699 km, o que dá a média anual de 285 novos km, apenas, visto que

---

(1) J. Palhano de Jesus — "Rápida Notícia da Viação Férrea do Brasil", no *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. I (Rio de Janeiro, 1922), p. 729/734.
(2) J. Palhano de Jesus — *Op. cit.*, p. 735-838.

naquele último ano existiam no país 34.252 km de ferrovias em tráfego. De então até 1948 o aumento foi sòmente de 1.371 km, ou seja, a média anual de 171 km, apenas, sendo o total apresentado para aquêle ano de 35.623 km. O mesmo ritmo lento vem sendo mantido até agora, embora recentemente tenha sido efetivada a inauguração de mais alguns trechos, inclusive, em 1949, a ligação Rio de Janeiro-Salvador, antiga aspiração de nossa viação ferroviária. Em 1961 a rêde ferroviária brasileira atingia o total de 35.673 quilômetros em tráfego. Ùltimamente, têm sido extintos numerosos ramais antieconômicos, irremediàvelmente deficitários.

a) *Planos de Viação de predominância ferroviária*

As características geográficas do Brasil determinaram o aspecto dispersivo de nossa viação interna. Contudo, não nos têm faltado os planos de coordenação que visam a correção dessa situação.

De acôrdo com um trabalho do Sr. Moacir M. F. Silva, o primeiro dêsses planos, em ordem cronológica, foi o "Esbôço de Plano de Viação Geral para o Império do Brasil", apresentado ao Instituto Politécnico Brasileiro, em 1874, pelo Eng.º João Ramos de Queirós, que em 1882 também o apresentou à Câmara dos Deputados. Além de prever estradas de ferro depois realizadas ou iniciadas (Rio de Janeiro-Rio São Francisco; Rio de Janeiro-São Paulo; Curitiba-Rio Paraná; Pôrto Alegre-Uruguaiana), distingue-se por ter projetado três ferrovias muito interessantes: uma do Salvador a São Luís do Maranhão, com ramal para o Recife e sub-ramais para Natal e Fortaleza; outra, denominada "Artéria Central", de Canavieiras à cidade de Mato Grosso (Vila Bela), passando pelas de Goiás e Cuiabá; e mais uma, de Pôrto Alegre às Sete Quedas do Rio Paraná e Corumbá. Pressupunha, também, o aproveitamento dos trechos navegáveis de nossos grandes rios do planalto. "Bem ideado, com fundamentos geográficos e econômicos, é simples, modesto, prevendo só as linhas essenciais" — concluiu o Sr. Moacir M. F. Silva.

Mais imaginoso, e não apenas brasileiro, foi outro plano do mesmo ano de 1874, devido ao malogrado Eng.º André Rebouças. Previa nada menos de dez "paralelas" ferroviárias, que cortariam o Brasil de leste a oeste. Seis "convergentes" de caráter fluvial auxiliariam noutro sentido essas fantasiosas "paralelas".

Um terceiro plano apresentou ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 1881, o Engenheiro-Chefe da Diretoria de Obras, Honório Bicalho. Utilizando quatro grandes linhas (Leste-Oeste, Central-Norte, Central-Sul e Noroeste), conseguiria a sua "rêde geral de comunicações", férreas e fluviais, ligar o Rio de Janeiro às várias regiões brasileiras, dando melhor acesso ao oceano a diversas.

Do mesmo gênero, embora menos rigoroso quanto ao aproveitamento das vias fluviais, foi o chamado Plano Bulhões, que resultou da incumbência dada pelo Primeiro Congresso Ferroviário Brasileiro aos Engenheiros A. de Oliveira Bulhões, Ferino José de Melo e Jorge Rademaker Grunewald.

Proclamada a República, nomeou o Govêrno Provisório uma Comissão, encarregando-a da elaboração de um Plano de Viação Federal, apresentado em 1890. Previu numerosas estradas de ferro, sobretudo nas regiões Sul, Centro e Nordeste, além de grandes linhas sem caráter econômico, como, por exemplo, um longo arco entre Teresina e Manaus, inùtilmente prolongável pelas margens dos Rios Negro e Branco.

Posteriormente, muitos foram os projetos parciais, relativos ao desenvolvimento ferroviário do Brasil. Um dos mais completos deixou-o o Eng.º Eugênio de Sousa Brandão, em 1932, contendo 28.000 km de prolongamentos sugeridos, em 24 linhas diferentes.

Designada pelo Ministro da Viação, em 1931, organizou outra Comissão, até 1934, o Plano Geral de Viação Nacional, compreendendo, além de pormenores técnicos, o traçado de 11.180 km de vias fluviais e 39.897 km de estradas de ferro, correspondentes a 21,8% e 78,2%, respectivamente, distribuídas, as ferrovias, em 9 linhas-tronco no sentido dos meridianos, 11 linhas-tronco no sentido dos paralelos e 18 ligações suplementares ([3]). Dentro e fora dêsse Plano já foram construídos, desde sua aprovação naquele último ano, uns 2.000 km de ferrovias. Modificou-se, posteriormente, o Plano Geral de Viação Nacional, inclusive para atenção, também, da contribuição rodoviária, ultimando êsse trabalho uma outra comissão, no início de 1948.

De acôrdo com o noticiário pouco depois publicado, a "Comissão, após as investigações em que foram levadas em consideração razões de ordem econômica e de segurança e defesa do país, organizou uma nomenclatura das linhas constantes do Plano Ferroviário, que, em resumo, ficou constituído por troncos principais e secundários.

"Os troncos principais são compostos por sistemas de vias férreas com mais de 1.000 km de extensão, formando as linhas mestras da estrutura do Plano de Viação Nacional; e os troncos secundários são constituídos por sistemas que enquadram regiões com mais de 500 km de extensão, formadas pela ramificação principal do sistema, os troncos principais.

"Além dos troncos principais e secundários, foram traçadas 32 ligações que estabelecem a comunicação entre troncos ferroviários, dêstes com os marítimos e fluviais e ainda com os necessários a estabelecer a continuidade do transporte nas vias fluviais, ou as que permitem a comunicação de determinados troncos a pontos considerados de interêsse militar ou econômico.

"Neste trabalho, que a Comissão de Revisão do Plano Geral de Viação Nacional estudou em tôdas as suas minúcias, não foi esquecida a parte fluvial e lacustre com relação ao aproveitamento dos nossos rios e lagos, a fim de integrá-los no sistema de transportes nacionais, chegando, nesse particular, a resultados animadores" ([4]).

---

(3) Moacir M. F. Silva — "Expansão dos Transportes Interiores. 'Alguns Planos de Viação, à luz da Geografia)", na *Revista Brasileira de Geografia*, do Rio de Janeiro, ano IX, n.º 3, de julho-setembro de 1947, p. 368/393.

(4) *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, n.º 60, março de 1948, p. 1.503.

b) *Situação atual das estradas de ferro brasileiras*

À vista de todos os fatôres que contribuíram para a formação do sistema ferroviário brasileiro, complexa é a sua situação atual, agravada pelos efeitos da crise resultante da Segunda Guerra Mundial, da inflação monetária e da forçada diminuição das importações brasileiras.

O alto custo do material necessário ao indispensável reequipamento, ainda em parte importado do estrangeiro (sòmente há pouco começamos a fabricar trilhos ferroviários), alia-se ao encarecimento do combustível, ao aumento das verbas de pessoal, manutenção, etc. A concorrência oferecida pelas rodovias e aerovias, sempre crescente, ainda não pôde ser totalmente enfrentada com o barateamento do custo do transporte ferroviário, a ser obtido por intermédio da eletrificação de linhas, melhoramentos de traçados, uniformização de bitolas, maior potência de tração das locomotivas modernas, movidas a óleo, etc. Administrativamente, se o regime deficitário era o vigente, sobretudo nas estradas oficiais, passou-se do sistema de verbas orçamentárias, de quase tôdas, para o de autarquia.

Reagindo contra essa situação, em 1948 examinada, no Rio de Janeiro, por uma Conferência de Diretores de Estradas, resolveu o govêrno reaparelhar as ferrovias a seu cargo, além de auxiliar financeiramente as particulares. Nesse sentido figurou a matéria não só no denominado Plano SALTE, como nos estudos a que procedeu, na mesma época, entre nós, uma missão econômica norte-americana (5).

Convencidos, todos, de que o problema mais urgente era o das ligações entre várias estradas do país, sobretudo entre as do Norte e Sul, algumas foram atacadas, realizando-se, em 1949, a mais urgente dentre elas, a que une o Rio de Janeiro à cidade do Salvador, pela Estrada de Ferro Central do Brasil e Viação Férrea Federal Leste Brasileiro. Atingiram Corumbá e Ponta Porã prolongamentos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Daquela primeira cidade mato-grossense, situada à margem do Rio Paraguai, parte a Estrada de Ferro Brasil-Bolívia, construída pelo nosso país, em direção a Santa Cruz de la Sierra e à região petrolífera boliviana. Outras ligações ferroviárias igualmente importantes, continuam em andamento. Se isto não significa a impossível volta ao ritmo de 1910, constitui, pelo menos, com o reaparelhamento de várias linhas e a renovação do respectivo material rodante, o máximo que pode ser alcançado, nas presentes circunstâncias do Brasil. Teve êsse objetivo, entre outros, a criação, em 1958, da Rêde Ferroviária Federal S. A., que englobou em uma só entidade autárquica as ferrovias pertencentes à União. A fim de diminuir seus grandes deficits, determinou o abandono de muitos ramais antieconômicos, a serem substituídos por novas rodovias. Em 1961 encampou o govêrno do Estado de São Paulo a melhor das ferrovias particulares do país, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

(5) Helio Vianna — *História da Viação Brasileira*, vol. 139/140 da Biblioteca Militar (Rio de Janeiro, 1949), cap. XIX — "O Advento das Estradas de Ferro e a Evolução do Sistema Ferroviário Brasileiro", p. 187/193.

2 — *As estradas de rodagem e o Plano Rodoviário Nacional*

a) *Primórdios da era rodoviária*

Exatamente quando mais intensos eram os trabalhos de construção ferroviária no Brasil, nos primeiros anos dêste século, aqui apareceram veículos automotores, destinados a concorrer, em menos de um trintênio, com aquêle sistema de transporte, que sòmente em 1954 completou um século de vigência no país. Exigindo, porém, estradas melhores que as até então existentes, trafegadas principalmente por carros de bois, carroças, muares de carga e animais de sela, cedo começou uma campanha pelo respectivo aparelhamento. Não se contentando, os possuidores de automóveis, em rodar pelas ruas e estradas das cidades, para isso então calçadas de paralelepípedos ou macadamizadas, começaram a solicitar a atenção dos governos para êsse problema.

Coube ao Estado de São Paulo a primazia no assunto. Assim, já em 1913 foi a chamada Estrada do Vergueiro, entre Santos e São Paulo, macadamizada por ordem do govêrno estadual do Conselheiro Rodrigues Alves, que assim atendeu às instâncias de Artur Rudge Ramos e ao apêlo de Washington Luís Pereira de Sousa, então Presidente do Automóvel Clube Paulista, que, dirigindo-se ao então Secretário da Agricultura, afirmava o seguinte, referindo-se ao automóvel:

..."sabendo que êsse veículo não é um concorrente perigoso da estrada de ferro, e é antes um auxiliar indireto, devemos concluir que fazer boas estradas, para todo o ano, que permitam o trânsito de automóveis, é um dever geral neste momento de progresso na Viação, e que é um dever particular nosso o de fazer já, macadamizada ou por sistema equivalente, a estrada do Vergueiro."

Graças a essa iniciativa, já em 1917 puderam os participantes do Primeiro Congresso Paulista de Estradas de Rodagem, reunido sob os auspícios do govêrno de Altino Arantes, ir a Santos pela rodovia.

Ocupando Washington Luís a Presidência do Estado, foi efetivamente iniciada, em 1920, a construção da rêde rodoviária paulista. Em 1925 aí foi inaugurado o primeiro trecho sul-americano de estrada de concreto, na região da Serra do Mar ([6]).

Desde o ano anterior, possuía Minas Gerais um Plano Rodoviário, que visava ligar Belo Horizonte às diferentes regiões do Estado, numa extensão teórica de 15.000 km.

Passando a ocupar a Presidência da República, convidou Washington Luís para a pasta da Viação e Obras Públicas, Vítor Konder, responsável pelas excelentes estradas que pouco antes vira no vale catarinense do Itajaí. Criando a Comissão de Estradas de Rodagem Federais, esta, sob a direção do Eng.º Joaquim Timóteo de Oliveira Penteado, pôde entregar ao tráfego, a 5 de maio e a 25 de agôsto de 1928, as duas primeiras

---

(6) Eng.º Paulo Dutra da Silva — "Via Anchieta", na revista *D.E.R.*, do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo, ano XII, ns. 43-44-45, de abril-julho e outubro de 1946, p. 11.

estradas destinadas a serem os troncos iniciais de nossa rêde rodoviária, para o Sul e para o Norte, respectivamente a Rio-São Paulo e a Rio-Petrópolis. Aquela, como então disse o Presidente da República, fiel ao seu lema de que "governar é abrir estradas", marcava o primeiro passo para um grande sistema de comunicações que em futuro não distante se estenderia a todos os Estados do Brasil, ligando-os entre si (7).

b) *O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e os Departamentos Rodoviários Estaduais*

Sobrevindo a Revolução de 1930, foi mantida, embora com modestas verbas, a Comissão de Estradas de Rodagem Federais, que dispôs, em 1931, para os seus encargos, apenas de 2.100:000$000.

Muito maior importância, quanto às construções rodoviárias, assumiu, por essa época, a Inspetoria Federal de Obras contra as Sêcas, à qual são devidas as estradas que, numa extensão superior a 4.000 km, unem os Estados nordestinos atingidos por êsse flagelo climatológico, e que, por isso mesmo, muito necessitam de transportes rápidos e baratos.

Em 1937, quando as despesas com a Comissão de Estradas de Rodagem Federais já alcançavam 21.800:000$000, foi a mesma reformada e elevada à condição de Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, embora ainda subordinado ao Ministério da Viação e Obras Públicas. Em 1939, terminou a construção da estrada de Areias a Caxambu.

No mesmo ano, foi criado no Rio Grande do Sul um Fundo Rodoviário, cuja aplicação competia ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado, depois autonomizado. Em São Paulo, iniciou o respectivo Departamento a construção da Via Anchieta, de 55 km, destinada a substituir, em moldes moderníssimos, a já obsoleta estrada São Paulo-Santos.

Quanto ao Departamento Nacional, além de ligações, como a de Itaipava a Teresópolis, entregava-se a planos e trabalhos de maior amplitude, como os das estradas Rio-Bahia e Rio-Pôrto Alegre. No setor desta última, decisivas foram as cooperações do Exército e dos Estados atravessados pela grande rodovia. Em 1941 já atingiam a 71.800:000$000 as verbas destinadas ao D. N. E. R.

No ano seguinte, adotou o Estado de São Paulo extenso Plano Rodoviário, de execução prevista para cinco anos. Além de numerosas estradas novas e reconstruídas, aí foi resolvida a conclusão das excelentes Vias Anchieta e Anhangüera, esta prolongada de Jundiaí a Campinas, Ribeirão Prêto, e além, pelo interior, até à divisa de Minas Gerais.

Noutros Estados foram também meritórios os esforços dos respectivos governantes, no sentido de criar-lhes rêdes rodoviárias que atendessem às exigências de seu progresso. Em 1958 completou-se a ligação rodo-

(7) Editorial do *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, de 5 de maio de 1928, de autoria do Sr. Edgard Chagas Dória; reproduzido na revista *Touring*, do Rio de Janeiro, ns. 182/183, de novembro-dezembro de 1948.

viária de Teresina a São Luís do Maranhão, de modo a deixar, hoje, Manaus como a única capital estadual ainda não ligada, rodoviàriamente, às demais, pois em 1960, ao inaugurar-se a nova capital do país, já estava aberta, embora não ultimada, a estrada de Brasília a Belém, pelo Vale do Tocantins.

c) *Plano Rodoviário Nacional*

Desde que se esboçou, no Brasil, uma tendência favorável às rodovias, começaram a aparecer planos relativos à respectiva articulação interestadual e mesmo internacional.

Dêles o primeiro foi o que em 1926 apresentou ao Quarto Congresso Nacional de Estradas de Rodagem o Eng.º Joaquim Catrambi. "Propunha duas categorias de rodovias: *a*) Estradas Federais ou troncos de penetração; *b*) Estradas Estaduais ou de união dos Estados. Seriam nesse Plano, 17 estradas-tronco e várias linhas (12), de união dos Estados".

Outros planos, simplesmente esquemáticos, foram traçados em 1927 por Luís Schnoor e Marcelo Taylor Carneiro de Mendonça (que o divulgou em livro, posteriormente), em 1928 pela Comissão de Estradas de Rodagem Federais, e em 1937 pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, seu sucessor [8].

A êste último organismo competiria, naturalmente, a elaboração do mais importante Plano Rodoviário Nacional, oficialmente aprovado em 1944. Constituído de 27 linhas principais, subdividiam-se estas em 6 longitudinais, 15 transversais e 6 ligações, no total de 35.574 km, da forma apresentada no quadro da página seguinte. Note-se que em sua realização, graças a modernos processos de construção, tem-se alterado a citada quilometragem. Assim, por exemplo, a Rodovia Fernão Dias, entre São Paulo e Belo Horizonte, prevista para 802 km de extensão, foi aberta em apenas 576.

d) *O Plano Geral de Viação Nacional e as rodovias*

Dando execução a algumas partes do Plano Rodoviário, incentivou o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem as suas atividades, sobretudo quanto às ligações do Rio de Janeiro com Pôrto Alegre e a cidade do Salvador.

Assumindo a pasta da Viação e Obras Públicas o Eng.º Maurício Joppert, no govêrno interino do Presidente José Linhares, uma nova medida foi decretada, de grandes conseqüências para o desenvolvimento rodoviário do país: a autonomização financeira do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. Nomeou, também, uma Comissão encarregada de rever o Plano Geral de Viação Nacional, de 1934, que, como vimos, era predominantemente ferroviário, pondo-o de acôrdo com o Plano Rodoviário de 1944, com recíprocas concessões e acréscimos.

Êsse reajustamento teve em vista atingir as seguintes características:

(8) Moacir M. F. Silva — *Op. cit.*, p. 394/400.

PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL

N.º de ordem	*Denominações*	*Pontos extremos*	*Extensão aproximada (km)*
	(I) — Longitudinais:		
I	Getúlio Vargas	Belém-Jaguarão	6.151
II	Pan-Nordestina	São Luís-Salvador	3.087
III	Transnordestina	Fortaleza-Salvador	1.275
IV	Transbrasiliana	Belém-Livramento	4.743
V	Amazônica	Santarém-Pôrto D. Carlos	2.946
VI	Acreana	Cruzeiro do Sul-Cuiabá.	2.814
	(II) — Transversais:		
VII	do Maranhão	São Luís-Carolina	1.344
VIII	do Piauí	Teresina-Loreto	763
IX	do R. Grande do Norte	Natal-Barra	316
X	da Paraíba	Cabedelo-Icó	610
XI	de Pernambuco	Recife-Petrolina	720
XII	de Alagoas	Maceió-Paulo Afonso ..	333
XIII	de Sergipe	Aracaju-Juàzeiro	552
XIV	da Bahia	Salvador-Pôrto Nacional	1.361
XV	Centro-Oeste	Vitória-Mato Grosso ...	3.052
XVI	do E. do R. de Janeiro.	Três Rios-Resende	219
XVII	do E. de São Paulo ...	Santos-Corumbá	1.780
XVIII	do E. do Paraná	Paranaguá-Iguaçu	878
XIX	de Santa Catarina	Curitiba-Tôrres	699
XX	do Rio Grande do Sul.	Tôrres-Uruguaiana ...	884
XXI	do Sul de Mato Grosso.	Pôrto 15 de Novembro-Pôrto Murtinho	780
	(III) — Ligações:		
XXII	Recife-Salvador	. . . .	932
XXIII	Rio-Belo Horizonte ...	. . . .	530
XXIV	Belo Horizonte-S. Paulo	. . . .	802
XXV	Resende-Araraquara ..	. . . .	625
XXVI	Vacaria-Passo Fundo ..	. . . .	180
XXVII	Dourados-Ponta Porã .	. . . .	115
	T o t a l		38.491
	A subtrair (trechos comuns)		2.917
	Extensão total do Plano		35.574

a) Estradas que liguem o Rio de Janeiro com uma ou mais capitais das diversas unidades da federação.

b) Estradas que liguem qualquer via de comunicação da rêde federal, a qualquer ponto de nossas fronteiras.

c) Estradas que constituam vias de transporte ao longo da fronteira ou a esta paralela a menos de 200 km.

d) Estradas que liguem entre si dois ou mais troncos de interêsse geral, com o objetivo de estabelecer, por um caminho mais curto, comunicação entre duas ou mais unidades da federação.

e) Estradas que atendam a exigências de ordem militar.

Quanto ao setor rodoviário, resultou daí o aumento de 10.770 km quanto ao Plano de 1944, ficando o total de rodovias igual a 46.164 km. Suas linhas ficaram divididas da seguinte forma: 5 radiais, 7 longitudinais, 18 transversais, 9 ligações e 7 ramais, tôdas precedidas do prefixo BR, indicativo do Brasil (9).

Posteriormente, com a mudança da capital do país para Brasília, ampliou-se o Plano Rodoviário Nacional, de modo a apresentar o seguinte quadro:

RADIAIS

BR.	*Pontos de passagem*	*Km*
1	Rio-Entroncamento (Avenida Brasil)	16
2	Rio-S. Paulo-Curitiba-Lajes-Pôrto Alegre-Jaguarão	1.907
3	Rio-Petrópolis-Juiz de Fora-Belo Horizonte-Montes Claros-Caetité-Paramirim-Seabra-Juàzeiro	2.019
4	Rio-Teresópolis-Leopoldina-Muriaé-Teófilo Ottoni-Feira de Santana	1.526
5	Rio-Campos-Vitória-Nova Laje-Cachoeira-Feira de Santana	1.684
6	Rio-Mangaratiba-Angra dos Reis-Caraguatatuba-Santos-Iguape-Cacatu-Antonina-Joinville	885
7	Belo Horizonte-Brasília	737

LONGITUDINAIS

		Km
8	Luís Correia-Piripiri-Castelo-Valença do Piauí-BR. 24-Simplício Mendes-S. João do Piauí-S. Raimundo Nonato-BR. 39	895
9	Areia Branca-Augusto Severo-BR. 64-Brejo da Cruz-BR. 23	254
10	Macau-Pedro Avelino-Lajes-Santa Cruz-Campina Grande-Caruaru-Agrestina-Panelas-Quipapá-União dos Palmares-Atalaia	604
11	Boqueirão do Cesário-Aracati-Mossoró-Angicos-Caiçara-Poço Limpo-Macaíba-Natal-João Pessoa-Recife-Maceió-Aracaju-Feira de Santana	1.518
12	Natal-Batalhão-Arcoverde-Petrolândia-Paulo Afonso-Salvador	1.246
13	Fortaleza-Russas-Icó-Salgueiro-Jatinã-Canudos-Feira de Santana	1.170
14	Belém-Guamá-Pôrto Franco-Porangatu-Ceres-Anápolis-Goiânia-Frutal-Ourinhos-Irati-Erechim-Cruz Alta-Livramento	4.157
15	Macapá-Clevelândia-Oiapoque-Guiana Francesa	658
16	Santarém-Cuiabá-Rondonópolis-Campo Grande-Pôrto Morumbi	2.889
17	Manaus-Caracaraí-Boa Vista-Fronteira com a Venezuela	972
18	Anápolis-Corumbá de Goiás-Planaltina-Formosa-Posse-Barreiras-Bom Jesus-Bertolínia-Floriano-Teresina-Barras-Esperantina-Buriti dos Lopes (BR. 8)	2.020

(9) Helio Vianna — *História da Viação Brasileira*, cit., cap. XX — "As Estradas de Rodagem e o Plano Rodoviário Nacional", p. 196/203.

19 —	Goiânia-Rio Verde-Pôrto Presidente Vargas-Presidente Venceslau-Laranjeiras do Sul-Iraí-Cruz Alta	1.724
20 —	Estância-Itapicuru-Olindina-Araci-Noventa-Capela-Mairi-Mundo Nôvo-Seabra-Ibitiara-Macaúbas-Bom Jesus da Lapa	721
21 —	S. Luís-Peritoró-Barra do Corda-Grajaú-Pôrto Franco	750

TRANSVERSAIS

		Km
22 —	Fortaleza-Piripiri-Teresina-Peritoró-Belém	1.519
23 —	João Pessoa-Santa Luzia-Cajàzeiras-Icó-Solonópole-Senador Pompeu-Independência-Crateús-Poranga-Pedro II-Piripiri-Batalha-Esperantina-Luzilândia-Brejo-Chapadinha-Itapecuru-S. Luís	1.552
24 —	Cajàzeiras-Lavras da Mangabeira-Picos-Floriano-Barão de Grajaú-Pastos Bons-Loreto-Balsas-Riachão-Carolina	1.145
25 —	Recife-Arcoverde-Salgueiro-Parnamirim-Petrolina-Casa Nova-Remanso	940
26 —	Maceió-Petrolândia-Parnamirim-Picos	874
27 —	Aracaju-Frei Paulo-Jeremoabo-Canudos-Juàzeiro	461
28 —	Salvador-Feira de Santana-Itaberaba-Lençóis-Barreiras-Taguatinga-Paranã-Peixe-Ilha do Bananal	1.482
29 —	Cuiabá-Pôrto Velho-Rio Branco-Cruzeiro do Sul-Fronteira com o Peru	2.818
30 —	Cuiabá-Poconé-Cáceres-Mato Grosso	558
31 —	Vitória-Belo Horizonte-Frutal-Canal de S. Simão-Jataí-Rondonópolis-Cuiabá	2.324
32 —	S. João da Barra-Campos-Muriaé-Miraí-Cataguases-S. João Nepomuceno-Juiz de Fora-Caxambu-Araraquara	951
33 —	Santos-S. Paulo-Araraquara-S. José do Rio Prêto-Campo Grande-Corumbá	1.743
34 —	S. Paulo-Ourinhos-Pôrto Tibiriçá-Rio Brilhante-Pôrto Murtinho	1.410
35 —	Paranaguá-Curitiba-Ponta Grossa-Prudentópolis-Relógio-Guarapuava-Laranjeiras do Sul-Guaraniaçu-Cascavel-Foz do Iguaçu	773
36 —	Florianópolis-Lajes-S. Miguel d'Oeste	586
37 —	Pôrto Alegre-S. Gabriel-Uruguaiana	636
38 —	Pelotas-Bajé-Livramento-Uruguaiana	555
39 —	Feira de Santana-Jacobina-Remanso-Caracol-Bom Jesus-Santa Filomena-Pedro Afonso-BR. 14-Araguacema	1.437
40 —	Ilhéus-Vitória da Conquista-Brumado-Caetité-Lapa-Correntina-Posse	899
41 —	Montes Claros-Formosa-Brasília-Mombaça-Jaraguá-Aragarças-Cuiabá	1.457
42 —	Ilhéus-Pedra Azul-Salinas-Montes Claros-Pirapora-Patos de Minas-Prata-Paranaíba	1.641
43 —	Vacaria-Passo Fundo-Caràzinho-Panambi-Ijuí-S. Ângelo-S. Luís-S. Borja	569
44 —	Choròzinho-Solonópole-BR. 23-Alencar	304
44A —	Fortaleza-Canindé-Boa Viagem-Tauá-Parambu-Picos-Simplício Mendes-S. João do Piauí-S. Raimundo Nonato-Barreiras-Posse-Brasília	1.889
45 —	S. Roque-S. Filipe-Conceição do Almeida-Castro Alves-Ponte 2 de julho-Argoim-Itaberaba	176
46 —	Campinho-Maraú-Ubaitaba-Nova Laje-Ubatã-Ipiaí-Jequié-Três Morros-Maracá-Mugugê-Seabra-Xique-Xique-Bom Jesus	980
47 —	Campinho-Nova Laje-Cajàzeiras-Boa Nova-BR. 4-Bom Jesus-Brumado-Caetité-Carinhanha-Formosa	1.065
48 —	Pôrto Seguro (Coroa Vermelha)-BR. 5-Gabiarra-Colônia Agrícola-Jacinto-Almenara-Jequitinhonha-Araçuaí	390
49 —	Linhares-Mantena-Governador Valadares-Virginópolis-Guanhães-Curvelo	552

50 — Blumenau-Rio do Sul-Curitibanos-Campos Novos-Lagoa Vermelha-Nova Prata-Monte Velho-S. Jerônimo-Encruzilhada do Sul-Bajé 1.079
51 — Peritoró-Colinas-Pastos Bons-Bertolínia 402
52 — Teresina-Picos-Jaicós-Paulistana-Petrolina 622
53 — Russas-Nova Cruz-Cabedelo 662
54 — Jataí-Rio Verde-Itumbiara-Monte Alegre de Minas 346

DIVERSAS

Km

55 — S. Paulo-Belo Horizonte 581
56 — Frutal-Araraquara 229
57 — Barra Mansa-Três Rios-Sapucaia (BR. 83) 157
58 — Resende-Caxambu 120
59 — Curitiba-Florianópolis-Pôrto Alegre 748
60 — Boa Vista-Guiana Britânica 140
61 — Itaituba-BR. 16 150
62 — Jatobá-Marabá-BR. 14 414
63 — S. Roque-Nazaré-BR. 5-Laje-Matuípe-Jequiriçá-Ubaíra-Santa Inês-Itaquara-Jaguaquara-Rio-Bahia (BR. 4) 180
64 — Jaguaribe-Currais Novos 334
65 — Paulo Afonso-Garanhuns-Caruaru 317
66 — Tucano (BR. 3)-Ribeira do Pombal (BR. 12) 31
67 — Pôrto Artur-Vale do Rio Xingu 290
68 — Leopoldina-Guarará-Bicas-Juiz de Fora 85
69 — Governador Valadares-Montes Claros-Barreiras 947
70 — Espinosa-Salinas-Itinga-BR. 4 343
71 — Almeida Campos-Uberlândia-Monte Alegre de Minas-Canal de S. Simão 362
72 — Jataí-Xavantina 432
73 — Linhares-Nova Venécia-Teófilo Ottoni 315
74 — Aquidauana-Nioaque-Bela Vista 228
75 — Bragança-Poços de Caldas-Muzambinho-Araxá-Passos de Minas 614
76 — Lorena-Piquête-Itajubá-Pouso Alegre-Poços de Caldas 251
77 — Pindamonhangaba-Campos do Jordão-Itajubá-S. Lourenço-Vidinha-Caxambu-Francisco Sales-S. João d'El-Rei 382
78 — Cambuquira-Lambari-S. Lourenço 77
79 — Cachoeira Paulista-Santana do Capivari 58
80 — Muriaé-Ubá-Mercês-Barbacena-S. João d'El-Rei-Lavras-Nepomuceno .. 330
81 — Ijuí-Santiago-Itaqui 307
82 — Leopoldina-Cataguases-Ubá-Ponte Nova-S. Domingos do Prata 244
83 — Areal-Além Paraíba-Leopoldina 119
84 — Venda das Pedras-S. Fidélis-Campos 276
85 — Niterói-Manilha 23
86 — Rio Brilhante-Dourados-Ponta Porã 199
87 — Ourinhos-Londrina-Jandaia do Sul-Pôrto Mendes-Cascavel 668
88 — Papanduva-Blumenau-Itajaí 183
89 — Lajes-Blumenau-Joinville-S. Francisco do Sul 358
90 — Lajes-Tubarão 213
91 — S. Gabriel-Bajé-Aceguá 179
92 — Pelotas-Chuí 255
93 — Pôrto Velho-Lábrea-Humaitá 464
94 — Jati-Parnamirim 100
95 — Corumbá de Goiás-Niquelândia-Paranã 505

96 — Sobral-Cocal-Luzilândia-Urbano Santos 413
97 — Paulo Afonso-Glória-Mucuraré-Curuçá 205
98 — Xique-Xique-Morro do Chapéu-Ipirá 381
99 — Sete Lagoas-Pompéu-Abaeté-Tiros-Patos de Minas 321
100 — Sítio Campos-Moxotó-Manari-BR. 26 97
101 — Pão de Açúcar (Pernambuco)-Santa Cruz do Capibaribe-Poço Fundo-Jataúba-Congo-Sumé 178
102 — Garanhuns-Salobro-Pesqueira-Alagoa do Monteiro-Afogados de Ingàzeira 215
103 — João Neiva (BR. 5)-Colatina-Baixo Guandu-Aimorés-Tarumirim (BR. 4) 239
104 — Curitiba (BR. 35)-Ponta Grossa-Apucarana-Maringá-Paranavaí-Pôrto S. José-Rio Brilhante (BR. 34) 785
105— BR. 14-Júlio de Castilhos-Soledade-Casca-Lagoa Vermelha 280
106 — Limeira-Pirassununga-Ribeirão Prêto-Igarapava-Delta-Uberaba-Uberlândia-Araguari-Catalão-Cristalina-Brasília 829

TOTAL — 79.300 km

Em 1962 a extensão total das rodovias brasileiras em tráfego atingia 519.452 quilômetros. O número de veículos motorizados, para passageiros e cargas, era de 1.046.275. Com a introdução, no país, da indústria automobilística, no govêrno do Sr. Juscelino Kubitschek, deixou o Brasil de depender, a respeito, da importação, do estrangeiro, de veículos automotores.

A construção da nova capital do país, em Brasília, alterou, em alguns pontos, o Plano Rodoviário Nacional, pois, como é natural, para ela devem convergir ligações de estradas de rodagem, ferrovias e linhas aéreas, como já está acontecendo.

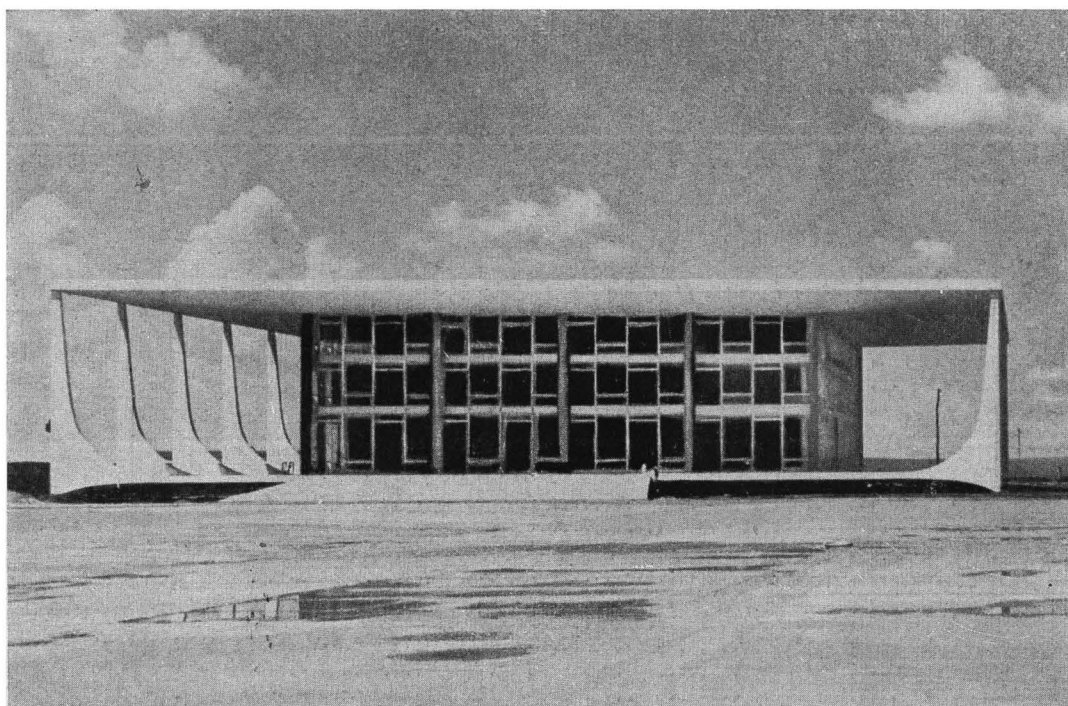
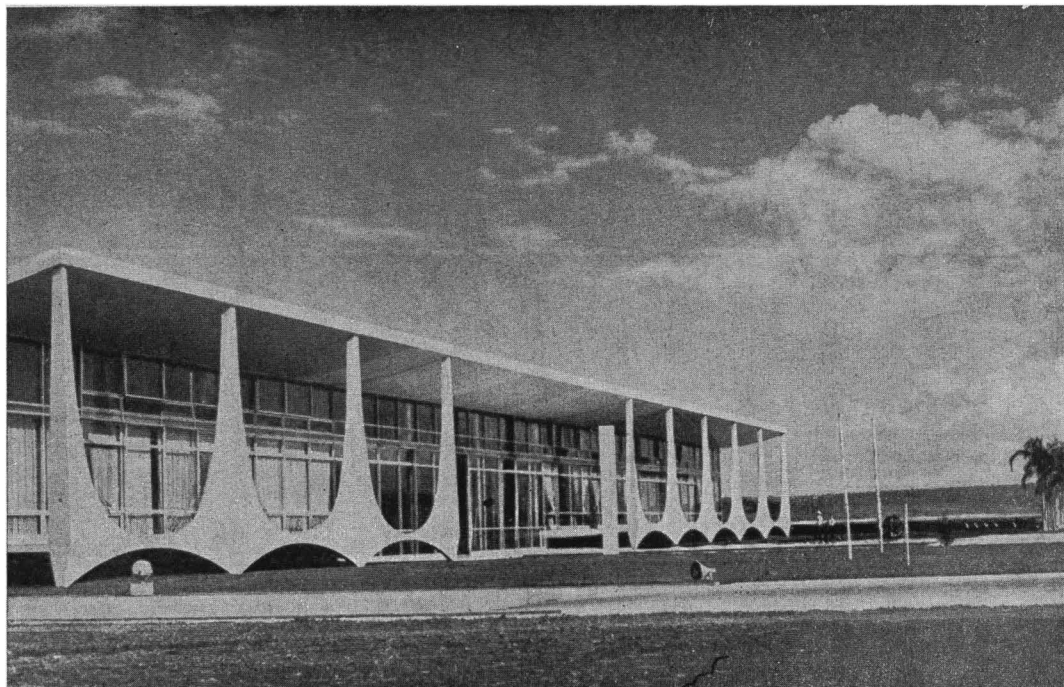
3 — Navegação de cabotagem, marítima, fluvial e lacustre

a) *Navegação de cabotagem*

A navegação brasileira de cabotagem passou, na República, por vicissitudes idênticas às verificadas no período monárquico, nela repercutindo não só a grande Revolta da Armada, de 1893/1894, como as duas Guerras Mundiais em que nos envolvemos, com sensíveis perdas por torpedeamento e consecutivas restaurações de tonelagem. Reflexos de situações econômicas difíceis também foram registrados no mesmo setor, na Companhia oficial ou oficiosa, o Lóide Brasileiro, sucessora das do Império, como nas particulares, em que foi notável a influência de armadores como Antônio e Henrique Laje.

Posteriormente, incorporadas ao Patrimônio Nacional as duas maiores emprêsas de cabotagem, o Lóide Brasileiro e a Companhia Nacional de Navegação Costeira, aumentou aquela, consideràvelmente, a sua frota de cargueiros, embora não tenha conseguido idêntico acréscimo em seu volume de fretes, sobretudo nas linhas estrangeiras. Sofrem, nas carreiras do Sul, Leste e Nordeste, a concorrência ferroviária e rodoviária, e, quanto ao número de passageiros transportados, foram em grande parte vencidas pela competição aeroviária.

Com o aparecimento, no Brasil, em 1939, de jazidas petrolíferas, e a posterior organização da Petróleo Brasileiro S. A. (PETROBRÁS), criou-se uma Frota Nacional de Petroleiros (FRONAPE).

Palácio do Congresso Nacional, na Praça dos Três Podêres, em Brasília, Distrito Federal.

Edifício do Supremo Tribunal Federal, em Brasília, Distrito Federal.

Palácio da Alvorada em Brasília, Distrito Federal, a partir de 1960 nova residência dos Presidentes da República.

Palácio do Planalto, sede do govêrno da República, em Brasília, Distrito Federal.

Apesar de tudo, ainda representa, a nossa marinha mercante, preponderante fator de progresso do país, motivo pelo qual a seu respeito foram previstas várias medidas, no chamado Plano SALTE. Não tendo tido execução satisfatória, cuidou-se, posteriormente, da compra de navios no estrangeiro, sobretudo de petroleiros, além de se criarem condições para a restauração de nossa indústria de construção naval, mediante a concessão de favores para o estabelecimento de grandes estaleiros no país, alguns dos quais já em atividade.

b) *Portos do Brasil*

Para atender à navegação brasileira foram os portos do país classificados pelo Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis do Ministério da Viação e Obras Públicas. Assim, consideram-se portos organizados, isto é, construídos, devidamente aparelhados e em exploração comercial, os seguintes, inclusive alguns não marítimos, mas fluviais e lacustres:

1 — Manaus; 2 — Belém; 3 — Natal; 4 — Cabedelo; 5 — Recife; 6 — Maceió; 7 — Salvador; 8 — Ilhéus; 9 — Vitória; 10 — Niterói; 11 — Rio de Janeiro; 12 — Angra dos Reis; 13 — São Sebastião; 14 — Santos; 15 — Paranaguá; 16 — São Francisco do Sul; 17 — Henrique Laje (ex-Imbituba); 18 — Laguna; 19 — Rio Grande; 20 — Pelotas; 21 — Pôrto Alegre.

Além dêstes, outros existem, ainda não completamente organizados, dentre os quais são mais importantes os seguintes, não se computando muitos que são puramente fluviais: 1 — Santana, no Território Federal do Amapá; 2, 3 e 4 — São Luís, Itaqui e Tutoia, no Estado do Maranhão; 5 — Luís Correia (Amarração), no Piauí; 6, 7 e 8 — Camocim, Fortaleza e Aracati, no Ceará; 9 e 10 — Areia Branca e Macau, portos de sal no Rio Grande do Norte; 11 — Aracaju; 12, 13, 14 e 15 — São Roque e Madre de Deus (portos de petróleo), Camamu e Caravelas, no Estado da Bahia; 16 — Antonina, no Estado do Paraná; 17 e 18 — Itajaí e Florianópolis, em Santa Catarina; 19 — Corumbá, no Rio Paraguai, em Mato Grosso ([10]).

Presentemente, realizam-se obras portuárias em Fortaleza (Mucuripe) e Corumbá, de modo a tornar possível, pròximamente, a sua inclusão entre os portos organizados do Brasil.

c) *Navegação fluvial e lacustre*

Apesar da enorme extensão da rêde fluvial do Brasil, de algumas dezenas de milhares de quilômetros, ela só é plenamente favorável à navegação em boa parte, mas não na totalidade da região amazônica, exatamente a menos povoada do país. Isto porque os grandes rios que descem do planalto central, o Madeira, Tapajoz, Xingu, Tocantins, Araguaia, têm trechos encachoeirados que impedem ou dificultam a passagem de

(10) *Anuário Estatístico do Brasil*, do Conselho Nacional de Estatística, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Ano XXIV, 1963 (Rio de Janeiro, 1964), p. 217/218.

embarcações. Os das bacias orientais, excetuados os maiores do Maranhão e o Parnaíba, nem sempre são perenes no Nordeste. Ao São Francisco, Jequitinhonha, Doce e Paraíba do Sul ocorre o mesmo que a alguns dos grandes tributários da margem direita do Amazonas: ao descer do planalto têm cachoeiras que impedem, interrompem ou dificultam a navegação. Excetuam-se, em limitados trechos, a Ribeira de Iguape e o Itajaí. Quanto aos da bacia platina, quando não descem encachoeirados do planalto, apresentando poucos setores navegados ou navegáveis (o Sapucaí, o Grande e o Paranaíba, o Tietê, Pardo, Paranapanema, Ivinheima, Ivaí, Amambaí, Iguatemi, Iguaçu e o próprio Rio Uruguai) — cedem à natural atração do Rio da Prata, como acontece ao Paraná, ao Paraguai e seus maiores afluentes.

Resulta daí a situação especial da navegação fluvial e lacustre do Brasil: importante e quase exclusiva, quando complementar à marítima, na Amazônia e Lagoa dos Patos; deficiente, quando limitada aos próprios recursos, como acontece no Maranhão, no Parnaíba, São Francisco. Ribeira de Iguape e noutros rios; autônoma, mas também deficiente, quando isolada pelos fatôres naturais, como ocorre na bacia platina.

Por tudo isso, atendendo à necessidade de dar ao Brasil transportes econômicos e extensos, maior atenção tem sido dada, ùltimamente, à navegação fluvial. Assim, no Plano Geral de Viação Nacional, de 1934, nada menos de 11.180 km de vias fluviais, equivalentes a 21,8% do total, foram acrescentados a 39.897 km de vias terrestres, correspondentes a 78,2%. Ao ser revisto, ainda maior importância lhes foi atribuída, determinando-se a adoção de minuciosas recomendações para seu desenvolvimento futuro.

Como primeiros indícios favoráveis a respeito, construíram-se, na Holanda, navios destinados à navegação das bacias do Prata e Amazonas; e no Rio São Francisco foram inaugurados trabalhos para melhoramento do leito na região da Cachoeira de Sobradinho, a montante de Juàzeiro. Muito contribuirá para a regularidade de seu aproveitamento a grande reprêsa de Três Marias, situada acima do ponto inicial de sua navegação, Pirapora.

4 — Navegação aérea

A mais recente das vias de transporte, a aérea, em poucos anos assumiu extraordinária importância no Brasil, continuando em crescente progresso. Séria concorrência já oferece, quanto ao transporte de passageiros, encomendas e correspondência postal, à navegação marítima, estradas de ferro e de rodagem, em seus maiores percursos. Também já constitui motivo de atenção o constante aumento do volume das cargas transportadas por via aérea, conforme sabemos pela estatística.

Fácil é o esbôço histórico do desenvolvimento da aviação comercial no país. Preliminarmente, convém lembrar que estabelecida, aqui, a aviação militar e naval, sòmente quando melhoraram os seus índices de segurança tiveram início as primeiras experiências de caráter prático.

Desde 1925 legislou a respeito o govêrno brasileiro, embora sòmente dois anos depois fôsse organizada a primeira de nossas companhias de aeronavegação, a Varig, do Rio Grande do Sul. No mesmo ano de 1927 a emprêsa francesa Latecoère pôs a funcionar a sua linha de Tolosa a Buenos Aires, com o trecho marítimo, da costa africana a Natal, percorrido por pequenos navios rápidos.

Em 1928 começaram a trafegar os hidroaviões do Sindicato Condor, de origem alemã, hoje transformado na Cruzeiro do Sul, com linhas do Rio de Janeiro a Pôrto Alegre e depois entre Corumbá e Cuiabá. Em 1930, também utilizando hidros, inaugurou-se a Nirba do Brasil, hoje Panair, de Belém do Pará a Buenos Aires.

Criou-se, pouco depois, o Departamento de Aeronáutica Civil, no Ministério da Viação e Obras Públicas.

Novas linhas e emprêsas vieram juntar-se às anteriores. Assim, fundou-se o Aerolóide Iguaçu, em 1933, com linhas de São Paulo a Santa Catarina. E em 1934 a Vasp, em São Paulo, com serviços para o interior do Estado, alcançando Minas Gerais, depois Goiás e o Rio de Janeiro. Do mesmo ano data a linha amazônica da Panair, de Belém a Manaus.

A êsse tempo desenvolvia-se outro elemento de progresso da aviação brasileira: o Correio Aéreo Militar, hoje Nacional, que das linhas litorâneas logo passou às do interior, determinando a multiplicação dos campos de pouso por todo o território do país, e abrindo novas rotas, como a do Tocantins, até o Pará, em 1935.

Quanto às linhas internacionais, além das já existentes, para o Uruguai e Argentina, depois estendidas ao Chile, outras surgiram pouco depois, como a ligação às da Bolívia, as carreiras dos dirigíveis e aviões para a Alemanha, e a linha dos Estados Unidos, em 1937 ([11]).

Daí em diante, passado o primeiro decênio da aeronavegação comercial no Brasil, e criado, em 1941, o Ministério da Aeronáutica, sòmente a estatística pode dar impressão de seu desenvolvimento em mais anos, apesar de tudo o que a respeito está diante dos nossos olhos.

Em 1962 eram os seguintes os treze principais aeroportos brasileiros: Belém, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Galeão e Santos Dumont (no Rio de Janeiro), São Paulo, Viracopos (Campinas), Curitiba, Londrina, Pôrto Alegre, Goiânia e Brasília ([12]). Atingia a muitas centenas o número de campos de pouso.

Não serão necessários maiores dados, para que se conclua pela extraordinária importância assumida, nos últimos anos, pela aviação comercial no Brasil, onde figura, presentemente, entre os mais intensos e progressistas meios de transportes de que dispõe o país, único em que se pode atingir, de Brasília, com a demora máxima de dois dias, qualquer ponto do território nacional. ([13]).

---

(11) Moacir M. F. Silva — *Geografia dos Transportes no Brasil* (Rio de Janeiro, 1949), cap. X — "Circulação Superior (Transportes aéreos)", p. 187/203.

(12) *Anuário Estatístico do Brasil*, cit., p. 223.

(13) Helio Vianna — *História da Viação Brasileira*, cit., cap. XXI — "A Navegação de Cabotagem, a Fluvial e Lacustre e a Aérea", p. 206/214.

5 — *Características atuais da viação brasileira*

À guisa de conclusão, podem ser aqui apresentadas algumas características essenciais da viação brasileira de nossos dias.

Em todo o passado nacional nunca perdeu sua situação de primazia, no setor dos transportes, a navegação marítima. Isto porque, à falta de suficientes comunicações terrestres, a costa oceânica sempre foi a via de ligação entre os pontos extremos de nosso território, suscetíveis de prolongamentos fluviais no Prata e Amazônia. Embora abandonado o primeiro, pela missão emancipadora confiada à Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, continua o segundo a encontrar larga aplicação, atendendo-se à franca navegabilidade do rio-mar, e, em parte, de seus maiores afluentes.

Se permanece imutável a importância dos transportes marítimos, como se comprovou durante a Segunda Guerra Mundial, muito, e muito ràpidamente se têm modificado e ampliado os terrestres, tanto em tipos como em valores representativos. Assim é que iniciamos o século XIX sob o signo das tropas e tropeiros; passamos, em sua segunda metade, ao entusiasmo pelas estradas de ferro, vigente até à Primeira Guerra Mundial; depois desta, caracterizaram-se, sem se interromperem, as eras do automóvel e do avião, em que ainda nos achamos. Nessa ocorrência essencial — o quase abandono da fase ferroviária pela rodoviária, sem que aquela tenha sido completada e sem que esta a tenha efetivamente substituído — reside a razão da perplexidade em que nos encontramos, diante da necessidade de entrosar um vasto Plano Rodoviário, já em execução, dentro de um Plano Geral de Viação Nacional, em que os prolongamentos de estradas de ferro não podem ser desprezados. Felizmente, para equilibrar os têrmos do problema, parece que a compensação proposta se traduzirá em um movimento de maior atenção pela navegação fluvial, sem descurar dos prementes melhoramentos exigidos pela marítima e fazendo entrar em jôgo os novos fatôres representados pela aeronavegação. A fim de dar unidade à direção das estradas pertencentes à União, criou-se, em 1958, a Rêde Ferroviária Federal S. A., com caráter de autarquia, dotada de amplos recursos e autonomia de ação. E legislou-se, no mesmo ano, tendo-se em vista a retomada da construção naval no Brasil, visando o reaparelhamento da marinha mercante.

Possam todos êsses elementos, harmônicamente conjugados, contribuir para a solução de um dos mais prementes imperativos da situação nacional — a organização de sua viação em nível correspondente à sua superfície e às necessidades de sua população e de seu progresso — são os votos que todos fazemos. Conhecendo os antecedentes históricos e geográficos do complexo problema — tão variado em suas origens, mas tão igual em sua constância — estaremos trabalhando naquele sentido [14].

---

(14) Helio Vianna — *Op. cit.*, "Introdução", p. 9/10.

LXXIV

IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO NA REPÚBLICA

Quando, em 1889, foi proclamado o regime republicano no Brasil, achava-se o país, quanto à imigração e colonização, em fase de grande atividade, tendo-se em vista a necessidade de serem atendidos os interêsses da lavoura cafeeira, amplamente precisada de braços, quer pelo próprio desenvolvimento, quer pelas alterações resultantes da recente abolição da escravatura.

Crescentes vinham sendo, nos últimos anos da monarquia, os índices de entradas de imigrantes, notadamente de italianos. Assim foram mantidos no primeiro decênio da República, atingindo, em 1891, o máximo registrado em tôda a nossa História, o total de 215.239 imigrantes chegados ao país. Era, nesse ano, Superintendente do Serviço de Imigração na Europa, com sede em Paris o Cônsul-Geral Barão do Rio Branco.

1 — De 1890 a 1930

Estabelecia a primeira Constituição republicana do Brasil, em seu artigo 35, n.º 2, que incumbiria ao Congresso Nacional, "mas não privativamente, animar, no país, o desenvolvimento da imigração", fazendo-o, porém, sem criar privilégios que tolhessem a ação dos govêrnos locais. Como aos Estados pertenciam as terras devolutas situadas nos respectivos territórios (artigo 64), a êles seria mais fácil o estabelecimento de colônias, como já anteriormente competia às Províncias, desde o Ato Adicional à Constituição do Império, de 1834 (art. 11, n.º V).

Algumas restrições aos direitos dos brasileiros naturalizados, inclusive quanto à capacidade política, também contidas na Constituição de 1891, não contribuíam para maior incremento da vinda de estrangeiros para o Brasil, país igualmente vítima de antigos exageros quanto ao clima, endemias, etc. Sòmente quando o saneamento do Rio de Janeiro, empreendido por Osvaldo Cruz, mostrou a atenção oficialmente dada ao assunto, pôde diminuir êsse freqüente argumento contra a imigração destinada ao Brasil.

a) *Imigração*

Desde 1892 havia sido a introdução de imigrantes contratada com a Companhia Metropolitana. Sendo principalmente de italianos, no último decênio do século XIX, era seguida, de longe, pela permanente

afluência de portuguêses, êstes, porém, preferencialmente destinados às atividades comerciais e urbanas, não às agrícolas e rurais. Atingiu o ponto máximo naquele ano de 1891, quando 132.326 filhos da Itália vieram estabelecer-se no Brasil. Índice superior a 104.000 entradas aliás já havia sido alcançado em 1888 e novamente foi atingido em 1897.

Vinham, êsses italianos, para ficar definitivamente no Brasil, especialmente em São Paulo e Rio Grande do Sul, mas também chegavam contratados apenas por um ano, para tratar da lavoura e colheita do café, caso em que se verificava certa instabilidade em sua fixação. Melhor coeficiente apresentava a respeito o Rio Grande do Sul, o que pode ser atribuído ao elemento de atração constituído pelas pequenas propriedades, aí mais numerosas e acessíveis.

Tão volumosa pareceu à própria Itália essa crescente emigração para o Brasil, que, à vista de informações tendenciosas, exageradas ou totalmente falsas, resolveu proibi-la primeiramente para o Espírito Santo, em 1895, depois para todo o Brasil, pelo decreto Prinetti, de 1902.

Diminuiu, realmente, depois do último ato, essa corrente migratória, que ainda nesse ano havia assinalado o total de 32.111 imigrantes. Daí por diante não mais o alcançou, embora nunca se extinguisse completamente a vinda de italianos para o nosso país. Porque, se a situação para êles aqui não era ótima, pior seria, sem dúvida, a que sofriam em sua própria pátria. Aliás, aquela diminuição não seria devida exclusivamente às determinações do govêrno de Roma, mas também em conseqüência da baixa do preço do café, ocorrida no quadriênio presidencial de Rodrigues Alves [1].

Mais estáveis apresentavam-se os índices referentes aos portuguêses, segundos em colocação na lista de entradas no Brasil, no período em aprêço. Atingiram, em 1912 e 1913, seus limites máximos, acima de 76.000 em cada um dêsses anos, o que se deve à Proclamação da República, em Portugal, 1910.

Quanto à imigração alemã, embora em 1896 fôsse revogado o rescrito de Heydt, que a dificultava, mas só para os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, nem por isso conseguiu voltar aos algarismos alcançados durante o Segundo Reinado. Manteve-se, por muito tempo, abaixo do nível de um milhar ou de poucos milhares por ano, até atingir o máximo, na República, de 22.168 entradas já em 1924, o que se deve à crise posterior à Primeira Guerra Mundial, proporcionadora de verdadeiro êxodo dos teutos.

Durante essa conflagração diminuíram, verticalmente, os índices da imigração, descendo aos algarismos mais baixos do período em exame: 190.333 entradas em 1913 e sòmente 19.793 em 1918. A reação, depois disso verificada, não alcançou, entre 1919 e 1929, os índices do último decênio do século XIX, apenas em 1926 superando a casa das 100.000 entradas (precisamente 118.686), aliás nunca mais atingida depois disto.

---

(1) Prof. Fernando Carneiro — "Imigração e Colonização", curso dado na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, em julho de 1950.

b) *Colonização*

Na Mensagem Presidencial de 1896, dirigida ao Congresso Nacional, relatou Prudente de Morais, a propósito da imigração e colonização: "Transferidas como foram, para os Estados, as terras devolutas, não ficaram à União terrenos a colonizar; teve, por isso, de passar também o serviço de localização dos imigrantes aos Estados, alguns dos quais não se achavam para isso suficientemente preparados. À União ficou ùnicamente reservada a incumbência de transportar os imigrantes, alojá-los na chegada e dar-lhes o destino escolhido por êles.

"Dêsse sistema, criado pela legislação em vigor, já vão aparecendo sérios inconvenientes e maiores ainda poderão surgir. Levas de imigrantes chegam às vêzes, com destino ao Estado que os não pode receber, e o govêrno federal, que não possui colônias para onde os possa encaminhar, vê-se forçado a conservá-los nas hospedarias, excedendo, por vêzes, a lotação destas, até que mudam os imigrantes de resolução, ou sejam atropeladamente medidos lotes, no Estado preferido, para nêles serem localizados. Outros Estados, que não têm corrente imigratória, ou que não a têm suficiente para as necessidades de sua lavoura, começam a mandar agentes seus aos centros de emigração na Europa, sem que sôbre êsse serviço possa o govêrno federal ter ação, quando a êle cabe velar pelos interêsses internacionais, que serviços dessa ordem naturalmente criam. É mister, pois, reorganizar todos êsses serviços, de modo que desapareçam tais inconvenientes."

Em vez de ser feito o que pedia o Presidente, foi extinta a Inspetoria de Terras e Colonização, passando os respectivos serviços a serem executados pela Diretoria Geral da Indústria.

Rescindindo-se o contrato para introdução de imigrantes, o que extinguia a imigração por conta do govêrno federal, ficou êste apenas com o encargo do recebimento, agasalho e transportes dos imigrantes espontâneos. Devendo encaminhá-los às colônias agrícolas que os solicitassem, ao Congresso Nacional pediu Prudente de Morais que fôsse o govêrno habilitado por lei a tratar do assunto ([2]).

Sòmente, porém, em 1907, pôde o govêrno Afonso Pena dar à matéria a amplitude necessária, com o decreto que criou a Diretoria Geral do Serviço do Povoamento, iniciando logo a fundação de núcleos por conta da União, vendendo lotes aos colonos, localizando-os em diversos Estados e à margem das estradas de ferro então prolongadas, etc. Grande foi a atividade então desenvolvida pelo jovem Ministro da Viação, Obras Públicas, Indústria e Comércio, Miguel Calmon du Pin e Almeida, a quem estava afeta a matéria.

A mesma orientação foi mantida no govêrno Nilo Peçanha, quando se restaurou, desmembrado daquele, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Atendendo a outro aspecto do problema, criou-se, então, o *Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais.*

(2) Almir de Andrade — *Contribuição à História Administrativa do Brasil — Na República, até o ano de 1945* (Rio de Janeiro, 1950), vol. II, p. 188/189.

Apesar das dificuldades resultantes da Primeira Guerra Mundial e da situação internacional dela conseqüente, mesmo no decênio anterior a 1930, mantiveram-se, até então, as atribuições da Diretoria Geral do Serviço do Povoamento, compreendendo a administração de numerosos Núcleos Coloniais, além de vários Patronatos Agrícolas, destinados ao recolhimento de menores desvalidos.

c) *Primeiras restrições*

Ainda no período que se convencionou denominar "da República Velha", surgiram as primeiras restrições oficiais à larga política imigratória que vinha do Império.

Assim, um decreto de 1890 sujeitava à autorização do Congresso a entrada de indígenas da Ásia e da África, que não gozariam da liberdade de imigração concedida aos europeus. Em 1907 era promulgada uma lei que autorizava o Poder Executivo a impedir a entrada no território da República de todos os estrangeiros cujos antecedentes permitissem a sua inclusão entre os incursos na pena de expulsão. Mais explícito foi outro decreto de 1921, que estabeleceu os casos de proibição de entrada dos estrangeiros considerados "indesejáveis". Apareceu, então, o sistema da assinatura de "têrmos de responsabilidade" quanto à vinda de imigrantes, e que mais tarde se transformaria nas *cartas de chamada*. Também preventivamente enérgicos foram outros decretos de 1924 e 1928, aquêle visando impedir o desembarque de passageiros marítimos não declaradamente imigrantes, êste estabelecendo normas para a concessão de passaportes [3].

Compreendem-se, essas medidas, pela mudança operada no ambiente internacional relativo à política migratória, de acôrdo com as sérias restrições em 1917 e 1924 determinadas pelo govêrno dos Estados Unidos da América, o país que constitui o maior centro de atração de imigrantes de todo o mundo, e, por isso mesmo, o primeiro a estabelecer severas normas de restrição à liberdade de recebê-los.

Mesmo no Brasil já havia demonstrado a Guerra de 1914/1918 o perigo da existência de *quistos raciais,* no caso a concentração de colônias de origem alemã nos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. A fim de evitar a continuidade de sua desnacionalização, realizou-se uma intervenção federal nas escolas germanizadas aí existentes [4].

2 — *Depois de 1930*

a) *A imigração nas Constituições de 1934 e 1937*

Simultâneos à revolução brasileira de 1930, os reflexos da crise universal do ano anterior teriam de condicionar atitudes ainda mais extremadas, no setor das restrições à imigração em nosso país. Assim, já a

(3) Artur Hehl Neiva — "A Imigração e a Colonização no Govêrno Vargas", na revista *Cultura Política*, do Rio de Janeiro, n.º 21, de novembro de 1942, p. 218.
(4) Helio Vianna — *Formação Brasileira* (Rio de Janeiro, 1935), p. 242.

12 de dezembro daquele ano limitou o segundo Govêrno Provisório da República a entrada de imigrantes no Brasil, equiparando-os aos passageiros marítimos de terceira classe. Ao mesmo tempo, sintomàticamente determinou o amparo aos trabalhadores nacionais, uma vez que também em nossos centros urbanos já se averiguava a existência de certo número de desempregados, os "sem-trabalho" de quantidade ainda maior no ano seguinte.

Reunindo-se, em fins de 1933, a segunda Assembléia Constituinte da República, em Mensagem a ela dirigida expôs o Chefe do Govêrno os motivos que haviam ditado as restrições à imigração antes decretadas. De acôrdo com os seus têrmos, a "livre entrada de elementos de tôda origem não respondia ao objetivo de povoar para produzir. O selecionamento se impunha, sobretudo no momento em que defluíam, espontâneas e volumosas, as correntes imigratórias dos grandes centros europeus, à procura do trabalho que lhes faltava e acossadas pela miséria causada pela crise econômica. As restrições criadas ao desembarque de estrangeiros no território nacional — prosseguiu Getúlio Vargas — refletem a necessidade de evitar a imigração em forma contrária aos nossos interêsses de ordem econômica, étnica e política. A aglomeração de braços em nossos centros industriais viria ser fator de perturbação e constituiria ameaça para o trabalhador nacional e para o estrangeiro já localizado no país. Se foi julgada imprescindível a precaução de evitar o acesso de imigrantes que não satisfizessem determinadas condições, não faltou, também, a iniciativa de melhor aproveitamento dos nacionais, amparando-os e fixando-os convenientemente".

Reforçando essa orientação, outro decreto de 1934 estabeleceu rigorosas normas para a entrada de estrangeiros no território nacional (5). E a própria Constituinte, por iniciativa de Miguel Couto, depois de movimentado debate, aprovou os seguintes dispositivos, incluídos como §§ 6.º e 7.º do art. 121 da Carta de 16 de julho do mesmo ano:

"A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sôbre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinqüenta anos."

"É vedada a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território da União, devendo a lei regular a seleção, localização e assimilação do alienígena."

Determinou mais, o item XIX do art. 5.º, competir à União, privativamente, tôda a legislação relativa à emigração e imigração, "que deverá ser regulada e orientada, podendo ser proibida totalmente, ou em razão da procedência".

Essas medidas, embora de caráter geral, visavam, evidentemente, obstar o incremento da imigração japonêsa, que tendo aumentado contìnuamente, desde 1924, atingira no ano anterior, 1933, o máximo de 24.494

(5) Artur Hehl Neiva — *Op. cit.*, p. 220 e 226.

imigrantes, superando, de muito, os algarismos que então competiam aos portuguêses, alemães, italianos e outros estrangeiros habituais freqüentadores dos portos brasileiros de imigração.

Caíram, em conseqüência, nos anos seguintes, os índices da imigração dos nipônicos. Em seu favor, pode ser dito que para a Amazônia levaram êles o cultivo da juta, e em São Paulo muito intensificaram as plantações de arroz, algodão, bananas e hortaliças. Atribuem-lhes, mesmo, a responsabilidade por 29% de nossas exportações agrícolas, nos anos que antecederam à Segunda Guerra Mundial ([6]).

Voltou portanto à primazia a imigração de portuguêses, sem significação, como vimos, para as necessidades de braços da agricultura brasileira.

Aquela mesma orientação restritiva foi mantida no art. 151 da Constituição em 1937 outorgada ao país pelo Presidente Getúlio Vargas:

"A entrada, distribuição e fixação de imigrantes no território nacional estará sujeita às exigências e condições que a lei determinar, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder anualmente o limite de dois por cento sôbre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinqüenta anos".

Pondo em execução as novas diretrizes, organizou uma comissão especial, em 1938, os anteprojetos que se transformaram em decretos-leis relativos à nacionalidade, extradição, entrada e expulsão de estrangeiros, e ainda às reformas do Departamento Nacional do Povoamento em Departamento Nacional de Imigração e do Serviço de Irrigação, Reflorestamento e Colonização em Divisão de Terras e Colonização. Criando-se, afinal, o Conselho de Imigração e Colonização, chegava o assunto a um ponto de coordenação que há muito tempo se fazia necessário, espalhado como até então havia andado, nas atribuições de vários órgãos da administração federal como das estaduais ([7]).

O rompimento da Segunda Guerra Mundial determinou, pouco depois, nôvo e vertical decréscimo nos índices da imigração para o Brasil. Assim, se ainda em 1939 havíamos recebido 22.668 imigrantes, em 1943 atingimos ao mínimo de tôdas as estatísticas, com 1.308 entradas, apenas. Como recurso de emergência, apenas facilitamos a entrada de portuguêses, suspendendo tôdas as restrições numéricas que lhes diziam respeito, o que determinou pequenos aumentos nas chegadas de imigrantes lusos, em 1939 e 1940. Sem nenhum resultado mais sensível, também ficaram isentos de quotas de entrada os americanos de quaisquer países do continente, aliás povos não emigrantes, como é sabido.

Ainda por motivos políticos, estabeleceu um decreto-lei de 1939 que a transformação do caráter de permanência do estrangeiro no país passaria a competir, exclusivamente, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Prosseguindo, porém, a afluência de elementos inconvenientes aos interêsses nacionais, nôvo decreto-lei restritivo da imigração apareceu em 1941.

(6) Prof. Fernando Carneiro — "História da Imigração no Brasil — Uma Interpretação", no *Boletim Geográfico*, do Rio de Janeiro, n.º 69, de 1948, p. 1.037.

(7) Artur Hehl Neiva — *Op. cit.*, p. 229.

Ainda em conseqüência da Guerra, mais uma vez teve de ser empreendida uma campanha de nacionalização, inclusive no setor educacional, nos núcleos coloniais de origem alemã, localizados nos três Estados do Sul. Também no de São Paulo tornou-se necessário o afastamento do litoral de milhares de japonêses aí localizados.

b) *Colonização*

Apesar do impressionante decréscimo da imigração, não foi abandonado nesse período o paralelo problema da colonização. Assim, um decreto-lei de 1940 deu nova organização aos Núcleos Coloniais. Regulou minuciosamente o sistema brasileiro de colonização, abrangendo pontos de grande importância, tais como o fomento da pequena propriedade, auxílios governamentais e supervisão de órgãos técnicos até à emancipação dos núcleos, assistência social e direito à plena propriedade pelo colono. Coordenando melhor a matéria, ficaram os planos estaduais e municipais de colonização sujeitos à aprovação federal, por intermédio do Conselho de Imigração e Colonização.

Complementarmente, legislou-se em 1941 quanto à criação de grandes Colônias Agrícolas nacionais, da alçada da Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura ([8]).

3 — Situação atual

A Guerra de 1939/1945 contribuiu, como a de 1914/1918, para apresentar novos aspectos ao problema da imigração para o Brasil.

Entre uma e outra, exacerbados movimentos nacionalistas, como o italiano e o alemão, trabalharam no sentido de evitar o desarraigamento de seus patrícios emigrantes, procurando prendê-los à pátria que os não podia alimentar, mesmo quando definitivamente estabelecidos em outra. Tendia o primeiro a forçá-los à ida, de preferência, para as colônias italianas da África. O mesmo tentou fazer Portugal, encaminhando seus agricultores para Angola e Moçambique.

Apesar de não conseguirem, as restrições determinadas por êsses e outros governos, extinguir a corrente imigratória espontânea, caiu, impressionantemente, também por outros motivos, a quantidade de estrangeiros que se transferiam para o Brasil. Já mencionamos o mínimo de entradas registrado, 1.308 no ano de 1943. Terminada a Guerra, não foram em nível satisfatório os aumentos computados, 13.039 em 1946, 18.753 em 1947, portuguêses e italianos à frente.

Outro problema surgido com a conflagração, o do recebimento, em países como o Brasil, dos numerosos *deslocados* políticos que desejavam abandonar a Europa, não encontrou, entre nós, bom acolhimento. Primeiro, porque muitos, dentre êles, não são os agricultores que mais nos convêm; depois, porque os de padrão cultural superior não interessam

(8) Artur Hehl Neiva — *Ob. cit.*, p. 236.

aos nossos empregadores, mesmo aos industriais; e, afinal, porque os *desajustados*, também numerosos entre os *deslocados*, aqui viriam provocar distúrbios, sendo, portanto, altamente inconveniente a sua vinda. Assim limitou-se a agricultores e técnicos, devidamente selecionados, a pequena contribuição da International Refugiate Organization (IRO) ao Brasil. O Conselho de Imigração e Colonização, ao qual competia a matéria, nela não pôde fazer muito, sendo mais um órgão de policiamento que de planejamento e fomento à imigração, impopular, entre nós, quando oficialmente dirigida (9).

Outra causa da decadência da imigração no Brasil foi o incremento da indústria nacional, cuja produção, como já vimos, supera em valor, desde 1938, o da produção agrícola do país. Diminuindo, esta, inclusive pelo maior *urbanismo* nos últimos anos registrado, isto é, pela afluência das populações do interior para as cidades, daí decorre a menor preferência pelo trabalho rural no país, grave circunstância que muito preocupa, presentemente, aos estudiosos do futuro econômico do Brasil.

Cabe assinalar, entretanto, que também contribuiu o imigrante para o desenvolvimento industrial do país, neste meio século operado. Fê-lo com base no artesanato, pois não só agricultores, mas também artífices estrangeiros vieram para o Brasil. É o caso, por exemplo, da fábrica de pianos Essenfelder, no Paraná; da fábrica de gaitas Hering, em Santa Catarina; como de numerosas pequenas indústrias, inclusive metalúrgicas, no Rio Grande do Sul e em São Paulo. Neste último Estado, antigos imigrantes, tornados capitalistas, graças às atividades comerciais e agrícolas, transformaram-se em grandes industriais. É o caso, bem conhecido, de numerosos italianos, alemães, sírios e libaneses, de descendentes perfeitamente integrados na comunhão brasileira (10), muitos dêles membros do Congresso Nacional e das Assembléias Legislativas estaduais, além de efetivos participantes do govêrno da União, dos Estados e Municípios, inclusive Ministros de Estado.

Por outro lado, continuam em vigor certas disposições restritivas aos direitos dos estrangeiros e naturalizados, que já apareciam nas Constituições de 1934 (artigos 131 e 136), e de 1937 (artigos 143 a 150) e foram mantidas na de 1946 (artigos 155 a 157, 160 e 161). Embora quase sempre justificáveis, à vista de exemplos conhecidos, não há dúvida que produzem má impressão em um país de imigração, não de emigração.

Quanto à imigração e colonização, pròpriamente, dispõe o artigo 162 da Carta em vigor:

"A seleção, entrada, distribuição e fixação de imigrantes ficarão sujeitas, na forma da lei, às exigências do interêsse nacional."

"Parágrafo único. Caberá a um órgão federal orientar êsses serviços e coordená-los com os de naturalização e de colonização, devendo nesta aproveitar nacionais."

De acôrdo com êste dispositivo constitucional, criou-se, em 1954, o

(9) Prof. Fernando Carneiro — Curso citado.
(10) Prof. Fernando Carneiro — "História", cit., p. 1.037/1.038.

Instituto Nacional de Imigração e Colonização, órgão dotado de amplos podêres, ligado ao Ministério da Agricultura.

Apesar dessa providência, não se fizeram sentir, nos anos imediatamente seguintes, quaisquer acréscimos na imigração para o Brasil. Ao contrário, se naquele ano, 1954, o número de entradas foi de 72.248 imigrantes, baixou, no seguinte, para 55.166, em 1956 para 44.806. Dêstes, 37% eram portuguêses, 17% espanhóis, 13% italianos e 9% japonêses. Em 1957 entraram no Brasil 53.613 imigrantes, mas em 1958 baixou novamente êsse total para 49.839, em 1959 para 44.520. Dêstes, 17.345 eram portuguêses, 7.123 japonêses, 6.712 espanhóis, 4.233 italianos. Em 1960 chegaram 40.507 imigrantes, mantendo-se a mesma ordem do ano anterior, quanto às respectivas nacionalidades. Em 1962 só entraram no Brasil 31.138 imigrantes, sendo 13.713 portuguêses, 4.968 espanhóis, 3.257 japonêses e 1.900 italianos [11]. Os agricultores figuravam em primeiro lugar, seguidos de operários qualificados.

Nestas condições, forçoso será concluir, com o Prof. Fernando Carneiro, que, para "uma obra real de recolonização, de redivisão da propriedade fundiária no Brasil, de reaproveitamento de territórios devastados, precisamos do concurso do imigrante. Não podemos dispensar o concurso estrangeiro em capital, imigração e cultura, sob pena de retardarmos consideràvelmente o ritmo de recuperação do Brasil" [12]. Isto, atendendo-se a que são finalidades essenciais da imigração, primeiramente o aumento da população do país, e, em seguida, a modificação de sua paisagem cultural [13], em sentido mais progressista e civilizador.

---

(11) Cf. *Anuário Estatístico do Brasil,* do Conselho Nacional de Estatística, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, vol. XXIV, de 1963 (Rio, 1964), p. 38.
(12) Prof. Fernando Carneiro — Idem, p. 1.043.
(13) Prof. Fernando Carneiro — Curso citado.

LXXV

SEGUNDO GOVÊRNO PROVISÓRIO. CONSTITUIÇÕES DE 1934, 1937 E 1946. ÚLTIMAS PRESIDÊNCIAS

1 — Segundo Govêrno Provisório da República (1930/1934)

Vitorioso no Rio de Janeiro, a 24 de outubro de 1930, o movimento pacificador que depôs o Presidente Washington Luís, tomou o poder uma Junta Governativa composta dos Generais-de-Divisão Augusto Tasso Fragoso e João de Deus Mena Barreto e Contra-Almirante José Isaías de Noronha. Depostas, igualmente, tôdas as autoridades federais, estaduais e municipais que apoiavam a situação anterior, chegou ao Rio de Janeiro, a 31 de outubro, o chefe da revolução Getúlio Vargas, que a 3 de novembro tomou posse da chefia do Segundo Govêrno Provisório da República.

a) *Primeiro govêrno de Getúlio Vargas (1930/1934)*

Dias depois, por uma Lei Orgânica, foram espontâneamente limitados os podêres discricionários de que se achava investido aquêle Govêrno, sendo declarada ainda em vigor grande parte da Constituição de 1891. Dissolvidos, porém, o Congresso Nacional, os Senados, Câmaras de Deputados e Assembléias Legislativas Estaduais, além das Câmaras Municipais de todo o país — daí resultou grande centralização administrativa, através do regime da nomeação de Interventores Federais nos Estados e Municípios. Acabaram, assim, alguns excessos da antiga federação, inclusive a "política dos Governadores".

Criaram-se, também, dois novos ministérios, da Educação e Saúde e do Trabalho, Indústria e Comércio. Conseqüentemente, novos rumos foram dados ao ensino e ao trabalho no Brasil, reformando-se aquêle e tendo início, sob outras bases, nossa legislação trabalhista. Nos dois casos, foram principais auxiliares do govêrno os Ministros, Sr. Francisco Campos e Lindolfo Collor, êste pondo em prática idéias defendidas pelo Professor Joaquim Pimenta.

Teve ainda o primeiro govêrno de Getúlio Vargas de enfrentar a séria situação econômica e financeira que encontrou, agravada pela crise mundial de 1929 — conforme vimos na unidade LXXII.

Não foi de fácil aplicação o nôvo sistema político e administrativo. Sendo diversas as correntes ideológicas que entre 1931 e 1934 se defrontavam no Brasil, verificaram-se choques, nem sempre contidos no terreno doutrinário. Os militares, por exemplo, que desde 1922 e 1924

lutavam pela renovação dos costumes políticos brasileiros, arregimentaram-se no grupo do chamado *tenentismo,* e depois, unidos a elementos civis, no Clube 3 de Outubro. A princípio, teve certa influência política o Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Osvaldo Aranha. E manteve extensa jurisdição administrativa, da Bahia ao Nordeste, o organizador da revolução de 1930 nessa região, Capitão Juarez Távora. Depois de alguns anos, a exclusividade do predomínio coube ao Chefe do Govêrno, Getúlio Vargas.

b) *Revolução Constitucionalista de São Paulo*

A demora na desejada reconstitucionalização do país e a reação de um grande Estado contra o regime dos Interventores a que foi submetido — deram causa ao mais violento choque ocorrido no primeiro govêrno de Getúlio Vargas, a Revolução Constitucionalista de São Paulo, de julho a setembro de 1932. Dirigia na ocasião êsse Estado, como Interventor, sendo então aclamado Governador, Pedro de Toledo. O principal chefe militar foi o General Bertoldo Klinger, vindo de Mato Grosso, em cuja guarnição militar também encontrou apoio o movimento revolucionário. Para vencê-lo foram mobilizadas fôrças de quase todo o país, comandadas pelo General Góis Monteiro. Para sustentar a luta serviu-se São Paulo de seu grande aparelhamento industrial. Bloqueado o pôrto de Santos, atacado pelas divisas de vários Estados limítrofes, não pôde prolongar-se por mais de dois meses e meio a resistência paulista, cessando a luta fratricida quando sua continuação seria inútil prolongamento de um justo protesto, já sangrentamente feito.

Apesar de vencida a revolução, sua principal reivindicação foi atendida com a organização, no ano seguinte, por uma Comissão composta de ilustres brasileiros, de um anteprojeto de Constituição. Eleita e reunida, ainda em 1933, uma Assembléia Nacional Constituinte, a ela coube elaborar a segunda Carta Constitucional da República.

2 — *Constituição de 1934*

Para a elaboração da Constituição sancionada a 16 de julho de 1934 compôs-se a Assembléia Nacional Constituinte de representantes dos Estados e das principais classes do país, novidade que era uma conseqüência da importância recentemente assumida pela nova legislação trabalhista do país.

a) *Características da Constituição de 16 de julho*

A terceira Constituição brasileira procurou atender à "média das opiniões" dominantes na Assembléia que a elaborou.

Começava por minuciosamente esclarecer as atribuições da União, Estados e Municípios.

Na organização do Poder Legislativo mantinha a representação profissional estreada na Constituinte e estabelecia o funcionamento de uma

Seção Permanente do Senado Federal. A êste competia promover a coordenação dos podêres federais entre si, manter a continuidade administrativa e velar pela Constituição, além de suas atribuições pròpriamente legislativas, em colaboração com a Câmara dos Deputados. Deveria compôr-se de dois senadores para cada Estado, eleitos por oito anos, sendo, porém, sua primeira escolha (a única no regime da Constituição de 1934) realizada pelas Assembléias Constituintes estaduais a seguir eleitas.

Quanto ao Poder Executivo, várias também foram as modificações introduzidas, embora fôssem mantidas suas principais atribuições e o período de quatro anos de mandato presidencial. À Assembléia competiria eleger o Presidente que deveria governar até 3 de maio de 1938. Seriam substitutos eventuais os Presidentes da Câmara dos Deputados, Senado Federal e Côrte Suprema.

Ficaram mais bem definidas, na Constituição de 1934, as atribuições do Poder Judiciário, acrescido de seções referentes à Justiça Eleitoral e Militar.

Como órgãos de cooperação nas funções governamentais, compreendia a Carta o Ministério Público, o Tribunal de Contas e os Conselhos Técnicos, a serem criados nas Secretarias de Estado.

Fiel às tradições liberais e democráticas, estabelecidas nos estatutos brasileiros anteriores, era o título relativo à Declaração de Direitos. Capítulos novos foram dedicados à Ordem Econômica e Social, Família, Educação e Cultura, Segurança Nacional e Funcionários Públicos.

b) *Primeira Presidência de Getúlio Vargas (1934/1937)*

De acôrdo com Disposições Transitórias da Constituição de 1934, elegeu a Constituinte, para o primeiro período presidencial depois do início da vigência daquela Carta, o próprio Chefe do Govêrno Provisório, Getúlio Dorneles Vargas. Nos Estados foram eleitas as Assembléias Constituintes, encarregadas da elaboração das respectivas Constituições e da eleição de seus primeiros Governadores e senadores federais.

As condições políticas e sociais do país não permitiram que tivesse integral e satisfatória aplicação a Constituição de 1934, nos três anos seguintes à sua promulgação.

A variedade das correntes ideológicas que encontravam adeptos no Brasil, nos últimos anos, fêz com que representantes de uma delas, a comunista, tentassem uma revolta com ligações militares, no Rio Grande do Norte, Pernambuco e Rio de Janeiro, em novembro de 1935. Foi, porém, prontamente abafado êsse movimento extremista, pelas fôrças fiéis ao govêrno e à ordem social vigente.

O problema da sucessão presidencial apresentou-se em 1937, quando certa insatisfação se registrava no ambiente político nacional, ao lado da grave situação internacional que produziria, nos anos seguintes, nôvo e grande conflito mundial. Apresentaram-se candidatos ao cargo de Presidente da República, apoiados nos partidos políticos existentes,

o escritor e ex-Ministro da Viação e Obras Públicas, Sr. José Américo de Almeida, o Governador de São Paulo, Armando Sales de Oliveira, e o Sr. Plínio Salgado, chefe da Ação Integralista Brasileira, organização de moldes fascistas.

3 — *Golpe de Estado de 1937*

Aproveitando a situação existente, resolveu o Presidente Getúlio Vargas dar um golpe de Estado que o mantivesse no poder. Alegando que "a crescente agravação dos dissídios partidários" tendia "a resolver-se em têrmos de violência, colocando a Nação sob a funesta contingência da guerra civil", tomou a deliberação de dissolver o Congresso e outorgar outra Constituição ao país, a 10 de novembro de 1937. Com apoio militar, pôde fazê-lo sem derramamento de sangue, tendo assegurado, antes, a concordância de quase todos os Governadores estaduais, que assim passaram à categoria de Interventores Federais. Dos Ministros de Estado, apenas discordou do golpe o titular da Agricultura, Odilon Braga.

a) *Constituição de 10 de novembro*

O nôvo estatuto constitucional, elaborado pelo Sr. Francisco Campos, ex-Ministro da Educação, então nomeado Ministro da Justiça e Negócios Interiores, foi imediatamente pôsto em vigor, embora parcialmente. Caracterizava-se pelo fortalecimento da centralização administrativa e das atribuições conferidas ao chefe do Poder Executivo. Muitas eram as alterações que visava proporcionar à organização nacional. Mas, como em quase oito anos de vigência (até 1945) não chegaram a ser postas em execução (quanto ao Poder Legislativo, por exemplo) — não há necessidade de mencioná-las.

A Carta outorgada não chegou a ser aprovada por um plebiscito, como determinava o seu texto, e, apesar de ter recebido, como anexas, várias *Leis Constitucionais* de emergência, foi revogada em vários pontos, principalmente a partir do chamado *Ato Adicional*, de 1945, que determinou a realização de eleições presidenciais e gerais, de modo contrário ao disposto em vários de seus artigos.

b) *Terceiro govêrno de Getúlio Vargas (1937/1945)*

De acôrdo com a carta outorgada em 1937 ficou o mandato presidencial (que passou a ser de seis anos) prorrogado até à realização do plebiscito destinado à aprovação da Constituição. Como êste não foi providenciado, registrou-se, seis meses depois do golpe de Estado, a 11 de maio de 1938, uma tentativa de deposição do Presidente, resultante de conspiração a que se associaram integralistas, cuja organização havia sido extinta. Assaltado o Palácio Guanabara, foi a residência presidencial socorrida a tempo, frustrando-se o golpe planejado e executado pelo oficial do Exército Severo Fournier e o integralista Belmiro Valverde.

O rompimento da Segunda Guerra Mundial, no ano seguinte, e suas conseqüências, fizeram com que passasse a segundo plano o problema da reorganização política do Brasil, que a carta constitucional não totalmente aplicada havia deixado em suspenso. Graves foram as contingências econômicas que nesse período atingiram o país. Chegando o conflito à América, em 1941, no ano seguinte tivemos de reconhecer o estado de guerra contra nós criado pelas potências do chamado *eixo Berlim-Roma,* a Alemanha e Itália, depois também incluindo o Japão. Nossa entrada na conflagração exigiu preparativos sòmente ultimados em 1944, quando seguiu para a Europa a Fôrça Expedicionária Brasileira, conforme vimos na unidade LXXI.

Em 1942, como ponto de apoio à defesa militar do litoral do Nordeste brasileiro, criou-se o Território Federal de *Fernando de Noronha,* no Arquipélago antes dependente do Estado de Pernambuco. No ano seguinte, cinco novos Territórios Federais foram criados em regiões fronteiriças, tendo em vista estimular o respectivo povoamento e progresso: *Amapá,* destacado do Estado do Pará; *Rio Branco,* do Amazonas, em 1962 denominado *Roraima; Guaporé,* depois chamado *Rondônia,* em terras antes amazonenses e mato-grossenses; *Ponta-Porã,* separado do Sul de Mato Grosso; e *Iguaçu,* em zonas do Oeste paranaense e catarinense. Os dois últimos foram, porém, extintos pelos constituintes de 1946, mantendo-se os outros quatro, com o anterior Território Federal do *Acre,* formado em 1903, elevado a Estado em 1962.

Em 1943, demonstrando o desejo de que o país voltasse à legítima e integral ordem constitucional, apareceu o chamado *Manifesto dos Mineiros,* cujos signatários foram punitivamente alijados de suas funções públicas, e mesmo particulares, por pressão do govêrno.

Terminada a guerra, em 1945, voltou à cogitação geral a política interna do Brasil, registrando-se grande insatisfação pela continuidade da situação criada pelo golpe de Estado de 1937. Determinada a realização de eleições, surgiram as candidaturas do ex-Ministro da Guerra, General Eurico Dutra, e do revolucionário de 1922, Major-Brigadeiro da Aeronáutica Eduardo Gomes, sustentadas pelos principais partidos existentes.

Antes da data marcada para o pleito, agravando-se a situação do país, com a suspeita de que não seriam realizadas as eleições, resolveram as Fôrças Armadas, sob a influência do ex-Ministro da Guerra, General Góis Monteiro, depor Getúlio Vargas, o que se efetivou a 29 de outubro de 1945. De comum acôrdo resolveram os dois candidatos, adotando uma fórmula proposta na Congregação da Faculdade Nacional de Direito pelo Professor San Tiago Dantas, que o govêrno fôsse entregue ao chefe do único poder constitucional ainda subsistente, o Judiciário.

c) *Govêrno do Ministro José Linhares (1945/1946)*

Assumiu a chefia do govêrno o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro José Linhares, que determinou a pronta realização das eleições já marcadas, não só para a Presidência da República como

para uma nova Assembléia Nacional Constituinte. De acôrdo com o seu resultado foi eleito para aquêle cargo o candidato do Partido Social Democrático, General Eurico Gaspar Dutra, que dêle tomou posse a 31 de janeiro de 1946.

4 — Constituição de 1946

A quinta Constituição brasileira (quarta da República), foi promulgada a 18 de setembro de 1946, por nossa quarta Assembléia Constituinte.

Caracteriza-se, inicialmente, por ter dado redação muito superior às anteriores, ao título I, relativo à Organização Federal. Acham-se aí bem determinadas as atribuições da União, Estados e Municípios, sobretudo quanto à capacidade legislativa de cada um, distribuição de impostos, etc. Quanto aos Municípios, pela primeira vez foi taxativamente assegurada a sua autonomia, sendo-lhes facultados maiores recursos para o seu desenvolvimento.

No capítulo referente ao Poder Legislativo, abandonaram-se algumas inovações da Constituição de 1934, que não deram resultado prático. Não se seguiram, também, as novidades a respeito sugeridas na Carta de 1937. Voltou-se, de preferência, com naturais modificações, à tradição brasileira das Constituições de 1824 e 1891.

Quanto ao Poder Executivo, mantiveram-se, em suas linhas gerais, disposições que já faziam parte de nossa política republicana, essencialmente presidencialista, federalista e democrática.

No capítulo relativo ao Poder Judiciário, incluiu-se a criação do Tribunal Federal de Recursos. Foram mantidos os Tribunais Militar, Eleitorais e do Trabalho.

Também de acôrdo com as tradições constitucionais brasileiras é o título IV, da Declaração de Direitos.

Da Ordem Econômica e Social, Família, Educação e Cultura, Fôrças Armadas, Funcionários Públicos — são os últimos títulos da Constituição de 1946, que desde êsse ano procurou atender às necessidades da organização brasileira.

5 — Presidência do General Eurico Dutra (1946/1951)

Terminada a principal tarefa da Assembléia Nacional Constituinte, subdividiu-se a mesma nas duas casas do Congresso Nacional, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados. Eleitas, em 1947, as Assembléias Constituintes estaduais, também cumpriram suas missões, transformando-se depois em corpos legislativos normais. Elegeram-se Governadores para todos os Estados e entraram em normal funcionamento as Câmaras Municipais de tôdas as cidades brasileiras, sendo eleitos os respectivos Prefeitos, excetuados aquêles que por disposições constitucionais seriam nomeados pelo Presidente da República ou pelos Governadores estaduais.

Transcorreu, assim, o qüinqüênio presidencial do General Eurico Gaspar Dutra, em relativa paz política, apesar do aparecimento de vários partidos, voltando o país à normalidade administrativa, ao mesmo tempo que procurava se recuperar das conseqüências econômicas e financeiras da Segunda Guerra Mundial.

6 — Segunda Presidência de Getúlio Vargas (1951/1954)

Como candidato do Partido Trabalhista Brasileiro e do Partido Social Progressista, pela primeira vez foi eleito Presidente da República diretamente pelo povo, em 1950, Getúlio Vargas, que no ano seguinte tomou posse do cargo que por vários motivos já havia ocupado durante quinze anos, de 1930 a 1945.

Apesar da sua reconhecida capacidade de governante, não era mais o mesmo político hábil e maneiroso do período anterior, e outras eram as circunstâncias então apresentadas pelo país. Apesar de suas tentativas no sentido da obtenção de certo congraçamento partidário, teve de enfrentar, desde o início, ativa oposição, em grande parte alimentada por incompatibilidades criadas em seu anterior govêrno discricionário.

O resultado dessa situação foi uma crescente desconfiança contra êle, culminada quando, em 1954, da tentativa de assassinato de um jornalista da oposição, o Sr. Carlos Lacerda, resultou a morte de um oficial da Aeronáutica, o Major Rubens Vaz. Verificando-se, no inquérito policial-militar, a culpabilidade de elementos da guarda pessoal do Presidente, atingiu o ponto máximo a crise política, ao verificar-se que tôdas as Fôrças Armadas exigiam o afastamento do Presidente do poder, para prosseguimento do processo criminal. Concordou Getúlio Vargas com o seu afastamento do cargo, mas, antes de transmiti-lo ao Vice-Presidente da República, preferiu suicidar-se na manhã de 24 de agôsto daquele ano.

Nesse govêrno foi instalado um nôvo Ministério, o da Saúde.

7 — Presidência do Sr. Café Filho (1954/1955)

De acôrdo com a Constituição assumiu a Presidência o Vice-Presidente Sr. João Café Filho, que organizou seu Ministério com elementos de vários partidos, embora apoiado principalmente pela União Democrática Nacional. Presidiu, em 1955, à eleição de outro Presidente, o Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, ex-Governador de Minas Gerais, indicado pelos Partidos Social Democrático e Trabalhista. Como, entretanto, não obtivesse a maioria absoluta dos sufrágios, divididos com outros candidatos, o revolucionário de 1930 e ex-Ministro, General Juarez Távora, e o Sr. Ademar de Barros, ex-Governador de São Paulo, propalou-se que seria anulada a eleição.

No início de novembro daquele ano afastou-se do poder o Presidente Café Filho, por motivo de saúde, e assumiu o cargo o Presidente da

Câmara dos Deputados, Carlos Luz. Tentando substituir o Ministro da Guerra, General Henrique Teixeira Lott, chefiou êste um imediato movimento de deposição do Presidente interino, na madrugada do dia 11, passando o exercício da Presidência da República ao segundo substituto legal, o Vice-Presidente do Senado, Nereu Ramos. Apoiado na Marinha e Aeronáutica, deixando o pôrto do Rio de Janeiro a bordo do cruzador "Almirante Tamandaré", sem êxito tentou resistir Carlos Luz, que o Congresso Nacional declarou impedido. A 21 do mesmo mês quis o Sr. Café Filho voltar ao seu pôsto, mas não o permitiram fôrças do Exército, votando o Congresso o impedimento também do Presidente. A 31 de janeiro de 1956 foi entregue o poder ao Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira.

8 — Presidência do Sr. Juscelino Kubitschek (1956/1961)

Transcorreram em atmosfera de incerteza os primeiros tempos de govêrno do nôvo Presidente, contra o qual, em 1956, sem resultado tentaram um pronunciamento alguns oficiais da Aeronáutica, prontamente anistiados. Mas tarde, em 1959, com idêntico insucesso, outra tentativa realizaram, desta vez com apoio de alguns oficiais do Exército e civis. Em ambas as ocorrências, aviões militares deixaram o Rio de Janeiro rumo ao interior, no segundo caso abrigando-se no estrangeiro a maioria dos participantes.

Cedo demonstrou o Presidente Kubitschek que seus principais objetivos eram a mudança da capital para o interior do país e a obtenção de uma fase de intenso desenvolvimento material do Brasil, mediante a abertura de grandes rodovias, o início de obras hidrelétricas de vulto e o fomento a importantes atividades industriais. Conseguiu atingir algumas dessas metas, embora com extraordinária agravação da situação inflacionária que a custo vinham pouco a pouco combatendo os governos anteriores.

A 21 de abril de 1960, dando cumprimento a uma antiga aspiração de muitos brasileiros, inaugurou a nova capital do país, a cidade de Brasília, em moldes moderníssimos ràpidamente construída no Planalto Central, em terras antes pertencentes ao Estado de Goiás e que passaram a formar o nôvo Distrito Federal. De acôrdo com a Constituição, o território vizinho à cidade do Rio de Janeiro, capital do Estado do Brasil, do Reino, do Império e da República, desde 1763, transformou-se em Estado da Guanabara.

Para substituir o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, foi eleito em 1960, pela primeira vez no Brasil, um candidato da oposição, o Sr. Jânio da Silva Quadros, ex-Governador do Estado de São Paulo, empossado a 31 de janeiro do ano seguinte. Para a Vice-Presidência, com escassa maioria foi reeleito o Sr. João Goulart, que, como Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro, já partilhara do govêrno do Sr. Kubitschek.

9 — Presidência do Sr. Jânio Quadros (1961)

Tendo realizado, na política paulista, uma carreira tão rápida quanto brilhante, chegou o Sr. Jânio Quadros à Presidência da República cercado dos melhores auspícios. Não cuidou, porém, da obtenção de um apoio parlamentar que eficazmente contribuísse para a execução de um programa de govêrno. Preferiu legislar através de decretos, no que tenderia a estabelecer inevitável conflito com o Poder Legislativo. Entretanto, pôs em execução algumas salutares providências, que restauraram a confiança nos setores econômicos e financeiros. Nesse sentido, instalou dois novos Ministérios, da Indústria e Comércio e de Minas e Energia. Mas não alcançou idêntico crédito quanto a algumas arrojadas orientações relativas à política externa, tendentes a conseguir, para o Brasil, uma posição de neutralidade nas divergências internacionais contemporâneas.

Em agôsto, surgiu a denúncia, feita pelo Governador do Estado da Guanabara, Sr. Carlos Lacerda, de que o Ministro da Justiça o tentara aliciar para um movimento no sentido de serem institucionalmente ampliados os podêres do Presidente da República. Surpreendentemente, antes de completar sete meses de govêrno, preferiu o Sr. Jânio Quadros renunciar àquele cargo a 25 do mesmo mês, retirando-se do país.

a) *Govêrno do Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Ranieri Mazzilli (1961)*

Na ausência do Vice-Presidente Sr. João Goulart, que se encontrava no estrangeiro, assumiu o pôsto o Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Pascoal Ranieri Mazzilli (1). Representaram-lhe os Ministros da Guerra, Marinha e Aeronáutica julgarem inconveniente à segurança nacional o regresso daquele. Abalou êsse fato tôda a opinião pública, que em maioria se manifestou pelo cumprimento do que dispunha a Constituição, quanto à sucessão presidencial. No Rio Grande do Sul pronunciou-se o seu govêrno pela posse do citado Vice-Presidente. Também não aceitou aquela representação o Congresso, que imediatamente discutiu e votou um Ato Adicional à Carta de 1946, aprovado a 2 de setembro de 1961, de acôrdo com o qual seria instaurado no Brasil, em bases diferentes das que vigoraram no Segundo Reinado, o sistema parlamentarista de govêrno.

10 — Presidência do Sr. João Goulart (1961/1964)

De conformidade com a recente Emenda Constitucional, a 7 de setembro de 1961 assumiu a Presidência da República o Sr. João Belchior Marques Goulart.

a) *Experiência parlamentarista (1961/1963)*

Para o restaurado cargo de Presidente do Conselho de Ministros, foi escolhido o Sr. Tancredo Neves, aprovado pela Câmara dos Deputados,

(1) Foi o Sr. Pascoal Ranieri Mazzilli o primeiro filho de imigrantes não portuguêses a ocupar a Presidência da República do Brasil.

assim como o respectivo Ministério. Apesar da habilidade e tolerância do nominal chefe do govêrno, não estava o país preparado para a mudança ocorrida e, conseqüentemente, não pôde entrar em adequado funcionamento o regime parlamentar.

Em julho de 1962, não aprovou a Câmara dos Deputados o indicado para substituir o Presidente do Conselho, o ex-Chanceler Professor Francisco Clementino de San Tiago Dantas, que havia pôsto em novas bases a nossa política externa.

No mesmo mês, não conseguiu organizar Ministério o Senador Auro de Moura Andrade, indicado pelo Presidente da República para a Presidência do Conselho e aprovado pela Câmara dos Deputados.

Fê-lo o nôvo chefe do govêrno, Professor Francisco de Paula Brochado da Rocha, que até setembro desenvolveu esforços no sentido de ser abreviado o prazo estabelecido no Ato Adicional para a realização do plebiscito que deveria aprovar ou rejeitar o sistema parlamentarista.

Foi isto conseguido no período de govêrno de seu sucessor, a princípio provisório, sòmente em novembro aprovado pela Câmara, Professor Hermes Lima, mediante lei que arbitràriamente antecipou aquêle pronunciamento, transformando-o em simples referendo, verificável mediante o voto dos eleitores inscritos.

Realizado êste, a 6 de janeiro de 1963, registrou-se maciça rejeição da experiência parlamentarista republicana, aliás não defendida nem mesmo por seus partidários, em razão do modo por que vinha sendo aplicada, sem qualquer diminuição prática do anterior presidencialismo.

Em 1962 foi elevado o Território Federal do Acre à condição de Estado da federação, nessa categoria instalado no ano seguinte.

Também foram criados em 1962 o cargo de Ministro Sem Pasta e o Ministério Extraordinário do Planejamento e Coordenação Econômica.

b) *Deposição do Sr. João Goulart (1963/1964)*

Restabelecido o presidencialismo, organizou-se nôvo Ministério, que poucos meses permaneceu no poder, apesar dos esforços de recuperação financeira do Ministro da Fazenda, Professor San Tiago Dantas.

A 12 de setembro de 1963 ocorreu em Brasília, por motivos eleitorais, um levante de sargentos da Marinha e Aeronáutica, prontamente dominado.

No mês seguinte frustrou-se uma tentativa de instauração do estado de sítio, proposta pelos Ministros militares, pelo Presidente Goulart encaminhada ao Congresso, mas ràpidamente retirada, à vista da hostilidade com que a recebeu a opinião pública.

.Já em 1964 caracterizou-se a tendência do govêrno, no sentido de ser levado o país à adoção de medidas de caráter esquerdista, contra as quais se pronunciava a grande maioria da Nação. Em março chegou aquêle a ponto de fomentar a indisciplina entre os subordinados da Marinha de Guerra e sargentos das três Fôrças Armadas, o que determinou a imediata reação dos chefes militares de maior prestígio.

Com a cooperação dos Governadores dos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Guanabara e Rio Grande do Sul, lançaram, no dia 31 daquele mês, um movimento revolucionário que, no dia seguinte, 1.º de abril, tornou-se vitorioso, com a ida do Presidente Goulart, do Rio de Janeiro primeiramente para Brasília, a seguir para o Rio Grande do Sul, afinal para o Uruguai.

Na madrugada do dia 2 declarou o Congresso Nacional a vacância da Presidência da República, assumindo-a o Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Pascoal Ranieri Mazzilli.

A 9 do mesmo mês lançou o Alto Comando Revolucionário, composto dos novos Ministros da Guerra, Marinha e Aeronáutica, um Ato Institucional, redigido pelo ex-Ministro Sr. Francisco Campos, que modificou, em alguns pontos, a Constituição de 1946.

De acôrdo com o mesmo, a 11 pelo Congresso Nacional foi eleito para a Presidência da República o Chefe do Estado-Maior do Exército e coordenador do movimento revolucionário, General-de-Exército Humberto de Alencar Castelo Branco, que, transferido para a Reserva no pôsto de Marechal, tomou posse no dia 15 de abril de 1964.

11 — Presidência do Marechal Castelo Branco (1964/)

Antes e depois da posse do Presidente Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, houve necessidade, de acôrdo com o Ato Institucional, de serem cassados os mandatos de alguns governadores estaduais, de muitos congressistas federais e dos Estados; suspensos os direitos políticos de ex-presidentes da República e de outras pessoas, civis e militares, também demitidas de seus cargos e postos, em número de algumas centenas, em todo o país, envolvidas na corrupção e subversão de governos anteriores, além de acusadas por outros motivos públicos.

No setor econômico e financeiro, fêz o govêrno com que o Brasil entrasse em progressiva fase de efetivo combate à inflação monetária e incentivo à produção, pondo em execução, com bons resultados, amplo plano de recuperação e reajustamento geral do país.

Por emendas constitucionais votadas pelo Congresso foram determinadas a prorrogação por mais um ano do mandato presidencial e uma reforma agrária.

Em novembro de 1964 teve o govêrno federal de intervir no Estado de Goiás, para o qual foi nomeado um interventor, elegendo-se depois o respectivo governador.

Em abril de 1965 ocorreu uma tentativa de guerrilha contra o govêrno, na região gaúcha, catarinense e paranaense próxima à fronteira com a República Argentina, sendo a operação subversiva imediatamente dominada.

Em 3 de outubro do mesmo ano realizaram-se eleições para governadores de onze Estados. Como em alguns ocorressem vitórias de candidatos supostamente contrários à Revolução, animaram-se os seus adversários com êsses resultados, preparando-se para derrotar, no Congresso,

uma proposta de emenda constitucional, feita pelo Poder Executivo, relativa à intervenção nos Estados. Reagiu prontamente o Presidente Marechal Castelo Branco, que a 27 do mesmo mês promulgou o Ato Institucional n.º 2, que renovou e ampliou as atribuições especiais que lhe haviam sido conferidas pelo anterior. Todavia, confirmando o caráter democrático da Revolução, assegurou a posse dos novos governadores eleitos. Também em conseqüência do resultado indeciso da eleição para governador de Alagoas, houve a necessidade de intervenção federal nesse Estado.

Em conseqüência do citado Ato, extinguiram-se os numerosos partidos políticos posteriores a 1945, procedendo-se à respectiva recomposição, em número de apenas dois, a Aliança Renovadora Nacional e o Movimento Democrático Brasileiro, o primeiro governista, o segundo da oposição.

A fim de estabelecer normas para as eleições federais, estaduais e municipais, a 5 de fevereiro de 1966 baixou o govêrno o Ato Institucional n.º 3.

ÍNDICE GERAL

VOLUME I — PERÍODO COLONIAL — Tomo I

VOLUME II — PERÍODO COLONIAL — TOMO II

VOLUME III — IMPÉRIO E REPÚBLICA